



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "B" AO Nº 145 QUINTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS NOS JULGAMENTOS REALIZADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS	
Ata da 4ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2015	4
Ata da 15ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2015	27
1.2 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL	
Ata da 5ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2015	48
Ata da 6ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2015	52
1.3 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL E O COMITÊ ORGANIZADOR LOCAL DA COPA DO MUNDO FIFA BRASIL 2014	
Ata da 6ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2015	93
Ata da 7ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2015	99
1.4 – COMISSÃO INTERNA DESTINADA A ELABORAR ANTEPROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA	
Ata da 7ª Reunião, realizada em 17 de agosto de 2015	120

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2015, às 9 horas e 48 minutos, no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Acir Gurgacz, Simone Tebet, Otto Alencar, Vanessa Grazziotin e Benedito de Lira.** Presente os Senadores não membros **Valdir Raupp e Raimundo Lira.** Deixaram de comparecer os Senadores **Hélio José, Wilder Moraes e Douglas Cintra.** Na oportunidade, deixou de ser realizada a oitava designada para os Srs. Paulo Roberto Cortez, Leonardo Siade Manzan e Nelson Mallmann, tendo em vista o não comparecimento dos convocados. O Plano de Trabalho foi apresentado pela Relatora, Sen. Vanessa Grazziotin, e, em seguida, aprovado. Foram, ainda, aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
87/2015	Sen. Vanessa Grazziotin	Requer seja solicitado ao CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que encaminhe a esta Comissão a listagem de todos os devedores e respectivos montantes, cujos valores estejam entre R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).
96/2015	Sen. Ataídes Oliveira	Requer que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, cópias digitalizadas integrais de todos os processos julgados por aquele órgão, a partir de 1/1/2009, com valor de autuação igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
97/2015	Sen. Ataídes Oliveira	Requer que a Controladoria Geral da União encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a urgência possível, cópia de todos os procedimentos, auditorias, processos, documentos e/ou quaisquer informações em seu poder relativas ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
98/2015	Sen. Ataídes Oliveira	Requer que o Tribunal de Contas da União encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópia de todos os procedimentos, auditorias, processos, documentos e/ou quaisquer informações em seu poder relativas ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
100/2015	Sen. Ataídes Oliveira	Requer informações ao Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf).

Foram rejeitados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
99/2015	Sen. Ataídes Oliveira	Requer que seja convocado o Sr. Guido Mantega, ex-Ministro de Estado da Fazenda, para depor na CPI.
101/2015	Sen. Ataídes Oliveira	Requer que seja convocada a Sra. Erenice Alves Guerra, advogada e ex-Ministra-Chefe da Casa Civil, para depor na CPI.

Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos, bom dia a todas aqui presentes, aos nossos Senadores, Senadoras.

Declaro aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 407, de 2015, para, no prazo de 120 dias, apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) foram manipulados, para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir, substancialmente, os tributos cobrados, resultando em sonegação fiscal da ordem de até R\$19 bilhões, segundo a Operação Zelotes.

Nós temos hoje três partes da nossa reunião: a primeira, então, conforme convocação já feita aqui, solicitando a presença dos Srs. Paulo Roberto Cortez, Leonardo Siade Manzan e o Sr. Nelson Mallmann, requerimentos aprovados na penúltima reunião desta CPI.

Tenho a informar aos senhores e senhoras que o Sr. Leonardo Siade Manzan, em contato com a direção da nossa CPI, através de uma petição do seu advogado, requer que o seu comparecimento, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, seja designado para outra data, a partir do dia 18 do corrente mês, tendo em vista encontrar-se fora de Brasília na data de hoje.

O outro convidado Sr. Nelson Mallmann, por sua vez, informa à Secretaria da Comissão, via contato telefônico, que, por estar na data de hoje no Estado do Rio Grande do sul, também não comparecerá. Esse convidado, entretanto, colocou-se à disposição desta Comissão para comparecer a partir da próxima semana.

O Sr. Paulo Roberto Cortez, informa esta Presidência, não compareceu e nem apresentou justificativa para tal, podendo, portanto, a partir deste momento, ser conduzido, coercitivamente, em data a ser designada por esta Presidência.

Portanto, eu indago aos nossos companheiros Senadores e Senadoras o fato do não comparecimento dos nossos três primeiros convocados aqui, além da Operação Zelotes, que nós já ouvimos, se nós devemos convocá-los, coercitivamente, ou não.

Eu gostaria de ouvi-los.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, vou pedir a V. Ex^a e propor que nós fizéssemos uma inversão de pauta, para que pudéssemos votar os requerimentos e, em seguida, nós voltaríamos à primeira parte,

porque vai requerer uma série de encaminhamentos e, desde já, eu sou favorável a convocá-los corretivamente. Mas como nós vamos ter uma série de pessoas, membros da Comissão, viajando, por volta de 12h30 e 13 horas, requeiro que nós invertamos a pauta, para que a segunda parte passasse a ser a primeira e, em seguida, nós voltaríamos à primeira parte.

Eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu consulto...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr Presidente, pela ordem.

Eu concordo com o Senador Pimentel e acho que os três nomes, citados por V. Ex^a, devem ser conduzidos coercitivamente. Até porque todos os três foram citados pela Polícia Federal, inclusive, com um deles foi encontrado, em sua residência, R\$800 mil, comprovada propina de R\$300 mil, que é Sr. Leonardo Manzan. Contra o Sr. Paulo Cortez também há provas contundentes, como o também contra o Sr. Nelson Mallmann. Então, todos os três são bandidos, todos os três são corruptos. De maneira que o tratamento para essas pessoas deve ser pela Polícia Federal.

Então, eu acho que se devia aprovar aqui um requerimento para trazê-los de forma coercitiva, porque eles vão, na próxima semana, se convocados, dizer que estão fora do País e podem sair do País. Portanto, nós vamos ficar aqui fazendo reunião, sem ter satisfação dada por essas pessoas, que estão altamente comprometidas com essa sujeira, essa situação do Carf.

Então, eu concordo, plenamente, com V. Ex^a, para que a Polícia Federal possa trazê-los coercitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito Senador Otto.

Senador Pimentel, vamos então fazer a inversão da pauta, até porque é a pauta seguinte. Vamos, então, aos requerimentos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu gostaria, Sr. Presidente, como Relatora, primeiramente de cumprimentá-lo pela organização da nossa reunião de hoje e também, diante do número expressivo de requerimentos que já foram protocolados nesta CPI, mais de cem – V. Ex^a pauta hoje oito, sendo que, dos oito itens pautados, cinco são requerimentos que solicitam informações e três são requerimentos de convocação –, eu queria apresentar uma proposta. Que, da pauta, nós votássemos somente hoje os cinco requerimentos que solicitam informações e que, na sequência, após essa votação, eu pudesse apresentar o plano de trabalho. Poderíamos dar vista até a próxima reunião do plano de trabalho e, depois da aprovação do mesmo, nós trabalharíamos as convocações, porque nós já temos muitos requerimentos de convocação aprovados, e precisamos planejar os trabalhos da nossa CPI.

Então, a ideia é que votemos os pedidos de informação e não as convocações. É a proposta que apresento, aqui, aos meus pares, Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para dialogar, Sr. Presidente, com a nossa Relatora.

Como temos apenas poucos itens nesta pauta, acho que deveríamos apreciá-la na sua totalidade, sem prejuízo de elaboração do plano de trabalho e

discutir, até porque, aqui, há uma série de questões sobre as quais precisamos, nesta reunião, dialogar, construir saídas.

Por isso, minha nobre Relatora, por quem tenho um carinho todo especial, vamos, nesta reunião, manter esta pauta e, em seguida, teremos a proposição que V. Ex^a está fazendo para as próximas, mas nesta, para nós, é muito importante votar essas matérias.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Concorde, também, Sr. Presidente, Sr^a Relatora, acompanho o Senador Pimentel, para que possamos votar esta pauta e limpá-la, é pouca, é pequena, para que possamos avançar e resolver esta pauta, Sr. Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vejam, já havíamos definido isto anteriormente, a necessidade de termos um plano de trabalho e, a partir disso, partiríamos para as convocações. Repito, na pauta são oito itens: cinco itens solicitando informações e três, de convocação. É óbvio que eu me dobro à opinião da maioria, não tenho problema nenhum. Se for essa a opinião, vamos votar os requerimentos todos e, na sequência...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr^a Relatora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...apresentaremos o plano de trabalho.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Muito grato a nossa Relatora. Então, vamos à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Plenário é soberano, não é, Relatora?

Sabemos que o tempo da nossa CPI é muito curto, diante da avalanche, da magnitude que é este assunto do Carf. Então, vejo que quanto mais rápido esta Comissão agir, melhor, com certeza, será o nosso resultado final.

Portanto, são os seguintes os requerimentos que podem ser apreciados por votação simbólica. Vamos aos requerimentos: Requerimento nº 51, o item 1.

Consulto o Senador Pimentel, porque tivemos uma conversa, *a priori*, se vamos manter a convocação, neste momento, do Sr. Otacílio Dantas Cartaxo ou se V. Ex^a deseja que joguemos para a semana seguinte. Indago V. Ex^a quanto ao item 1.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, em face das sugestões que V. Ex^a apresentou, estamos retirando de pauta o item 1, que voltará na reunião seguinte, após o plano de trabalho da nobre Senadora Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Portanto, estamos retirando de pauta o item 1, relativo ao Requerimento nº 51.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 51/2015

Requer seja convocado o Sr. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO, ex-presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, para prestar esclarecimentos sobre fatos relacionados à Operação Zelotes da Polícia Federal, deflagrada no mês de março de 2015 para investigar manipulação – por parte de empresas, escritórios de advocacia e

contabilidade, servidores públicos – de processos e julgamentos de pessoas jurídicas autuadas pela Receita Federal.

Autoria: Senador José Pimentel

Vamos para o item 2, Requerimento nº 87.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 87/2015

Requer seja solicitado ao CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que encaminhe a esta Comissão a listagem de todos os devedores e respectivos montantes, cujos valores estejam entre R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Vamos colocar esses requerimentos para serem aprovados conjuntamente ou individualmente? Conjuntamente? (Pausa.)

O.k.

Item 3, Requerimento nº 96.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 96/2015

Requer que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, cópias digitalizadas integrais de todos os processos julgados por aquele órgão, a partir de 1/1/2009, com valor de autuação igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

E, sobre esse item aqui, a nossa querida Dr^a Claudia Lyra nos procurou esta semana dizendo que nem todos esses processos estavam digitalizados e, portanto, o Carf teria uma certa dificuldade em nos atender dentro desse prazo de 15 dias. Ela sugeriu-nos, o que foi até aceito por mim, embora tenha dito que traria ao Pleno desta Comissão, que, dentro dos 15 primeiros dias, nos remeterá os processos já julgados de valores de R\$500 milhões a R\$1 bilhão; dentro dos 15 primeiros dias. Em 30 dias, enviar-nos-á os processos julgados acima de R\$1 bilhão. E com 45 dias, processos de R\$50 milhões a R\$500 milhões.

Achei de bom alvitre atender ao pedido dela, mas eu gostaria de consultar os nossos companheiros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – De acordo? (Pausa.)

Perfeito.

Assim sendo, vamos para o item 4:

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 97/2015

Requer que a Controladoria-Geral da União encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a urgência possível, cópia de todos os procedimentos, auditorias, processos, documentos e/ou quaisquer informações em seu poder relativas ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 5:
Requerimento nº 98, também de minha autoria.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 98/2015

Requer que o Tribunal de Contas da União encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópia de todos os procedimentos, auditorias, processos, documentos e/ou quaisquer informações em seu poder relativas ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 6:
Requerimento nº 99, também de minha autoria.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 99/2015

Requer que seja convocado o Sr. Guido Mantega, ex-Ministro de Estado da Fazenda, para depor na CPI.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

E, aqui, faço só um ligeiro comentário, permite-me, Sr. Senador, é que todos esses Conselheiros do Carf são aprovados, indicados, melhor dizendo, são aprovados pelo Ministro...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – São nomeados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É, são nomeados, melhor dizendo, obrigado, Relatora, pelo Ministro da Fazenda. Assim sendo, achei por bem a presença do ex-Ministro Guido Mantega a esta Comissão para nos prestar informações. Vejo que, com a estada que teve de longa data diante do Carf, diante desse Ministério, pode muito contribuir com os nossos trabalhos. É dessa forma que vejo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Este item, queremos votar fora do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Fora do bloco.

Indago os demais Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – De acordo.

Item 7 da pauta:
Requerimento nº 100.

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 100/2015

Requer informações ao Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf).

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Houve uma pequena falha, aguardem-me só por um segundo, porque faltaram, aqui, os dizeres deste requerimento que a Dr^a Adriana está verificando para nós. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 7:

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 100/2015

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 1.579/52 e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no prazo improrrogável de 7 (sete) dias, os seguintes dados:

1 – nomes e números de inscrição no CPF/MF de todos os conselheiros e conselheiras, titulares e substitutos, nomeados desde a criação do Carf;

2 – data da nomeação, da posse e da exoneração de cada um dos conselheiros e conselheiras mencionados no item 1;

3 – indicação da classe a que pertenceram os mencionados conselheiros e conselheiras (Fisco ou contribuintes);

4 – entidade de classe responsável pela indicação, em caso de conselheiros e conselheiras representantes dos contribuintes; e

5 – nome do Ministro de Estado da Fazenda responsável pela nomeação.

Eu acredito que essas informações serão de grande valia para os nossos trabalhos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acho que podemos incluir esse no bloco também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se ninguém se manifestou...

Item 8 e derradeiro: Requerimento nº 101.

ITEM 8
REQUERIMENTO Nº 101/2015

Requer que seja convocada a Sra. Erenice Alves Guerra, advogada e ex-Ministra-Chefe da Casa Civil, para depor na CPI.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Uma vez que o nome da Sr^a Erenice, na Operação Zelotes, tem constado por diversas vezes e também é de conhecimento do povo brasileiro, através da imprensa, eu acredito que a vinda dela aqui será de bom alvitre.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Também fora do bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Também fora do bloco.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu acho que não há nenhuma divergência em votar já o bloco. São cinco requerimentos, todos de informação, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Iremos, então, aos requerimentos em bloco.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dos aludidos requerimentos...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – São os itens 2, 3, 4, 5 e 7.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos mencioná-los então: itens 2, 3, 4, 5 e 7.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Vamos então, agora, à votação dos dois requerimentos fora do bloco anterior, item 6 e item 8.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o nosso voto é contrário ao item 6 e ao item 8. Portanto, estou pedindo aos nossos pares que rejeitem esses dois requerimentos. Primeiro, porque o Ministro Guido Mantega não tem qualquer envolvimento com a Zelotes até o presente momento. Evidentemente que, por decisão constitucional e formal, cabe a ele assinar o ato de nomeação das pessoas. Simplesmente isso. Exatamente por isso, temos dirigido as primeiras preocupações para aqueles que presidiam o Carf. É evidente que nós estamos fazendo todo esse debate.

Quanto à ex-Ministra Erenice Guerra, até o presente momento, ela não tem qualquer envolvimento direto com o inquérito ali apresentado. Portanto, nós também estamos encaminhando o voto contrário à convocação da ex-Ministra Erenice Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu consulto os demais Senadores e Senadoras...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu gostaria, Sr. Presidente, como Relatora, de também concordar com o encaminhamento do Senador Pimentel. De fato, por tudo que nós já ouvimos até o momento, o Ministro Guido Mantega apenas cumpria uma decisão expressa a partir de uma comissão de busca, conforme diz a legislação.

Havia uma comissão de busca para a escolha dos conselheiros, que levava em consideração um conjunto de critérios. O processo chegava à mesa do Ministro apenas para ele promover a nomeação. Então, não há por quê. Se tivermos que ter um contato com o Ministro Mantega – creio que até, num determinado momento, possamos ter esse contato –, faríamos, como fizemos com os outros até

agora, buscando ouvir, buscando mais informações, mas não da forma como está, convocando.

Quanto à Sr^a Erenice, Presidente, eu quero dizer que não estudei detalhadamente a documentação que recebemos, até agora, da 10^a Vara Federal, mas, do que nós recebemos, não há absolutamente nada que indique que ela deva ser convocada neste momento. Portanto, encaminho também voto contrário aos dois requerimentos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, também encaminho o voto contrário aos dois requerimentos que foram citados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, também acompanho a Relatora. Se, no decorrer das investigações, a Relatora entender que é necessário ouvi-los, nós assim o faremos. Mas vamos aguardar todo o levantamento, o trabalho da Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

Neste momento, voto, contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Acompanho o raciocínio do Senador Acir. Se, por acaso, no decorrer das investigações, surgir algum fato que possa concluir pela convocação, eu acho que não haverá nenhuma dificuldade para que possamos fazê-lo. Mas, enquanto não houver, segundo a Relatora, os elementos recebidos não apontam absolutamente nenhuma indicação no que diz respeito à Erenice e ao Guido Mantega, também acompanho o voto dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Gostaria de ouvir também o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O meu voto será semelhante. Eu entendo que, no caso do Ministro Guido Mantega, não recai sobre ele, até o presente momento, qualquer responsabilidade pelos atos daqueles que compunham o Conselho de Administração da Receita Federal. Como tal, a não ser que surja algo que demonstre um vínculo claro entre o ex-Ministro e as irregularidades ali cometidas, eu não vejo por que a convocação.

Da mesma forma, a ex-Ministra Erenice Guerra, que, ao que consta, o único processo que teria havido, patrocinado por um escritório de advocacia do qual ela era sócia, depois de ter saído da Casa Civil, sequer foi a julgamento no Carf. Então, não cabe, no meu ponto de vista, neste momento, qualquer tipo de suspeita quanto a ela. Se, ao longo desse processo, suspeitas surgirem, eu acho que nós poderemos fazer essa convocação, mas, no momento, eu acredito que não se justifica.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Donizeti, gostaria de ouvi-lo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu acompanho a opinião dos demais nesse sentido, na linha que colocou a Relatora. Se, no decorrer da apuração, das investigações que esta Comissão vai fazer, aparecer a necessidade, aí eu não teria nada contrário. Mas, neste momento, não vejo que seja necessário, em função do que foi colocado aí. Então, acompanho o voto da Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Gostaria de ouvir o Senador Raimundo Lira. Quer falar alguma coisa sobre estes dois Requerimentos: o nº 6 e o nº 8?

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Presidente, eu quero informar a V. Ex^a que não sou membro desta Comissão. Apenas me foi oferecida a participação nela e eu quis vir assistir aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Vamos pedir que você a integre também. Seja bem-vindo.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas, pelo que ouvi da Relatora, como Parlamentar, como Senador, eu concordo totalmente com essa tese.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado.

Eu só gostaria de fazer aqui uma justificativa do porquê dessa nossa pretensão de convidar a Sr^a Erenice Guerra.

No final do mês de março, o Brasil foi surpreendido com a Operação Zelotes, conforme já é de conhecimento de todos, de todos os brasileiros até. As suspeitas são de que, por meio de intermediários, conselheiros cobravam propinas para anular atuações do Conselho do Carf. Esse esquema criminoso, desbaratado pela atuação determinante da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, teria atuado em cerca de 74 processos, causando um prejuízo já apurado de aproximadamente R\$5,7 bilhões, segundo notícias divulgadas na imprensa nacional. Naturalmente a ocorrência de tais fatos criminosos seria impossível sem o envolvimento direto de conselheiros integrantes do Carf, nomeados por ato do Ministro da Fazenda.

Em face disso, é de fundamental importância para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito colher o depoimento da advogada e ex-Ministra Chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, a quem se atribui a responsabilidade pela indicação de conselheiros para integrar o Carf, além de ter atuado profissionalmente ao lado do Conselheiro José Ricardo da Silva, um dos mencionados no curso das investigações realizadas pela Operação Zelotes.

Eu, antes de colocar em votação, gostaria de fazer aqui um ligeiro comentário. Eu sou um chegante na Casa, sou um principiante na política...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, discordo.

V. Ex^a é uma estrela nesta Casa. Tem se destacado muito e tem conduzido muito bem a Presidência da CPI do Carf.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Quero parabenizá-lo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador e meu Presidente Otto, da tão conceituada Comissão CMA.

Eu vejo que esta Comissão tem que ser apartidária. Ao começarmos os nossos trabalhos – no momento eu respeito e sempre iriei respeitar a opinião de cada um dos nossos Senadores e Senadoras –, ao caminhar dos trabalhos desta Comissão, eu espero que todos nós aqui estejamos imbuídos do mesmo objetivo, que é resgatar

a credibilidade das nossas instituições no Brasil, que eu vejo que foram todas, nesses últimos anos, nessa última década, deterioradas. Então, Senadora Relatora, isto, às vezes, preocupa-me um pouco, esses favores políticos.

E eu quero dizer que, diante da Presidência desta Comissão, pedindo sabedoria sempre a Deus, nós vamos executar os trabalhos desta Comissão de uma forma muito clara, sem proteção a quem quer que seja; se é da oposição ou se é da situação não importa para nós.

Eu só queria deixar esse recado e gostaria, então, de colocar em votação...

Com a palavra, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, só um registro.

O primeiro registro é que nós somos todos Senadores e Senadoras vindos das urnas, portanto não precisamos de recado. Aqui nós somos todos iguais.

Segunda questão, nós não queremos partidarizar os debates nesta Comissão. Exatamente por isso é que estamos rejeitando os requerimentos, porque não possuem qualquer fundamentação que permita a sua convocação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Ex^a colocou em votação o requerimento para a condução coercitiva, não foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, ainda não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Ainda vai colocar em votação.

Quanto a esse pronunciamento de V. Ex^a quero dizer o seguinte: no Brasil, eu acho que inclusive aqui no Senado, as CPI's precisam se aprofundar nas provas, provas contundentes como estes três convocados. Eles foram citados pela Polícia Federal, havia dinheiro em casa, R\$800 mil. O outro tinha um escritório que fazia tráfico de influência. Então, existem provas contundentes.

Mas nos casos que foram citados, no caso do Ministro Guido Mantega, sobretudo, eu votei contra porque eu deploro, sou contra o prejulgamento, a acusação superficial, sem provas, que quase que é uma prática no Brasil, e depois suja e macula a imagem das pessoas.

Por isso o aprofundamento, aqui, deve ser feito, mas o julgamento superficial é uma coisa que, no Brasil, é prática, e eu acho que nós devemos aqui na CPI ter responsabilidade para aprofundar as provas, mas não em um julgamento superficial.

Por isso é que eu votei contra a vinda do Ministro Guido Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu coaduno plenamente com tudo o que V. Ex^a, Senador Otto, colocou.

E quanto à fala do Senador Pimentel, a quem eu tenho o maior carinho e o maior respeito, o que eu disse é que eu percebi, principalmente na CPMI da Petrobras, que eu participei por menos de 60 dias, que havia um cabo de guerra entre oposição e situação.

E é exatamente sobre esse assunto, sobre essa minha experiência que eu tive, Senador Pimentel, é que eu espero que nesta nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar possíveis desvios de dinheiro público, nós não venhamos a ter o que nós tivemos da CPMI da Petrobras nesta Casa. Era tão somente sobre isso que eu queria fazer o registro.

Quer falar? Com a palavra, Senador Donizeti? Não?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, vamos votar os requerimentos de nº 6 e 8.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitados.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, apenas um voto favorável do Sr. Presidente, todos os demais rejeitaram. Só para registrar na Ata.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... vota, evidentemente.

Vota, vota, eu sou autor do requerimento, então...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Mas sem problema.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas Presidente não vota.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sem problema.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Se passasse a Presidência para o Donizeti para vir aqui votar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos, então, a convocação...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É importante que isso fique registrado na Ata, o requerimento foi rejeitado à unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quanto aos nossos convidados, então, o Sr. Leonardo Siade Manzan, Sr. Nelson Mallmann e Paulo Roberto Cortez, vamos convocá-los coercitivamente? Eu consulto os nobres Senadores.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu acho que há unanimidade para que esse ato seja para que procedamos desta forma.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu só gostaria de pedir que marquemos uma data para semana que vem e não fique uma convocação solta.

Vamos conduzi-los, coercitivamente, para a próxima terça-feira. Pode ser, Sr. Presidente e Sr^a Relatora? Quinta-feira?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quinta.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – No mesmo horário, às 9h30?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – No mesmo horário, próxima quinta-feira?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, também sou favorável que sejam tomadas as medidas legais necessárias para trazê-los coercitivamente, os três.

E vamos manter no dia 18, que é a próxima quinta-feira, às 9h30 para que não tenha qualquer margem de desculpa para não estarem presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, concordo plenamente com a proposição de quinta-feira, às 9h30.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – De acordo, portanto, ...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só queria fazer um reparo, Sr. Presidente.

Em vez de 9h30, vamos marcar às 9 horas. Às 9 horas fica melhor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Nove horas, pode ser. Para começar mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Todos de acordo para às 9h do dia 18/6/2015?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, às 9h.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Não sendo no horário do Senador Blairo, pois hoje eu fui marcar a minha presença às 8h e ele já tinha passado 7h da manhã. Aí não dá. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas o Senador Paim já havia passado antes dele, viu? *(Risos.)*

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É que nós temos a Comissão de agricultura e começa pontualmente às 8h. E nós começamos pontualmente, hoje, às 8 horas, a Comissão de Agricultura, como sempre, às quintas-feiras, 8h da manhã, para debater os assuntos relativos à agricultura brasileira.

E na agricultura, todos já acordam cedo, quem produz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É hora de trazer o leite. Então nós iniciamos às 8h. É importante. Às 9h é bom. Dá tempo de debatermos, das 8h às 9h, as questões da Comissão de Agricultura na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito, Senador Acir Gurgacz.

Eu queria prestar uma informação aos senhores antes de passar a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Relatora, que vai fazer a sua apresentação do plano de trabalho.

Eu queria dizer que eu, juntamente com a Relatora e o nosso Vice-Presidente, Donizeti, nós estamos a buscar informações dia e até noite para trazer a todos os membros desta Comissão. Então nós procuramos o Ministério Público Federal, por intermédio do Dr. Frederico e de outros, também a Polícia Federal.

Agora tivemos a informação de que, no Poder Judiciário, que está à frente dessa Operação Zelotes, houve primeiro a mudança do juiz titular, depois para o Dr. Ricardo, depois para a Dr^a Poliana e hoje está sob a responsabilidade da Dr^a Mariane ou Mariana. E queria dar uma outra informação...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Já foi votada a questão da convocação, Sr. Presidente?

Então vamos votar, senão não teremos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É só dar essa informação. E que, na segunda-feira, faremos outra reunião para trazer... O Ministério Público Federal vai nos fornecer aqueles dados que nós solicitamos a ele.

Passo a palavra, então, à nossa Relatora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Temos que votar a convocação coercitiva.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, votar a coercitiva.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, não é necessário. Tive a informação de que não é necessário.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É melhor votar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então vamos colocar em votação a convocação coercitiva dos nossos convidados.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Passo a palavra então à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos lá.

Apresentação do plano de trabalho.

1. Introdução.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), criado pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, instalado em 19 de fevereiro de 2009 por meio da Portaria nº 41, de 17 de fevereiro de 2009, do Ministro da Fazenda, resultou da unificação do 1º, 2º e 3º Conselhos de Contribuintes, bem como da Câmara Superior de Recursos Fiscais, consubstanciando-se em órgão colegiado paritário integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, com competência para julgar recursos de decisão de primeira instância versando sobre a aplicação da legislação tributária federal.

A ideia da unificação foi proporcionar maior racionalidade administrativa, redução de custos operacionais e melhorar o aproveitamento e a alocação dos recursos, considerando que os três conselhos tinham a mesma natureza e finalidade, porém estruturas administrativas distintas, com sobreposição de tarefas e fluxos de trabalho.

O Carf é composto por três seções compostas por quatro câmaras cada, sendo estas integradas por turmas ordinárias e especiais e pela Câmara Superior de Recursos Fiscais. Cada turma é composta por seis conselheiros, sendo metade deles representantes dos contribuintes e metade representantes da Fazenda Nacional.

Esse órgão, que tem origens históricas ainda no início do século XX, sempre teve prestigiada e reconhecida a sua competência técnica, contando em seus quadros com profissionais habilitados. Entretanto, infelizmente foi o palco do cometimento de atos diversos de corrupção perpetrada por agentes públicos e privados, além de grandes corporações, em detrimento do Fisco e, por conseguinte, dos contribuintes brasileiros.

Há suspeita, conforme o requerimento da criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, de que julgamentos realizados no âmbito do Carf foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente tributos cobrados, resultando em sonegação fiscal da ordem de R\$19 bilhões. Tudo isso foi descoberto com a deflagração da chamada Operação Zelotes, levada a cabo pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal com as devidas autorizações da Justiça Federal.

Efetivamente, existem indícios de irregularidades no julgamento de 74 processos envolvendo dívidas de bancos, montadoras de automóveis, siderúrgicas e outros grandes devedores, o que consistiria na maior fraude tributária já descoberta no País. Conforme divulgado pela imprensa, o prejuízo ao Erário já verificado é em torno de R\$6 bilhões.

Segundo se tem notícia, os agentes privados devedores de tributos teriam cooptado conselheiros do Carf, tanto da classe de auditores quanto dos contribuintes, para obter decisões do conselho que implicassem redução ou exclusão dos valores devidos ao Fisco.

Essas condutas, uma vez comprovadas, configuram em tese os seguintes delitos: advocacia administrativa fazendária, sonegação fiscal, corrupção ativa, corrupção passiva e/ou concussão, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, associação criminosa, dentre vários outros, crimes gravíssimos cuja reprovabilidade se mostra tão maior quanto vultosos são os valores que deixaram de vir aos cofres públicos por conta da atuação do grupo.

Para se ter uma ideia, os valores possivelmente suprimidos ao Fisco são o triplo das perdas que a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras teve com atos de corrupção de alguns de seus agentes. Curiosamente, porém, grande parte da mídia parece ter "esquecido" – entre aspas – os desvios do Carf, talvez porque entre os suspeitos pela prática dos atos criminosos estariam grandes corporações, inclusive do sistema financeiro.

Com isso, torna-se ainda mais importante a atuação do Senado Federal na investigação de tais fatos, logicamente de forma complementar à investigação já existente por parte do Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

Na qualidade de Relatora, buscaremos estruturar a investigação e os trabalhos da forma mais racional possível, aproveitando os dados já colhidos na investigação existente e procurando evitar sobreposição de atos, principalmente, de forma que possamos concluir pelas alterações do ordenamento jurídico que certamente serão necessárias a fim de evitar que atos tão ignóbeis se repitam.

2. Da Delimitação do Objeto da Investigação.

Além das informações constantes do requerimento de criação desta CPI, consideramos necessário neste plano de trabalho delimitar espacial e temporalmente o objetivo da investigação, até mesmo para que possam concretizar o requisito do fato determinado, exigido no §3º do art. 58 da Constituição Federal.

Nesse sentido, são sempre citadas pela precisão as lições de Pontes de Miranda para quem fato determinado é aquele que cumpre os seguintes requisitos:

- a) no plano de existência, se houve o fato ou se não houve;
- b) no plano da legalidade, se o fato compõe determinada figura penal ou ato ilícito civil ou administrativo;
- c) no plano da topografia, onde se deu o fato;
- d) no plano do tempo, quando se deu o fato; e
- e) no plano da quantitatividade, se houve redução do fato ou quanto sobe o prejuízo.

No caso sob exame, a definição dos planos de existência da legalidade, do local e da qualidade já estão suficientemente verificados, como vimos no item anterior. Falta apenas delimitação temporal.

Sugerimos que o marco inicial da apuração seja fixado no ano de 2005, momento em que coincide a delimitação da própria Operação Zelotes. Demais disso, ressalte-se a possibilidade de que esta Comissão investigue quaisquer outros fatos conexos aos aqui expostos à medida que forem descobertos, conforme interativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, registre-se que a CPI tem poderes para investigar até mesmo fatos objeto de inquéritos sigilosos, como é o caso em tela.

Passamos, ora em diante, a detalhar a estratégia investigativa desta relatoria.

3. Da Estratégia de Investigação.

Propomos ao plenário desta Comissão pautar a investigação em dois pilares, sempre por meio da definição clara das linhas a serem adotadas, a fim de trazer racionalidade aos trabalhos, quais sejam:

- a) compartilhamento de informações e busca da eficiência das apurações;

- b) prioridade na investigação dos grupos e corporações beneficiados.
- Explicamos.

Em primeiro lugar, é preciso evitar o retrabalho. Se já existe uma investigação em curso, que nós busquemos obter as informações lá coletadas, de modo a podermos otimizar os trabalhos da Comissão.

Não devemos ficar aqui ouvindo as mesmas pessoas ou analisando os mesmos documentos já objeto de investigação, o que ocorre nas instâncias judiciais.

O papel desta CPI e do Senado têm que ser ativo e pró-ativo, usando dos poderes de investigação próprios de autoridade judicial, que nos são conferidos pelo §3º do artigo 58 da Constituição Federal para produzir provas que, inclusive, sejam úteis para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal.

Justamente por isso, na primeira reunião desta Comissão já aprovamos o envio de ofícios para obtermos os documentos da Operação Zelotes, que serão devidamente analisados pelos membros desta Comissão e pelas suas assessorias, além de podermos contar com o apoio da Advocacia e da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

O que devemos fazer, e ora proponho, é que nos antecipemos à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, investigando linhas que lá não estejam ainda esclarecidas ou lançando luz sobre aspectos lá ainda não analisados. E é aqui que chega o segundo pilar da investigação: o foco nos grupos corruptores.

Tradicionalmente no Brasil, as investigações sobre mal feitos ou desvios envolvendo recursos públicos focam principal ou exclusivamente nos agentes públicos corruptos. Casualmente ou não, são "esquecidos" – entre aspas – os grupos corruptores.

Precisamos inverter essa lógica. Obviamente que devemos investigar os agentes públicos que cometeram ilícitos, mas propomos adotar como estratégia a inversão da tradicional investigação. E se focarmos inicialmente nos agentes corruptores, cremos que essa estratégia tende a ser muito mais produtiva, além de servir para complementar os inquéritos que correm na Justiça.

Nesse caso específico, são suspeitas de pagarem propina para conselheiros do Carf grandes corporações, e eu cito aqui – repito, cito aqui tudo aquilo que foi fartamente divulgado pela imprensa. Ou seja, não há nada inventado por nós – empresas como Ford, Santander, HSBC, entre outras multinacionais.

Consideramos ser mais justo, produtivo e eficiente começar a investigação por essas empresas. Se desarticularmos o modelo de sonegação, certamente chegaremos à ponta da cadeia, aos agentes públicos corruptos.

Para que essa estratégia dê certo, será necessário, contudo, traçar muito bem as linhas de investigação e a sequência em que pretendemos conduzir os trabalhos, o que exporemos no item a seguir.

4. Das linhas da investigação.

A primeira linha: as empresas beneficiadas.

Investigaremos as empresas possivelmente corruptas, beneficiárias dos indevidos julgamentos do Carf. Essa investigação deve abranger as seguintes medidas, entre outras: a convocação para oitiva de executivos das empresas na época dos fatos investigados; a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas, referente ao período da investigação; cruzamento de informações relativas às movimentações suspeitas das empresas e dos conselheiros do Carf, com as decisões do Conselho em que as corporações possivelmente corruptoras teriam sido beneficiadas.

Como se percebe, para nenhuma das três medidas se faz necessário ordem judicial, basta decisão do Plenário desta Comissão, o que certamente permitirá uma aceleração dos trabalhos investigativos.

Segunda linha: os agentes corruptos.

Todo ato de corrupção possui dois polos: o corruptor e o corrupto. Cremos que, como foi dito, a maneira mais fácil de desvendar o mecanismo de atos criminosos como esses é começar a investigar pelo lado dos corruptores, para, a partir de então, encontrar provas das vantagens indevidas recebidas pelos agentes públicos corruptos.

É preciso aqui fazer uma observação: todos os conselheiros do Carf são agentes públicos, mesmo aqueles que são representantes dos contribuintes – mesmo aqueles. Isso porque, segundo a definição de Lei de Improbidade Administrativa, considera-se agente público "todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra

forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades" da Administração Pública (art. 2º da Lei nº 8.429, de 1992).

Da mesma forma, o artigo 327 do Código Penal define funcionário público como "quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública".

Ora, os conselheiros representantes dos contribuintes exercem função pública, ainda que de forma remunerada. Logo, são considerados agentes públicos para fins de improbidade e funcionários públicos para fins penais.

Por todos esses motivos, será necessário abrir essa segunda linha de investigação, para apurar os atos de improbidade e de corrupção desses agentes públicos, o que será feito num segundo momento, após investigarmos as empresas corruptoras – ou eu diria até que eles caminharão de forma concomitante.

Terceira linha: os intermediários dos atos de corrupção.

Como em outros escândalos de corrupção já conhecidos no Brasil e no mundo, no caso do Carf também não há, a princípio, um contato direto e imediato entre corruptores e corruptos. Geralmente há agentes que fazem o papel de aproximar os dois polos de corrupção. Se desvendarmos a dinâmica do lado dos corruptores – que é a primeira linha – e a dos corruptos – segunda –, ficará mais clara a conexão feita por agentes especializados nessas práticas escusas: doleiros, lobistas, etc..

5. Provas a serem produzidas.

Sem prejuízo da colheita de outros meios de provas que se mostrem necessários ou convenientes à investigação, durante os trabalhos propomos à CPI utilizar as provas a seguir:

a) prova testemunhal, a ser colhida por meio de oitivas com as pessoas que podem confirmar a existência e o funcionamento do esquema criminoso;

b) interrogatório de investigados, respeitado o direito constitucional ao silêncio;

c) acareação, em caso de haver contradição entre depoimentos e testemunhas ou interrogatórios de investigados;

d) provas documentais consistentes nos resultados de julgamentos do Carf e nos documentos que comprovem a movimentação bancária e fiscal dos envolvidos, além da quebra dos sigilos de dados telefônicos;

e) provas periciais, caso se torne necessária a realização de perícia contábil ou financeira nos documentos listados acima;

f) interceptações telefônicas e telemáticas – nesse caso, com a devida e necessária autorização judicial, nos termos do artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal, caso a Comissão considere a necessidade de verificar desdobramentos do esquema criminoso.

Por fim, já nas conclusões...

6. Resultados esperados.

A partir das investigações, esta Comissão poderá chegar com sucesso às seguintes conclusões, que constituem o objetivo e, por conseguinte, os resultados esperados de nossos trabalhos a partir do plano de trabalho que ora apresentamos.

a) formulação de propostas de responsabilização civil e criminal dos infratores, a serem encaminhadas, na forma do relatório final, ao Ministério Público Federal;

b) elaboração de sugestões e ações civis públicas de indenização ao Erário pelos valores não recolhidos, a serem encaminhados à Advocacia-Geral da União e ao Ministério Público Federal;

c) apresentação de projetos de lei de autoria da CPI que visem a aperfeiçoar o funcionamento das instituições e do Sistema Tributário Nacional, com o cuidado de não esbarrarmos na reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Considero esse um item fundamental, porque eu acho que já há uma grande convergência entre todos nós, que é a necessidade de uma reformulação para além daquela que vem sendo operada hoje.

É bom que se diga: essas mudanças que estão sendo operadas e estão em curso hoje no Carf já estão levando à renovação em 80% dos conselheiros. Mas nós precisamos, a partir de um estudo de caso de vários países do mundo, ver o que podemos propor de modificação para tornar esse sistema mais ágil.

Não é possível o Carf continuar a levar oito anos, em média, para votar um processo – sem somar as instâncias anteriores e as instâncias posteriores, que estão no Poder Judiciário. Ou seja, 18, 20 anos para o julgamento de uma ação. E quando esta ação está prestes a ser julgada, a empresa geralmente entra no Refis e recolhe aquilo de uma forma muito menor.

Então, eu creio, Senador Pimentel, que vou sair daqui muito especialista, porque vou querer me dedicar muito à matéria e aprender muito com V. Ex^a e com todos os nossos pares aqui.

O Brasil talvez não precise de mais tributos. O Brasil precisa recolher os tributos que deixam de ser recolhidos, não permitir com que os tributos previstos em lei continuem sendo desviados como são. E dizem: "o Sistema Tributário é um sistema complexo". Exatamente! Com esse objetivo. A complexidade é exatamente para propiciar esses tipos de ação.

Então, eu acho que o trabalho que esta CPI tem é gigantesco. E por isso, nosso caro e querido Presidente, quero aqui concordar com tudo que o Senador Otto falou, a respeito de V. Ex^a. E V. Ex^a tem tido muito cuidado para que a gente possa levar um trabalho conjunto, trabalho coletivo.

Então, nós, em momento nenhum devemos... Nós, sim, não devemos deixar, nem nós provocarmos e nem deixar que provoquem qualquer tipo de partidização, porque nós estamos diante de uma questão muito maior do que isso, que é uma questão histórica, que tem laços profundos no Estado brasileiro. Não é de agora, não. É desde a época em que o ouro era desviado através dos santos de pau oco, é desde aquele período. Nós estamos diante dessa oportunidade.

Então, é sobre isso que nós temos que investigar, é sobre isso que nós temos que estudar, para fazer a apresentação das nossas propostas.

E, por fim, o encaminhamento à Presidência da República de minutas de projeto de lei, cujas iniciativas sejam de exclusividade do Poder Executivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Para discutir, passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Bom, em relação ao plano de trabalho, eu acho que ele contempla todos os aspectos que devem ser objeto de investigação desta CPI.

Segundo, acho muito pertinente a preocupação principal que S. Ex^a Relatora estabelece, porque eu acho que a maior contribuição que nós podemos dar ao País, com esta CPI, mais até do que identificar quem sonegou, quem foi corrompido, embora esse seja o escopo principal, é nós darmos algum tipo de contribuição para que essa cultura de que o crime de sonegação é uma coisa aceitável socialmente, é apenas o exercício de uma certa esperteza, possa ser mudada.

Diferentemente do Brasil, onde quem sonega é apenas o mais esperto, o mais inteligente, ou é assim considerado socialmente, em outros países, o crime de sonegação é entendido na sua dimensão, a de estar roubando da sociedade recursos que seriam aplicados em benefício da própria sociedade. Aqui se agrega o discurso cínico de "como os serviços públicos não prestam, então, isso justifica que eu não contribua". E aí cria-se aquele círculo vicioso de quem vem antes e quem vem depois.

Então, se nós pudermos, seja do ponto de vista de legislação, seja do ponto de vista do exemplo do que essa apuração possa levar, contribuir para a mudança dessa cultura, eu acho que o Brasil já ganha muito.

Aí com certeza não seria tão necessário estar discutindo, o tempo inteiro, aumento de carga tributária, criação de novos impostos. Às vezes, é até engraçado que os que mais são contra isso, são os que mais sonegam os impostos, são os grandes capitalistas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pois é. Então, eu acho que o relatório, a proposta de plano de ação deve ser aprovada como está.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr^a Relatora e Srs. Senadores, eu quero iniciar registrando a qualidade do plano de trabalho, a dedicação da nossa Relatora Vanessa Grazziotin aqui apresentando um conjunto de itens que vai contribuir e facilitar o trabalho da nossa Comissão.

E tenho clareza de que nós deveríamos, também, nobre Relatora, incluir mais um item que tratasse das medidas legislativas, para que nós pudéssemos elaborar normas para impedirmos essas coisas.

Então, seria o item 7: medidas legislativas.

Elaborar estudos e projetos legislativos que venham a aperfeiçoar a legislação, visando a impedir a prática dos delitos aqui investigados. Porque, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, que nós estamos fazendo o processo de investigação, a nossa Consultoria poderia nos fazer uma série de estudos e sugestões para que, ao término do nosso Relatório, tivesse isso apresentado e transformado em projetos de lei, aqui na Casa.

Eu sou um daqueles que está chegando à convicção de que o Carf precisa ser extinto. Até porque é uma experiência única no mundo. E a jabuticaba é uma boa fruta, mas as outras experiências não são boas. Vamos ver o que existe de mais atualizado nos países mais desenvolvidos, com as suas democracias consolidadas, que respeitam o contribuinte e que asseguram, ao Estado, arrecadar sem perseguir ninguém.

Aqui, da maneira que o Carf foi estruturado, e não faz apenas dez anos, faz mais tempo, mudou só de nome, nos dez anos, foi um sistema feito para achacar parte dos contribuintes. E a esse processo nós precisamos pôr fim.

Sou um daqueles que entendem que a lei de arbitragem bem elaborada, com pesos e contrapesos, pode ser uma saída. Mas vamos ver, porque existem outros países para partirmos da experiência deles. E os erros que eles cometeram, a gente não venha a cometer nos passos seguintes.

Por isso eu pediria à nossa Relatora que a gente incluísse um capítulo sobre isso, até para que a nossa Relatora e o nosso Presidente pudessem demandar junto à nossa Consultoria.

Quero registrar, também, de que até 2003, 2004, era comum no Brasil a palavra de planejador tributário. Graças a Deus, saiu do nosso dicionário e do nosso linguajar diário, essa palavra. Fruto, exatamente, de todo um processo que está sendo construído no Brasil, independentemente de partido político. Mas uma iniciativa de toda a sociedade para combater os deslizes, as corrupções e os ilícitos. E o papel desta Comissão, não tenha dúvida de que os nossos pares todos estão empenhados com esse compromisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço a palavra do Senador Pimentel e passo a palavra para o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, parabeno a Relatora pelo trabalho, que é de uma qualidade extraordinária. Concorro com a emenda do Senador Pimentel e quero falar rapidamente da minha compreensão, Senador Pimentel, Senador Ataídes, nosso Presidente, nossa Relatora Vanessa.

O que fica claro para mim, nessa questão do Carf, que era uma coisa que eu não compreendia bem, é que é um daqueles instrumentos que a elite brasileira construiu para se proteger. Porque, nesse modelo, o Estado, a sociedade já entram perdendo, porque é paritário. Se perder no Conselho do Carf, o Estado não recorre à Justiça. Ao contrário, se perder, o contribuinte é penalizado pelo ilícito ou pela ideia do ilícito, pode recorrer à Justiça. Então, a sociedade já entra perdendo nesse modelo. Portanto, ele só pode ser um aparelho construído para proteger aqueles que foram, ao longo da história, os exploradores, os sugadores das energias do País e do povo, para se protegerem.

Então, eu fico com a convicção que esse modelo não serve, que a gente tem que construir outro modelo. E quanto a esta questão de a gente preparar as medidas legislativas, eu penso, por exemplo, que, naquilo em que for possível simplificar, cada dia mais, a relação do contribuinte com o aparelho do Estado que facilite a fiscalização, que facilite a operação disso, será muito importante.

Com todas as medidas legislativas que a gente puder pensar sou de acordo e me proponho estar imbuído a trabalhar nisso, com o conjunto dos Senadores aqui da Comissão e com as equipes técnicas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço ao Senador Donizeti e vou fazer só um breve comentário, porque a nossa Senadora está atrasada para um compromisso.

Senadora Vanessa, nossa Relatora, primeiro eu quero lhe parabenizar, porque, em um espaço tão curto de tempo, V. Ex^a, em poucas páginas, disse tudo. Ficou faltando, que V. Ex^a até disse, verbalmente, mas não colocou no papel, e o Senador Pimentel bem colocou, o item 7, que é a medida legislativa.

Mas eu quero fazer um comentário muito rápido aqui, onde V. Ex^a coloca que nós não devemos requestrar, nós não devemos usar essa figura de linguagem pleonasma: "subir para cima", "descer para baixo". Que é o que, lamentavelmente, está acontecendo em outras CPIs, inclusive hoje, na Câmara.

Tudo aquilo que já foi visto pela Operação Lava Jato está sendo requestrado aqui, na Casa. O tempo é muito curto e nós não podemos perder tempo, e V. Ex^a colocou que nós, então, não pretendemos ficar requestrando coisa que já aconteceu.

V. Ex^a falou sobre a responsabilidade desses conselheiros e conselheiras indicados pelo sistema financeiro e pelo sistema dos contribuintes em geral. E aí mencionou uma lei e mencionou também o art. 327 do Código Penal, pelo qual eles têm responsabilidade penal. E eu até fiz questão de pegar, Senador, o art. 70 da nossa Constituição Federal, que, no parágrafo único, diz que "prestará contas qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assuma obrigação de natureza pecuniária". Então, salvo melhor juízo, esses conselheiros também têm aqui incluída a sua responsabilidade na nossa Constituição.

Passo a palavra, então, para V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, em princípio, a ideia era oferecer vista do relatório, mas acho que já podemos aprovar o plano.

Eu quero acatar a sugestão do nobre Senador Pimentel e dizer que a gente vai promover uma pequena mudança na apresentação. Creio que ficaria melhor assim: item 1 – Introdução; item 2 – Investigações. E o que seriam o item 2 – Delimitação do objeto da investigação e o Item 3 – Da estratégia da investigação, ficaria como item 2 - Investigações, item 2.1 – Delimitação, item 2.3 – Estratégia... Ou seja, todo o item 2 é a investigação. E o item 3 passaria a ser a parte das medidas legislativas... E aí peço a colaboração do Senador Pimentel para que a gente possa fazer uma redação, porque considero isso uma parte muito importante. E, por fim, o item 4 seria "Dos resultados esperados". O que é 6 ficaria como item 4 – Dos resultados esperados. E fecharíamos o relatório dentro desse conteúdo, que acho que já podemos encaminhar a voto hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem.

Então, vamos colocar em votação o plano de trabalho que a nobre Relatora nos apresentou hoje aqui.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o plano de trabalho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também coloco em votação a Ata da 3^a Reunião.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com ela permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Um bom dia a todos.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

Senador Ataídes Oliveira

Presidente

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2015, às 09 horas e 57 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores **José Pimentel, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Hélio José, Vanessa Grazziotin e Cássio Cunha Lima**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Humberto Costa, Acir Gurgacz, Otto Alencar, Wilder Moraes e Douglas Cintra**. Na ocasião, foi realizada oitiva dos Srs. Jorge Victor Rodrigues e José Ricardo da Silva. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos, bom dia a todas. Bom dia à nossa Relatora, Senadora Relatora Vanessa Grazziotin. Temos aqui hoje também o meu grande Líder, Senador Cássio Cunha Lima, sempre tão coerente e prudente nos seus discursos, nas suas falas. É uma honra muito grande tê-lo aqui conosco.

Lamentavelmente, Senador Cássio, estamos aqui a iniciar uma reunião que hoje, quando me levantei, Sr. Relatora, denominei como mais uma reunião para ouvir, ou melhor, em que teremos o silêncio. Estou caracterizando esta reunião como o silêncio dos culpados.

Senador Cássio, esta CPI do Carf foi desencadeada pela Operação Zelotes – Ministério Público Federal e Polícia Federal. Foi esclarecido pela imprensa que houve um desvio acima de R\$5 bilhões, mas hoje aqui, ao lado da nossa Relatora, já chegamos à conclusão de que esse desvio dentro do Carf é muito superior a esses R\$5 bilhões. Só nesses últimos cinco anos, foram julgados dentro do Carf praticamente R\$1,5 trilhão; e, no Poder Judiciário, a União tem mais de R\$2 trilhões.

Mas, aqui, nós temos muitas dificuldades, Senador Cássio, porque, junto ao Supremo Tribunal Federal, sob a égide do art. 5º, se não me falha a memória, inciso LXIII, eles conseguem *habeas corpus* e, aqui então, permanecem calados. Isso dificulta horrores os nossos trabalhos, sendo que eles também estão perdendo uma grande oportunidade de fazerem as suas defesas.

Portanto, em 27 de agosto de 2015, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 407, de 2015.

São nossos convocados hoje o Sr. Jorge Victor Rodrigues, Requerimento nº 19/2015, de autoria do Senador José Pimentel, tão atuante também nesta Comissão; o Sr. Alexandre Paes dos Santos, Requerimento nº 23/2015, também de autoria do Senador José Pimentel; o Sr. Edson Pereira Rodrigues, Requerimento nº 107/2015, aprovado também pelo Plenário desta Comissão, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Relatora; e também o Sr. José Ricardo da Silva, Requerimento nº 113/2015, de minha autoria, Ataídes Oliveira.

Aqui, senhoras e senhores, está realmente o núcleo de todo esse esquema criminoso do Carf, do contencioso da União. Mas, lamentavelmente, o Sr. Alexandre Paes dos Santos, através de seu advogado, nos enviou petição que diz o seguinte:

Alexandre Paes dos Santos, já qualificado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado, tendo em vista a intimação para seu comparecimento na audiência desta Comissão no dia 27/08/2015 (quinta-feira) [hoje], informar e requerer o que se segue.

Conforme petição anteriormente protocolada junto a esta Comissão, informou-se adequadamente a viagem do Requerente para Orlando, nos Estados Unidos, entre 29/07/2015 e 15/09/2015 [coincidentemente, com o retorno dele, após o término da CPI], para acompanhar o tratamento quimioterápico de sua irmã, que sofre de câncer maligno nas mamas e na tireoide.

O acompanhamento e a ajuda pessoal do Requerente é bastante importante já que sua irmã vive apenas com a mãe, que já é bastante idosa e conta com 83 anos. [É lamentável a doença de sua irmã, evidentemente.]

Diante disso e do curto espaço de tempo entre a convocação e a data da audiência, o Requerente informa que não poderá comparecer na audiência dessa quinta-feira.

Não obstante, o Requerente reitera os termos da petição anterior e se coloca à disposição desta Comissão para prestar os devidos esclarecimentos e colaborar com as investigações.

Portanto, requer-se seja o comparecimento do Requerente, se necessário, adiado para o dia 15/09/2015 [ou seja, após o término da nossa CPI, se nós não conseguirmos as assinaturas para a prorrogação da mesma], diante da impossibilidade de se fazer presente na data indicada.

Assim sendo, peço à Secretaria da Mesa que, se o Sr. Alexandre Paes dos Santos, não comparecer na próxima reunião, tome as providências para que a condução do mesmo seja coercitiva.

Portanto, o Sr. Alexandre Paes dos Santos Neto não vai estar conosco hoje.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois não. Com a palavra, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ..., não sei se me fugiu alguma coisa, mas ele dá indicativo de quando retorna?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em 15 de setembro de 2015.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em 15 de setembro.

Então, não sei como poderíamos agir, como faríamos essa condução coercitiva que V. Exª propõe, com a qual, desde já, eu concordo, porque até lá ele não estará no Brasil. Como vamos fazer? Vamos buscá-lo no exterior, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A Secretaria toma as providências. A Secretaria tomará as providências.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não sei se temos possibilidade legal de fazer isso, porque nós também temos tempo. Não trabalhamos com todo o tempo do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos tentar ouvi-lo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não há dúvida nenhuma. Acho que não é tentar. Acho que esta CPI não tem como concluir seus trabalhos sem trazer uma pessoa que tem figurado como centro da maior parte das questões que a gente tem investigado aqui. Concordo, estou concordando com V. Exª. Eu só quero que fique bem claro que não estamos diante de um fato simples e que é preciso que o Senado Federal, que nossa Consultoria, que o setor jurídico se dedique e dê prioridade a isso para que, de fato, a gente possa trazer esse senhor e ouvi-lo perante esta CPI.

É este o questionamento que faço, é o reforço que quero fazer à decisão que V. Exª adota, com a qual eu concordo, e somente pretendo reforçar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

O nosso outro convidado, Sr. Edson Pereira Rodrigues, também pediu uma liminar ao Supremo Tribunal Federal, e a Ministra Cármen Lúcia deferiu parcialmente a liminar requerida para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Carf, o direito de ser assistido por seus advogados e se comunicar com eles durante a inquirição, garantindo-se a eles prerrogativas previstas na Lei nº 8.906, de 1994, e o direito de permanecer em silêncio.

Mas o Sr. Edson tomou outra providência. O Sr. Edson, Sr^a Relatora, mesmo diante dessa liminar, tomou outra providência: procurou um médico e o médico, então, deu a ele um atestado, dizendo que o Sr. Edson Pereira Rodrigues é portador de doença, CID J04 – a nossa Secretaria checkou o que diz esse CID, esse código de internação –, relativo a uma laringite. Ele o declara, então, impossibilitado, por três dias. E, assim sendo, ele não pôde estar hoje aqui conosco para fazer a sua defesa.

Portanto, a Presidência informa que os convocados José Ricardo da Silva e Jorge Victor Rodrigues obtiveram decisão, também em caráter liminar, perante o Supremo Tribunal Federal, para que lhes seja garantido o direito de permanecerem calados perante esta CPI, se assim o desejarem, além de à assistência de seus advogados.

O Sr. Alexandre Paes dos Santos, como já disse, apresentou petição, ele está fora do País.

Pois bem, Senadoras e Senadores, eu peço à Secretaria da Mesa que traga a esta Comissão o Sr. José Ricardo da Silva, por favor. *(Pausa.)*

Bom dia Sr. Jorge Victor e advogado. O nome do senhor?

(Intervenção fora do microfone.)

Dr. José Francisco.

O Sr. Jorge Victor já esteve aqui conosco.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Sr. Jorge Victor é sócio da empresa SBS Consultoria Empresarial, pessoa jurídica utilizada para dissimular as atividades criminosas de corrupção ativa e passiva, tráfico de influência, advocacia administrativa, fazendária e lavagem de dinheiro, e da VR Assessoria e Consultoria.

Foi conselheiro do Carf e é um dos principais alvos da investigação da Operação Lava Jato e desta CPI, seja porque é servidor público, conselheiro do Carf, seja porque atuou em parceria criminosa em diversos casos com Lutero Fernandes, Jeferson Salazar, Eduardo Cerqueira e Mário Pagnozzi.

No caso do Santander, participou diretamente da corrupção ativa e passiva do Conselheiro Jorge Celso Freire da Silva. E em favor também do Banco Safra, praticou tráfico de influência e corrupção ativa e atuou também traficando influência no caso do Bradesco, tentando render dois conselheiros para pedir vista e julgar a favor do banco, além de tentar vender decisões favoráveis na câmara superior do Carf, em conjunto com o Sr. Lutero Fernandes e Leonardo Manzan, que também já esteve aqui conosco.

Segundo essas informações da Zelotes, o que já podemos apurar, o que já tivemos oportunidade de apurar, praticou também crime de advocacia administrativa fazendária em pelo menos dois processos.

Depois disso tudo, percebo que V. S^a não tem um currículo, mas uma folha bastante corrida.

Sr. Jorge Victor, o senhor está sob a égide de uma liminar, novamente, da nossa Suprema Corte. Volto a perguntar ao senhor, que está em um momento único de fazer as suas defesas, junto aqui com o Dr. José Francisco, antes de passar a palavra à nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, pergunto se senhor quer colaborar com os trabalhos desta Comissão. Pela segunda vez, o senhor está aqui conosco. Agradeço a sua presença e espero que, desta vez, o senhor venha a colaborar conosco naquilo tudo que o senhor viu dentro do contencioso, dentro do Carf, tudo a que o senhor assistiu durante a longa data que teve lá dentro, e depois, como sócio destas duas empresas, a SBS e a VR, atuando em diversos processos.

A Operação Zelotes não vai deixar o senhor sossegado. Com o Ministério Público temos estado muito próximos, compartilhando informações, e eles já nos comunicaram que vão fazer

agora uma denúncia, até o dia 15 do mês subsequente, e o nome do senhor deve estar nessa lista. Mas o senhor aqui poderia fazer as suas defesas, e a levaríamos ao Ministério Público e também ao Dr. Cajado, que está conduzindo esse inquérito.

Antes de passar a palavra à nossa Senadora Vanessa Grazziotin, eu gostaria de perguntar ao senhor se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Sim, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, por favor.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu gostaria de dizer, primeiramente, que estou surpreso com a reconvocação porque, pelo introito que V. Ex^a fez, não vi nenhum fato novo que justificasse a minha segunda convocação. Por outro lado, nessa mesma preleção que V. Ex^a acabou de fazer, há imputações de crimes, acusações, quase um prejulgamento, pelos quais não fui sequer denunciado ainda. Posso vir a ser, mas ainda não fui.

Quero dizer mais: tudo o que eu tinha que falar a esta Comissão foi dito quando da minha primeira vinda aqui, e hoje farei uso do meu direito constitucional de permanecer calado diante de quaisquer perguntas a mim dirigidas por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A convocação de V. S^a pela segunda vez se deu pelo fato, Sr. José Ricardo, de que aqui, hoje, nós nos preparamos para ouvir o núcleo...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não sou o José Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perdoe-me. José Victor. O senhor só conhece José Ricardo.

Conhece José Ricardo?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não vou responder à pergunta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Correto.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Porque aqui, segundo o que já foi apurado pela Operação Zelotes e por nós, aqui, constitui o núcleo: o Sr. Jorge Victor Rodrigues, Alexandre Paes dos Santos, que era sócio do José Ricardo, o famoso APS, o Sr. Edson Pereira Rodrigues e o Sr. José Ricardo. Esse é o fator principal pelo qual nós resolvemos aqui, pelo Pleno deste colegiado, novamente chamá-lo a prestar esclarecimentos, bem como dar ao senhor uma nova oportunidade de se defender de tudo isso hoje que a CPI tem em seu poder, além do que já foi apurado pela Operação Zelotes. Contudo, como é um direito constitucional de V. S^a, nós, então, temos mais é que respeitá-lo e acatá-lo. E é dessa forma que nós agimos aqui, nesta CPI.

Portanto, eu passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin; e, depois, se o Líder, Senador Cássio Cunha Lima, quiser fazer uso da palavra, esteja à vontade.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Jorge Victor, o senhor veio a esta CPI hoje portando uma liminar para exercer o direito, que é constitucional e legal, de qualquer cidadão ou cidadã brasileira, de não falar absolutamente nada.

Perfeito? É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, antes de o senhor requerer essa decisão judicial, essa liminar, V. S^a fez algum outro pedido ao Poder Judiciário?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor não ingressou com um pedido para não comparecer a esta CPI? Para anular...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Como?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Foi no mesmo instrumento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foi no mesmo instrumento. Então, o senhor apresentou uma petição com duas solicitações: uma, para não vir...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Na verdade, eram três os pedidos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quais eram os pedidos?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – O de não comparecer, exatamente por não haver fato novo, e pelo fato de que a minha convocação fora feita com base no mesmo requerimento aprovado aqui e que deu origem à minha primeira convocação. Portanto, não haveria fato novo, em princípio, a justificar. Então, o meu primeiro pedido, formulado pelos meus advogados, foi no sentido de que eu não comparecesse a esta CPI em razão disso.

O segundo pedido, caso esse não fosse aceito, era para que fossem renovados os pressupostos do primeiro *habeas corpus*, para que eu pudesse permanecer em silêncio e não fosse constrangido, as normas de praxe no Supremo para esses casos.

E o terceiro pedido, se não me engano, era sobre o problema da convocação haver sido feita de forma eletrônica. Eu não fui convocado pessoalmente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente.

Então, como o senhor vê, o Poder Judiciário desconsiderou a primeira solicitação de V. Sª, entendendo que nós, a CPI, tínhamos total razão em convocá-lo novamente, mesmo sendo dentro de um mesmo requerimento, e que nós, portanto, temos o livre arbítrio para saber ou decidir quando convocarmos ou não qualquer pessoa que esteja envolvida com o fato investigado por nós aqui, nesta CPI.

E V. Sª foi convocado por conta de que muitos fatos, após a sua primeira vinda aqui, chegaram ao nosso conhecimento. V. Sª deve ser sabedor disso.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Mas não chegou ao meu...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Bom, esse já não é um problema nosso. Eu estou dizendo que fatos chegaram ao nosso conhecimento; então, por isso, nós o convocamos. E não foi para causar qualquer constrangimento a V. Sª, ainda porque o nosso objetivo não é esse, Sr. Jorge Victor. O nosso único objetivo é investigar os fatos graves, os fatos possivelmente ilegais que chegam ao nosso conhecimento, e, a partir dessa investigação, podermos contribuir com o Estado brasileiro. Este é o nosso único objetivo.

Então, o senhor fique tranquilo, que nós não o convocamos para lhe causar qualquer tipo de constrangimento.

Agora, V. Sª, mais que o nosso Presidente, que eu, que o Senador Cássio Cunha Lima ou que qualquer um aqui, sabe que V. Sª está envolvido em um processo do qual constam provas contundentes contra a sua atuação.

V. Sª foi conselheiro do Carf, não foi?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Fui; eu já respondi isso aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Já; mas é proprietário também de algumas empresas.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Algumas empresas que têm qual objetivo?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não vou responder, Senadora. A senhora me desculpe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Empresas que prestam serviços de assessoria jurídica, assessoria...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Legal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... legal, para atuarem em processos que tramitam onde?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Em várias instâncias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – No Carf?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Inclusive no Carf.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Inclusive no Carf. Então, já começa por aí. O senhor acha que é natural alguém, mesmo não sendo servidor público, que é o seu caso – o senhor não é servidor público; o senhor é um conselheiro, mas o senhor exerce temporariamente uma atividade do serviço público –, o senhor acha que é legal, é normal fazer isto: ser conselheiro, julgar processos e atuar nesses processos.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não vou contestar as provocações de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Bem, então, como o senhor percebe, a gente tem muito, nós teríamos muito o que conversar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Exª me permite?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A nossa Relatora não está provocando o senhor. Hoje, estou percebendo, Sr. Jorge Victor, que o senhor está mais nervoso do que naquele primeiro dia.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, nós lutamos muito para restabelecer no Brasil um Estado de direito, um Estado de direito democrático. Quero deixar muito claro que é a primeira vez na minha vida que estou frente a frente com o Sr. Jorge Victor Rodrigues. Não o conheço. Desconheço, inclusive, as suas atividades. O depoente já disse três vezes que está com *habeas corpus*, e este tem de ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador, temos a plena consciência do que V. Exª diz. Agora, cabe a nós, aqui nesta CPI, indagar, porque, de repente, o depoente pode querer falar alguma coisa. Agora, ele fala se ele quiser, mas, em momento algum, chegamos a faltar com o respeito.

O que eu li aqui são os fatos já acontecidos. Não estamos a criar fatos. Fatos são fatos.

Imagino que a Senadora iria fazer mais algumas perguntas e, depois, dispensá-lo, porque é este o procedimento que estamos tomando.

Agora, temos que tentar ver se o depoente fala alguma coisa, para acrescentar a esta CPI. Se não conseguirmos isso, vamos dispensá-lo.

Agora, a gente respeita. Pode ter certeza disso, Senador.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só gostaria de destacar aqui – não quero fazer observação com relação à intervenção do Senador Cássio, de jeito nenhum – que, como o depoente tem o direito de não falar absolutamente nada, nós temos o direito de convocar o depoente, e este nosso direito foi reforçado por decisão judicial inclusive. O depoente não tem obrigação nenhuma de responder, mas nós temos toda a obrigação de perguntar, mesmo que o depoente não diga absolutamente nada. E no meu entendimento, isso não é ação de constrangimento.

Se nós decidirmos, Sr. Presidente, ficar a manhã inteira fazendo cada uma das mais de cem perguntas que elaboramos juntamente com a Consultoria da Casa, em parceria com a Polícia Federal e em parceria com o Ministério Público, se nós quisermos passar a manhã inteira fazendo uma a uma de todas as perguntas, inclusive aquela, demonstrando negociações que envolvem quantias de R\$28 milhões, é um direito que nós temos, como o depoente tem o direito de ficar calado; tem o direito de ficar calado.

Mas, seguindo todos os procedimentos que temos adotado do início até agora, Senador Ataídes Oliveira, quero dizer que lamento muito, pelo fato de que, a cada semana, fica claro que não é este o caminho que nós devemos trilhar.

Eu já fui, Senador Cássio, já participei de muitas CPIs, agora, nenhuma que tenha a característica que esta tem: não temos conseguido um depoente que venha aqui e não venha livre de qualquer liminar para exercer o direito de ficar calado.

Então o procedimento, Senador, que nós temos que adotar, e a gente já sabe qual é, não sei se, daqui para frente, vale continuar convocando e procurando ouvir conselheiros, porque todos os que nós temos chamado aqui – nós temos focado muito nos conselheiros, e não só conselheiros, são conselheiros, são empresários, são proprietários de empresas, sócios de muitas outras –, enfim, já estão dizendo de forma muito clara que não querem e não têm intenção absolutamente nenhuma de colaborar, principalmente no âmbito desta CPI.

Nós já fizemos a proposta a outros que aqui vieram e eu só quero concluir a minha participação fazendo a proposta ao Sr. Jorge Victor Rodrigues: se ele concordaria em ter conosco uma reunião reservada, muito mais do que reservada, uma reunião secreta para poder ouvir e responder aos questionamentos, se ele está disposto a isso.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não, eu não estou disposto pela simples razão de que aos meus advogados tem sido negado acesso a todos os fatos, que inclusive V. Ex^a menciona, que foram apurados posteriormente a minha primeira oitiva. Nessa condição, eu entendo que não devo participar de qualquer coisa fora do inquérito propriamente dito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Diante dessa manifestação de V. S^a perante seu advogado, eu quero dizer que, quando V. S^a fala aqui que o acesso tem sido negado, isso não é um problema que diz respeito à CPI; isso é um problema que diz respeito ao Poder Judiciário. O que nós estamos lhe propondo é a possibilidade de o senhor ouvir os nossos questionamentos e responder. E quem sabe assim, ouvindo os nossos questionamentos, o senhor terá acesso aos fatos que estão sendo investigados e que envolvem diretamente a sua pessoa.

Mas V. S^a diz que não...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu, com todo respeito, proporia a V. Ex^a fazer de uma outra forma para que não fique caracterizada recusa minha em colaborar. A senhora poderia, a CPI poderia me encaminhar as perguntas que a senhora tem...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – ... os fatos novos...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – ... eu vou analisá-los...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A minha proposta eu já fiz...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – E me comprometo a vir aqui, se for o caso, numa sessão reservada para responder.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A minha proposta eu já fiz e ela permanece. Mesmo V. S^a...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Essa eu não aceito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Mas se, a qualquer momento, o senhor mudar de ideia, a proposta está mantida por parte desta CPI, sobretudo por parte da Relatoria.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Se a senhora mudar de ideia também, eu estou à disposição.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Se eu tiver acesso às informações e às perguntas que V. Ex^a pretende me formular, eu, com toda boa vontade, virei aqui a qualquer momento que V. Ex^a me convocar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O dinheiro público desviado desse contencioso, que a Operação Zelotes diz que pode chegar a R\$19 bilhões, matou muita criança, muito idoso pelo Brasil afora – nós sabemos disso.

Conforme V. Ex^a disse, Senadora Vanessa Grazziotin, nós temos o direito de perguntar. E o nosso depoente tem o direito de permanecer calado. Eu devo ter aqui umas cem laudas de *e-mails*, de degravações. Pois, agora, eu quero fazer perguntas ao senhor. Nós ficaremos aqui até às 18h. Mas eu quero fazer perguntas ao senhor, porque é um direito nosso.

Qual a motivação do senhor para exercer mandatos dentro do Carf?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

Quem são os seus sócios na SBS Consultoria Empresarial? Eu não ia fazer pergunta ao senhor, mas eu percebo que o senhor hoje está bem diferente daquela primeira vez em que o senhor esteve aqui. E há fatos novos, sim.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu estou constrangido. Eu já disse a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aqui hoje nós vamos ouvir o José Ricardo, que é o núcleo...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Com quem eu não tenho absolutamente nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas, até agora, ninguém tem. Até agora, ninguém tem.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não há qualquer prova, qualquer prova no processo de que eu tenha relação com os demais depoentes que V. Ex^a citou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor se chama Jorge Victor. Só uma degravação... Salazar... Uma degravação, a Degravação nº 9, que está no inquérito policial – eu abri aqui e achei –, do dia 8/10/2014, às 17h57, duração: 13 minutos e 8 segundos; interlocutor: Salazar e Jorge Victor.

Salazar diz para Jorge Victor que tem uma notícia boa para dar; o comprido, que é o carequinha, Inácio, acabou de ligar dizendo que está indo hoje para o exterior; que o nosso amigo longo foi aí hoje entregar o documento; que quando tinha determinação, repercussão geral do Supremo Tribunal de Justiça ou no Supremo, teria que sobrestar no Carf; que aí o Cartaxo soltou uma portaria no começo do ano dizendo que só faz sobrestamento se o despacho de repercussão geral citar especificamente o processo, dizendo que ele não pode prosseguir, caso contrário, segue o curso normal administrativo. Eduardo diz que: eu quis mostrar para eles é, se voltarem para o Judiciário alegando descumprimento de sentença, corre o risco de ficar lá esperando repercussão geral e aí podem perder tudo. Prossegue Eduardo dizendo que vai alterar a redação para corrigir a interpretação. Eduardo diz que vai lá amanhã, às 11 horas, vai estar com o vice-presidente e o presidente da casa. Então, o negócio vai ser assim. Jorge Victor disse: disse Eduardo, leu a observação que ele fez que esse *paper* não tem o elemento suficiente, aquele toque de mídia que vai fazer que os "cara" decidam pela contratação. Eduardo fala que isso ele podia escrever até para não comprometer ninguém. E aí vai essa conversa longa. São vários *e-mails*.

Mas o senhor não se assusta não, porque há *e-mails* em que o senhor é bem contundente no caso.

Vou continuar as perguntas.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Gostaria de dizer a V. Ex^a que está lendo degravações feitas pela Polícia Federal, como consta em todo o inquérito. Não são reproduções *ipsis litteris* das gravações que foram interceptadas. Essas degravações são interpretações que a Polícia Federal fez das interceptações, com ilações, como eu vou demonstrar no momento próprio do processo. E o que V. Ex^a acabou de ler não traz absolutamente nenhuma, nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu tenho diversas.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – ... acusação de qualquer crime praticado por mim. E tem mais uma coisa, se não é do conhecimento de V. Ex^a, eu vou trazer ao conhecimento de V. Ex^a. Fui incriminado por V. Ex^a aqui no começo, na sua preleção, de ter praticado crimes, inclusive, de lavagem de dinheiro e de organização criminosa de que o próprio delegado que preside o

inquérito já me excluiu, no inquérito, por ausência absoluta de prova de que eu tivesse praticado crime de lavagem de dinheiro. Não há qualquer, qualquer prova no processo de que eu tenha desviado qualquer valor, que qualquer valor tenha transitado por minhas contas que não tenha origem legal.

É isso que eu gostaria de dizer e a isso me resumo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. S^a está dizendo que essas degravações colhidas pela Polícia Federal... E aqui temos representantes da Polícia Federal, da Operação Zelotes, que estão ouvindo o que o senhor está dizendo, não é? Aqui temos várias degravações, temos de 1 a 9.

Aqui há outra degravação de V. S^a, de nº 1: Jorge Victor e Salazar, no caso Bradesco. Aí vai: Salazar diz que esteve com o nosso irmão Eduardo e que a reunião lá com o Bradesco, o Bra, Bradesco, foi muito boa, que estavam todos: o vice-presidente, etc., etc., etc., etc. É. Então, para a polícia...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – E aí...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu estou com a palavra, senhor.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, aí, o senhor vai ter que explicar.

Nós aqui temos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós não temos os mesmos poderes investigatórios do Ministério Público Federal e nem da Polícia Federal, mas o que eu poderia dizer é que, enquanto essa CPI estiver em funcionamento, nós vamos estar muito próximos do senhor. E a Operação Zelotes já disse que também não vai lhe dar sossego.

Eu gostaria de perguntar ao Senador José Pimentel se quer fazer uso da palavra, que sempre tem estado aqui conosco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Seguindo aqui um pedido da nossa Relatora, eu iria fazer ao senhor aqui umas 50 perguntas e ler todas essas degravações e *e-mails*, mas, seguindo o pedido da nossa Relatora, nós vamos despedir aqui, então, dispensar a presença de V. S^a, mas o senhor sabe que nenhuma criatura pode se ocultar diante dele, está lá em Hebreus 4:13.

O senhor está dispensado.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E peço à Secretaria que conduza para nós o senhor José Ricardo da Silva, por favor. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, não. Nós estamos fazendo o nosso trabalho. Estranha-me muito o comportamento de V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não, não, não causa estranheza, não, porque o senhor não me conhece.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, mas nós estamos aqui no dia a dia nesta Comissão, trabalhando...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O senhor extrapolou...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... tentando apurar fatos...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Comissão Parlamentar de Inquérito não foi criada para perseguir ninguém, como o senhor acabou de falar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós não estamos perseguindo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O senhor acabou de dizer: "Oh, nós vamos lhe perseguir..."

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, eu não falei que vai perseguir...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu acho que o senhor está exagerando na forma.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós vamos continuar te acompanhando. É a Comissão, é a função desta Comissão. Nós estamos aqui para ter resultado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Mas os resultados não são espetaculosos, os resultados não devem ser construídos com constrangimento a quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas aqui nós nunca constrangemos ninguém.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O senhor acabou de constranger, quando o senhor disse: "O senhor está liberado, mas nós continuaremos te perseguindo". O senhor tem que perseguir a verdade, tem que perseguir os fatos e não as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Cássio, olha, o senhor sabe o respeito que eu tenho por V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O senhor tem o meu respeito também, mas eu tenho valores dos quais eu não abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Ex^a não tem participado das nossas Comissões como o Senador José Pimentel. Nós temos tido aqui muitas dificuldades e hoje V. Ex^a aparece aqui exatamente para...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Para fazer o respeito à dignidade humana. Quem é investigado tem que ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas isso nós...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Para se respeitar a boa condução que a Polícia Federal fez na Zelotes. Imagina se todo depoimento, perante uma autoridade policial, perante um juiz de direito, perante um ministro, fosse ao tom que o senhor está conduzindo essas inquisições. Imagine se todos fossem submetidos ao que se fez agora.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Cássio, V. Ex^a não esteve nas outras...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Nós estamos num processo investigativo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Ex^a não esteve nas outras...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não me interessa. Eu estou testemunhando o que eu vi agora e não consigo calar diante dessa postura.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu acho que V. Ex^a veio aqui para, exatamente, agir dessa forma,...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não, de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... intimidar o trabalho da CPI. É o meu sentimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Me respeite, Senador Ataídes. Me respeite! Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas me respeita também, porque estou na Presidência da Comissão!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Me respeite! Me respeite! O senhor está com a Presidência designada pela Liderança que eu exerço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, deixa eu continuar!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O senhor vai continuar trabalhando, e continuará trabalhando, mas não dessa forma que imagina que faz!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas não vai ser V. Ex^a que vai determinar o que devo fazer na Presidência da CPI. Não é V. Ex^a! V. Ex^a é meu Líder lá! Aqui, não! Aqui, sou Presidente desta CPI! E peço respeito também.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Respeite também a mim e respeite a quem está sendo investigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sempre respeito. Agora, deixe o nosso trabalho. E as suas recomendações... Aqui, o Senador Pimentel, por quem temos o maior carinho e respeito, tem-nos orientado muito. Não estou aqui por acaso. Venho do Direito, como V. Ex^a. Então, nós não estamos aqui por acaso.

V. Ex^a está vendo um lado; agora, V. Ex^a não está vendo o outro. Quantos bilhões foram roubados do povo? E do nosso povo morreram muitas crianças, e muitos idosos morreram na fila dos hospitais, porque essa quadrilha roubou trilhões.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Quanto a isso, não tenho discordância, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ladrões, quanto a ladrões, não merecem respeito; merecem cadeia, no meu entendimento. E a Polícia Federal, imagino eu, vai botar muitos desses ladrões na cadeia.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Irá. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É a nossa esperança! E nós, aqui, queremos contribuir.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – A minha discordância, Senador, não é com a existência da CPI da qual fui signatário; não é com a busca da verdade, sobretudo, a condenação de culpados – quem rouba o povo tem de ser punido por isso –, a minha discordância é muito simples: é quanto a procedimentos que não podem ser estimulados, porque vivemos um Estado de direito democrático. Da forma como testemunhei – e, se não vim a outras reuniões, é porque sou suplente desta Comissão –, é para que possamos ter equilíbrio, para que nós possamos ter equilíbrio na condução das investigações da CPI, da mesma forma que, tenho certeza, a Polícia Federal faz com equilíbrio as suas ações, as suas oitivas. É tão somente isso. É apenas isso. Prossiga com o seu trabalho. Siga em frente. Consiga trazer resultados, mas procure observar os limites do processo de inquisição. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Passo a palavra ao Senador José Pimentel.

Senador, por favor, faça um breve relato para nós, enquanto chega o nosso convidado, sobre o andamento da nossa CPI – o senhor poderia fazer para nós? –, para que os presentes saibam.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nós aprovamos um plano que tem dois grandes objetivos: um deles é atualizar a nova legislação com olhar muito forte para o processo de execução fiscal, que tem uma série de defasagens na lei e que precisamos atualizar. Nesse aspecto, já fizemos uma série de audiências públicas com especialistas, contribuindo para a reestruturação do Carf, abrindo diálogo sobre a importância de alterar a Lei de Execução Fiscal.

Deveremos, nosso Líder, Cássio, fazer mais duas ou três reuniões sobre isso. Entendemos que é importante que a Agenda Brasil, que todos os Líderes estão pautando, tenha um capítulo voltado para essa questão da execução fiscal.

O nosso Presidente, com a nossa Relatora, tiveram o cuidado de já apresentar uma emenda constitucional para permitir modificações no Carf e na sua composição, como forma de superar as dificuldades identificadas até então.

Um item que nos tem irritado muito é o fato de termos um conjunto de informações e dados da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, e os depoentes, sem exceção, constitucionalmente, conseguem *habeas corpus*, ou mandado de segurança para ficarem calados,

ficamos num processo de tentar aprofundar a investigação e terminamos tendo pouco êxito. Esse é um fato.

E é natural que cada pessoa seja portadora de virtudes e de defeitos. Eu mesmo tenho muitos defeitos. Acho que tenho mais defeitos do que virtudes. Procuro administrar e conviver com este mundo que Deus nos deu.

O nosso Presidente tem uma postura muito firme na condução das coisas e é natural que haja momentos em que seu timbre de voz aumenta ou diminui. Alguns acham que por falar mais tranquilo é porque está inseguro, outros já têm outros estilos de condução, e eu sou um daqueles que aprendi, aqui com nossos pares, independentemente de partido político... Já tive a oportunidade de estar em outras CPIs com o nosso Deputado de ontem, hoje Senador, numa ação muito difícil, que era o Finor, trabalhamos muito tempo juntos. Portanto, aprendi que nós devemos trabalhar com o que há de mais positivo em cada indivíduo, em cada pessoa, para somar.

Não tenho nenhum reparo ao Senador Ataídes Oliveira. Sei do seu estilo, da sua forma. Muitas vezes aparenta um estilo mais inquisidor na forma de falar, mas, na condução do processo, no acolhimento das ideias divergentes, e são muitas, ele tem uma paciência fantástica.

Por isso, vamos continuar o nosso trabalho. O nosso Líder e nosso Senador é bem-vindo. Eu conheço seu trabalho. O Ataídes eu conheci mais recentemente aqui no Senado, não tivemos uma convivência anterior na Câmara Federal, mas admiro muito o seu trabalho. Já a Vanessa, nós fomos deputados juntos, também, antes de o Cássio ser Governador, naquele período, e acho que... Vamos trabalhar, para que possamos ter o melhor resultado aqui.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Claro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Colaborar com a nossa Justiça, no sentido de elucidar e punir aqueles que cometeram ilícitos. Fatalmente, vamos ter algumas pessoas inocentes – é natural, em toda investigação desse porte –, vamos excluí-las e vamos trabalhar com a nova legislação para que possamos modificar o Carf e a Lei de Execução Fiscal.

Acho que esta CPI dará uma grande contribuição ao Estado nacional.

Por isso, parabeno a todos e ao nosso Presidente, em particular, para que possamos dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador José Pimentel, por suas sempre sábias, e coerentes, e prudentes, equânimes palavras.

Peço então à Secretaria que peça ao Sr. José Ricardo para vir até esta mesa, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, enquanto o depoente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O Edson Rodrigues.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, o Edson Rodrigues não vem. É José Ricardo. Só vêm dois hoje, Senador, portando liminar.

Senador Ataídes, nosso Presidente, antes de a gente iniciar, eu só gostaria de pedir que, ao término dessa oitiva, a gente pudesse apreciar os requerimentos extrapauta, visto que não há nenhuma convocação, pelo contrário, dando sequência à parte da CPI a que se referiu há pouco o Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quero cumprimentar e agradecer a presença do Sr. José Ricardo aqui em nossa Comissão. Também quero agradecer a presença do Dr. Getúlio, que está aqui acompanhando o Sr. José Ricardo.

Sr. José Ricardo, o senhor foi Conselheiro do Carf, onde ocupou a Vice-Presidência da 1ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 1ª Sessão de Julgamento e tinha assento na Câmara Superior de Recursos Fiscais. É um dos sócios do escritório de advocacia que leva o seu nome, J.R. Silva Advogados e Associados, onde atuam outros dois ex-Conselheiros do Carf, a Srª Drª Adriana Oliveira e Ribeiro, que já esteve aqui na CPI, e Eivanice Canário da Silva, irmã do senhor, Sr. José Ricardo. É isso? Atuou em parceria com Paulo Roberto Cortez, que também esteve já nesta CPI, de quem foi sócio em várias empresas, todas objeto de investigação.

Como é de praxe aqui da nossa Comissão, dos nossos trabalhos, Sr. José Ricardo, nós temos concedido a palavra, de início, aos nossos depoentes para falarem sobre o Carf, sobre o funcionamento do Carf, o que os nossos depoentes acham que estava certo dentro do Carf, o que estava errado dentro do Carf. E isso tem colaborado bastante com os trabalhos desta CPI.

Portanto, eu pergunto ao senhor se o senhor quer fazer uso da palavra e nos falar um pouco sobre a atuação do senhor dentro do Carf e como funcionava o Carf, algumas "rádio-peão" que existiam dentro do Carf, dizendo que havia alguns julgamentos sob suspeita. O que o senhor poderia falar para nós sobre o Carf? O senhor quer fazer uso da palavra?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Pois não, Sr. Presidente.

Ex^{mo} Presidente, Ex^{ma} Relatora, Srs. Senadores e demais presentes, eu vou dizer aqui umas breves palavras, a minha pequena exposição sobre a minha trajetória e atuação no Carf, se me for permitido.

Eu sou José Ricardo da Silva, economista, advogado especializado em Direito Tributário. Atuei como Conselheiro no Carf no período de abril de 2007 a janeiro de 2014, indicado, na forma da lei, pela Confederação Nacional do Comércio.

O Direito Tributário é, no meu caso, além de vocação, uma herança de família. Como a comunidade jurídica reconhece, meu pai, Ivani Silva, é uma referência no Direito Tributário em nosso País. Muitas das leis aprovadas nesta Casa tiveram a sua participação direta nos anos em que serviu ao País como Auditor da Receita Federal e nos vários cargos que desempenhou, inclusive o de Secretário-Adjunto da própria Receita Federal.

Nosso escritório de advocacia é uma continuidade do escritório que meu pai constituiu após ter se aposentado do serviço público e que, pelo seu indiscutível saber jurídico, se tornou um dos mais requisitados. Tive, além da faculdade e dos cursos de especialização, uma verdadeira universidade em casa. E esse conhecimento, aliado ao alto nível que conseguimos formar, manteve o nosso escritório entre os principais na área do Direito Tributário em todo o País, o que se comprova, como é de conhecimento desta Comissão, pela nossa selecionada carteira de clientes.

A condição de estar à frente de um dos principais escritórios tributários, graças a Deus, me deu as condições de realizar o desejo do meu pai e meu de atuar de forma ainda mais direta na promoção da justiça tributária. Pleiteei, com meu currículo em mãos, uma indicação para me tornar conselheiro do Carf, sem remuneração, porque assim a lei determinava.

Há aqueles que questionam como é possível alguém se predispor a assumir tal função sem receber remuneração. Em primeiro lugar, no caso do Carf, conforme as regras então vigentes, se ninguém se dispusesse a assumir o cargo sem remuneração, simplesmente a perspectiva dos contribuintes não estaria representada naquele colegiado, enquanto o Estado, com seus bem remunerados auditores, seria o único presente.

Em segundo lugar, exatamente por ser um advogado, digamos, já bem-sucedido no meu ofício, pude permitir-me dar a minha contribuição, chegando inclusive a utilizar a estrutura do meu escritório para auxiliar nessa tarefa.

Estou aqui nesta CPI por ter meu nome relacionado numa investigação sobre possíveis irregularidades no Carf. Tenho obviamente acompanhado os trabalhos desta CPI, assim como as notícias divulgadas pela imprensa e, do meu ponto de vista, identifico equívocos graves aqui relacionados.

Por exemplo, tanto a imprensa quanto esta CPI usam com muita facilidade a expressão "sonegação" em relação às empresas sob investigação. Em verdade, tal afirmação é improcedente, pelo menos para a maioria dessas empresas, já que, nos seus balanços e auditorias, constam os valores apurados nos seus exercícios, sobre os quais os auditores formularam os autos de infração e aplicaram as multas. Essas empresas não concordam – e têm pelas leis deste País total direito em assim proceder – é com os critérios ou os valores arbitrados pelos agentes da Receita. Por isso, recorrem ao Carf.

Afirma-se também que o Carf só existe no Brasil, quando, em verdade, em praticamente todos os países há órgãos semelhantes, pelo menos em todos os países onde vige um Estado democrático de direito, constituído como alternativa para o contribuinte recorrer de possíveis abusos cometidos pela estrutura fiscal.

Falam que o Carf foi criado em 2009. Em verdade, ele existe desde 1924, há 91 anos. Apenas, tinha a denominação de Conselho de Contribuintes.

Reclama-se pelo fato de o contribuinte, ao ter seu recurso negado pelo Carf, ter o direito de recorrer à Justiça, enquanto o Estado, não. Ora, o Carf é um colegiado pertencente ao Ministério da Fazenda, ou seja, pertencente ao próprio Estado. Como o Estado pode recorrer à Justiça contra uma decisão tomada por ele próprio?

Acha-se estranho uma empresa ter sofrido um auto de infração de R\$200 milhões e, no final, apesar de todo o rigor com que se julga no Carf, ter recebido uma multa de R\$1 milhão. Mas, em momento algum, considera-se a possibilidade do contrário: uma empresa dever R\$1 milhão, e a estrutura fiscal querer que ela pague R\$200 milhões, num caso tal qual aconteceu com a Ford, por exemplo.

Condenam-se advogados, como eu, por aceitarem assumir a função de conselheiro sem remuneração, o que em qualquer lugar do mundo seria uma ação elogiada. Mas ninguém se refere aos economistas e contabilistas que lá estão na mesma condição. Também não se fala no fato de os auditores terem, além do salário, pelo menos até há pouco tempo, vantagens em seus vencimentos, gratificações estabelecidas pela quantidade de autos de infração que lavravam. Ou seja: bastaria multar, em tese, para terem alguma gratificação nos seus salários.

Acusam o Carf de reduzir os valores das multas aplicadas quando, em verdade, o órgão apenas discute o mérito da autuação. Após o julgamento, o processo retorna à Receita Federal, e esta, sim, vai apurar o verdadeiro valor, o mérito correto aplicado ao caso.

Pergunta-se a determinado conselheiro: "Mas o senhor não foi eleito ou indicado representante do Estado, do Fisco ou dos contribuintes? Como, então, votou contra quem o colocou lá?". Equívoco gravíssimo! Tal ocorre também nos tribunais superiores, no Supremo Tribunal Federal, que tem entre os seus ministros indicação do Ministério Público, dos advogados, ou seja, representando a sociedade civil.

Ao assumir a cadeira do Carf, nenhum conselheiro está imbuído de representar A ou B, mas, sim, do compromisso de fazer justiça tributária. O que se pretende, tanto nos tribunais, no STF, quanto no Carf, não é criar torcidas organizadas de um time de um lado ou outro, onde um vence e outro perde – não é isto! –, mas levar para o colegiado a perspectiva dos segmentos da sociedade.

Bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, além desses equívocos, que, em minha opinião, dificultam o perfeito conhecimento dos fatos, apesar dos insistentes pedidos dos meus advogados, até hoje não me foi dado completo conhecimento de informações que consideramos essenciais tanto no inquérito quanto nesta CPI.

Sendo assim, como não me é possível ter plenas condições para me defender, por estratégia definida por meus advogados, evoco aqui o direito constitucional, emanado desta Casa, de me silenciar, colocando-me inteiramente à disposição para, em outra oportunidade, quando eu e meus advogados tivermos acesso a toda a documentação requerida, responder a qualquer indagação que me seja formulada.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era esta a...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. José Ricardo.

Eu não quis interromper a fala do senhor quando V. S^a disse que a CPI está trabalhando de forma equivocada, mas não foi para isso que nós o convocamos. Não foi para chamar a atenção da nossa CPI que nós o convocamos.

O senhor se lembra, antes de passar a palavra à nossa Relatora, de uma degravação que a Polícia Federal, com o Ministério Público, na Zelotes, fez de um ex-sócio do senhor, o Paulo Cortez, e de outro conselheiro, o Nelson Mallmann, em que eles disseram que, dentro do Carf, só pagavam impostos os pequeninos, que os grandões não pagavam impostos. O senhor se lembra dessa degravação, dessa fala do ex-sócio do senhor, o Cortez, com o Mallmann? O senhor se lembra?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Sr. Presidente, às degravações, documentos do inquérito, a gente tem, em parte, acesso, e eu não tenho acesso. Por orientação dos meus advogados, eu não vou fazer manifestação sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Perfeito.

Eu vou passar a palavra à nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, mas é sabido aqui, pelo inquérito, que hoje se encontra em poder de todos os nossos membros da Comissão, que V. S^a fez parte de dezenas de julgamento dentro do Carf onde houve êxito. Eram julgamentos milionários e até bilionários. A JR sempre estava presente nesses julgamentos.

Eu passo a palavra, então, para a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

Antes de me dirigir ao depoente, Sr. José Ricardo, eu quero fazer algumas observações.

Eu acho que a gente tem que procurar prestar mais atenção, muitas vezes, ao conteúdo do que à forma. Eu, Senador Pimentel, sou daquelas que prestam atenção muito mais ao conteúdo do que à forma, porque eu acho que, às vezes, de uma forma muito pacífica, muito delicada até, a agressão vem muito forte. E o senhor me desculpe, Sr. José Ricardo, porque, até agora, a única coisa que o senhor fez foi agredir a CPI. O senhor me desculpe. O senhor agride todos os Parlamentares brasileiros quando agride uma CPI.

Primeiro, o senhor sabe perfeitamente para que foi convocado aqui. Nós não o chamamos aqui para uma reunião de audiência pública para ouvir sua opinião a respeito do funcionamento do Carf. Portanto, o senhor não poderia chegar aqui e dizer que a CPI se equivoca, porque não sabe o que significa sonegação, porque não compreende o Carf, que é a melhor coisa do mundo. O senhor me desculpe. Quem está faltando com o respeito para com o Parlamento brasileiro e para com a sociedade brasileira é V. S^a.

Mas isso também não me causa estranheza, Sr. José Ricardo, porque da forma como o senhor falou... Veja, o senhor está aqui portando uma liminar para ter o direito de ficar calado. Eu acho que seria muito mais correto, muito mais justo, Senador Cássio, na condição em que ele se encontra, ele ter chegado aqui e ter dito: "Olha, eu tenho uma liminar e não vou falar absolutamente nada." Isso seria muito mais respeitoso por parte de V. S^a. Mas V. S^a não o fez.

V. S^a está tentando se utilizar disso aqui como palco. Sabe para o quê? Para a sua defesa, para a sua defesa. E aí levanta a história da sua família, levanta a história do seu escritório. O senhor falou do seu escritório, do estudo que o senhor tem e da dedicação de toda uma vida, familiar inclusive, para com o sistema tributário brasileiro. Mas o senhor não veio aqui dizer que, além desse seu escritório, o senhor é proprietário de mais dez empresas. O senhor deveria ter dito isso! Falado o porquê mesmo de ter a agropecuária TF Comércio de Frutas e Cereais. O seu lado não é só o tributário, não. O senhor é proprietário da empresa TF Comércio de Frutas e Cereais, Fertiva Participações Empresariais, Agropecuária Terrafertil. O senhor poderia ter falado, mas não falou. Ou seja, o senhor usa isso como palco para sua defesa, mas não quer responder absolutamente nada! É um direito que o senhor tem. Nós vivemos em um Estado democrático de direito. Mas o Estado democrático de direito requer que as pessoas respeitem umas às outras.

V. S^a chega aqui e diz: "Olha, eu estou lá prestando um serviço para o Estado brasileiro. Eu não estou ganhando nada!" Mas o senhor tem que dizer como uma pessoa cumpre uma função pública sem ganhar nada para ajudar o Estado, mas paga verdadeiras fortunas para que outros elaborem o seu voto, tira o dinheiro do próprio bolso para pagar para outros elaborarem o seu voto, Sr. Ricardo!

Quem é o Sr. Cortez? O senhor podia dizer perante esta CPI quem é o Sr. Cortez, Paulo Roberto Cortez?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Senadora, primeiro, a senhora fez uma série de considerações sobre o que eu disse.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não estou pedindo, eu não estou pedindo para o senhor fazer nenhuma observação sobre as minhas

observações. Eu não estou lhe pedindo isso. Eu lhe fiz uma pergunta: quem é o Sr. Paulo Roberto Cortez?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Eu conheço o Sr. Paulo Roberto Cortez. E sobre quem ele é, o que faz e as relações, isso faz parte do inquérito, e, pela orientação dos meus advogados, eu não vou me manifestar sobre isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Sr. Paulo Roberto Cortez, como o senhor, é conselheiro do Carf. Ele entrou contra o senhor na Justiça, com processo contra o senhor?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Todos esse fatos, eventuais fatos e tal, fazem parte do processo. E, pela linha de defesa adotada por meus advogados, eu vou, mais uma vez, repito, invocar o direito constitucional, emanado desta Casa, dentro do Estado democrático de direito, de não me manifestar sobre isso agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma última observação.

A pessoa que está aqui como depoente, que, repito, não foi convidada para discutir conosco questão do modelo do contencioso administrativo, judiciário, disse que acha um grande equívoco esta CPI estranhar o fato de que multas, processos que envolvem R\$200 milhões, tenham se transformado em R\$1 milhão, e que isso é muito natural. Pode ser. Eu também concordo, acho que é natural, Presidente. O que não é natural, Senadores, é que em casos que envolvem R\$200 milhões, de fato, e multas pagas de apenas R\$900 mil, há pagamentos para escritórios jurídicos, empresas de consultoria, muitos de sua propriedade, de R\$50 milhões, Senador Cássio. Isso não é natural! É isso que nós temos que investigar. E é para isso que o senhor foi chamado.

Então, eu lhe faço uma proposta igual à que fiz à pessoa que lhe antecedeu aqui. Nós sugerimos fazer uma reunião secreta, reservada, com V. Sª para que possamos fazer todas as perguntas e o senhor responder aos questionamentos que nós temos. Porque nós não queremos palco. Eu não sou daquelas que acho correto trancafiar uma pessoa durante quatro meses para arrancar uma confissão – isso também não é respeito ao Estado democrático de direito –, muito menos constranger quem quer que seja.

O senhor aceita a nossa proposta?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Srª Relatora, isso é uma prerrogativa, ser secreta ou não, isso é uma prerrogativa da Comissão. Ela pode fazer isso por deliberação do Presidente e dos membros da Comissão. Estou aqui exercendo o meu direito de ficar calado, emanado da Constituição, no art. 5º. Então, secreta ou não, quer dizer, estou aqui nessa condição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Na secreta, o senhor ficaria calado ou...?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Neste momento, eu vou, pela orientação dos meus advogados, vou exercer esse direito. Há uma série de acusações, há uma série de elementos nesse processo – a senhora mesma disse aqui vários deles –, ou opinião ou dado que está no inquérito, de que não temos conhecimento. E eu, aqui como investigado, inquirido, vejo que os meus advogados estão corretos em me orientar, neste momento, a usar o direito constitucional de ficar calado até que se tenha um conhecimento exato do que é que eu vou ser – se vou ser –, do que estou sendo acusado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que, o senhor sabe, é muito grave. Aliás, tudo começou com o senhor. Tudo começou exatamente com o senhor. Exatamente. O senhor é o centro de absolutamente tudo.

Sr. Presidente, não tenho mais nada a perguntar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Antes de passar a palavra ao Senador José Pimentel, a nossa Relatora fez uma pergunta ao senhor e eu acho que faltou esclarecimento para mim. Se fizessemos um convite ao senhor para um outra data, Sr. José Ricardo, para o senhor vir aqui, numa sessão secreta, e colaborar com a CPI, o senhor toparia vir numa outra data?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Sr. Presidente, repito, a Comissão tem a prerrogativa de convocar e estou aqui à disposição para cumprir qualquer data.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, não, não. Nós estamos querendo fazer um acordo com o senhor. O senhor viria?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Vou dizer o seguinte: vou exercer o meu direito constitucional de não me manifestar sobre procedimentos que estão no inquérito objeto desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, esse convite secreto, o senhor não aceitaria, não?

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

Aqui, Senador Cássio, a coisa não é mole, não! Não é mole! Como a Senadora relatou, o Sr. José Ricardo, que chegou aqui agora, com toda a petulância de dizer que esta CPI está num caminho errado, e isso, para um Senador da República, para um Plenário de vários Senadores – eu sou um principiante, mas V. Ex^a tem uma história brilhante aí, assim como a nossa Senadora, o Senador Pimentel, que não canso dizer, de elogiar a experiência e a contribuição que nos tem dado aqui –, aqui, Senador Cássio, nós estamos mexendo com uma quadrilha da mais alta competência, extremamente qualificada e articulada. Aqui não tem nenê, não!

O Senador Pimentel, inclusive, leu uma degravação de um julgamento de Goiás, onde eles tratavam com o pessoal do Carf como um jogo de futebol. Um dia antes do julgamento, já havia o placar, que era de 4 a 2.

Aqui, tudo começou, e eu ratifico, com o escritório do Sr. José Ricardo. Temos aqui dezenas de degravações e *e-mails* de transferências de milhões e milhões para essas duas empresas, que são a JR e a SBR. Estamos falando de 28 milhões, 40 milhões.

Então, aqui não é fácil. É difícil. É uma experiência que estou tendo, que vou levar para o resto da minha vida: assumir a Presidência desta CPI. Volto a afirmar: a Lava Jato é fichinha perto do que foi desviado de dinheiro do povo no Carf.

Agora, nós entramos, então, com a PEC, mudando todo o formato desse Carf. Nós conversamos com o Presidente Renan e esperamos que muito rápido essa PEC seja aprovada e acabe com essa história dessa paridade.

O Sr. José Ricardo prestava serviço gratuitamente. Olha que coisa linda! Eu até pergunto a ele se ele toparia prestar serviço gratuitamente na Apae, ele e tantos outros advogados.

Então, é uma coisa que não é fácil.

Eu passo então a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr^a Relatora, nosso Líder Cássio Cunha Lima, eu quero começar registrando que esse grupo – que foi auditor da Receita Federal, em cujo conhecimento o Estado nacional investiu e que, após a aposentadoria, com o salário do mês, é mantido em paridade com os outros que estão na ativa – se especializou para assaltar o Estado nacional através do Carf.

Esse processo de assalto ao Estado nacional tem duas grandes variáveis: a primeira delas, retardando a decisão administrativa. Leva-se em média, Sr. José Ricardo, oito anos para que o Carf conclua um processo administrativo de alguns maus pagadores dos tributos nacionais. E durante esse período, normalmente se aprova um Refis e esses maus pagadores terminam sendo premiados em detrimento de 99% do empresariado brasileiro, que são bons pagadores.

Não satisfeitos com isso, eles vão, em seguida, ao Poder Judiciário. Leva ali, em média, 12 anos para que essa ação chegue ao final. Ou seja, entre a fase administrativa e a fase judicial, são 20 anos em que se deixa de recolher os impostos que transferiram para o consumidor e do qual se apropriaram. É por isso que hoje nós temos R\$2,2 trilhões em execução judicial e R\$650 bilhões nos escaninhos do Carf, dormindo há aproximadamente oito anos. São essas pessoas que dizem que trabalham, entre aspas, "gratuitamente"; que na parte da manhã são advogados dessas empresas que assim praticam; e, na parte da tarde, são integrantes do Carf, que é uma jabuticaba brasileira: não há, no mundo, nenhuma composição com esta realidade. As que havia já abriram mão e evoluíram para um outro procedimento. E temos n exemplos dos estados democráticos de

direito que não aceitam esse processo da jabuticaba brasileira. E eles têm um ponto em comum: gostar muito de futebol.

O Sr. José Ricardo, na sua fala primeira, aqui, puxando a orelha do Congresso Nacional, da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário, disse que nós somos todos uns incompetentes. É verdade. Quem consegue manter esse processo por tanto tempo avalia que o Estado nacional nunca iria colocar os holofotes sobre eles.

Portanto, o fato de ele falar ou não falar, para este processo, é insignificante. E como ele é um bom advogado, habituado a proteger mau pagador de impostos, ele tem um discurso até razoável. Mas se discurso resolvesse problema, nós não teríamos hoje esse conjunto de investigações em que estamos passando o Estado nacional a limpo.

Não estou perguntando nada a V. S^a. Como V. S^a tem um mandado de segurança e um *habeas corpus* para ficar calado, eu não quero ouvi-lo. Estou registrando fatos.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos concretamente chegar a eles. Não tenha dúvida de que o processo de investigação está muito adiantado. Nós temos aqui um conjunto de contratos de advocacia na faixa de 20 milhões para cada uma, 28 milhões, 24 milhões... No caso mesmo da empresa daquele que aqui deveria ser um depoente, só numa operação, ele passou R\$4.771.035,66 entre a SGR e a JR, e ele não conhece parte delas. E temos um conjunto de outros documentos.

Portanto, o Estado nacional se aprimorou, o Estado nacional criou, de 2003 para cá, 413 varas da Justiça Federal, exatamente para alcançar esses que ontem, sob o manto de "trabalhar gratuitamente" – aqui entre aspas – assim procediam. Nós temos uma Polícia Federal extremamente aparelhada, autônoma e que age. Quem não quiser ser alcançado é só não cometer erros. É muito simples.

Por isso, Sr. Presidente, eu não vou cansar os nossos pares aqui da Comissão, vamos continuar trabalhando com a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal, com a Justiça Federal, que nós vamos chegar a todos eles. Custa um pouquinho mais, às vezes irrita um pouco, mas não tenha dúvida de que nós vamos chegar a eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E ratifico, o senhor tem contribuído muito com os nossos trabalhos, com o meu trabalho, com o trabalho da Relatora.

Pergunto ao Senador Cássio Cunha Lima se deseja fazer o uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Da mesma forma que o Senador José Pimentel não dirigiu perguntas ao depoente, será uma mera perda de tempo, por várias vezes o Sr. José Ricardo da Silva já disse que não irá responder às perguntas. Eu acredito que a melhor forma de se chegar ao resultado desta CPI, que nasce da Operação Zelotes, é rigorosamente fazendo o trabalho investigativo que já vem sendo feito.

É óbvio que alguém que ocupa uma função pública a título de gratuidade e vende decisões através de seus escritórios cometeu ilícito e deve ser, por isso, punido, e é esse o objetivo que está aqui.

Para que não pare dúvida em relação à minha participação anterior, era só a observância que devemos ter de alguns limites, que a emoção pode nos levar a extrapolar.

Portanto, a grande contribuição que esta CPI dará será um novo modelo de proteção do contribuinte sim, porque o contribuinte tem que ter uma instância de proteção contra os equívocos que o Estado muitas vezes comete. Já fui prefeito três vezes, já fui duas vezes governador e me deparei já com equívocos praticados pelo Estado ou por agentes do Estado, de forma deliberada ou de boa-fé, e a sociedade brasileira, os contribuintes precisam ter instâncias de proteção contra esses abusos. Nós não podemos perder de vista essa perspectiva de que o contribuinte precisa ter instâncias de proteção.

Agora, o que não se pode é, como ocorreu no Carf, transformar um conselho de contribuintes num antro de prática de crimes. E o nosso dever é apurar tudo isso, apurar nos

limites da lei, sem abuso de autoridade, sem desrespeito à norma legal, para que a verdade venha. E essa verdade já foi praticamente desvendada com mais um trabalho competente e dedicado da Polícia Federal, que será complementado por esta CPI. E não importa se este ou aquele depoente tem esta ou aquela opinião sobre a CPI, o que nos cabe é apresentar um bom resultado de trabalho.

Já existia um longo caminho percorrido pela Polícia Federal, que facilita e muito – a origem desta Comissão Parlamentar de Inquérito é a Operação Zelotes –, portanto já há um percurso feito pela Polícia Federal, que poderá ser concluído, inclusive com aquilo que é um dos nossos principais objetivos: além de culpar e punir os culpados, os responsáveis pelas práticas delituosas, pelos crimes, apresentar, no âmbito da CPI, propostas, como bem lembrou o Senador José Pimentel, que aprimorem o modelo que está em voga hoje e que se mostrou vulnerável, que se mostrou fragilizado para a prática de vários delitos.

Portanto, não tenho nenhuma pergunta a fazer ao depoente, que está exercendo o direito de manter-se calado. Estarei pronto para contribuir para o bom resultado desta CPI nos limites da lei e sem nenhum tipo de abuso de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Cássio.

Esta sua recomendação e preocupação com relação a uma nova legislação para o Carf foi uma preocupação logo *a priori* nossa aqui, com a participação de todos. Durante quase 60 dias, nós discutimos esse novo formato do Carf, e depois tivemos aí, há uns 15 dias, uma boa audiência pública com a presença do Presidente do Carf, Dr. Barreto, com a presença do grande jurista, tributarista Gustavo Brigagão, como também do Dr. Heleno Torres, que contribuíram muito com o nosso trabalho. E assim nós tivemos a condição de criar realmente essa PEC, que leva o número, se não me falhe a memória, 102, de 2015, que o Presidente do Congresso e do Senado, Renan Calheiros, disse que deve colocar tão logo em votação. Acaba-se, então, com essa paridade, cria-se o concurso público, com idade mínima de 30 anos, com formação específica na área tributária, com pelo menos cinco anos de experiência, com a presença do Ministério Público nessas sessões, com vitaliciedade a esses julgadores.

Há também, como bem disse o Senador Pimentel, essa demora, esse rio de dinheiro. Hoje, só no Judiciário, nós temos mais de R\$2 trilhões no Poder Judiciário, sendo que os nossos hospitais, etc., estão aí precisando de dinheiro. E lá no Carf nós ainda temos um estoque de quase R\$600 bilhões. Então, nós estamos também propondo que saia da primeira instância e vá direto para a segunda instância.

Evidentemente que essa PEC vai ser muito bem discutida, e eu conto com a nossa Bancada, do PSDB, que esteja imbuída fortemente na discussão dessa PEC, Senador Cássio, para aprová-la o mais brevemente possível para que esse novo Carf entre em funcionamento a partir do ano que vem.

Portanto, Sr. José Ricardo, o senhor está em uma oportunidade muito boa de fazer a sua defesa, mas, sob a égide do art. 5º da nossa Constituição, conforme o senhor bem disse, o senhor quer permanecer calado. Assim, agradeço a presença de V. Sª, mas não despreze, não subjugu o poder do nosso Ministério Público Federal e da nossa Polícia Federal, porque são muito competentes e eles estão trabalhando firmemente. Assim, eu dispenso a sua presença, agradecendo o senhor, e a presença do Dr. Getúlio.

Nós temos, Senador Pimentel, Senador Cássio e nossa Relatora, dois requerimentos.

ITEM 2

Requerimento Nº 147/2015

Requer que seja sugerida ao presidente do Senado Federal a constituição de uma Comissão Temporária de Especialistas destinada a debater e apresentar propostas para nova Lei de Execução Fiscal e formulação de anteprojeto de Código de Processo Administrativo Tributário.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Eu a parabenizo – viu, Senadora? – pela brilhante ideia.

Vamos votar em globo?

ITEM 1

Requerimento Nº 146/2015

Requer que sejam realizadas 2 (duas) audiências públicas para discutir proposta legislativa de alteração do contencioso administrativo tributário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a ilustre presença do jurista Ives Gandra Martins e das autarquias e organizações listadas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Autarquias e organizações: Advocacia-Geral da União; Ministério da Fazenda; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Conselho Administrativo de Recursos Fiscais; Consultoria do Senado Federal; Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais); Ordem dos Advogados do Brasil.

Também de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Antes de votar, Sr. Presidente, quero dizer que esse primeiro Requerimento, o de nº 147, sugere ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, a formação de uma comissão temporária de especialistas.

O Senador Presidente da Casa apresentou recentemente uma Agenda Brasil, que é do nosso conhecimento. Aliás, ontem, vários partidos, Senador Pimentel, na Câmara, apresentaram sugestões à Agenda Brasil, com vários itens. Então acho que é desse debate que o nosso País precisa.

Em seguida, o Ministro da Fazenda, Ministro Levy, esteve conosco e distribuiu para todos os Senadores, todos nós aqui estávamos na sala da Presidência, também uma agenda. Naquela agenda ele trata da questão da necessidade de se atualizar o Código Tributário Administrativo, como todos nós temos plena consciência.

Essa semana, terça-feira, o Presidente Renan comunicou a criação de uma comissão também de especialistas para trabalhar o problema da desburocratização no País. Acho que é o Ministro Mauro Campbell, do STJ, quem coordenará a comissão.

Então eu achei por bem que nós formalizássemos, em nome da CPI. Ele já incluiu essa questão na Agenda Brasil, já está incluída, mas nós, todos integrantes da CPI, formalmente, marcaríamos audiência na sala da Presidência, terça-feira, para levar essa sugestão. Porque eu acho que a PEC que V. Exª apresentou é importante, mas eu não sei se nós teremos condições rapidamente de apreciá-la e votá-la. Acho que a matéria é muito delicada, é muito técnica e requer, sim, uma colaboração da sociedade, sobretudo dos especialistas. E que fôssemos, para dar até mais força política à aprovação disso, juntos ao Presidente Renan.

E esse outro requerimento, dando curso àquilo que já iniciamos, é para o debate sobre a questão do contencioso e execução no âmbito desta CPI.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srª Relatora, nossos pares, quero começar registrando que na legislatura passada de 2011 o Senado Federal criou duas comissões de especialistas: uma para tratar da atualização da Lei de Arbitragem, e outra para criar a Lei de Mediação. Concluídos os trabalhos, votamos aqui no Senado, por unanimidade. Essas matérias foram à Câmara federal. Ali tiveram pequenas mudanças, voltaram ao Senado, e, no primeiro semestre de 2015, nós concluímos esse ciclo juntamente com o Código de Processo Civil. Portanto, ali tem um conjunto de ações para desobstruir o funcionamento do nosso Poder Judiciário.

Acredito que, com esse grupo de especialistas, constituído por um ato da Presidência do Senado Federal, nós podemos também acelerar a construção desta atualização e, ao mesmo tempo, a realização de audiências públicas aqui nesta CPI, como propõe a nossa Relatora, como já fizemos numa reunião anterior a que V. Ex^a, Senador Ataídes, já fez referência, para que nós possamos também atualizar o código que trata da execução fiscal e com isso fechar as duas grandes comportas: de um lado, alterando o Carf, para que ele seja adequado ao que há de melhor no mundo, e não uma jabuticaba, o que deu no que deu, basta ver os inquéritos e os dados que chegam a esta CPI. E, ao mesmo tempo, criar um ambiente para que esses R\$2,2 bilhões e mais R\$650 bilhões, que estão nas gavetas do Carf, possam vir para os cofres públicos.

Por isso, parabenizo pela iniciativa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, permita-me apenas fazer um aparte à intervenção do Senador Pimentel.

Quero dizer que a jabuticaba é tão grande que aquilo que estava ao alcance do Poder Executivo, para fazer através de decreto, de resolução, foi feito. Hoje eles são remunerados, não podem mais agir de forma concomitante, sendo conselheiro e advogando, mas a mudança maior não está ao alcance nem da esfera do Poder Executivo, está aqui no Parlamento, Senador. Então, acho que a gente já vem produzindo um trabalho significativo e muito importante para o nosso País.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O nosso Código Tributário Nacional é de 1966. Eu vejo, Senador Pimentel e Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Já tivemos duas Constituições a partir dali, a de 1969, a chamada Emenda nº 1, e a de 1988, e essa já tem mais de 80 emendas aprovadas pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu vejo que o crescimento da economia do nosso País está muito vinculado não tão somente à má gestão, mas às reformas. Eu tenho dito que, enquanto este Congresso Nacional não se debruçar sobre uma reforma tributária séria, competente, uma reforma trabalhista séria, competente para atender empregados e empregadores e essa reforma política que, me parece, nós vamos tirar do papel, o País vai caminhar a passos de tartaruga.

Então, parabenizo a Senadora Vanessa Grazziotin, como sempre tão competente e atuante.

Com base no art. 121 do Regimento Interno, incluo extrapauta os seguintes requerimentos para que possamos apreciá-los: Requerimentos nºs 146 e 147. São dois requerimentos de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. São esses que li. Estão extrapauta.

Consulto, então, o Plenário se há algum Senador que deseja encaminhar a votação. *(Pausa.)*
Colocamos em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam a aprovação dos aludidos requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Coloco em votação as atas da 11^a, 12^a, 13^a e 14^a Reuniões.

Os Senhores Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.)

Senador Ataídes Oliveira
Presidente

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2015, às 09 horas e 55 minutos, no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Roberto Rocha, Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota, Humberto Costa, Fátima Bezerra, Maria do Carmo Alves e Magno Malta**. Deixou de comparecer o Senador **Lindbergh Farias**. Na ocasião, foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
4/2015	Sen. Roberto Rocha	Requer a realização de audiência pública no Estado do Maranhão.
5/2015	Sen. Humberto Costa	Requer a realização de audiência pública no Estado de Pernambuco.
6/2015	Sen. Fátima Bezerra	Requer a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.
7/2015	Sen. Lindbergh Farias	Solicita a realização de visita in loco em São Paulo.
8/2015	Sen. Lindbergh Farias	Solicita a realização de visita in loco no Rio de Janeiro
9/2015	Sen. Lindbergh Farias	Requer informações à Secretaria de Vigilância em Saúde e ao DataSUS.
10/2015	Sen. Lídice da Mata	Requer a realização de audiência pública em Luziânia-GO
11/2015	Sen. Lídice da Mata	Requer a realização de audiência pública no Estado da Bahia.
12/2015	Sen. Telmário Mota	Requer a realização de audiência pública no Estado de Roraima.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

De início, com base no art. 111 do Regimento, coloco em votação as Atas da 2ª, 3ª e 4ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Quero registrar que se trata, hoje, de uma reunião especial por ser uma reunião administrativa. Nós já estamos na terceira audiência pública da nossa CPI, ouvimos especialistas, ouvimos entidades, e vamos continuar esse processo a partir do dia 8 novamente, porque esta semana vamos suspender as audiências públicas em função da dificuldade de alguns Srs. Parlamentares que compõem a nossa Comissão e que não vão poder estar presentes esta semana, mas queremos, na outra semana, a partir do dia 8, já com as audiências públicas nos Estados aprovadas, já iniciar um cronograma de visitas aos Estados.

Por isso, vamos apresentar todos os requerimentos que foram apresentados à Comissão, para que eles sejam apreciados mediante votação simbólica e também possam expressar a posição de cada um dos Srs. Senadores.

A nossa ideia é de que nós possamos votar em globo todos esses requerimentos.

Eu vou ler os requerimentos que foram...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só uma questão de ordem, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Como a proposição é de fazermos votação em globo, eu queria fazer um requerimento oral para aprovarmos junto com os outros.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Considerando que em meu Estado 75% da população vive do contracheque, do dinheiro público, o índice de criminalidade na juventude aumentou muito, principalmente o de jovens envolvidos com o narcotráfico, com essas coisas todas.

Dada essa grande violência, eu quero fazer um requerimento com base no Regimento Interno, solicitando também uma audiência pública no meu Estado, na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, para ouvirmos as comunidades organizadas e as autoridades competentes para trazermos um retrato fiel daquela realidade, Sr^a Presidente.

Então eu queria incluir este requerimento para que Roraima também possa ter essa audiência pública.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – V. Ex^a inclusive já havia destacado para mim a situação de fronteira do seu Estado e que tudo isso, com a situação de dificuldade financeira, econômica do Estado, tem feito com que haja um incremento, digamos assim.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Olhe que mente boa a sua. Nesse bate-papo, é claro, eu ia me esquecendo desse detalhe.

Nós temos fronteira de cento e poucos quilômetros com a Guiana Inglesa, onde há, infelizmente, uma entrada enorme de drogas, e com a Venezuela. E são fronteiras controladas. Imagine o que nós temos de área que não é controlada. Então

diariamente há prisões nessas BRs que interligam. As pessoas fazem o desvio da fiscalização, mas logo acessam a BR. Então, diariamente temos essas prisões.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

V. Exª já tem o requerimento feito por sua competente assessoria. Depois de assiná-lo, V. Exª já dá entrada aqui na Mesa e nós poderemos votá-lo como extrapauta.

Enquanto isso eu vou ler os itens da pauta 1, 2, 3, 7 e 8, que são requerimentos de audiências públicas a serem realizadas respectivamente no Estado do Maranhão, no Estado de Pernambuco, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em Luziânia, Goiás, e no Estado da Bahia.

ITEM 1

Requerimento Nº 4/2015

Requer a realização de audiência pública no Estado do Maranhão.

Autoria: Senador Roberto Rocha

ITEM 2

Requerimento Nº 5/2015

Requer a realização de audiência pública no Estado de Pernambuco.

Autoria: Senador Humberto Costa

ITEM 3

Requerimento Nº 6/2015

Requer a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

ITEM 7

Requerimento Nº 10/2015

Requer a realização de audiência pública em Luziânia-GO

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 8

Requerimento Nº 11/2015

Requer a realização de audiência pública no Estado da Bahia.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

E vou solicitar àqueles que concordarem que possamos apoiar o requerimento extrapauta do Senador Telmário.

Os que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

De forma que vamos aprovar junto o requerimento extrapauta do Senador Telmário, que requer audiência pública no Estado de Roraima e que tem o número 12.

Além disso, vamos aprovar os itens 4 e 5, que são requerimentos de visita *in loco* à cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Por fim, o Item 6 da pauta é requerimento que solicita informações à Secretaria de Vigilância em Saúde e ao Datasus.

A Presidência, portanto, consulta o Plenário sobre a possibilidade de votação em bloco desses requerimentos.

Extrapauta

Requerimento Nº 12, de 2015

Requer a realização de audiência pública no Estado de Roraima.

Autoria: Senador Telmário Mota

ITEM 4

Requerimento Nº 7/2015

Solicita a realização de visita in loco em São Paulo.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 5

Requerimento Nº 8/2015

Solicita a realização de visita in loco no Rio de Janeiro

Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 6

Requerimento Nº 9/2015

Requer informações à Secretaria de Vigilância em Saúde e ao DataSUS.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

(Pausa.)

Não havendo objeções, coloco todos os requerimentos em bloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os requerimentos estão aprovados.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada à equipe do nosso trabalho e vamos à luta para viabilizar a nossa presença em todos esses Estados.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos.)

Senadora Lídice da Mata

Presidente

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 08 de junho de 2015, às 19 horas e 34 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença da Senadora **Fátima Bezerra**. Deixaram de comparecer os Senadores **Roberto Rocha, Paulo Paim, Ângela Portela, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Maria do Carmo Alves e Magno Malta**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença de Fabiano Dias Monteiro, Pesquisador do Viva Rio; Ivan Contente Marques, Diretor-Executivo do Instituto Sou da Paz; Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, Advogada e Presidenta do Geledés - Instituto da Mulher Negra; Maria de Nazaré Costa da Cruz, Representante da Juventude da CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras; Hamilton Borges dos Santos, Militante da Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto; Átila Roque, Diretor-Executivo da Anistia Internacional; e Frei David, representante da Educafro. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública interativa, com as entidades indicadas no Requerimento nº 3, de 2015, aprovado por esta Comissão.

Estão presentes os seguintes convidados: Fabiano Dias Monteiro, Pesquisador do Viva Rio; Ivan Contente Marques, Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz; Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, Advogada e Presidenta do Geledés Instituto da Mulher Negra; Maria de Nazaré Costa da Cruz, Representante da Juventude da Conen (Coordenação Nacional de Entidades Negras); Hamilton Borges dos Santos, Militante da Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto; Átila Roque, Diretor Executivo da Anistia Internacional.

Peço à Secretaria da Mesa que, imediatamente, conduza e acomode à mesa os nossos convidados, os quatro primeiros.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número: 0800-612211.

Para organizar nossos trabalhos, informo que, após a exposição dos convidados, a palavra será concedida aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

Agradecendo a presença sempre ativa e que nos honra muito da Senadora Fátima Bezerra, ativa e integrante da nossa Comissão e das causas populares.

Bom, nós vamos fazer, dois a dois. É isso, Secretaria?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vamos colocar os quatro? Temos lugar para todos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Aí iniciamos com os quatro, depois abriremos.

Quero, também, registrar a presença do Frei David, da Educafro de São Paulo. É um enorme prazer e satisfação tê-lo aqui, no dia de hoje, nos nossos trabalhos. Certamente, haveremos de dar oportunidade para ouvi-lo também. Quebrando um pouco...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Lídice.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero cumprimentá-la, saudar aqui a todos e todas presentes, cumprimentar os nossos convidados e convidadas que, certamente, com o relato que farão aqui hoje, a exposição que farão, contribuirão e muito para o trabalho da nossa CPI.

Mas a minha questão de ordem é bem objetiva, Senadora Lídice: nós aprovamos os requerimentos para realização de audiências públicas em alguns Estados – inclusive o requerimento para levar uma audiência pública da CPI lá no nosso Estado do Rio Grande do Norte, em Natal também foi aprovado.

Indagaria a V. Exª se já tem ideia do indicativo de calendário, da proposta de calendário, a ser apresentada no que diz respeito à realização dessas audiências públicas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós ficamos, Senadora, de fazer o calendário em combinação com os Senadores, para que pudesse adequá-lo à agenda de cada Senador solicitante.

No entanto, o Senador Telmário, juntando-se à Senadora Ângela, fizeram um apelo para que a primeira audiência pública fosse lá, em Roraima, em função, segundo eles, do período das cheias. Então, há uma expectativa, eu estou esperando a chegada do Senador Lindbergh, que acompanha o Presidente da Casa no encontro dos BRICS, na Rússia, para combinarmos a data precisa, mas a expectativa é de que nós pudéssemos já iniciar neste fim de semana, na próxima sexta-feira, se houver condições da presença de Lindbergh, porque ele, como Relator, torna-se imprescindível na viagem. Está certo?

Nós poderíamos logo, em segundo lugar, fecharmos o Rio Grande do Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito, nós vamos trazer uma proposta de data para V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Uma proposta de data, está bom. Obrigada.

Volto a lembrar que quem quiser apresentar, enviar comentários, perguntas, pode e deve fazê-lo através do 0800-612211 ou pelo portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania.

Vamos, então, companheiros, iniciar a nossa rodada de hoje, ouvindo os quatro convidados, que já se encontram aqui, à mesa. Vamos combinar um procedimento. Então, vamos começar de lá para cá.

O Fabiano, pode ser? Então, pronto. Pela ordem de chamada. Então, o representante do Viva Rio, Fabiano Dias Monteiro.

Vamos combinar também o tempo. Quinze minutos está bom para cada um de vocês? Se houver necessidade, a gente estende um pouquinho.

O SR. FABIANO DIAS MONTEIRO – Obrigado, Srª Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Estamos recebendo, pelo que estou entendendo aqui, vários integrantes do Educafro, de vários Estados, o que é para nós uma grande satisfação tê-los aqui. São mais de... Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Pelos menos uns 20 a 30 estão aqui presentes; 40 estão aqui presentes, entre nós, e é para nós uma grande alegria poder contar com a presença de vocês e a ajuda nessa discussão tão importante para a juventude do nosso País.

Com a palavra, Fabiano.

O SR. FABIANO DIAS MONTEIRO – Obrigado, Senadora.

Boa noite a todas e todos presentes. Gostaria de iniciar a minha fala agradecendo, mais uma vez, ao gentil convite da Comissão para que a ONG Viva Rio pudesse se fazer presente e

um pouco contribuir com a sua experiência no enfrentamento, da questão fundamental para a sociedade brasileira, que é o enfrentamento da violência, sobretudo da violência contra jovens.

O mito de origem da própria organização Viva Rio está muito ligado a esse tema, a essa questão. O Viva Rio não nasce como uma organização, como uma entidade jurídica, mas nasce como um movimento, como um processo de parceria, aproximação de vários intelectuais, artistas, jornalistas, acadêmicos e militantes de movimentos de diversas áreas no Rio de Janeiro, no ano de 1993, quando do massacre da igreja da Candelária. Então, o Viva Rio fez, em 2013, 20 anos e aproveitou para fazer um balanço das suas ações, repensando o seu mito de origem, no sentido antropológico, de pensar o que motivou a organização a existir, o quanto a gente conseguiu avançar e o quanto precisa ser avançado, talvez numa velocidade mais contundente, de uma maneira mais incisiva, nesse enfrentamento.

A apresentação que eu trouxe para a gente poder conversar, refletir conjuntamente, é um pouco... Traz uma análise dos dados do Mapa da Violência de 2014. Imagino que esses números sejam recorrentes esta noite, imagino que eles sejam números conhecidos de muitos aqui presentes e que, ano a ano, toda vez em que há a divulgação do Mapa da Violência, a gente tem uma certa efervescência do tema de mortalidade juvenil na mídia, em determinados setores da academia, mas, infelizmente, essa discussão tende a se arrefecer com o tempo, principalmente no que diz respeito a impactar a sociedade como um todo sobre a dramaticidade desses números.

A segunda parte da apresentação tem um caráter menos quantitativo e menos qualitativo sobre as experiências que o Viva Rio teve, nos últimos 10 anos, tratados aqui como estudos de caso. Claro que as nossas questões são tratadas como casos particulares, questões relacionadas a projetos sociais que foram conduzidos por essa ONG especificamente, mas que certamente tem enfrentamentos, desafios e alcances também observados por outras entidades comprometidas com essa causa.

Então, sem tentar extrapolar o tempo, exatamente porque a ideia é mais ouvir do que falar ou refletir em conjunto, vamos aos dados.

A primeira questão principal: o lugar que os homicídios ocupam nas mortes violentas. Temos, nesse primeiro gráfico, que fala sobre a taxa de mortalidade violenta por idade simples, uma significação expressiva do número de homicídios, sobretudo na faixa entre 20 e 30 anos. Isso vai ser uma constante nos dados que vamos observar. Quando desagregarmos os dados de uma série temporal, desagregarmos os dados por cor, a tendência de que a concentração de mortalidade violenta, concentrada entre 15 a 30 anos numa amplitude menor e com pontos críticos entre 20 e 25, ela se mantém.

Agora, há um dado, obviamente não pudemos trazer muito material sobre o mapa da violência, que é significativo. Há uma tendência recente de que esse pico venha se transferindo dos 20 para idades anteriores, ou seja, o pico de dramaticidade da violência está atingindo pessoas progressivamente mais jovens. Então, a tendência, que não fica tão evidente nesse gráfico, merece ser frisada também.

Pode avançar, por favor.

Aqui é um gráfico análogo e marca a taxa de homicídios por cem mil habitantes, de 2012, no Brasil, que é 29. É importante mantermos o número 29, porque esse é o número Brasil. Quando pegamos o Brasil e desagregamos por regiões, por cor, por idade e por sexo, vamos ver que alguns grupos da sociedade brasileira se encontram expostos a números exorbitantemente maiores do que a taxa média. Se fizermos um universo homogêneo da sociedade brasileira, teremos a taxa de 29. Progressivamente vamos ver que, em determinados setores, os números são bem diferentes.

Pode avançar, por favor.

Aqui nos temos uma série temporal do lugar, do homicídio juvenil, dentro dos homicídios. Em 1980, menos da metade dos homicídios eram homicídios juvenis. Esse número muda mais ou menos por volta de 1994. Quem acompanha a mídia, sobretudo a mídia dedicada à violência, consegue se lembrar mais ou menos de que os anos 90 foram anos dramáticos no que diz respeito à violência juvenil no Brasil. A partir deles, temos uma crescente, que segue mais ou

menos até 2006, ou seja, mortalidade juvenil já é a maior parte da mortalidade violenta como um todo no Brasil. Ela atinge o seu número mais alto em 2005, 2006, com 55,8% e depois volta a cair, mas volta a cair num ritmo lento.

Pode avançar.

Aqui nós temos uma decomposição regional. Lembrando que a nossa taxa média nacional era de 29, se pegarmos 29 homicídios por 100 mil habitantes, se pegarmos o ano de 2012, vamos ver que Maceió tem 218,1 homicídios para cada 100 mil habitantes, número absurdamente maior do que a média nacional.

Pode avançar.

Aqui nós temos o pico de idade média, maior número absoluto de homicídios simples. No ano de 2012 nós tivemos 2.473 mortes, confirmando a tendência de que, entre 15 e 30 anos, temos o maciço da nossa violência, atingindo jovens cada vez mais nas regiões Norte e Nordeste e atingindo sobretudo a população negra, conforme vamos ver nos gráficos a seguir também.

Aqui é apenas uma exceção, só para fazermos um corte para percebermos o Brasil no panorama internacional. Então, nós temos a taxa de homicídio juvenil do Brasil comparado a outros países. A série está cortada ali no 21º país mais violento, que é o Iraque. O Brasil está bem à frente do Iraque, um país que vive uma situação de confronto, e há uma predominância dos países da América Latina, como podemos observar. Entre os dez primeiros colocados, praticamente todos, se não todos, são da América Latina.

Pode seguir.

Aqui, a decomposição da taxa de homicídios por população negra e por população branca. A taxa da população negra, nos últimos dez anos – quer dizer, nos dez anos avaliados pelo mapa –, oscila entre 75,8 e 80,7. A taxa de homicídios da população branca oscila entre 42,1 e 30,1, ou seja, ela está caindo. Mas não está caindo na mesma proporção em que a taxa de homicídios da população negra está subindo. A taxa de homicídios entre a população branca decaiu de forma um pouco mais acelerada do que sobe a taxa de homicídios da população negra.

Aí é o chamado homicídio negro. A decomposição por unidade da Federação segue a mesma lógica, ou seja, um padrão onde Norte e Nordeste começam a predominar da virada do século XX para o século XXI até os dias atuais, nesses primeiros 15 anos. Então, a sequência de exposição da população negra à morte violenta segue por ordem dos Estados: Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Distrito Federal, Goiás, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Pará, Amazonas, Amapá. E observamos que os Estados da Região Sudeste predominam no hemisfério abaixo da média nacional. Temos um corte ali Brasil, que é 41,4. Rio e São Paulo estão abaixo dessa média – Rio um pouco abaixo, São Paulo bem abaixo.

Pode seguir.

Enfim, falando um pouco dos projetos que o Viva Rio tem desenvolvido nos últimos 15 anos, de enfrentamento desse cenário, o Viva Rio trabalha com uma diversidade muito grande de temas, mas particularmente se concentra na questão da formação policial e da articulação comunitária. Então, um dos projetos do Viva Rio que têm maior vigência dentro da Instituição é o curso de aperfeiçoamento da prática policial cidadã (CAPPC), que é de 2002. Portanto, é um projeto que tem 13 anos, desenvolvido em parceria com a Polícia Militar do Rio de Janeiro, e que consiste basicamente numa metodologia específica de trabalho de estudo de casos para policiais que fazem policiamento ostensivo. Ou seja, ao contrário de os policiais trabalharem com dados e conceitos apenas, eles trabalham com situações concretas, onde, em tese, o trabalho da polícia foi mal desempenhado, ou seja, onde o dever de levar segurança e assegurar os direitos do cidadão falhou. E os policiais em treinamento refletem a respeito dessa situação concreta. Esse trabalho é feito, sobretudo, com os policiais praças, soldados, cabos e sargentos, e agora também com os recrutas em formação no Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Praças do Rio de Janeiro.

O que podemos observar é que, tanto os policiais que já têm uma vivência maior, como os sargentos, quanto os policiais recrutas, que estão ingressando na corporação, ao final do curso, há uma mudança de discurso, ou seja, o reconhecimento de que assegurar direitos é uma

função da polícia. Mas, por outro turno, não percebemos que o policial se desapegue do discurso de que o enfrentamento é a missão precípua da polícia. Então, tanto o policial muito jovem, ainda em formação, quanto o policial mais experiente, que passam por esse programa de reflexão sobre os atos que não foram cometidos por ele, mas foram cometidos por um colega de profissão dele, ainda assim, tem o etos do guerreiro, o etos do combate no seu principal referencial lógico do que é ser policial. Então, mesmo com treinamento – isso é uma coisa que tem sido muito difícil para nós desconstruirmos; eu trabalho no Viva Rio desde 2009, coordeno esse programa especificamente desde então –, nós não temos conseguido muitos avanços.

Nem com o advento das Unidades de Polícia Pacificadora, que requerem um redirecionamento muito forte de um policiamento, que, de fato, em tese, não vai encontrar um nível de combate tão alto, mas que vai ter que atuar dentro de uma política preventiva de maneira muito mais significativa, mesmo diante de um novo cenário. Hoje, temos dez mil policiais militares lotados nas comunidades ditas ou tidas como pacificadas. Desse número, praticamente todos passaram pelo programa. Os policiais lotados em UPP ou são policiais recém-formados ou são policiais, via de regra, com menos de dez anos de corporação. O programa já tem 13 anos, então, de certa forma, conseguiu atingir todo esse universo. Nas UPPs, a gente também identifica essa mesma dificuldade.

Um desdobramento desse programa foi o Curso de Cidadania e Acesso à Rede de Proteção Social, que é um programa exitoso, no sentido de que tem provocado, de maneira satisfatória, isso é verdade, a aproximação da polícia com atores da rede de proteção social local. Então, os centros de referência de assistência social, os centros especializados de referência de assistência social, os centros especializados para tratamento de álcool e drogas, conselhos tutelares, ou seja, os órgãos que embasam a garantia de direitos para a população pobre e jovem das nossas cidades, encontravam-se em dissintonia completa com a polícia, por questões que iam desde resistência de parte a parte até por uma questão de incompatibilidade administrativa. Ou seja, os programas de cada funcionário público, a sua função operava dentro de universos tão específicos que, de fato, eles não tinham problemáticas obrigatórias, então, nunca se encontravam, até a questão pura e simplesmente de desconhecimento.

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO DIAS MONTEIRO – Já foram 15 minutos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO DIAS MONTEIRO – Dá para encerrar e a gente conversa mais. Então, o programa, de certa forma, tem provocado esse movimento, mas é uma coisa que está muito no início ainda. Ele vem sendo desenvolvido de 2011 para cá, mas é uma das coisas que a gente percebe que têm um caminho muito maior a percorrer do que, de fato, já foi percorrido.

Vou encerrar com o último eslaide, você pode adiantar para mim, que são as principais conclusões a que a gente chega, dentro do Viva Rio, através da execução desses programas nos últimos 15 anos.

Primeiro, investimentos em serviços básicos, evidentemente, são necessários, embora não sejam suficientes talvez. Maior investimento em educação, saúde, habitação e segurança, obviamente, fazem parte desse processo de enfrentamento à violência.

Uma mudança de filosofia nos processos de seleção e formação dos nossos agentes de segurança é fundamental. Se a polícia é preparada para o combate, ela não apenas vai reagir de maneira mais imediatista ao combate, como vai provocar o combate, vai produzir o confronto, num determinado sentido. Ela se reconhece como instituição feita para isso, feita para o uso da força, feita para o uso da arma. Qualquer atribuição que fuja desse referencial lógico se torna aparentemente estranha para as nossas polícias. Não por acaso temos números tão elevados de uso de arma de fogo e de letalidade policial. Então, mudar essa filosofia, mudar esse entendimento do que seja segurança pública é fundamental.

Empoderamento dos atores locais, desde lideranças religiosas até associações de moradores, lideranças comunitárias, pessoas autônomas que conduzem, com muito sacrifício, às vezes, projetos sociais, sem apoio do Governo e da iniciativa privada. Esses atores, gozando de

uma invisibilidade, conseguem bons resultados, mas ninguém sabe e ninguém consegue replicar. Então, é fundamental dar visibilidade para essas iniciativas.

Coibição de práticas racistas, sexistas e homofóbicas dentro das corporações policiais é algo fundamental. A polícia é um lugar, ainda, do masculino, da exacerbação da masculinidade. Então, isso é uma coisa que precisa ser revista, apesar do número progressivo de mulheres nas corporações policiais.

Por fim, uma coisa essencial é a revisão da nossa lei de drogas. Uma política de drogas que confunde traficante e usuário produz uma quantidade absurda de mortes desnecessárias. Isso é um fato. Não tem como pensar em avançar diante dessas questões sem ter esses referenciais, pelo menos, como horizontes imediatos, para a gente seguir como próximo passo na nossa jornada.

Perdão por estourar o tempo. Obrigado pelo convite, mais uma vez. Estamos juntos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada por sua intervenção. Não se preocupe com o tempo, nós temos que ser um pouquinho flexíveis mesmo, mas, como nós temos tempo para acabar, é que não podemos ultrapassar muito para também permitir um debate indispensável.

Vamos continuar, pela ordem de chamada, concedo a palavra a Ivan Contente Marques, do Instituto Sou da Paz.

O SR. IVAN CONTENTE MARQUES – Boa noite a todos e a todas, Ex^{ma} Senadora Lídice da Mata, Senadora Fátima Bezerra, colegas de mesa e de luta.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite ao Instituto Sou da Paz e parabenizar a iniciativa desta CPI em não só ouvir a sociedade civil, mas em investigar o que, indiscutivelmente, é o maior problema que o Brasil tem hoje em dia.

Antes de tudo, chamo a atenção para a necessidade de quebrar a nefasta insensibilidade da nossa sociedade perante as atrocidades que são as mortes violentas no nosso País. De que adianta dizer do impacto que isso gera hoje nas pessoas se durante a minha fala duas pessoas vão ser assassinadas no Brasil? Provavelmente jovens, negros e habitantes das periferias das grandes cidades do País. Está aqui o Átila Roque, que cunhou um termo excepcional para essa situação, uma vez que ele disse que a gente está vivendo uma epidemia da indiferença. E esse talvez seja o primeiro ponto que a gente precisa atacar para começar a tratar o problema das mortes violentas, dos homicídios de jovens, como eu vou colocar um pouco mais para frente, esse problema que a gente tem no País.

Eu vou dar alguns dados, eu não trouxe uma apresentação, e eu disponibilizo esses dados para quem quiser, enfim, o *site* do Instituto Sou da Paz está à disposição, mas a gente faz questão de compartilhar, porque muitos dados são discutidos e debatidos como ideologizados, os dados que a gente tira das pesquisas dizem o que querem.

Um dado a gente não pode dizer que é mentiroso, que é o dado de mortes, dado trazido pelo Ministério da Saúde pelo número de pessoas que morrem de maneira violenta no Brasil. E esse dado que eu trago, tirado também do mais recente mapa da violência, mostra que, entre 1980 e 2012, 497.590 jovens perderam suas vidas por arma de fogo. Isso corresponde a aproximadamente 56% do total de vítimas de homicídios no Brasil por armas de fogo.

Se a gente quer aprofundar aqui a análise do problema de homicídios de jovens no Brasil, é impossível não falar do instrumento que potencializa essas mortes. Essa discussão tem ganhado os jornais, tem ganhado a mídia, e é óbvio que o problema é muito maior e anterior do que a simples questão das armas. A gente tem que encarar uma realidade que mostra que o Brasil tem uma sociedade violenta. E isso não é um problema só do Brasil, é um problema de toda a América Latina. A violência letal, infelizmente, é uma das coisas que unem o Brasil aos seus irmãos latino-americanos. Se nós pegarmos Brasil, México, Colômbia e Venezuela, esses países correspondem a cerca de 25% dos homicídios totais no mundo; um quarto dos homicídios do mundo estão nessa região. Então, a letalidade violenta é um problema latino-americano, a gente precisa encarar isso de frente.

Quando a gente trata de armas, e o Instituto Sou da Paz está muito ligado a esse assunto desde a sua origem, a gente ouve o discurso de que países mais armados do que o Brasil têm o índice de letalidade menor, menos mortes e tudo mais. Só como base de comparação, um dado trazido pelo Coronel José Vicente, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que é a favor da manutenção do Estatuto do Desarmamento, do controle de armas em geral, diz que o Brasil é seis vezes mais homicida do que os Estados Unidos, onde todo mundo conhece o dado, a maioria das casas tem uma arma.

Mas justamente sabendo desse fato e genuinamente querendo solucionar esse problema é que a gente não pode importar soluções de outros países. A gente não pode querer comparar a realidade brasileira com a realidade europeia ou com a realidade norte-americana. A gente tem que olhar de vez para o nosso quintal, para este Brasil profundo, e ver o que deu certo e o que não deu certo do ponto de vista de políticas públicas de combate a essa violência letal.

Uma das questões que deram certo, uma das políticas públicas que foram muito bem sucedidas é a política estabelecida sobre controle de armas no Brasil, trazida pelo conhecido injustamente, Senadora, como Estatuto do Desarmamento. Eu digo injustamente porque é uma lei que trata muito mais do que simplesmente campanhas de entrega voluntária de arma ou desarmamento civil. Ela rege a vida toda da arma de fogo, desde a sua fabricação até o seu recolhimento, no caso de a arma ser usada para crime, e a sua destruição posterior.

Enfim, apesar de o Sou da Paz estar muito associado à questão do controle de armas, eu aproveito a oportunidade também para dizer que o instituto tem se debruçado sobre as questões de violência e suas potenciais soluções, desde 1999, desde a sua criação. A gente entende que o problema da violência é um fenômeno complexo e o combate à violência deve ser igualmente sofisticado, para que a gente possa, na sua totalidade, abranger as soluções possíveis.

Dessa maneira, o Sou da Paz vem trabalhando com diversas frentes, como a prevenção muito ligada à questão da justiça juvenil, aprimoramento de gestão pública de segurança, pesquisas originais, qualificação do trabalho policial, além de políticas de controle de armas, colaborando para um país menos violento e auxiliando na redução de crimes, principalmente ligados a homicídio e a roubo. Hoje a gente conta com 34 profissionais exclusivamente dedicados a auxiliar a redução de roubos e de homicídios no Brasil.

Eu trouxe, como eu disse no começo, alguns números que eu acho importante compartilhar aqui. São duas partes de duas análises diferentes que trazem um pouco o diagnóstico dessa realidade do homicídio de jovens no Brasil. O primeiro deles é uma pesquisa original do Instituto Sou da Paz que analisou todos os boletins de ocorrência ligados a homicídios, na cidade de São Paulo, entre janeiro de 2012 a julho de 2013, ou seja, três semestres de estudo analisando todas as ocorrências de homicídio.

Na segunda parte da minha fala, eu vou colocar um pouco a problematização da necessidade do controle de armas na redução do homicídio de jovens no Brasil, utilizando uma pesquisa original que o Instituto Sou da Paz lançou recentemente em parceria com o Ministério Público, com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e também do mapa da violência.

Falando da primeira parte, essa pesquisa, como eu disse, foi uma análise dos homicídios ocorridos, na cidade de São Paulo, entre janeiro de 2012 e julho de 2013, que comprova um pouco aquilo que, há muito, vem sendo dito sobre o perfil das vítimas de homicídio no Brasil inteiro. São Paulo, a cidade mais populosa do Brasil, acaba contendo um pouco do Brasil dentro da sua diversidade e a gente consegue perceber, nos números trazidos na cidade de São Paulo, um pouco do que é o resto do País, apesar dos grandes esforços na redução de homicídios, do ano de 2003 para cá.

Alguns dados: foram analisados 1.983 boletins de ocorrência de homicídio doloso, sendo que esses registros acabaram trazendo 2.156 vítimas. Da motivação de homicídios dolosos, temos duas frentes muito distintas: os boletins de ocorrência e os registros policiais que ensejam autoria conhecida, ou seja, sabe-se quem cometeu o crime, e autoria desconhecida. Sendo a autoria conhecida ou não, a gente consegue dizer, pelo laudo pericial, como foi a morte ou, pelo menos, ter alguma ideia de por que essa morte ocorreu. E chama a atenção, dos de autoria

desconhecida, que 22,2% dos casos totais são indícios de execução, pessoas que foram assassinadas de maneira proposital e que acabaram tendo indícios no seu corpo, no laudo cadavérico, de que foram executadas.

Os de autoria conhecida, e isso se liga muito com esse panorama de sociedade violenta que a gente precisa enfrentar, 37,1% desses crimes têm origem em discussões ou relações interpessoais. Ou seja, as pessoas se conheciam ou, por algum entrevero do dia a dia, acabaram matando, cometendo homicídio.

Quando a gente olha para a idade desses mortos, dessas pessoas mortas nesses casos, 3,8% dos de autoria conhecida tinham de 0 a 14 anos. Então, o dado que o Fabiano traz de que a gente vem reduzindo a idade daqueles que sofrem com homicídio no Brasil, essa pesquisa já é um pouco mais antiga, mas já começa a mostrar indícios de que isso aparece.

Quando a gente pega a idade, que talvez seja o grande mote aqui desse nosso encontro, que é de 15 a 29 anos, os jovens, a gente tem quase 40%, 39,9% dos homicídios dolosos de autoria conhecida são jovens de 15 a 29 anos. E o número de autoria desconhecida não muda muito, de 32,9%; e aí de 30 a 44 anos, 27,8%. Ou seja, a grande maioria das pessoas que sofrem com o homicídio é de jovens.

Quando a gente olha com uma lupa um pouco mais forte para essa questão de quem são esses jovens, separando por idade, a gente tem, de 15 a 17 anos, 13,4% dos mortos; de 18 a 24 anos, 51,5%. Ou seja, é uma idade bastante específica. Mais da metade dos jovens vítimas de homicídio têm entre 18 e 24 anos.

E aí eu me permito fazer um parêntese aqui. Na Câmara dos Deputados, hoje, está em tramitação um projeto de lei que revoga o Estatuto do Desarmamento, que é uma lei que conseguiu controlar os homicídios no Brasil desde 2003, como diversos especialistas colocaram.

Esse projeto de lei tem um ponto que é crucial para essa nossa discussão, porque ele reduz a idade mínima para obtenção da posse da arma de fogo de 25 para 21 anos. E aí fica a pergunta no ar: a quem interessa colocar arma na mão de justamente quem mais morre no Brasil? Fica essa questão.

E o meio empregado, como já era de se esperar: 61,2% de todos esses homicídios são cometidos através de uma arma de fogo. Arma branca, que tem causado grande discussão nos últimos tempos por conta do fatídico episódio no Rio de Janeiro, correspondeu em São Paulo, nessa pesquisa, a 16% dos homicídios. Esse é um pouco do panorama que a gente encontrou na cidade de São Paulo analisando os boletins de ocorrência.

A segunda parte dessa minha fala é um pouco para problematizar a questão da arma de fogo, que, como a gente comprovou nessa pesquisa e outros levantamentos no Brasil também trazem o mesmo dado, arma de fogo é um catalisador do problema da violência no Brasil, principalmente quando a gente fala do homicídio de jovens no País. É impossível analisar o problema de homicídios no Brasil sem falar do problema do controle de armas de fogo.

Hoje, a gente tem plena consciência de que o objeto preferencial usado para cometer homicídios no Brasil tem nome e sobrenome: é um revólver calibre 38, nacional, no máximo uma pistola, com fabricação anterior a 2003. E a gente evita fazer propaganda, mas a gente tem até o nome do fabricante da arma. Essa é uma informação que a indústria de armas no Brasil – e a gente não pode achar que a indústria de armas é uma entidade diversa, com a categoria econômica enorme – é uma fábrica de armas, uma fábrica de munição.

Essa indústria não gosta, Senadora, que a gente conte um pouco como é esse levantamento porque o modelo, o calibre, a origem da arma não são o fuzil. Não é o que aparece na televisão como sendo a arma de guerra, de grande potencial ofensivo, a arma que é usada para exterminar a nossa juventude não é a metralhadora. Ela é o revólver calibre 38.

(Soa a campanha.)

O SR. IVAN CONTENTE MARQUES – E por que a indústria não gosta que a gente fale disso? Porque a arma que é vendida para o cidadão de bem, essa figura... Todo mundo é cidadão de bem até o dia em que perde a cabeça e usa a arma de fogo para cometer uma atrocidade ou faz qualquer coisa contrária à legalidade.

Mas é a arma que é vendida para esse suposto cidadão de bem se proteger, para proteger a integridade da sua família e da sua propriedade. É essa arma que cai na mão do crime e a arma que ajuda nos índices de conflitos interpessoais. É a briga de vizinho que, por ter uma arma presente, acaba se provocando uma fatalidade. É, como a gente vê toda semana nos jornais, a briga de marido e mulher que, pelo fato de a arma estar presente, o que poderia ser uma agressão – que já é uma fatalidade – vira uma morte.

Então é esse tipo de informação que a indústria não gosta que a gente conte. Em uma das pesquisas que o Sou da Paz fez recentemente, em parceria com o Ministério Público, nós analisamos todas as armas dos crimes nos anos de 2011 e 2012 apreendidas pela polícia na cidade de São Paulo. Foi amplamente divulgada essa pesquisa e, ali, a gente viu que a origem dessa arma quebra um outro mito trazido por esse debate sobre armas de fogo. Arma não vem de fora, arma é fabricada no Brasil e ela fica no Brasil. Ela fica em São Paulo, a pesquisa teve a cidade de São Paulo como escopo. A gente viu que a esmagadora maioria dessas armas foi comercializada em São Paulo, foi perdida em São Paulo – seja a empresa de segurança ou o suposto cidadão que comprou a arma para se defender –, perdeu essa arma e ela foi usada no crime na cidade de São Paulo. Apreendida pela polícia, muitas vezes ela é devolvida para o seu dono de origem e esse dono perde mais uma vez, a polícia apreende novamente; ou seja, a vida útil dessa arma no crime dura anos.

Então, obviamente, o Brasil tem um problema de fronteiras, a gente precisa controlar fronteiras, mas, se a gente quiser resolver o problema da violência, o problema do homicídio, a gente precisa olhar para o nosso quintal, a gente precisa resolver o nosso problema de controle de armas.

E aí eu trouxe alguns dados. Finalizando aqui para também não exceder muito o meu tempo. De 1993 a 2003, os homicídios causados por armas de fogo subiram de 17 mil, em 1993, para 36 mil em 2003. Foi um crescimento de 112%. Então, quando a gente quer falar de homicídio, a gente tem que falar de arma de fogo. Se a gente falar dos jovens: de 1980 a 2012, como eu coloquei, foram quase 500 mil jovens assassinados por arma de fogo. Em 2012, foram 75.553 óbitos de jovens, sendo que 24.882 por arma de fogo. Um em cada três jovens morreu por arma de fogo. A maior causa de morte de jovens hoje no Brasil é o homicídio por arma de fogo. Só para comparar, a segunda maior causa, como o Fabiano trouxe, é a questão das mortes no trânsito. O HIV, que é outra questão importante, muito difundida, com muitas campanhas do Ministério da Saúde, tudo o mais, matou 12 mil pessoas no total – entre jovens, adultos, crianças – em 2012. Armas de fogo mataram 15 vezes mais, se a gente for contar jovens. São 116 mortes por dia. Lembrando outro episódio da triste história paulistana, o Massacre do Carandiru matou 111 pessoas. Hoje, morrem 116 pessoas por dia.

Enfim, muitos dados, que eu disponibilizarei depois, mas, para concluir a minha fala, eu queria deixar a seguinte mensagem: o que a gente pode fazer frente a essa calamidade, esse discurso bastante triste da realidade brasileira? A primeira coisa a se pensar é, de fato, tirar da gaveta o nosso pacto nacional para redução de homicídios. Isso precisa ser uma coalizão do Congresso nacional, Câmara e Senado, Executivo, Governos Estaduais. Enfim, é preciso dar vazão a essa força reprimida – que é um pacto nacional de redução de homicídios –, precisa caminhar.

Por honestidade e também por participar de movimentos recentes do Ministério da Justiça, a gente precisa do apoio do Congresso para que esse pacto seja encaminhado da melhor maneira possível e que, de fato, saia do papel.

Como eu disse, o Sou da Paz é muito ligado à questão do controle de armas e a esse levantamento que as armas de fogo têm nos homicídios no Brasil.

Então, o que fazer? Desarmar a população é o bastante? E aí eu uso desarmar, porque o recolhimento de armas, a entrega voluntária é importante; e vários estudos também aqui disponibilizados comprovam isso. Mas é o bastante? Não, não é o bastante, mas desarmar é o requisito fundamental para limitar e cercear as condições e oportunidades de manifestação de violência letal. É para briga de bar não virar uma morte.

É preciso ir além, buscando tirar a centralidade da arma para resolução dos conflitos interpessoais para combater a violência e a sua manifestação criminosa, diminuindo a impunidade, entre muitas ações. Para o problema das armas a gente precisa, sim, implementar uma lei de 2003, que é tão surrada e que a cada ano acaba sendo bastante modificada, que é o Estatuto do Desarmamento. É a lei de controle de armas no Brasil.

Desde 2003, essa lei não foi implementada em sua totalidade, por uma série de questões técnicas que ajudariam a gente a reduzir homicídios, mas a grande realidade, o diagnóstico é que nós ainda não implantamos talvez a melhor lei de controle de armas que o Brasil já teve em sua história – talvez não, seguramente, a melhor lei de controle de armas que o Brasil já teve.

E aí eu volto a me referir à Câmara dos Deputados e à Comissão Especial que tem tratado dessa revogação, em vez de a gente gastar recurso público, energia, tempo dos nossos Parlamentares, para revogar uma lei que ainda precisa ser implementada e, apesar de não ter sido implementada em sua totalidade, já produziu efeitos magníficos, por que não trabalhar para um pacto nacional de redução de homicídios?

Finalizando, a epidemia da violência é algo posto, os dados de morte são inegáveis e dificilmente a gente encontra alguém que tenha a coragem de refutar esses dados. Por outro lado, é algo que o Brasil já convive há tanto tempo, com uma estranha naturalidade, normalizando a morte de jovens adultos, enfim, que é preciso fazer alguma coisa.

A gente precisa enfrentar agora o que o Átila colocou como essa epidemia da indiferença, para que a gente possa recuperar esse tempo perdido e estancar essa ferida aberta, se é que ainda dá tempo de estancar essa ferida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passando a palavra à primeira voz feminina entre os convidados a se pronunciar, concedo a palavra para Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, do Geledés.

A SRª MARIA SYLVIA APARECIDA DE OLIVEIRA – Obrigada, Senadora Lídice, principalmente pelo convite para participar desta audiência pública. Boa noite a todas e a todos. Eu quero dar aqui um abraço fraternal aos membros da Educafro.

Nós estamos aqui, somos sobreviventes. Bom, o Geledés Instituto da Mulher Negra é uma organização não governamental, fundada em abril de 1988, cuja missão institucional é educar e transformar a sociedade brasileira, para eliminação da discriminação racial e sexual e pela universalização efetiva dos direitos sociais, civis e constitucionais inerentes à cidadania, combatendo, prioritariamente, a marginalização da população negra.

Essa missão do Geledés está intrinsecamente ligada com sua área mais estratégica de sua atuação que é a área de direitos humanos. Eu creio que não dá para a gente conversar sobre homicídios de jovens sem fazer um recorte racial; então, eu vou trazer aqui um pequeno histórico, se eu estiver enganada em algum dado me perdoem, mas, dentro dessa ótica, o Geledés denuncia a violência racial e policial, já que essa atuação do Estado, através de agentes de segurança pública, revela o lado mais perverso do racismo institucional, que é o extermínio de jovens negros, o que se configura em uma grave violação de direitos humanos.

Bom, a denúncia da participação desproporcional de negros, como vítimas de homicídio, não é assunto recente no Brasil.

O Movimento Negro Unificado foi fundado no ano de 1978 em um ato público em São Paulo e denunciava dentre muitas outras violências sofridas pela população negra, a tortura e morte de um homem negro nas dependências de uma delegacia de polícia.

No ano de 1995, o movimento negro entregou ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso o documento "Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e pela vida", que afirmava no capítulo referente à violência que, de 1970 a 1992, a Polícia Militar de São Paulo já havia matado quase 8 mil pessoas. Destas, 4.170 eram vítimas identificadas e 51% eram negras. E naquele período, segundo os dados do IBGE, os negros somavam em São Paulo 25% da população. Aquele documento informava ainda que a estratégia de repressão alternava

agressões policiais, prisões arbitrárias, tortura, extermínio e que naquela estratégia o principal alvo era o homem negro.

Na área de estudos da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, uma tese de doutorado, "Racismo e Saúde", também afirmava que os índices estatísticos disponíveis à época sobre mortes violentas revelavam que homens negros tinham mais riscos do que os brancos de morrer por homicídios. A autora da tese, Maria Inês da Silva Barbosa, escreveu: "O perfil de mortalidade do homem negro oferece possibilidades de compreensão das condições da vida da família negra, em sua maioria, pautada pela carência em moradia, instrução, emprego e renda, onde se encontram em maior proporção as chefias de mulheres".

Bom, dez anos depois à Marcha Zumbi dos Palmares de 1995, durante a Marcha Zumbi + 10, participantes fincaram no Congresso Nacional trezentas cruzeiras pintadas de preto simbolizando a violência e a morte de jovens negros no País. O Geledés, em 2009, elaborou um trabalho em parceria com a Global Rights Partners for Justice, com o título "Violência racial: uma leitura sobre os dados de homicídio no Brasil". Nesse trabalho, o Dr. Rodnei Jericó, que é coordenador do SOS Racismo do Geledés, e Suelaine Carneiro, coordenadora da área de educação, fizeram uma análise de dados de homicídios e utilizaram o relatório "Mortes por armas de fogo no Brasil", realizado em 2005 pela Unesco, com dados do subsistema de informação sobre mortalidade, do Ministério da Saúde, e o período analisado era de 1979 a 2003, além de dados do IBGE de 2007.

No período analisado, em 1979, 2.208 jovens morreram por armas de fogo, o que representava 31,6% do total de vítimas. Mas, em 2003, esses dados passam para 16.345 jovens, 41% do total de vítimas de armas de fogo. E a grande maioria, o maior número dessas vítimas, era de jovens negros. Na conclusão desse trabalho "Violência racial: uma leitura sobre os dados de homicídio no Brasil", informa-se que diferentes fatores interagem na produção da violência letal. Mas é inegável que a cor é a única variável que está presente em todos os campos de análise. O racismo coloca negros no topo do *ranking* de vítimas de mortes violentas. Os quase 350 anos de escravidão continuam a determinar que negros e negras no Brasil são seres humanos destituídos de direitos e portadores de uma humanidade incompleta, naturalizando a exclusão e a marginalização dessa parcela da população. O racismo estrutura e determina as relações raciais brasileiras e incide nas condições precárias de vida da população negra. Não dá para a gente não associar as condições particulares a que está exposta a população negra no Brasil com o disposto na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio de 1948.

O seu art 2º define genocídio como sendo qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como:

- a) assassinato de membros do grupo;
- b) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial;
- d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) transferência forçada de menores do grupo para outro grupo.

Os negros são os mais vulneráveis à violência, particularmente a letal. A desvalorização de sua vida é um fato que chegou aos dias atuais como uma consequência direta de uma sociedade que não se livrou dos resquícios de um passado escravocrata, onde os escravagistas podiam dispor do corpo negro, já que a lei civil o identificava como coisa e propriedade.

Infelizmente, a preponderância de negros nas taxas de homicídios e a perda de vida desses jovens em fase criativa, produtiva e reprodutiva, até o momento, não vinha recebendo o devido destaque na discussão sobre a mortalidade da juventude brasileira, essa grande parcela da população que integra grupos que se encontram tradicionalmente sem acesso aos bens e serviços disponíveis.

O problema é que a naturalização de que o negro não seria dotado da mesma humanidade do que um branco implica a absoluta aceitação das conhecidas desigualdades sociais que marcam essa sociedade, sendo que a divulgação de dados sobre essa realidade não são acompanhados de medidas eficazes no combate às desigualdades raciais.

Conforme já dissemos, é o racismo que estrutura e determina as relações sociais no Brasil, fundada num passado de quase 350 anos de escravidão e 127 anos de uma abolição inconclusa.

Bom, tudo isso que eu já falei aqui determina, entre outras coisas, as truculentas abordagens policiais que são justificadas pela Polícia Militar, com o clássico: "Apenas seguimos o procedimento padrão na abordagem de suspeito". A questão é que negros são potencialmente suspeitos na visão racista da PM. Uma invenção jurídica denominada auto de resistência legitima a gritante ilegalidade dos assassinatos dos jovens negros pelos agentes de segurança do Estado.

Falando um pouquinho de São Paulo, o relatório Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial informa que o Estado de São Paulo seria o que se encontra em melhor situação em razão do que eles consideram uma baixa taxa de incidência de mortalidade de jovens negros.

Bem, existem alguns dados aqui do IBCCrim, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, que eu não vou repetir porque eu acho que o Ivan já falou sobre isso, que é a questão de que a polícia paulista mata mais do que a polícia americana, só que o detalhe é que a população dos Estados Unidos é muito maior do que a de São Paulo.

Quando a gente olha para os dados disponibilizados pela Ponte – Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, de janeiro de 2014 até novembro, 816 pessoas foram mortas por policiais militares no Estado de São Paulo.

Bem, eu acho que um dos grandes problemas que nós temos em São Paulo é que a gente não consegue um diálogo com o Governo do Estado, eles não se pronunciam a respeito das nossas intervenções, não se manifestam, e a gente acaba por acreditar que a estratégia é: o que a gente não discute ou o que a gente não põe nome não existe.

Eu tenho um vídeo de um grupo de organizações não governamentais em São Paulo que se reuniram para discutir uma rede de proteção para a juventude periférica.

E se você puder passar esse vídeo rapidamente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª MARIA SYLVIA APARECIDA DE OLIVEIRA – Estava presente nessa audiência, na zona sul de São Paulo, que é a zona que mais sofre, é a primeira... A primeira, não, a segunda, porque a primeira é zona leste. Estavam presentes nessa audiência pública a Comissão da Verdade da Democracia, Mães de Maio, Comitê Social Civil Juventude e Resistência, o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o Secretário de Direitos Humanos do Município, Eduardo Suplicy, que se comprometeram a levar essa pauta ao Governo do Estado de São Paulo, que se recusa a conversar praticamente com os movimentos sociais e também trazer essa pauta para o Governo Federal, para tentar minimizar, pelo menos, o índice de mortalidade de jovens negros nas periferias de São Paulo.

Paro por aqui, qualquer questão, a gente...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Debate depois.

A SRª MARIA SYLVIA APARECIDA DE OLIVEIRA – Debate depois. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com a palavra, Nazaré Costa da Cruz, da Coordenação Nacional de Entidades Negras.

A SRª MARIA DE NAZARÉ COSTA DA CRUZ – Boa noite a todas e todos. Eu gostaria de saudar os meus mais velhos e os meus mais novos, a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) tem 23 anos de atuação, é uma rede de organizações, várias organizações filiadas em todo o Território Nacional.

Obrigada pelo convite, Senadora, obrigada a todos e todas que estão aqui.

Começo a minha fala dizendo que contrariamos as estatísticas, porque, ao nascer negra neste País, a gente já nasce, praticamente, com uma predestinação. Se for homem, então, tem pouca possibilidade de sobrevivência.

Vou pedir para passar um vídeo porque, depois, no decorrer da minha fala, vou utilizar um pouco os elementos.

Sou do Pará, de uma periferia chamada Terra Firme, que, ano passado, sofreu uma chacina que ganhou repercussão nacional. Então, venho compartilhar um pouco dessa dor que a gente sentiu lá com os outros irmãos das outras regiões também.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SR^a MARIA DE NAZARÉ COSTA DA CRUZ – Esse é um pequeno trecho do documentário que um grupo de jovens do bairro Terra Firme produziu após a chacina de novembro. É um coletivo de jovens comunicadores e, com a ajuda das mídias alternativas, ganhou repercussão nacional. Eles produziram, fala, na verdade, de outras chacinas que ocorreram em Belém, mas eu vou me deter especificamente a essa de novembro. O grupo de chama Tela Firme, vocês podem encontrar no YouTube, "Poderia ter sido Você" é o nome do documentário que o grupo produziu.

O sistema escravocrata no Brasil foi uma grande anomalia, 350 anos de escravidão, praticamente quatro séculos. Vivemos e convivemos com a herança perversa do sistema colonial, onde a população negra, em especial os jovens negros, é cruelmente assassinada ao longo desses anos de "abolição" – entre aspas –, pelas ruas deste País. Sofrem a face mais cruel do racismo. Já nascem predestinados à morte. Sofrem várias violações de seus direitos. É com essa herança do colonialismo que lidamos cotidianamente neste País.

Os companheiros e a companheira que me antecederam mostraram vários dados oficiais do mapa da violência e outras pesquisas que alguns institutos vêm fazendo e é um absurdo o número de mortes de jovens negros neste País. Aí, não dá mais para a gente aceitar esse tipo de mortalidade. Não dá para naturalizar essas mortes. Não dá para o Estado brasileiro tratar da vida dessas pessoas dessa forma. Aliás, nem trata da vida dessas pessoas, porque essas pessoas não têm direito à vida. Viola o principal direito do ser humano que é o direito à vida. A nossa juventude negra não tem direito à vida. Não tem direito de escolha.

Quando o documentário diz que poderia ter sido você e diz que esse jovem foi executado com 16, com 20, com 33, com 25 anos, quantos jovens não foram executados?

O que esses jovens poderiam ser? Precisamos fazer essa reflexão. Mas há algo mais profundo ainda, que é a banalização da morte negra. Parece que o Estado brasileiro, a sociedade brasileira, não se comove com a morte dos jovens negros. Há várias pesquisas. O próprio Estado produz pesquisas. As estatísticas estão aí para provar que, desses jovens que são assassinados, 77% são jovens negros, mas não se toma uma medida eficaz com relação a isso. Não dá mais para a gente ficar no campo do debate. Nós não temos condições de esperar. Há quanto tempo a nossa população vem sendo exterminada? O projeto genocida continua, só que dessa vez de uma forma mais efervescente, eu diria, porque cada vez mais cedo esses jovens estão sendo assassinados. Assassinados, não, os jovens negros são executados, porque eles quase nunca são assassinados com um tiro ou dois tiros. Geralmente, com cinco, sete, treze tiros. Isso é execução, isso não é assassinato. O Estado brasileiro precisa se responsabilizar por isso. Não dá mais para oferecer políticas paliativas que não parem a bala. A política precisa parar... Tem que haver um programa que pare a bala. Alguém precisa parar essa matança. Quem é responsável por isso? Essa matança acontece com uma licença, com uma permissão de se matar.

Esses jovens negros são apenas estatística, eles não têm identidade. Eles não têm nome, eles não têm família, eles não têm histórico de vida. Quando a mídia, que também pratica o racismo, fala desses jovens, criminaliza esse próprio jovem pela sua morte. Quase nunca aparece seu nome. É só mais um. Todos os dias, principalmente nas páginas policiais do meu Estado, nos jornais, são quatro ou cinco corpos estirados no chão, e quando se vai olhar, são corpos negros. Esses corpos não têm história. E a dor dessas mães, que enterram diariamente seus filhos?

Então, não dá para generalizar e dizer que toda a juventude brasileira morre. É verdade, a juventude brasileira morre, mas a juventude negra morre mais ainda. Ela está sendo assassinada, ela está sendo impedida de viver. É diferente. Não tem a possibilidade de escolha, não tem a possibilidade de viver. Eu tenho um filho de quatro anos, e eu fico pensando: será que meu filho vai viver aos 16, aos 30? Que tipo de projeto eu posso pensar para ele em uma sociedade racista, em uma sociedade que pratica esse genocídio diariamente? A arma letal é o último suspiro, porque as periferias das cidades são ausentes de políticas públicas, não têm equipamento de cultura e de lazer. Não temos escola de qualidade na periferia. A população negra ainda é, hoje, tratada como cidadãos de segunda categoria.

Vivemos a face perversa da herança do colonialismo, quase quatro séculos de escravidão negra neste País, e este Estado não consegue entender que o racismo é estruturante, que esta sociedade é criada, que o Brasil é criado em um sistema racista. A consequência desse racismo, a consequência nefasta, quem sofre é a população negra, e agora a nossa juventude negra. Agora não, porque não vem de hoje. Agora, as estatísticas estão mostrando, as pesquisas chamadas oficiais estão mostrando, mas nós sempre soubemos disso e, como a companheira bem colocou, quando o movimento negro unificado surge, ele surge denunciando isso. Quantas organizações hoje não fazem essa denúncia diariamente?

Eu entendo que esta CPI também é fruto de uma luta do movimento. A gente faz pressão, a gente pauta, mas a gente tem limite. Esta Casa precisa dar uma resposta, o Congresso precisa dar uma resposta, o Governo brasileiro precisa dar uma resposta concreta. Não dá mais para a gente ficar no campo do achismo e ficar acreditando que a gente pode ter um País melhor, matando-se vinte, trinta jovens diariamente. Como é que a gente vai ter? O processo de racialização do País continua. Não deu muito certo no século passado, mas parece que continua. O processo de embranquecimento não funcionou muito, mas agora vai funcionar, porque estão nos eliminando. A ideia é nos tirar do mapa.

Nós da Conen entendemos que, para isso, é preciso associar uma série de políticas preventivas, políticas que funcionem, políticas que sejam articuladas nos territórios considerados vulneráveis. Mas não dá para fazer política sem orçamento. Não dá para pensar política pública para população negra, que é mais de 50% da população deste País, sem orçamento. Não dá para pensar política de juventude sem ter orçamento. A única sinalização que nós temos pelo Poder Público de uma política para a juventude é o Juventude Viva, mas é um programa que ainda não consegue parar a bala; é um programa que não tem orçamento próprio. Se não tem orçamento, como é que tem compromisso? Como é que se faz política sem orçamento? Política para negro se faz sem orçamento só se for a política da matança, porque a política da vida não tem como; não tem como impedir que esses jovens sejam assassinados se não houver um programa eficaz que funcione nos territórios vulneráveis, que funcione, de fato, na periferia, na favela. Que esses espaços sejam tratados como espaços que façam parte da cidade; não espaços onde ficam os bolsões de miséria, a falta de saneamento e onde todos os problemas da cidade são colocados. Parece que nós estamos por nossa própria conta. Parece que nós não temos uma representação do Estado. Parece que nós não fazemos parte do Estado brasileiro. O Estado brasileiro é extremamente racializado: há espaços determinados para a população negra e espaços para a população não negra. Nós precisamos acabar com isso. Nós estamos no século XXI. Essa população construiu e continua construindo este País.

Então, que esta CPI possa dar respostas, possa visitar os Estados, possa dialogar com as famílias desses jovens. Porque eles têm famílias. Eles poderiam ter tido a possibilidade de ser o que eles quisessem ser, mas o jovem negro não tem essa possibilidade de escolher seu caminho. Essa escolha é cerceada e, muitas das vezes, com a autorização do Poder Público, porque muitas dessas mortes são feitas em confronto com a polícia. São execuções de policiais que estão a serviço do Estado e que deveriam estar ao nosso serviço, como cidadãos. Mas, como o Estado não nos reconhece como cidadãos, esses policiais também não nos reconhecem como cidadãos, como membros que fazem parte dessa sociedade que também contribui para o pagamento do seu salário.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA DE NAZARÉ COSTA DA CRUZ – Para eles, nós somos um eterno inimigo.

Nesse sentido é que venho falar um pouco. E, aí, eu termino a minha fala dizendo que, em relação a essa chacina que aconteceu, nos dias 4 e 5 de novembro, lá no Pará, em que mais de 16 jovens foram executados, houve um processo de investigação pela Assembleia Legislativa por meio do qual foi produzido um relatório pela CPI, chamada CPI das Milícias, que comprova o envolvimento de policiais que trabalhavam para a milícia nesse processo. E isso é muito grave, porque há uma responsabilidade do Estado.

Então, que esta CPI também possa apurar esses casos nos mais diversos lugares do Brasil, porque, infelizmente, não é um caso isolado do Pará. Isso acontece no Pará; isso acontece em Salvador; isso acontece em São Paulo; acontece em vários Estados da Nação brasileira. Que esta CPI possa dar uma resposta e, principalmente, uma resposta que pare a bala e que pare de matar os jovens negros.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada também à Maria de Nazaré, representante do Conen.

Eu queria pedir um favor aos dois que estão mais próximos a mim e que falaram primeiro, o Fabiano e o Ivan, que voltassem para a plateia, e nós pudéssemos trazer os dois, porque nos falta microfone. Então, nós precisamos do espaço da mesa. Deixem as duas moças e troquem os dois rapazes.

Enquanto isso, eu vou ler aqui as perguntas ou comentários que chegaram através do portal e-Cidadania.

Anna Flavia Schmitt pergunta: "Por que motivos os assassinatos contra o jovem do interior e das pequenas cidades litorâneas do País quase não são pauta nos debates? Porque nessas localidades não rendem eleitores?".

Olha, Anna Flavia, é claro que não. Nós estamos tendo, aqui, primeiro, as audiências públicas estão sendo feitas com as entidades que, no geral, estão nos apresentando os resultados de pesquisas e muitas delas falam de cidades do interior do País.

No entanto, a concentração maior se dá nas grandes cidades, o que é um resultado da incidência da violência. Isso não quer dizer que nas pequenas cidades não ocorra a violência.

Nós estamos, agora, iniciando as visitas aos Estados, como foi lembrado aqui pela Srª Maria de Nazaré. Nós estaremos indo aos Estados, provavelmente a partir da próxima semana, e em cada Estado vamos às cidades definidas ou selecionadas pelos Senadores de cada Estado. Então, haverá oportunidade, sim, para ouvir as cidades do interior, além da possibilidade de contato permanente, através dos diversos canais de comunicação do Senado.

Alan Martins pergunta ao Fabiano Monteiro: "Por favor, você pode comentar a respeito da tríade redução da idade penal, genocídio da população negra, legislação sobre drogas. Como isso pode aumentar ou reduzir a matança de jovens?"

Essa pergunta é especialmente para o Dr. Fabiano.

Finalmente: "O assassinato de jovens negros tem alguma relação com os episódios de excesso e violência policial gerados pelos estereótipos sociais?" Essa pergunta é de Ezequiel Soares, do Distrito Federal.

Os próximos senhores a se pronunciarem, representantes das entidades, podem inclusive tentar responder a essas perguntas e esses comentários que foram colocados.

Nesta segunda fase, eu queria pedir, portanto, que viessem integrar a Mesa o companheiro Hamilton Borges dos Santos e Átila Roque; e logo depois da palavra dos dois, eu vou abrir para a palavra do Frei David, como se fosse integrante desta Mesa, claro que com a concessão da Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora, enquanto os nossos convidados estão tomando assento, eu queria também fazer um comentário. Primeiro, quero parabenizar a Nazaré, o Fabiano, a Sylvia e o Ivan. Ivan é filho de Castilho? Castilho,

Senadora, pai de Ivan, vem a ser o nosso Secretário-Executivo que cuida do PNLL, que, aliás, tem muito a ver com o que nós estamos conversando aqui. O que é o PNLL? É o Plano Nacional do Livro e da Leitura, que é, aliás, uma política pública muito saudável e muito importante.

Enfim, queria só parabenizar vocês pelo relato que aqui fizeram com muita propriedade, com muita clareza e com muita contundência, até porque a realidade exatamente expressa isso. E dizer, Nazaré, a você que foi mais enfática ainda, que, no âmbito aqui do Congresso, nós temos um foco e temos o dever e a obrigação de fazer com que o Congresso Nacional possa atuar diretamente, a meu ver, priorizando dois caminhos, duas linhas de ação: primeiro, em parceria com a sociedade – e é para isso também que a CPI quer chamar a atenção – tentar travar a agenda conservadora em curso no Congresso Nacional. Vocês estão acompanhando e sabem muito bem o que está em curso. Isso vai desde questão da redução da idade penal até a flexibilização do Estatuto do Desarmamento. E não tenhamos ilusões. Eu sou daquelas, como a Senadora Lídice, que acham que nós só conseguiremos barrar essas iniciativas se houver muita mobilização de fora para dentro, houver muita pressão, muita mobilização muita participação da sociedade. E vocês, pela legitimidade dos movimentos representam, têm um papel muito importante a cumprir.

Para concluir, a outra contribuição que o Congresso e a CPI têm a dar é no que diz respeito à questão do orçamento. O orçamento é para quê? Para dialogar com as políticas públicas. Vocês aqui chamaram a atenção, por exemplo, para o Plano Juventude Vida, um plano muito bom, bem formulado, um plano que, enfim, dialoga com o drama, com a realidade que é o assassinato dos jovens, mais fortemente, claro, os jovens negros. Mas esse plano precisa de orçamento, precisa de financiamento, assim como as políticas no campo da educação.

Eu gostei do panfleto do Frei David, que diz Pátria Educadora com exclusão? Assim não. *(Palmas.)*

Claro. Eu sou professora, Frei David, do Rio Grande do Norte, da rede básica. Tenho mais de trinta anos da minha vida dedicados, muito voltados à luta em defesa da educação. Tive o prazer, como Deputada Federal, nos três mandatos que exerci, de ter sido uma das idealizadoras da Lei do Piso Salarial. Fui relatora do Fundeb, uma das articuladoras do Plano Nacional de Educação, e hoje estamos, junto com a Senadora Lídice, também atuando no campo das políticas do livro, da leitura. Estamos aqui hoje muito vigilantes exatamente para tirar o PNE do papel. O PNE, a meu ver, é uma aposta muito bonita, do ponto de vista de ampliar o horizonte no que diz respeito à democratização do acesso à educação. Esse PNE também não pode ter cortes, de maneira nenhuma. Por isso que a gente se soma a toda essa mobilização que o Educafro está fazendo, porque a educação é uma política fundamental, ela tem um caráter estruturante muito forte. Todos nós sabemos disso.

A Senadora me pede para...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu peço à Senadora que assuma a Presidência rapidamente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Está certo. Vou para aí agora para passar imediatamente a palavra aos nossos convidados.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Para o Átila, eu já acertei que ele iniciará. Rapidamente, para atender a uma necessidade da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou passar a palavra, imediatamente, para Átila Roque, que falará em nome da Anistia Internacional.

O SR. ÁTILA ROQUE – Boa noite, Senadoras e Senadores. Boa noite a todos e a todas.

Antes de mais nada, é uma honra, um prazer, estar aqui hoje podendo trazer a palavra da Anistia Internacional a este debate tão central para a sociedade brasileira e poder fazer isso ao lado das pessoas que falaram antes e das que vão falar depois. A gente sabe o peso e o papel que elas e as organizações que elas representam têm em manter essa agenda na superfície do debate no Brasil. Nesse sentido, eu queria, antes de qualquer coisa, reconhecer e dizer com

todas as letras que nós não estaríamos sentados hoje aqui, debatendo este tema, se não fosse a coragem e a luta das organizações do movimento negro, que há mais de trinta anos, há cem anos, falam exatamente sobre este tema. Este tema teria desaparecido da agenda pública brasileira se não fosse a capacidade, a resistência, a luta, dos movimentos negros no Brasil. Eu gosto de falar dos movimentos porque a gente sabe o quanto o nosso mundo é diverso, mas é preciso reconhecer isso.

Hoje, nós temos aqui o Conen, a Maria de Nazaré, temos o Geledés e também, junto com o movimento negro, as organizações que trabalham diretamente no território, que trabalham diretamente com os familiares, com aqueles que sofrem mais diretamente a dor desse horror.

Então, a presença do Hamilton aqui, hoje, representando uma organização da Bahia, do movimento Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, é o outro lado dessa moeda que garante que o silêncio não se instale totalmente, porque é disso que se trata esta CPI. É disso que se trata o trabalho que o Senado inaugurou, ao responder de forma tão contundente ao clamor que a sociedade vem colocando há tanto tempo.

Acho que a tarefa e o mérito desta CPI, neste momento histórico em que vivemos no Brasil, que talvez seja o momento em que tenhamos a oportunidade de escolher aonde nós vamos, se queremos cair na direção da civilização ou da barbárie, em que tantas agendas estão sendo colocadas diante de nós com um risco imenso de grandes retrocessos, talvez o mérito mais importante de toda a CPI seja tirar essa agenda da clandestinidade a partir do lugar de representação da sociedade ou de um dos lugares mais importantes de representação da sociedade, que é o Congresso, que é o Senado.

Mais do que isso até, fazer com que a sociedade brasileira olhe nos olhos os seus próprios monstros; confronte sem medo, com o peito aberto, os seus horrores e reconheça a dor solitária, na maior parte das vezes, das mães, dos irmãos, das avós, dos amigos, das amigas, dos filhos, dos netos e dos cunhados dessas pessoas que morrem todos os dias, assassinadas, executadas, como a Nazaré dizia. No Brasil – não vou repetir os números, porque os Senadores têm ouvido isso recorrentemente nas últimas duas audiências, mas contamos também com a presença da audiência pela TV Senado, contamos também com a presença da audiência pela internet –, de acordo com os dados de 2012, foram 56 mil homicídios. Nós somos campeões mundiais de homicídios. Nós reunimos, como foi dito aqui pelo Ivan, junto com a Colômbia e mais dois países, mais de 25% – não me lembro de cabeça os números – dos homicídios do mundo. Só no Brasil, há cerca de 10% do total de homicídios do mundo. Dez por cento do total de homicídios que ocorrem no mundo estão no Brasil. Ou seja, ao contrário da nossa autoimagem, nós somos um país profundamente violento, um país onde a violência e o racismo cumprem um papel muito crucial na estruturação do poder.

Portanto, olhar os homicídios no Brasil e desagregar a sua dinâmica é olhar para o modo como o poder se organiza neste País. E, ao olhar por isso, nós não podemos deixar de dizer que, desses 56 mil homicídios, mais de 50% são de jovens; jovens, como foi dito aqui, entre 15 e 29 anos, para usar os dados do SUS. Desses jovens, que somam cerca de 30 mil pessoas, 77%, quase 80%, são jovens negros. É disso que nós estamos falando. Nós estamos falando de um tema que atinge profundamente a juventude negra neste País, e, se queremos, efetivamente, pensar políticas eficazes de redução de homicídio, nós temos que olhar para onde os homicídios estão impactando de maneira mais brutal há muito tempo.

Só para trazer mais um dado, do qual acho que ninguém ainda falou hoje: a curva de crescimento de homicídio de jovens. Se olharmos os dados dos últimos dez anos, nós vamos verificar que, nessa faixa etária, entre 15 e 29 anos, diminuiu entre os jovens brancos na ordem de 33% ou aproximadamente 32%. O Ivan está me olhando ali, pode ser que seja um pouquinho mais, um pouquinho menos, mas é nessa faixa. Sou péssimo de memória.

Se olharmos isso, para jovens brancos nos últimos dez anos, a curva é assim: 33%, mais ou menos, de redução. Para jovens negros na mesma faixa etária, no mesmo período, cresceu 33%. Então, há uma curva que se cruza, ou seja, quem está sustentando, nos últimos dez anos, a

taxa de homicídios do Brasil na faixa de 50 mil/ano – em 2012, foram 56 mil; em 2013 e 2014, houve já uma pequena redução, mas já voltou a crescer, estamos no patamar de 50 mil, querendo ir para os 55 mil, 60 mil – é a morte violenta de jovens negros.

É muito importante ter isso em conta, porque isso nos coloca diante de escolhas centrais para o País que estamos construindo, escolhas que têm de ser feitas pela sociedade e pelo Estado. Não é apenas um problema da segurança pública, é um problema do conjunto da sociedade e do Estado brasileiro. Um dos grandes erros que se cometem neste debate é reduzir isso a um debate apenas de segurança pública. É evidente que é um debate de segurança pública também, se pensarmos segurança pública como uma política de garantia de direitos, se pensarmos segurança pública como uma política que garanta a possibilidade de uma vida sem violência para todas as pessoas. Esse é um pouco o debate que precisamos fazer, porque não é a realidade do Brasil.

Se nós olharmos os dados de homicídios de 1980 até 2012, nós vamos constatar um crescimento de 148,5% – 1,2 milhão de pessoas foram assassinadas. Agora, vejam que paradoxo. Esse é o período em que o Brasil fez a sua grande revolução democrática. De 1980 a 2012, esse foi o período de democracia mais longa e mais sustentada na história do Brasil e é justamente o período em que tivemos essa explosão de homicídios, ou seja, claramente, a nossa transição para a democracia deixou de olhar uma dimensão fundamental do modo como o poder se organiza. Por isso, eu comecei a falar na dimensão da violência e na dimensão do racismo. Nós não fomos capazes de trazer para a conversa da sociedade o tema da segurança pública, por exemplo, porque essa é uma área que tem um papel central na manutenção dessa lógica. Nós trouxemos o campo da saúde, o campo da educação, o campo das políticas sociais. Temos muito ainda a caminhar, mas, evidentemente, todo mundo reconhece que avançamos muito, inclusive na agenda da exclusão social, da pobreza, da miséria, da redução da desigualdade até um certo patamar. Porém, não fomos capazes de incorporar a agenda da segurança a esse debate. Continuamos a ter um sistema de segurança que mantém e sustenta o modelo adotado construído e posto em prática, sobretudo, durante o período da ditadura militar ou da ditadura civil militar.

É preciso lembrar que uma das recomendações que saiu do relatório da Comissão Nacional da Verdade toca justamente nesse ponto, relacionando o passado com o presente. Ela pede, na Recomendação nº 20, a desmilitarização e a reforma das polícias militares. Não vamos esquecer, porque essa comissão encerrou seus trabalhos agora, ontem, em dezembro. Todas as recomendações estão esperando desdobramento.

É importante dizer que há uma crise sistêmica da segurança pública no Brasil em todos os níveis. Uma das dimensões dessa crise que atinge de frente a juventude, em particular, a juventude negra, é a lógica da guerra, é a estratégia da guerra, que, no final das contas, acaba fazendo uma escolha sobre um indivíduo que é mais "matável" do que outro.

A política da guerra formada pela lógica da guerra às drogas, sobretudo – este é outro tema sobre o qual a gente precisa ter coragem de falar –, tem se prestado hoje, no Brasil, à naturalização das execuções sistemáticas de jovens negros das periferias e das favelas brasileiras e, com eles, de vários jovens não negros. Essa lógica gera um sentimento de exceção, de admissibilidade. É como se a sociedade dissesse: "Que pena!".

Mas o combate ao crime, o combate à droga leva a danos colaterais. Esses danos colaterais atingem não apenas jovens, meninos ou adolescentes que, por uma razão ou outra, encontravam-se em desvio da lei. Mas isso não significa que eles deveriam morrer. Eles se encontravam, sim, muitas vezes, envolvidos em situações de tráfico – é importante que a gente reconheça isso –, mas isso não significa que eles deveriam ser executados. Mas a sociedade autoriza que a Polícia entre e os execute, e, em nome dessa autorização, a Polícia também executa muitos que não têm absolutamente nada a ver com isso, como foi o caso recente no Alemão do menino Eduardo; como caso recente em Belém, que ela acabou de relatar e que foi objeto de uma ação urgente da Anistia, inclusive; como foi o caso de Cabula, que, certamente, o Hamilton relatará com muito mais propriedade e que ocorreu recentemente na Bahia. E há muitos outros

casos passados. Agora, está fazendo aniversário de 25 anos da chacina de Acari, em que nove jovens, se não me engano, foram sequestrados e ficaram desaparecidos, e, até hoje, não temos notícia. A luta deles só não desapareceu porque se criou o movimento Mães de Acari, que são guerreiras, a quem devemos muito. Uma delas foi deixada na estrada, também assassinada. Agora, está às vésperas de prescrever o caso da Edméia, uma das mães que foi assassinada ao longo desse processo.

Sei que o tempo é curto e que não nos devemos estender demais, mas eu queria acrescentar outro dado que já foi falado aqui. Tive oportunidade de ler a fala do Prof. Michel Misse na semana passada ou, se não me engano, há duas semanas. Ele levantou com muita clareza o papel que o agente do Estado, as forças de segurança e a Polícia têm nessa tragédia, até porque a ausência de informação sobre as circunstâncias dos homicídios é tão gigante, que, ao olharmos as situações em que temos mais dados de autoria, por exemplo, acabamos muito restritos ao universo das mortes cometidas por agentes de Estado – aí não há dúvida sobre quem matou – ou àqueles casos que são óbvios, como o crime...

(Soa a campainha.)

O SR. ÁTILA ROQUE – ... passional ou a briga entre amigos que todo mundo viu, que todo mundo presenciou. De resto, o que temos no Brasil hoje é uma enorme impunidade em relação a crimes de homicídio.

Agora, no caso específico da Polícia, o que temos diante de nós é a reafirmação dessa lógica da guerra, que resulta no sistemático extermínio da população jovem – é difícil usar outras palavras – ou em práticas sistemáticas de execução de jovens. A Polícia brasileira, como já se falou aqui, num período de cinco anos, matou 11 mil pessoas mais ou menos, o que representa o que todas as polícias americanas mataram em 30 anos. É desta escala que estamos falando: 11 mil pessoas mortas em cinco anos. Esses são os dados conhecidos, esses são os dados que nós acessamos, porque, como já foi dito aqui também, a coleta de dados de homicídios cometidos por agentes do Estado é muito precária no Brasil.

Por essas e outras razões que nós escolhemos, na Anistia Internacional, o tema dos homicídios de jovens negros como o principal tema de campanha da Anistia neste momento. É um tema com o qual nós trabalhamos não apenas no Brasil, nós trabalhamos com ele fortemente nos Estados Unidos, trabalhamos com ele com variações de tipo de discriminação também no México, também no Quênia e com outras ênfases, mas também em alguns países da Europa. Agora, é claro que Estados Unidos e México são aqueles que se aproximam muito diretamente da nossa realidade.

Em termos de recomendação a esta CPI, eu acho que precisamos primeiro estar atentos ao contexto que estamos vivendo e ao papel que os Senadores e as Senadoras podem ter neste momento para garantir que não apenas não retrocedamos, mas que sejamos capazes de usar este momento para avançar.

A primeira coisa que temos sugerido como recomendação na nossa campanha, e já foi dito pelo Ivan, é a importância de um plano nacional de redução de homicídios. Nós sabemos que alguma coisa está sendo forjada hoje, grupos têm se reunido, pesquisadores, pessoas que a gente respeita no âmbito do Ministério da Justiça mais uma vez com a tarefa de elaborar esse plano. É preciso que a gente sinalize que esse plano não pode demorar mais, já demorou demais. Estamos falando isso desde o primeiro governo Lula, da elaboração desse plano de redução de homicídios. Acharmos que a CPI pode ter papel importante em reforçar essa dimensão.

Uma outra coisa que não está no Senado, está na Câmara, é o Projeto de Lei nº 4.471, que trata dos autos de resistência. O auto de resistência tem sido no Brasil... Auto de resistência é aquela categoria que às vezes tem o nome também de homicídios decorrentes de intervenção policial, onde o homicídio é caracterizado como uma reação legítima, uma morte legítima por conta da defesa da vida do policial ou de outrem. Na prática, tem sido utilizado vastamente como uma maneira de não se investigar, não produzir nenhuma investigação mais profunda sobre mortes cometidas por policiais. Também já foi dito aqui que, de novo, esse é um problema que atravessa as diferentes esferas do sistema de segurança e justiça e a responsabilidade

não está apenas com a polícia, está, em grande parte, com o Ministério Público, que também não leva à frente esses casos, e com o Poder Judiciário, que basicamente é uma cadeia de repetição da mesma versão, com algumas exceções. O que nós vemos é que a versão contada pelo PM na delegacia vai sendo reproduzida, aprimorada e repetida até o Tribunal do Júri e acaba sendo um inquérito sobre a vítima, para provar a culpabilidade da vítima e não uma investigação sobre o ato do homicídio. Então, esse projeto para nós é muito importante.

Não vou falar do Estatuto do Desarmamento, sobre o qual já se falou com muita propriedade aqui. Só queria reforçar que nós estamos ainda longe de sermos um país desarmado, com todo sucesso da campanha do desarmamento, que é muito mais do que apenas o recolhimento das armas, ainda temos hoje no Brasil – acho que os dados são do próprio Sou da Paz – cerca de 15,2 milhões de armas em mãos privadas. Apenas 6,8 milhões são registradas, 8,5 são não registradas. Ou seja, o discurso de que está sendo utilizado para revogação do Estatuto de que à sociedade foi imposto desarmamento de cidadãos de bem não é verdade nem do ponto de vista factual, continuamos a ser uma sociedade altamente armada.

E, finalmente, não poderia deixar de tocar aqui num ponto que hoje está avançando a passos céleres, de forma irresponsável, demagógica, criminosa mesmo no Brasil, que é o debate sobre a redução da maioridade penal.

Esta CPI precisa se manifestar, se possível, antes do encerramento dos seus trabalhos, contra esse crime contra a nossa infância, contra a nossa juventude, contra os nossos adolescentes, que seria a redução da maioridade penal. (*Palmas.*)

Se o Brasil der esse passo, nós sinalizaremos para o mundo o total abandono, a total irresponsabilidade nossa em relação aos adolescentes, aos nossos jovens, que são, antes de mais nada, vítimas da violência e não perpetradores da violência.

Nós não podemos responder a um clamor legítimo da sociedade por mais segurança, à dor das famílias que perdem ou que sofrem violência de qualquer tipo – porque nós precisamos reconhecer que essas dores são legítimas, não importa de onde elas venham – não podemos responder com medidas demagógicas, que apenas aumentarão e reforçarão o estigma da criminalização, o estigma do racismo e o estigma da desumanização de uma parcela gigante da nossa juventude, que está hoje desprovida de todos os direitos, de todas as possibilidades de viver uma vida sem violência, criativa, em que as suas escolhas possam ser feitas igual a de todas as pessoas. Então, nós precisamos, definitivamente, barrar isso, que seria, na minha opinião, um enorme retrocesso.

Finalmente, a última coisa: o debate da desmilitarização das polícias precisa ser colocado definitivamente na agenda. Nós sabemos que o Congresso hoje tem, por autoria do Senador Lindbergh, que não está aqui presente, uma PEC tratando deste assunto da reforma das polícias. Isso é um tema absolutamente fundamental que, de novo, transcende a desmilitarização da polícia militar. Ela diz respeito a todo o modelo de segurança que incorporou a ideia da guerra e não a ideia do direito. É guerra de combate ao inimigo interno e não a ideia da promoção e preservação da vida. Esse é um debate absolutamente fundamental!

Obrigado e desculpe-me se me estendi um pouco a mais no tempo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida, dando uma grande contribuição aos nossos debates.

Por fim, passo a palavra ao Hamilton Borges dos Santos.

Você já está bem, Hamilton?

O SR. HAMILTON BORGES DOS SANTOS – Boa noite.

Eu, em nome da campanha Reaja, não vou agradecer a nossa presença às pessoas que estão aqui. Vou agradecer a nossa presença aqui às mães, familiares de pessoas que foram mortas, assassinadas e que fazem parte da nossa organização ali mesmo na Bahia. E também às pessoas encarceradas e os seus familiares, que fazem parte da nossa organização na Bahia.

E eu queria chamar aqui os nomes dos últimos mortos de uma guerra que se pratica contra o povo negro na Bahia: Natanael, Adriano, Kaique, Tiago, Adriano, Rodrigo, Rodrigo, Jefferson, Agenor, Bruno, Alex, Éverson. As mães, as avós, as irmãs desses jovens estão nos

assistindo agora. Portanto, o que faço aqui é apenas cumprir uma tarefa dada por um grupo de mães e familiares. E aí estão o Toni, o Sr. Antônio Borges, que já veio aqui a esta Casa. Depois de a gente participar da CPI da Câmara, nós participamos de uma audiência aqui na Comissão de Direitos Humanos, que estava sendo presidida ou que foi solicitada por João Capiberibe. Estava também aqui presente o Senador Paulo Paim, que infelizmente se retirou, até porque ele tem uma história com este tema, mas ele teve que se retirar. Pedimos àquela Comissão naquele momento em que se estava se tratando nacionalmente e internacionalmente do caso do Cabula.

O que existe de importante? Algumas questões são importantes para a gente tratar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É bom lembrar o que é o caso do Cabula.

O SR. HAMILTON BORGES DOS SANTOS – Eu vou falar.

A primeira coisa é que parece que as pessoas só se comovem com nossa morte pelo lucro e pelo espetáculo. O caso do Cabula, em que 12 jovens são coletados em suas comunidades e são assassinados, são mortos, são executados por policiais extremamente violentos de uma polícia de operação especial que se chama Rondesp, aquilo se tornou um espetáculo. E parece que, quando acaba o espetáculo, aí as ONGs, os grupos, as pessoas que gostam de tagarelar muito vão procurar outro lugar para chupar o sangue, para pegar a desgraça.

Esta é uma constatação de um grupo muito grande no Estado brasileiro, no Brasil hoje; de que nós precisamos ocupar esses espaços para falar por nós mesmos – essa é a primeira questão –, para tratar das coisas que são extremamente duras e pesadas para esse Estado.

No começo aqui deste debate – foi muito bom que isso fosse depois tratado devidamente –, parecia que nós não estávamos aqui em uma CPI que trata da morte de jovens negros. A gente estava falando, de forma geral, como se costuma praticar no Brasil, das mortes gerais, como se não houvesse diferença nessas mortes. Existe um histórico neste País de racismo que estrutura o próprio Estado brasileiro. E o histórico que nos trouxe aqui como mercadoria vai se reatualizando a cada momento. Nós estamos, ao fim e ao cabo, tratando do racismo que estrutura o Estado brasileiro. E o racismo não é uma coisa sem cheiro, sem cor, como esses conceitos que foram fundados na academia e que ganharam os governos, sobretudo o Governo Federal e os governos estaduais, de promoção da igualdade etc etc, que tiram o peso fundamental do racismo no Estado brasileiro, que nos coloca em uma situação de sub-humanidade, que nos coloca em uma situação em que nós estamos em uma Casa, por exemplo, em que nós não somos maioria, ainda que nós construamos todas as riquezas deste País.

Uma intelectual do Rio de Janeiro, Vânia Santana, que diz o seguinte: "Neste País, se tirem os negros, não sobra nada; só no sopro". Porque os brancos têm se beneficiado da nossa desgraça desde o primeiro momento em que pisamos aqui. Nós fomos vendidos, em 1400 e pouco, pelo Rei de Portugal; 12 pessoas negras foram vendidas para as pessoas que detinham os direitos de terra deste País, das Companhias Hereditárias, que continuam ocupando os espaços de poder deste País.

A nossa fala aqui é uma fala de ruptura, é uma fala de postura. Nós não podemos chegar aqui, num lugar deste, e fazer de conta que nós somos biscoito de chocolate com recheio de coco. Nós não temos alma branca. Nós não podemos vir aqui, neste espaço, que é um espaço que para nós da campanha Reaja é fundamental, porque é o único espaço que nós temos hoje para mandar o recado para o Governador do Estado da Bahia. Nós estamos aqui fundamentalmente para isto, para dizer ao Governador o que queremos dizer, já que o Governador se trancou no seu castelo, no Palácio de Ondina, com um seleto grupo de pessoas, inclusive negras, que está blindando o Governador para as atrocidades que estão sendo cometidas na Bahia na sua gestão, mas que é uma gestão de continuidade.

Quando a minha irmã do Geledés fala da dificuldade de ser ouvida pelo Governador de São Paulo, fica parecendo que ser ouvida pelo Governador de São Paulo tem algum debate ideológico, porque ali é uma direita empedernida, porque ali é uma direita que isso, que aquilo. O

nosso Governo é um governo democrático popular, no Estado da Bahia. E um governo democrático popular, no Estado da Bahia, que cria dispositivos de segurança.

Porque, ao fim e ao cabo, nós estamos tratando aqui é de sistema de justiça. Nós precisamos aprofundar esse espaço, e, obviamente, não temos tempo para aprofundá-lo em 15 minutos. Mas a CPI vai ter que ter essa capacidade de aprofundar debates políticos, inclusive chamando as pessoas que vivem, que lutam e que construíram caminhos de sobrevivência e de combate e que não estão mergulhadas nem intencionadas em mais um edital.

Esse negócio do lucro também tem uma característica: você tem a morte física, a morte praticada pelo policial, que, invariavelmente, é um homem negro destituído da sua humanidade, assim como existem intelectuais negros que são destituídos de sua humanidade, que perdem sua dignidade e que tagarelam e falam como se houvesse um branco atrás dele, como se houvesse algo o manipulando, porque ele não fala de si, ele não se reconhece, ele perde a sua humanidade.

Nós temos pelo menos 300 anos neste País garantindo a construção da nossa humanidade. E é o que foi dito aqui. As mulheres negras criaram instituições políticas para garantir o nosso autorrespeito, primeiro, para que nós falemos por nós mesmos e, segundo, para que não façamos como um líder histórico do povo negro, Henrique Dias, da época em que Zumbi estava criando Palmares, lutando por Palmares. Henrique Dias era o Presidente dos negros do Brasil. Mas ele foi criado por um grupo de colonialistas, de brancos racistas que nos escravizaram, e foi colocado como uma peça fundamental.

Fica parecendo que este discurso, que esta fala é uma fala desprovida do sentido do que nós estamos colocando aqui, mas nós queremos recolocar o debate. Nós achamos fundamental que as pessoas, que as organizações negras venham tratar desses assuntos. Nós achamos fundamental que os brancos, quando ocupem esses espaços, digam como se sentem nessa situação de morte de pessoas negras, porque esse não é um problema nosso, mas um problema do País. Os brancos precisam dizer como se sentem. Os brancos precisam dizer como se sentem sendo brancos num país que mata negros, que são a maioria, como baratas.

Os negros estão se organizando em suas comunidades. E eles não estão se organizando baseados numa ideia de criar um CNPJ. Eles não estão se organizando na ideia de ensinar o opressor como ele deve nos tratar.

Existe um processo opressivo da polícia brasileira. A polícia, em qualquer lugar do mundo, está qualificada para usar a força física autorizada. A polícia usa a força física. Esta é uma verdade. O que nós precisamos debater é se nós temos possibilidade de criar no Brasil uma polícia responsiva, baseada nos direitos humanos e que não seja racista. (*Palmas.*)

Mas, obviamente, nós não vamos criar isso tendo, no Estado brasileiro, uma polícia militar que é a maior excrescência de uma possibilidade... A democracia nunca vai se concretizar neste País porque nós temos elementos, dentro deste País, que são elementos que são para além da ditadura militar. Está inscrito na própria formação do País que é um país colonial.

A Polícia Militar do Estado brasileiro nasceu na Bahia em 1825 para debelar um quilombo, acabar com um quilombo que ficava ali perto daquela região do Cabula. Mas ela continua tendo o mesmo *modus operandi* de olhar uma pessoa negra, independentemente do seu curriculozinho, que você apresenta de forma pomposa, com suas palavras difíceis. Se você for preto, você carrega uma marca, e a polícia, numa quebrada, vai-lhe catar. É desse jeito.

Então, você tem que fazer uma escolha. E a escolha política que nós já fazemos, há pelo menos 30 anos, é de dizer que nós não precisamos de uma polícia militar, que é resquício da ditadura, que foi criada no colonialismo. Mas essa polícia continua. Não é de se desmilitarizar a Polícia Militar que nós estamos tratando aqui; nós estamos tratando aqui de acabar com a Polícia Militar. A Polícia Militar, entre outras coisas, carrega a nódoa de que são pretos matando pretos, porque os oficiais brancos se beneficiam com a existência dessa polícia que tem um tipo de hierarquia que pode dar um tapa na cara de um soldado, e nada acontecer. Nós estamos falando disso.

Agora, esta Casa precisa discutir profundamente o fato de que esse debate que foi trazido pelas esquerdas do Brasil não vinga porque, no interior dos próprios partidos – e às vezes as pessoas escondem –, existem coligações de policiais, organizações de policiais, conglomerados de policiais, associações de policiais que fazem pressão para que esse negócio não vingue.

Nós tivemos o Conseg (Conselho Comunitário de Segurança), que é aquele negócio depois do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), que não passou de um *data show*. Era um negócio para não dar em nada e não deu em nada.

Depois, faz-se uma conferência, trazendo um monte de gente para Brasília. E é caro estar em Brasília: são caros os coquetéis; é cara a hospedagem. As pessoas vêm para Brasília de dois em dois anos, fazem conferência para não dar em nada, mas aquele Conseg foi pior: ele nem debateu. Grupos, inclusive, que historicamente tinham um discurso favorável ao fim da Polícia Militar, ficaram totalmente submetidos àquela pressão que vinha do Palácio da Presidência e também do Ministério da Justiça. Essa é uma coisa.

Então,...

(Soa a campainha.)

O SR. HAMILTON BORGES DOS SANTOS – Eu queria que se desse a mesma...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não tenha dúvida. É porque isso aqui é automático. *(Risos.)*

Não sou eu que estou falando não. Deu o tempo, automaticamente...

E, claro, como sempre, darei ao senhor um tempo também de tolerância, como demos aos outros.

O SR. HAMILTON BORGES DOS SANTOS – Pois bem, é fundamental que esta CPI discuta a responsabilidade do Governo Federal.

Hoje, eu estava ouvindo o programa aqui mesmo no Senado. David e Ivair Augusto estavam à mesa discutindo a questão da educação e falavam algo fundamental: "Precisamos discutir o Orçamento." E eu quero discutir o Orçamento agora. E dizia-se o seguinte:

Esse negócio de Juventude Viva também virou uma bolsa de emprego para alguns meninos inteligentes, meninos dentro do partido, dos partidos, que ficam se engalfinhando para ficar viajando daqui e dali, conversando com os prefeitos e depois tomando gole.

Por quê? Não podemos pensar que um programa possa sair da condição de programa e, depois, partir para a condição de uma coisa que nem conseguimos conceber.

O Governo Federal disse que é prioridade a vida dos negros. No programa Juventude Negra, houve o processo de contingenciamento: cortou na carne da Seppir. Como a Seppir vai sobreviver com esse orçamento? É para fazer um coquetel? É para chamar alguns militantes emplumados para fazer reunião com a Ministra? Ou é para efetivamente criar as condições para que se pare essa matança?

Nós temos sugestões para que se pare a matança. O Governo Federal não pode brincar conosco e achar que somos semoventes, que não pensamos!

Ainda que alguns grupos cheguem a esses espaços porque têm suas – não sei...

Mas é fundamental que se discuta esse o Plano Juventude Viva. E todas as vezes em que estivemos aqui, que provocamos a Seppir... Mas precisamos provocar a Seppir? É fácil. Pegar uma mulher preta de dentro de uma presidência e bater nessa mulher preta...

Não! Nós queremos saber da Secretaria-Geral da Presidência – essa Secretaria-Geral da Presidência que tem, ali, ainda, uma Secretaria da Juventude, cujo homem que está à frente é negro e está nos representando em todos os lugares do País – como um país de maioria negra, com jovens inteligentíssimos, permite que a maioria dos negros morra.

Precisamos debater essa discussão de representação, porque, se querem colocar sistema de quotas, ações afirmativas no serviço público, deve-se começar colocando ações afirmativas nas escolhas dos ministérios. Nós não estamos nos oferecendo para nada; nós estamos

nos oferecendo para continuar fazendo pressão, para falar o que muita gente acha que não se pode mais falar, porque, no ano que vem, tem compromissos eleitorais; nós estamos aqui para falar da barbárie que foi a morte das pessoas em uma rebelião em um presídio de Feira de Santana.

Olha, Pedrinhas foi uma coisa amargurada. Chorei por Pedrinhas. Não sou do Maranhão, mas vi muitas condolências saindo da Bahia, inclusive de políticos, inclusive visitas a Pedrinhas para tratar da questão de Pedrinhas. E nenhuma palavra sobre o que aconteceu em Feira de Santana, uma rebelião em que, primeiro, os caras estão com arma letal. E essa arma letal entrou por onde? No machismo, no patriarcado, que diz que toda droga, que toda arma do sistema prisional entra pela vagina da mulher? Ou pela corrupção policial, pela corrupção dos agentes? *(Palmas.)*

Agora, esta CPI está tratando da morte de jovens negros e deve criar alguma medida, não sei se uma CPI conjunta ou uma CPI unificada, mas juntar. Inclusive temos dados, e todos os dados que temos apresentamos à CPI da Câmara. Como existem dados aí, e eu não vou trazer dados para aqui, gente, espera aí! Vamos deixar a CPI trabalhar também. Peça ao Ipea. A gente traz dado aqui e acaba o debate! *(Palmas.)*

Mata o debate! Peça ao Ipea, que ele dá. Há um monte de dados. Isto aqui é o Senado, que tem poder de polícia. Este Senado deve chamar o Secretário da Administração Penitenciária para falar sobre aqueles jovens negros que morreram. *(Palmas.)*

O Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia é simpático, é bonito, mas é racista. É um Secretário de Segurança Pública que colocou a Operação Quilombo, que deu continuidade à Operação Saneamento I, Saneamento II. Isso é lombrosiano. Os intelectuais das ONGs podem me dizer se não é lombrosiano. Isso é Lombrosiano, mas parece que não toca ninguém, parece que não comove ninguém. Nos comove. Quem tem a dor é quem geme! Quem tem a dor é quem geme! Uma pessoa preta, neste País, que chegar para falar desse assunto, que disser uma piada, que ficar muito tranquila e que não se exaltar, essa pessoa perdeu a capacidade de indignação, perdendo, assim, a dignidade humana! Porque isto também é fruto do racismo: é esvaziar as pessoas; tirar a capacidade de se indignar com a morte do seu próprio irmão. E são mortes aos borbotões!

Estamos morrendo de qualquer jeito, mas também estamos nos organizando. Por quê? No debate, por exemplo, do desarmamento, é preciso colocar alguns dados. Vamos pensar assim: o mapa da violência, que é mais um instrumento para se ganhar dinheiro... A carne preta gera lucro, gera lucro no sistema prisional. Por isso, esse debate da redução da maioria penal não é um debate moral, é um debate para encarcerar, para criar mais cadeias, mais uniformes, mais comida, mais algema. O debate é esse! Não é um debate moral, religioso! Esses hipócritas, aí, esses hipócritas falam em Jesus sem ao menos acreditar no Jesus deles!

Estão querendo dizer que é um debate moral, mas é um debate que vai gerar lucro, assim como geram lucro também os institutos de pesquisa, porque estávamos falando a mesma coisa há 30 anos. Era só nos chamar em uma reunião que diríamos.

O debate sobre o desarmamento, segundo o próprio Ministério da Saúde, setor de vigilância, naquela época, logo quando foi estatuído, dizia que diminuíram as ocorrências com armas de fogo, projétil de arma de fogo (PAF), mas entre os brancos. De que tipo de debate sobre desarmamento estamos falando? Estamos ainda acreditando nesse debate rasteiro em se comparar, para debater as drogas, o usuário e o traficante, como se o usuário fosse o bem que devesse ser protegido, acolhido, e o traficante, morto. Precisamos qualificar o debate sobre a guerra às drogas. Precisamos qualificar esse debate. Precisamos dizer que a guerra às drogas é um aquecimento fundamental para a indústria das armas, que a guerra às drogas estabelece o discurso do medo e da diferenciação, porque agora tudo é traficante.

Quando os malês foram às ruas, tudo eram os malês, tudo eram os africanos! E, ao fim e ao cabo, quando se fala em traficante, estão falando de uma pessoa preta, com sandália havaiana, segurando um fuzil que custa o dobro da casa da mãe dele e que vai morrer como indigente! Porque os parentes vão chamar os vizinhos para pagar o funeral.

Então, nós precisamos debater quem é o traficante. Precisamos debater, fazer esses debates. Esta CPI precisa fazer esses debates fundamentais. E esta CPI precisa cobrar! A gente já falou aqui no Senado sobre o caso do Cabula. O Governador do Estado da Bahia, depois dos resultados do MP – que é o dono da ação, é a última palavra na ação –, com o seu Secretário de Segurança Pública, cuja demissão nós pedimos – e pedimos que esta CPI convoque, com o seu poder de polícia, esse senhor para vir falar aqui por que mata pretos na Bahia –, três meses depois, foi o tempo que eles ficaram esperando para fazer a investigação da Polícia Civil. Eles ficaram apenas um mês, com prorrogação para dois dias, é suficiente, e o Ministério Público fez. O Governador, quando mataram os meninos do Cabula, no dia 06 de fevereiro, acordou e foi para uma plateia, mais ou menos igual a essa, mais do que essa, com oficiais da polícia, e disse que o que aconteceu ali foi como se fosse "um artilheiro na frente de um gol".

A nossa vida tem esse peso para o Estado da Bahia. Deveria envergonhar qualquer pessoa que tem o mínimo de decência, mas não envergonha, porque as pessoas continuam vivendo as suas vidas como elas estão lá. Mas essa lógica de comparar a nossa vida a um jogo esta escrita também no baralho do crime, que é um baralho, um jogo de paciência, inspirado nos ases do mal do George Bush, na guerra ao terror de George Bush, que eles colocam lá e que, por mais que a gente fale, eles não tiram.

Eles fizeram uma reconstituição do crime e estão dizendo que não houve confronto, quando todas as evidências, de cinco, pelo menos, cinco promotores do Ministério Público que analisaram tudo, apontam que foi execução, enquanto eles estão dizendo que foi confronto. Todo mundo se calou, sobretudo as pessoas que têm relações com os partidos, os partidos do Governo e da Base aliada. Algumas pessoas, inclusive, se dignaram a entrar no Plano Juventude Viva e ir para o lugar em que mais se mata, que é uma base comunitária, que é um nome pomposo para UPP, tirar foto atrás de uma orquestra sinfônica, como se o nosso problema fosse cultura. Se o problema da violência é cultura, injeta dinheiro, bota dinheiro para a Secretaria de Cultura. Coloca os grupos culturais para se fortalecerem. Mas eles não botam dinheiro lá, mas mandam projetinhos de um menino tocando um tambor, de um menino tocando violino e, aí, tiram fotos felizes naquela situação.

O recado que a Reaja transmite aqui é de que nós precisamos nos indignar. Nós precisamos falar por nós mesmos. Porque há um problema também: por mais que estejamos na ponta, por mais que estejamos sangrando, nós queremos que a CPI convoque aqui os programas de proteção, porque nós da Campanha Reaja já pedimos pelo menos quatro vezes para ser protegidos, e nunca fomos protegidos. Nós somos ameaçados. Entregamos isso já lá, e é só convocar. Há aqui ameaças da Rondesp, dizendo claramente que vão nos matar. E nós não somos incluídos em programas de proteção. E nós não temos o direito nem à memória, porque, invariavelmente, querem falar por nós, querem dizer por nós, porque a nossa fala é uma fala incômoda. Nós estamos como os africanos no período colonial: negociando com faca na mão. Por enquanto é faca!

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vamos abrir agora os trabalhos para um tempo de debates.

Eu queria passar logo a palavra ao Frei David, que representa todos vocês que aqui estão.

O SR. FREI DAVID – Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não é o costume. Porém, como tivemos a necessidade da saída da Senadora, o senhor está falando no lugar dela.

O SR. FREI DAVID – Obrigado.

Vamos direto, então, ao roteiro que elaboramos, para ser bem rápido.

Matança de jovens negros.

Em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Mais de 30 mil eram jovens entre 15 a 29 anos, o que já falamos várias vezes. Setenta e sete por cento dos assassinados eram negros. Menos de 8% dos casos foram apurados. O que fizeram os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para punir os culpados?

Como exemplo do cenário da matança de jovens negros no Brasil, nós nos lembramos dos crimes de maio de 2006, em São Paulo. Quase 500 vítimas. Novamente, o que o Estado de São Paulo e a Nação brasileira fizeram para punir os culpados? A polícia extorque quem? O PCC e familiares. Portanto, os crimes de maio têm este pano de fundo: a polícia roubando dinheiro do PCC e dos seus familiares.

O PCC revida: 59 policiais foram mortos. O PCC revida, defendendo-se e defendendo seus filhos, suas mães, seus parentes. O Estado contra-ataca: 493 civis são mortos, executados sumariamente. Dos mortos, mais de 400 eram negros. Nem 6% dos mortos tinham ao menos uma passagem pela polícia. Senadora, nem 6%, Senadora, tinha ao menos uma passagem pela polícia! Detalhe: 124 registrados falsamente como auto de resistência, encobrindo o extermínio. Abaixo aos autos de resistência!

Hoje, mais de 90% dos inquéritos não prosperaram. Ministério Público, cadê você? Ministério Público de São Paulo, cadê você? Das quase 500 mortes que não eram de policiais, quantas foram investigadas? Ministério Público, cadê você mais uma vez? Dessas quase 500 mortes, das que chegaram aos tribunais do Estado, quantas foram julgadas? Tribunal de Justiça, cadê você?

Como sabemos, nem mesmo na ditadura militar matou-se tanta gente. Barbárie sem punição do Estado. Ministério Público, governador, PGR, República do Brasil, o que fizeram ou irão fazer?

Queremos mais decisões, como a do julgamento do PM André Pereira da Silva, que foi condenado pelo assassinato de três jovens naquele período. Por que não foram todos os assassinos levados a julgamento nos crimes de maio?

E o problema continua. O índice de assassinatos cometidos pelo Estado de São Paulo continua alarmante, apesar de o Estado parecer estar na ponta dos que menos matam. Como exemplo, podemos citar o assassinato do jovem Caíque. Ele cometeu erros, mas não tão graves como os que roubaram a Petrobras, metrô, CPTM etc.

Por que os ricos, que cometem erros maiores, têm outro tratamento, mesmo sendo seus roubos mais danosos à sociedade?

A polícia, após matá-lo, posta no WhatsApp uma foto do Caíque morto.

Aí vocês estão vendo a foto do Caíque morto – aí estão vendo a foto. E um dos policiais comenta para o assassino policial: "Olha, você não preparou o ambiente." Senadora, olha só: comentam no WhatsApp entre os policiais. Isso chegou às minhas mãos por um policial do bem, que é cristão, que está se sentindo totalmente mal como policial, que quer dar baixa da polícia e que nos passou essas informações. Portanto, um outro policial do mal alerta a um policial do mal que ele não preparou o ambiente.

Olha só, Senadora, o que acontece. No WhatsApp, um dos policiais alerta o autor do crime que ele não havia preparado a cena. Minutos depois, o policial assassino posta a nova foto com a cena montada. O braço do Caíque estava esticado e, agora, está para trás; e o revólver com a numeração raspada aparece magicamente.

A sociedade civil aplaude os bons policiais. No entanto, a sociedade civil quer, Senadora, pedir a V. Ex^a que convoque, nesta Comissão, a PGE de São Paulo. Por que a PGE não levou a sério a averiguação, uma vez que é o senhor do processo? Por que não levou a sério? Com medo de quem? Nós Educafro, na semana da matança de maio, entramos no Ministério Público com uma representação, e, até hoje, não nos responderam nada sobre a matança. Que esta CPI convoque o Governador do Estado. É inaceitável que o Governador não responda por esses crimes.

Volto a falar: a sociedade civil aplaude os policiais bons, mas quer e espera que esta CPI, esta audiência pública gere mais forças para que os bons policiais façam como fez o Sargento

Marcos Akira, que, em janeiro de 2015, agora, recentemente, denunciou os 17 policiais assassinos da Zona Leste de São Paulo.

Então, parabéns. Eu peço para o policial Marcos Akira uma salva de palmas. *(Palmas.)*

E, nessa linha, Senadora, nós tivemos hoje reunião na Procuradoria-Geral da República. A entidade Educafro, com um grupo de juristas, descobriu que a nossa querida e cidadã Constituição não recepcionou os autos de resistência. Então, o auto de resistência é uma lei que não pode estar sendo usada pelas polícias. Portanto, entramos na PGR pedindo um posicionamento para poder derrubar isso aí. E, conversando com o Procurador da República Wellington Cabral Saraiva, ele não sabia desta CPI de hoje. Comunicamos, avisamos e propus a ele se aceitaria ser convidado por V. Ex^a para vir fazer um depoimento. Ele aceitou falar um pouco sobre o porquê de ele estar convicto de que a nossa Constituição não recepcionou o auto de resistência e de, portanto, todas as matanças colocando auto de resistência ferem frontalmente a Nação brasileira, não só a nós negros.

Também, Senadora, solicitamos a V. Ex^a que convoque o Governador do Espírito Santo. Em 2010, a Educafro abriu um processo contra o Governador do Espírito Santo, porque é um Estado pequeníssimo, mas, em 2010, dos dez Municípios que mais matam no Brasil, quatro estavam no Espírito Santo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID – É.

Aí, Senadora, o Governador daquele período enrolou muito. Agora, com o novo Governador que assumiu, nós voltamos a pressionar o Tribunal de Justiça, que teve a coragem de aceitar nossa proposta e convocou o Governador para uma audiência para um TAC (Termo de Ajuste de Conduta). O Governador, ousadamente, manda o Procurador-Geral do Estado enviar uma carta para o Tribunal, comunicando ao Tribunal que não vai comparecer à audiência de conciliação, porque a verba para combater a matança de jovens negros é muito alta, e ele não tem dinheiro para isso. Ele não tem dinheiro para isso! Fala documental, que está nos autos do processo do atual Governador do Espírito Santo.

Então, nós pedimos a esta CPI que convoque o Governador para dizer por que ele fez isso. Ele falou taxativamente: "Não vou investir para combater matança de jovens negros."

Também pedimos à CPI que convoque a pessoa responsável pelo Juventude Viva. Já por oito vezes estivemos em reunião com o Juventude Viva e pedimos ao Juventude Viva que nos apresentasse dois dados pequenos. Este é o primeiro dado: quantos assassinos o Juventude Viva conseguiu mandar prender depois de seu trabalho passeando por todos os Estados do Brasil? Até hoje, não me apresentaram um único assassino que tenha sido preso por causa do trabalho do Juventude Viva. Fiz a segunda pergunta e disse: "Juventude Viva, equipe, olhe aí, a ditadura matou, e o Governo brasileiro guardou uma grande verba para indenizar todos os parentes das vítimas da ditadura. O Estado é que matou." E perguntei: "Juventude Viva, qual é a verba existente para indenizar as mães e os parentes dos jovens assassinados pelo Estado brasileiro agora, na democracia?". E, até hoje, o Juventude Viva não nos respondeu. Então, solicito que convoque aqui o responsável máximo pelo Juventude Viva para responder essas duas questões somente.

Continuando, por favor.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as cinco forças precisam rever suas práticas. O Brasil precisa respeitar o povo negro. Como parte da sociedade civil, queremos ver indenizados todos os familiares das vítimas dos crimes de maio com o mesmo empenho com que foram indenizadas as vítimas e os parentes da ditadura militar.

Como apontou a Relatora da CPI da Violência contra a Juventude Negra, Rosângela Gomes, a Comissão já possui dados que indicam uma matança, um extermínio. Por que o Governo tem medo da palavra "extermínio"? Temos consciência plena de que é extermínio, e o Brasil precisa responder nos tribunais internacionais por esse extermínio. O que falta para os

culpados serem punidos e para medidas serem tomadas para que essas atrocidades não mais ocorram?

Queremos contar com a força viva desta CPI e de todos aqueles que compõem o Estado brasileiro.

A Educafro é a favor da desmilitarização da Polícia. A militarização das polícias é um fenômeno mundial, diz o pesquisador; no entanto, é possível combater.

Nossas mais profundas condolências aos parentes, aos pais das vítimas dos terríveis crimes de maio e das vítimas da matança dos jovens negros em todo o Brasil.

Trouxe aqui as fontes, para quem quiser depois consultar, e nossos contatos.

Obrigado.

Desculpem-me se me alonguei. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) –
Companheiros, agora, estou tentando ver como conduzir os trabalhos.

Quero antes, porém, comunicar que recebemos hoje um *e-mail* dos jornalistas Adriano Maneo e Thiago Amâncio com um *link* para um excelente trabalho jornalístico preparado por essa dupla de repórteres participantes do 59º Programa de Treinamento em Jornalismo Diário da *Folha de S.Paulo*. O trabalho jornalístico multimídia trata justamente da sub-representação dos negros. Peço que seja registrado o *link* para divulgação junto aos membros da CPI, na expectativa de que contribua para subsidiar nossos trabalhos. A reportagem multimídia faz parte de um especial sobre desigualdade no Brasil e pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <http://temas.folha.uol.com.br/desigualadenobrasil>. Esse é um registro para ficar na Secretaria da Mesa.

Estamos com uma dificuldade que quero compartilhar com vocês. Temos um prazo de realização da CPI, que é de duas horas, de 19h30 a 21h30. Já são 22h, e, provavelmente, não teremos muito como estender o processo de debate previsto para esta CPI.

Acabei de chegar de uma viagem. Vim de fora do País diretamente para aqui. Eu estava numa reunião do EuroLat (Parlamento Euro-Latino-Americano). E, como vocês veem, estou desfalcada.

Esta é uma semana... A semana passada foi já desfalcada, muitas reuniões fora, e também um feriado no meio.

Então, nós, com poucos Senadores, não temos a nossa... Nosso planejamento é de quatro pessoas à Mesa; hoje tivemos seis, o que estendeu, portanto, o tempo que nós tínhamos. Estou preocupada com que tenhamos apenas o debate entre nós mesmos.

Quanto às reivindicações que foram feitas aqui para convocação de pessoas, nós só podemos fazê-las em uma audiência administrativa, com quórum qualificado para sua aprovação. Claro que está tudo anotado aqui para que possamos viabilizar. Vamos tratar na Comissão, quando se tratar de autoridades da Bahia, quando se tratar de autoridades de São Paulo, para já termos aprovadas na Comissão audiências públicas nesses Estados, que podem ter o caráter de oitiva das vítimas, e trazermos as autoridades para cá, ou fazemos as duas coisas lá.

Então, para isso, nós temos que analisar no interior da Comissão e com a aprovação, com quórum para decisão administrativa. Eu queria que vocês me permitissem levar essas decisões para a reunião administrativa que teremos oportunamente, provavelmente no meio da semana, como sempre acontece. Aí, faremos o contato para viabilizar tanto as audiências locais, em que vamos ouvir também vocês na conformação dessas audiências, em cada Estado, quanto as datas a serem remarcadas etc. Porque hoje nós não teríamos como fazer, como tomar essas decisões porque não temos quórum para isso. Embora tenhamos um quórum grande com todos vocês, não temos um quórum de deliberação. Isso não quer dizer que não vamos tomar essas decisões; pelo contrário, devemos tomá-las, mas durante o meio da semana, quando a CPI se reúne para as decisões político-administrativas, que são as decisões que encaminhamos.

Agora, acho que, claro, é indispensável que possamos convocar essas autoridades aqui destacadas por vocês para que possamos dar encaminhamento e aprofundamento às denúncias aqui feitas.

O SR. HAMILTON BORGES DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Claro, Hamilton.

O SR. HAMILTON BORGES DOS SANTOS – Queria sugerir a V. Exª uma nova convocação desta reunião. Considero que esta reunião foi produtiva, porque tratamos de elementos importantes, mas existe um prejuízo do qual V. Exª mesma falou: a ausência do quórum. Sugiro que façamos uma nova reunião, uma nova audiência pública e que se incluíssem nessa audiência os grupos de familiares. Existem as Mães de Maio, em São Paulo; a Rede de Combate à Violência, no Rio de Janeiro; as Mães de Acari; existem vários grupos. Em Salvador, há a Associação de Familiares e Amigos de Vítimas do Estado Racista Brasileiro. Eu gostaria de fazer essa sugestão de se fazer uma reunião, inclusive no horário em que possamos debater mais, porque existe até o prejuízo do debate. Essa sugestão que eu gostaria de fazer. E que nessa reunião, reapresentássemos, sem prejuízo da reunião que vai ser feita, mas que reapresentássemos as solicitações de convocação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certo! Deixe-me só explicar, Hamilton.

Audiência pública é isto que nós realizamos aqui. Ela tem um debate entre as partes dentro da audiência. O que ela não tem é a possibilidade de decidir, porque ela é uma audiência pública com convidados.

Os Senadores participam, debatem, mas nós não deliberamos, porque as deliberações ocorrem em reuniões que são convocadas para isso. Por isso, as nossas reuniões, o nosso funcionamento da CPI se dá com duas reuniões por semana, praticamente: uma para audiência pública, que fazemos às segundas a partir de 19h30; e a outra, que é a reunião de trabalho, digamos assim, que se realiza durante a semana.

Por que na segunda-feira nesse horário? Porque, no dia a dia, o funcionamento do Senado, da Casa Legislativa no geral, é atropelado com muitas comissões ao mesmo tempo, e nós gostaríamos de poder ter uma participação, mesmo nas audiências públicas, uma provocação para que houvesse uma interatividade, que hoje foi menor, mas que há sempre em todas as audiências públicas – eu li algumas delas aqui, nós tivemos mais cinco ou seis enquanto estávamos debatendo –, e também de poder contar com a TV Senado transmitindo ao vivo a nossa CPI. Porque isso também serve como denúncia, como divulgação da existência deste trabalho. Isso só pode ser feito quando ela não se conflita, primeiro, com o Plenário, que tem a prioridade, e, segundo, com outra comissão permanente da Casa. Por isso, nós cavamos este espaço de segunda-feira neste horário. A partir de 14h, há sessão de debate, e, enquanto houver sessão de debate do Plenário, nós não passamos na televisão ao vivo. Então, nós buscamos casar essas coisas.

Eu concordo com a sua sugestão, mas eu quero dizer que ela já está tranquilamente assegurada pelo trabalho que nós vamos realizar.

Nós já aprovamos, pelo menos, se não me engano, sete visitas a Estados. Posso estar enganada no número, mas já está assegurada a visita à Bahia, a São Paulo, capital, ao Maranhão, ao Rio Grande do Norte, a Roraima, a Pernambuco, ao Rio de Janeiro, à cidade de Luziânia, aqui no entorno de Brasília, onde há um grupo de jovens que tem sempre participado de nossas audiências. E, nas reuniões dessas cidades, como falei, nós vamos buscar as sugestões de vocês, essas entidades que você propôs. Por exemplo, para a audiência da Bahia, nós vamos incorporar essas entidades. Nas de São Paulo, nós vamos incorporar aquelas entidades sugeridas por vocês, e vamos tomar uma decisão se vamos, na oportunidade – isso vai depender da agenda da Comissão –, fazer aqui a oitiva das autoridades ou se faremos lá. É mais ou menos assim que funciona.

Quando nós fizemos a CPI do Tráfico de Pessoas, por exemplo, na Bahia, nós ouvimos em um horário as autoridades, e no outro horário, ouvimos as vítimas.

Às vezes, na situação de vítima, nós fizemos reuniões secretas. Em São Paulo, por exemplo, a nossa reunião foi secreta. Nós ouvimos moças que foram traficadas e tinham, portanto,

difficuldade de participar de uma audiência aberta, de público, e assim por diante. Então, nós temos que estudar cada situação.

E também em relação a essa situação de que você fala, da proteção, nós podemos como CPI solicitar proteção dessas pessoas. Então, precisamos que você nos encaminhe isso protocoladamente, ou seja, num ofício, para que possamos solicitar, através dos programas de proteção estadual e federal, que isso aconteça. E acompanhar como CPI.

O que queria apenas, lamentavelmente, comunicar e partilhar com vocês é que nós estamos impedidos de continuar hoje.

Creio que, como o Hamilton ressaltou, houve uma função que a reunião de hoje desempenhou certamente, que foi a da denúncia, a da referência para todos nós, a do conhecimento dos dados. Se não me engano, algum de vocês, dos que participaram na mesa, deve ter sido entrevistado pela TV Senado antes, para fazer a abertura; eles fazem a chamada – acho que foi o Hamilton. Então, tudo isso compõe a nossa CPI, mas compõe principalmente o espaço de denúncia dessa situação.

A CPI tem a intenção de que não fiquemos apenas na denúncia dos discursos que estão sendo feitos no plenário da Casa, mas que nós possamos ter ações concretas, como esta ação aqui de hoje, não apenas desdobrada nos Estados. Podemos fazer, por exemplo, ficou em mim essa ideia para discutir com o Presidente da Casa, uma sessão temática sobre assassinato de jovens negros. Nós temos aqui as chamadas sessões temáticas. Nós fazemos o quê? Uma sessão geral do Senado, que é uma espécie de sessão especial sobre um tema. E nós poderíamos, por exemplo, também fazer uma sessão temática sobre assassinato de jovens negros. Mas, para isso,... (Palmas.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... no entanto, eu preciso convencer o Presidente. Eu quero, tenho disposição e acho que ele abrirá esse espaço, mas ele está fora do País, na reunião dos BRICS, e eu não posso dar a resposta agora.

Na reunião desta semana, nós vamos pegar toda essa pauta que foi produzida aqui e na reunião passada, vamos digeri-la, transformá-la em uma propostazinha e, depois de aprovada, enviar para vocês. Porque vou precisar do voto dos Senadores para poder aprovar a proposta. Então, temos que fazer a proposta, trabalhar o voto antes da reunião e, depois, trabalhar o quórum para poder viabilizar.

Quero agradecer a presença de todos vocês; do Educafro, que nos trouxe essa mobilização muito positiva para o nosso trabalho. Isso também nos anima. Vocês sabem que essa batalha que nós estamos travando é uma batalha ideológica difícil, porque ela enfrenta realmente a questão do racismo no Brasil. Ela é uma questão incômoda, digamos assim, não apenas para as elites, para a sociedade brasileira, que tem dificuldade no seu enfrentamento. E essas dificuldades se refletem em tudo; refletem-se, inclusive, na sustentação desta CPI. Ela precisa se sustentar com fatos; com a abertura, por exemplo, da televisão, que foi uma coisa negociada com o Presidente da Casa; ela precisa se sustentar em ações. Por isso que eu pensei...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim. Ele está me lembrando de que a Rádio Senado também, e não apenas a TV, os meios de comunicação da Casa, que dão suporte a este trabalho nosso, e a repercussão, a volta desse trabalho todo, que é feita através dos portais, através dessa interação, das entidades que falam conosco. É muito importante que sensibilizemos as entidades e que essa mobilização possa ser sentida pelo Senado.

Por isso, eu gostei da minha própria ideia, confesso, de realizarmos essa sessão especial. (Palmas.)

Vamos ver se dá certo e se conseguimos. Acho que, se conseguirmos, vai ser uma coisa muito importante. Porque a CPI tem uma função. É claro que aqui podemos usar da autoridade do Senado, pressionar os Estados, essa coisa toda. Mas uma sessão de todo o Senado tem uma transmissão ao vivo o tempo inteiro; ela, obrigatoriamente, terá a participação do Presidente da Casa, de outros Senadores, das Lideranças.

Acho que podemos marcar um ponto importante na luta contra o racismo e na luta contra as mortes dos jovens, buscando ampliar os nossos aliados, porque cada passo que damos tem que ter o passo da denúncia, o passo da punição, mas também o passo da ampliação do espaço da sensibilização da sociedade para os fatos que nós estamos denunciando. Porque, afinal de contas, nós não queremos denunciar apenas para nós.

Para que essas coisas alcancem o poder da punição, é preciso que as nossas reivindicações contaminem a sociedade brasileira.

Que a indignação que Hamilton tanto cobrou seja uma indignação de toda a sociedade, para que consigamos efetivamente mobilizar o País, que está tão imobilizado com tantas ameaças. Porque o que nós estamos vivendo, Hamilton – digo Hamilton e todos vocês, Frei David também –, é o inverso: nós estamos sendo ameaçados neste momento por uma pauta extremamente conservadora, que sai da Câmara com a força de 513 Deputados, de maiorias que são formadas.

O Presidente da Câmara dos Deputados, antes de viajar para a Rússia, para a reunião dos BRICS, anunciou que colocará na pauta a redução da maioria penal. Isso é uma coisa gravíssima, é uma coisa gravíssima que tem toda a relação com tudo isso que nós estamos discutindo aqui.

Então, nós vamos ter que fazer CPI, mas, ao mesmo tempo, vamos ter que nos movimentar, nos mobilizar para tentar reverter essa pauta da Câmara, tentar fazer com que essa coisa não consiga passar na Câmara, não venha nem para o Senado, e buscar alianças.

Eu estava fora, mas se não me engano, li uma notícia de que Alckmin deu uma declaração de que está disposto a fazer uma composição para impedir a votação da redução da maioria. Que bom! Porque nós precisamos agora construir realmente alianças para impedir que esse negócio passe, porque será muito ruim, mas muito ruim mesmo, que essa história passe e que sejamos massacrados por uma pauta profundamente conservadora, demagógica, como aqui foi ressaltado, que dá a sensação ao cidadão de que ele está resolvendo a violência.

O Átila falou aqui da inocuidade dessa ação. Eu diria que, além de inócua, ela pode ser pior: ela pode aumentar a violência; ela pode levar ao crescimento da violência. Então, a pauta da segurança realmente tem que se colocar; ela está extremamente ligada à questão racial no Brasil, como historicamente sempre esteve, e, por isso, talvez ela seja tão pouco tratada. Então, é a nossa obrigação colocá-la na prioridade da agenda.

Eu peço a vocês desculpas por não podermos prosseguir no debate, como gostaríamos, até mais. E vamos organizar tudo isso que vocês nos deram de informação aqui hoje para que, na próxima reunião, possamos deliberar e convidar vocês de novo num novo modelo de debate. Está bom?

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Um momentinho, um momentinho que eu preciso de uma decisão formal.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigada. *(Palmas.)*

(Iniciada às 19 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 26 minutos.)

Senadora Lídice da Mata
Presidente

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 616, de 2015, destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2015, às 14 horas e 8 minutos, no Plenário 15 – Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Romário** e com a presença dos Senadores: **Humberto Costa, Zeze Perrella, Donizeti Nogueira, Romero Jucá, Omar Aziz, Paulo Bauer e Roberto Rocha**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Davi Alcolumbre e Fernando Collor**. Na oportunidade, foi realizada Audiência Pública com os jornalistas Srs. **Lucio Jose Mello Mattos de Castro e Rodrigo Dantas Mendez de Mattos**. Após aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 616, de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com os seguintes convidados, ambos jornalistas: Sr. Lucio Jose Mello Mattos de Castro e Sr. Rodrigo Matos.

Peço à Secretaria que imediatamente conduza e acomode à mesa os nossos convidados. (Pausa.)

Informo a todos que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania e no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania e no Alô Senado, através do número 0800-612211.

Para organizar os nossos trabalhos, esclareço que, após a exposição inicial dos convidados, a palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição. Terão preferência para o uso da palavra, na seguinte ordem, o Relator, o Presidente, os membros e os não membros. Antes de passar a palavra aos jornalistas, primeiramente agradeço aos dois pela presença. Tenho bastante consciência, como ex-esportista profissional, esportista ainda em atividade e Presidente desta Comissão, de que a presença dos senhores aqui terá grande importância e grande relevância para os nossos trabalhos. Nós, aqui, temos bastante consciência de que não aguentamos mais o que vem acontecendo no nosso futebol mundial e, especificamente, no futebol brasileiro nos últimos anos.

O objetivo maior desta CPI, estou sempre falando e vou repetir, é moralizarmos o futebol, porque é dessa forma que vamos conseguir, de novo, mediante ação fora do campo, grandes conquistas dentro de campo.

Agradeço a presença do Deputado Federal, ex-Presidente do Corinthians, Andres Sanchez. Seja bem-vindo, com certeza, sua participação aqui terá grande relevância.

Concedo inicialmente a palavra ao Sr. Lucio Jose Mello Mattos de Castro para sua exposição, que terá dez a quinze minutos.

Por favor, com a palavra.

O SR. LUCIO JOSE MELLO MATTOS DE CASTRO – Agradeço muito pelo convite. É uma honra, Romário, estar aqui.

Eu tive o prazer de contar, em um documentário – eu ainda trabalhava na TV Globo – a história do Romário: "Romário, uma história brasileira". Conheci bem de perto a vida daquele garoto da Vila

PENDENTE DE APROVAÇÃO

da Penha, do Jacarezinho, que fez muito com os pés pelo futebol brasileiro. Agora, tenho uma esperança profunda no que ele pode fazer com as mãos e com a cabeça. E por isso estou aqui.

Redigi um brevíssimo texto porque muitas coisas que vou falar são matérias lá de trás, algumas coisas técnicas que a memória poderia trair. Portanto, vou ler, mas é brevíssimo. Vou pedir, em algum momento, para ilustrar com documentos; e, depois, há alguns documentos aqui que eu vou deixar para esta Comissão, passando ao Senador Romário.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço o convite, que muito me honra. Estou aqui por duas coisas fundamentais em minha vida e identidade: ser repórter e ser brasileiro.

Estive neste Congresso, recentemente, falando do escândalo na Confederação Brasileira de Vôlei, que segue sendo investigado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Espero estar aqui – e me convido, desde já – para falar sobre tudo que é esporte e não é futebol neste País: um ralo inesgotável para o dinheiro público. Por ora, vamos nos ater ao futebol.

Na última vez que olhamos, o placar, estava 7 a 1. Muita coisa aconteceu depois desse vexame que feriu de morte um dos aspectos mais caros a tudo pelo que nos reconhecemos como brasileiros. Um 7 a 1 não nasce da noite para o dia, não se faz em 90 minutos. Quem fala em acidente do jogo ou não sabe de nada, ou sabe demais. Foram precisos anos de descalabro, malversação, desprezo pela opinião pública e por todas as instituições de uma nação para que chegássemos a tamanha vergonha. O mais inacreditável é saber que os atores disso tudo ainda estão em cena, ainda estão aí. Portanto, é difícil saber quanto está esse jogo. Enquanto toda essa estrutura putrefata estiver em vigor, estarão saindo gols da Alemanha.

Farei uma brevíssima viagem por apenas algumas reportagens, que fiz ao longo desses anos, que passeiam por esse descalabro, lembrando que, como jornalistas, não julgamos, não concluímos, apresentamos fatos. Todos os documentos aqui citados são públicos e foram apresentados ao contraditório, sem contestação da validade.

Vou inverter a cronologia, começando por alguns mais recentes, e viajando no tempo até outros mais distantes, mas cujas permanências subsistem.

Vi e fiquei extremamente esperançoso com o caráter desta CPI pela quebra dos sigilos de Marco Polo Del Nero.

Pela sofisticação de eventos de tal natureza, a experiência nos mostra que é preciso ir além, cercar as adjacências, identificar eventuais vasos intercomunicantes de cada um dos personagens em questão. Repito: sem que isso signifique qualquer conclusão. Apenas é preciso ter a precisão dos cirurgiões quando se deparam com uma área contaminada: investigam todo o entorno do tecido ruim, a capilaridade por onde esses vasos se alimentam e são alimentados.

No último 2 de junho, apresentei reportagem onde mostrava a empresa aberta por Marco Polo Del Nero Filho nos Estados Unidos.

Vamos mostrar o documento 1, por favor.

Como sabemos, ter uma empresa no exterior não é crime, desde que declarada à nossa Receita Federal, o que não consegui confirmar então. Alguém há de dizer, e com razão, que o fato de ser filho apenas não autoriza tal lupa sobre um cidadão, mas atento apenas para duas facetas que me chamaram a atenção na execução da reportagem: a data de abertura da empresa e a natureza da mesma, com suas conexões.

Sobre a data.

A Finview Real Estate foi aberta em outubro de 2014, em Orlando, Flórida. A Procuradoria dos Estados Unidos afirma que José Maria Marin esteve naquele país em abril do mesmo ano para a coletiva de lançamento da Copa América 2016, prevista para os Estados Unidos. Foi exatamente nessa viagem, de acordo com as denúncias e o relatório da mesma Procuradora, que Marin acertou propina de dois milhões anuais pelos direitos de transmissão da Copa do Brasil, valor dividido entre dois cartolas brasileiros cujos nomes não são fornecidos, mas que seriam um dos coconspiradores, com pagamentos já realizados no Itaú de Nova York e no HSBC de Londres – sempre de acordo com as entidades americanas.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Já os direitos pela Copa América, tema do encontro de acordo com o FBI, renderam propina de US\$110 milhões, sendo que US\$40 milhões já foram pagos, e o restante a ser pago em parcelas no exterior.

Recordando, pouco depois, a empresa do filho de Del Nero é aberta nos Estados Unidos, com uma característica peculiar: a empresa do filho de Del Nero tem um braço no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas.

Ainda que as datas se aproximem, até aqui não se pode afirmar – nem se afirmou – que Del Nero Filho tenha algo a ver com os negócios do pai ou de algum coconspirador, mas existe um elo entre as empresas do filho e os negócios do pai: o endereço constante nos documentos americanos é do escritório de advocacia do pai, em São Paulo, que mantém sociedade com o Deputado Vicente Cândido, do Partido dos Trabalhadores – Marco Polo Del Nero e Vicente Cândido, Advogados Associados.

Registre-se que a reportagem tentou ouvir os envolvidos sem sucesso.

Não é só o endereço comercial que une pais e filhos nos negócios. A participação dos filhos nos negócios ligados à CBF faz parte do modus operandi Marco Polo del Nero. O outro filho, Marcus Vinicius Del Nero, é Diretor de Arte da Mowa Sports.

Entender a teia de negócios e relações da CBF no presente passa obrigatoriamente pela Mowa Sports. Além do Diretor de Artes, Marcus Vinicius Del Nero, a prestadora de serviços da CBF abriga entre seus executivos Rafael Carion Fernandes, genro de Wagner Abrahão, que dispensa maiores apresentações e já está convocado para esta CPI.

Como sócio da Mowa, consta ainda Gregorio Marin Junior, que, a despeito do sobrenome comum, nada tem a ver com o hóspede do Estado suíço José Maria, mas nem por isso é pagão. Seu pai, Gregorio Marin Preciado, marido de uma prima de José Serra, é um dos grandes personagens das privatizações brasileiras nos anos 90, peça importante do xadrez do banqueiro Daniel Dantas na vitória da telefonia espanhola, cuja marca viria a ser patrocinadora da Seleção Brasileira, pois é esta Mowa Sports, umbilical e visceralmente ligada aos nomes que detêm o poder na CBF, que está por trás da CBF TV, projeto que virou a menina dos olhos da entidade nos últimos anos, um personagem fundamental nessa teia de parceiros entre agentes de viagem, agências de marketing e consultorias, empresas que exploram a imagem e jogos da entidade e tantas outras que, assim como a Mowa, vendem serviços difíceis de serem mensurados por venderem mercadorias cujos preços não são mensuráveis como bananas e laranjas.

O status CBF TV, a terceirizada da Mowa, valeu a construção de estúdios na sede da entidade e construiu boa parte na Barra da Tijuca, considerados suntuosos por quem conhece. Vale lembrar que o mesmo prédio foi alvo de reportagem de Sérgio Rangel na Folha de S.Paulo, mostrando superfaturamento.

Durante a Copa de 2014, duas dúzias de terceirizados da Mowa CBF TV circulavam na Granja Comary. Os jornalistas têm limites em seu trabalho que os senhores não tem. Eu, por exemplo, tenho imensa curiosidade em saber qual é o volume de pagamentos da CBF para a CBF TV, leia-se Mowa.

Coloque o documento 2, por pavor.

Isso aí era o que eles chamaram mesmo de a orquestra Mowa na Comary. E isso eram 24 pessoas dentro de uma concentração da Seleção Brasileira. Eu me lembro, e aqui eu não posso falar, de jogador com quem eu tenho algum conhecimento, telefonando, falando que em alguns locais de intimidade deles entravam várias pessoas, cinegrafistas da CBF TV para fazer imagem. Enfim, isso aí foi dentro de um ambiente de preparação para a Copa do Mundo. A CBF teve a equipe da CBF TV com 24 pessoas.

Também como curiosidade, lembro-me de quando, repetidamente, lamentei, em programas ao vivo, do clima na Granja Comary, que nada lembrava um time em concentração para a Copa do Mundo. Lembro-me de que um desses, sempre pronto a se prestarem como serviçal, afirmou que só eu estaria incomodado com aquele clima. Senhor da razão, o tempo mostrou que as duas

dúzias de terceirizados da Mowa circulando, os helicópteros que desciam e os patrocinadores que adentravam a granja não fizeram bem. Tem seu preço tanta cobiça.

Pulo para outra reportagem. É nesse ambiente turvo que eu gostaria de ter ao menos o sentimento de que tudo acaba das quatro linhas para dentro. Lamentavelmente, em se tratando de uma carvoaria em que poucos cruzam e permanecem impolutos, não colabora em nada que um gerente de futebol escolhido por Marin e Del Nero tenha sido agente de futebol e tirado tal vestimenta apenas no dia de sua apresentação. Tampouco colabora que um treinador tenha negado sua ação como agente de futebol ao ser abordado por mim, via assessoria da CBF, como mostro na reportagem de 24 de julho de 2014.

Com documentos públicos em mão, mostrei a remuneração recebida por Dunga pela participação na transação do jogador Ederson, agora camisa 10 do Flamengo. Mas, em 14 de janeiro de 2004, vendido pelo RS Futebol para o grupo de empresário Image Promotion Company (IPC). Como não era treinador, não haveria problema nenhum nos 407 mil recebidos pelo capitão do tetra por comissão referente à compra de 75% do passe de Ederson. No entanto, ele preferiu afirmar que não tinha recebido. Embora não se tenha razão a omissão, ainda assim, haveria problema. Dois anos depois de receber a comissão pelos 75% do passe, em 8 de maio de 2006, foi o próprio Dunga que pagou 575 mil pelos 25% restantes, já não mais na figura do intermediário, mas sim como responsável pelo pagamento dessa fatia de 25%

Documento 3, por favor.

Documento 3: A, B e C. Está ali. A gente tem as notas de pagamento da intermediação, notas públicas, pelo passe do Ederson, para o Dunga.

Dunga afirma que não foi... Eu conto aqui, depois, que, dos 75% que ele ganhou na intermediação, foi o próprio Dunga que pagou 575 mil pelos 25% restantes, já não mais na figura de intermediário, mas sim como responsável pelo pagamento dessa fatia de 25%.

Documento 4.

É o 4, não é?

São os US\$575 mil. Dunga afirma que não foi na condição de comprador de 25%, mas sim como um empréstimo ao grupo IPC. Também, novamente não se pode afirmar que Dunga não fala a verdade. No dia seguinte à reportagem, seu advogado publicou nota com 28 páginas para desmentir a reportagem. Só não respondeu uma única pergunta, a única pendente da reportagem: se Dunga emprestou US\$575 mil para pagar os 25%, é razoável que apresente recibo do pagamento que recebeu depois pelo empréstimo, o que é absolutamente crível, mas por não apresentar é legítimo também poder se levantar a possibilidade de o treinador ter sido mesmo dono de 25% de tal passe depois de ganhar comissão pelos outros 75%.

Nesse ambiente em que já perdemos a conta da goleada é tudo de que não precisamos. Há algo mais fantástico nessa história. Depois de todo esse enredo, as transações que envolvem o nome de Dunga e seus pares. Valendo-se de procuração já sem validade para representar o RS Futebol, Juarez Rosa da Silva transfere crédito de €700 mil relativos a Ederson para o minúsculo clube Atlético de Las Piedras, Uruguai, e mais 55% sobre futura transação, em caso de saída do jogador do Nice para terceiro. A transação de venda envolvendo Juarez Rosa, Mauro Paglioni, empresário do futebol e agente FIFA pelo lado uruguaio e o IPC, está registrada no Cartório de Notas de Las Piedras.

Documento 5.

Ederson, como se sabe, nunca foi visto atuando pelo glorioso clube de Las Piedras. E quem é Juarez Rosa? Homem de confiança de Dunga, Secretário-Geral do Instituto Dunga, que esteve presente no encontro de Dunga com Marin e Del Nero que selou a volta do técnico na atual passagem. Uma transação misteriosa, obedece a todos os padrões de transações atípicas, é o que parece. Essa transação do braço direito de Dunga no Uruguai foi realizada em 26 de julho de 2007, quando Dunga já era treinador da Seleção Brasileira.

Encaminhando-me para o fim, recuo até outro personagem-chave desse enredo digno de Coppola em sua mais famosa criação sem o talento de Al Pacino. Estamos falando de Ricardo Terra Teixeira.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Em uma reportagem de 2009, tive a oportunidade de apresentar um personagem até então jamais citado,...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIO JOSE MELLO MATTOS DE CASTRO – ... que me parece fundamental – estou encerrando – para farejar por onde passou tanto dinheiro, uma óbvia inquietação que me perseguia até então. Não há esquema movimentando tanto dinheiro e as mágicas que se fazem necessárias para sumir e aparecer, sumir de novo e assim ir-se lavando, sem um operador, como vemos amplamente por aí.

Foi seguindo essa inquietação que me apeguei a uma intuição que a profissão me ensinou desde Bernstein e Woodward, a de: siga o dinheiro. E a outra que aprendi mesmo pela vida: siga sempre uma ex-mulher – aqui, sem nenhuma conotação sexista, por favor. Assim, cheguei a um nome fundamental nisso tudo: Cláudio Honigman. Mostrei quem era o sócio de Sandro Rosell e o oculto Ricardo Teixeira.

Documento 6, por favor.

Aqui, a gente tem uma foto que depois eu consegui com uma ex-mulher, que é al mare: Cláudio Honigman – este aqui, de frente –, Ricardo Teixeira e Sandro Rosell, que não aparece na foto porque é o autor, e suas respectivas mulheres. Eles estão al mare, no Blue Harem, um iate que alugavam sempre, por €100 mil a semana, para passar férias na Europa. Esses três, depois a gente consegue mostrar numa reportagem. Depois, o Rodrigo Mattos, o Sérgio Rangel, todos aprofundaram muito mais ainda e conseguiram, com documentos, e também o pessoal da Record, mostrar que eram sócios, e aí já não mais um sócio oculto.

E aí eu falo sobre esse operador.

O homem considerado uma águia do mercado financeiro, que encantou Ricardo Teixeira, poder deter a mágica de externar, sumir e aparecer com o dinheiro – Cláudio Honigman – encantou tanto, que, no fatídico dia de novembro de 2008, dia de Brasil x Portugal, consta que, enquanto era esperado pelos amigos Teixeira e Rosell aqui nesta Brasília, fez duas reservas de avião, para Paris e Nova York, e sumiu no mundo, levando alguns segredos dos dois – e, pelo que consta, levando muito mais, o operador do dinheiro de Teixeira. Fiz uma reportagem, então, que se chamava "Cem anos de perdão".

Fiquei alguns anos sem ouvir falar de Honigman, ainda que tenha tentado contato para, quem sabe, ter o prazer de ver uma caixa-preta se abrir. Voltei a ver seu nome da maneira que menos esperava e mais casual, na tarde de 21 de agosto de 2013, por caminhos tortos, ao me deparar com a agenda da então Ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann, recebendo quem constava como presidente do Banco Mizuho do Brasil. Ao falar com o banco, surpreendi-me com a negativa do mesmo, um veemente desmentido sobre Honigman ocupar tal cargo. Publiquei a reportagem, apenas dando conta do estranhamento de a Ministra receber tal pessoa e de ele não ser quem a agenda dizia ser, um mistério que só fui entender por esses dias, ao ver Honigman, o operador de Ricardo Teixeira, o amigo íntimo, no olho do furacão da Lava Jato. O ex-parceiro de Ricardo Teixeira era também parceiro de Alberto Youssef.

Resumo desta ópera toda: cavando bem, esta CPI pode parar bem longe, o buraco não tem fim e seus vasos intercomunicantes, suas ramificações, seus caminhos podem levar a potes de ouro imensos, ligados a personagens bem conhecidos e outros jamais imaginados. É o que nós, brasileiros, esperamos de V. Ex^{as}. Talvez seja a última esperança para resgatar o orgulho ferido de uma das faces mais significativas da nossa cultura, traço de afirmação de nossa identidade, projeção de nossas vidas e elaboração de nossos símbolos.

Despeço-me aqui com o perdão da rima pobre: vejo vocês em 16.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Lucio, pelas palavras.

Antes de passar a palavra ao outro convidado, jornalista Rodrigo Matos, gostaria de passar a palavra para o nosso Relator, Senador Romero Jucá.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu queria, saudando a todos, registrar que nós vamos aguardar o depoimento do jornalista Rodrigo Matos, analisar a documentação para que efetivamente possam se fazer os levantamentos necessários e a checagem necessária. Os depoimentos são importantes, levantam questões importantes, que precisam ser averiguadas.

Deixo para me pronunciar no final dos depoimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Sr. Rodrigo Matos, passo a palavra ao senhor. O senhor dispõe de 15 minutos.

O SR. RODRIGO MATOS – Boa tarde!

Agradeço o convite ao Senador Romário, Senador Romero Jucá e todos os presentes.

Vou tentar aqui colocar as coisas que aprendi em 15 anos fazendo reportagens relacionadas à CBF.

Vou tentar tratar mais dos casos recentes. Acho que o objetivo aqui é trazer o máximo de informação para que os senhores tenham perguntas a serem respondidas; mais do que acusar alguém, acho que é levantar perguntas pertinentes que venham ser respondidas pela CPI, já que ela é que é o órgão investigador aqui.

Primeiro, acho que seria legal a gente entender como funciona o dinheiro da CBF, de onde vem. A CBF, ano passado, teve 519 milhões de renda, e, se a gente pegar, 350 milhões desse dinheiro vieram de patrocínio de empresas. Esse é o grosso da receita da CBF, 70% dela. Qualquer investigação que seja feita em relação à CBF tem que ser feita em cima desses contratos de patrocínio que são a maior fonte de renda. Como esses contratos funcionam? Como são fechados? Não existe concorrência, eles são, muitas vezes, trazidos por empresa. O diretor de marketing atual da CBF já nos informou que são quatro ou cinco empresas que captam os patrocínios, e esses contratos têm sempre comissões, que são pagas em contratos à parte, conexos, contratos aditivos feitos com os contratos de patrocínio.

Quanto que é pago por essas comissões e quanto que a CBF paga por esse serviço de intermediação? A gente não sabe. O que a gente sabe é que... Eu já fiz uma matéria mostrando que, na gestão de Marin e Marco Polo del Nero, quer dizer, na gestão de Marin – o Marco Polo del Nero diz que não tinha nenhuma relação com ela, mas ele era vice-presidente –, essas comissões subiram e estavam girando em torno de 15% a 20%, dependendo do contrato. E, anteriormente, na época de Ricardo Teixeira, essas comissões giravam entre 4% a 10%, dependendo do contrato. A gente pediu para a CBF abrir esses dados, mas eles disseram que não abririam. Hoje, no balanço da CBF, que é o documento financeiro principal deles, há uma transparência muito menor do que a que existia na gestão anterior, que já não era grande. Se olharmos hoje em dia, se pegarmos o balanço das receitas, vemos que não há especificado aqui o quanto se recebe de cada patrocinador, o que era feito até 2011, justamente até a gestão de Ricardo Teixeira.

A gente sabe que os principais patrocinadores pagam algo como R\$30 milhões, contratos como o do Itaú, da Vivo e tal. O da Nike é maior do que isso, é em torno de R\$60 milhões, dependendo do ano, porque os pagamentos não são regulares. Mas, hoje em dia, a gente não sabe isso e nem como são pagas essas comissões de intermediação. A gente pode, no máximo, fazer pergunta.

Vemos nas despesas da CBF – aí é a saída do dinheiro – R\$80 milhões pagos a serviços de terceiros. Qualquer dirigente de clube, por exemplo, que faz uma gestão, tem muitos contratos de serviços de terceiros, porque paga jogadores com contratos de direito de imagem. Mas, se pegarmos um clube com alta folha salarial, veremos que o serviço de terceiros vai chegar a R\$30 milhões, a R\$35 milhões. A CBF, que não paga nenhum jogador, tem um serviço de terceiros de R\$80 milhões.

Quem recebe esse dinheiro? Essa é uma pergunta que fica. Para onde vai?

Há outro item nas contas da CBF que é de despesas administrativas, o que não é explicado e que já está em R\$76 milhões de gastos. Também fica a pergunta: que despesas são essas? Porque não é pessoal, que está em outro item.

Então, seria muito interessante entender o mecanismo, ou seja, abrir essa caixa-preta do que são os contratos de patrocínio da CBF. Obter os contratos de comissões, que são feitos sempre aditivos aos contratos principais. A informação que a gente tem é de que esses contratos são feitos hoje em

PENDENTE DE APROVAÇÃO

dia pela própria CBF. Então, ela é que pagaria as comissões. A CBF teria que informar para a gente se é exatamente assim.

Anteriormente, boa parte dos contratos do Ricardo Teixeira eram feitos com a empresa, pagando o comissionamento. Então, acho que seria muito importante que a gente soubesse... Da gestão Marin para cá, dos 14 atuais contratos de patrocínio da CBF, 10 foram renovados ou são novos. Então, quer dizer, quase tudo que há hoje de receita foi feito por esta atual gestão, embora ainda haja coisas feitas pela gestão anterior. Eu acho que esse é o ponto principal de análise, de que se deve buscar maior transparência, dentro das contas da CBF.

Fora isso, outra operação que chama atenção nessa gestão Marin é a compra da sede da CBF, a compra foi feita por R\$70 milhões. Inicialmente, era em outro terreno, na Zona Oeste. Agora, acabou sendo comprado um prédio inteiro, como incorporação, ali atrás do Barra Shopping. E a Folha de S.Paulo já fez uma matéria muito pertinente, mostrando que existiam vários intermediários no negócio. Ou seja, quatro ou cinco empresas compraram essa sala antes e, depois, revenderam para a CBF.

Teoricamente, a valorização que aconteceu, de R\$31 milhões, seria porque os imóveis da Barra valorizaram nesse período de 2008 a 2012. Mas, num negócio com tantos intermediários, seria muito importante abrir o que existe de cada um desses intermediários. Quando saiu a matéria da Folha, eu conversei com alguns dos donos das empresas, as alegações deles são de que o dinheiro ganho era relativo à valorização imobiliária da Barra da Tijuca. Mas eu acho que ainda não é um negócio explicado. Embora a CBF tenha trazido algumas documentações para demonstrar que os 70 milhões estavam dentro do valor de mercado, eu acho que é um negócio não explicado, assim como a obra posterior feita na sede, que também a gente, até hoje, não sabe o custo dela.

Fora esses dois pontos, que acho que são os principais, acho que há outros pontos a se observar.

Também fiz uma matéria ainda, na época, no final da gestão de Ricardo Teixeira, já no início da de Marin, sobre a questão da Copa do Mundo; os pacotes de hospitalidade da Copa do Mundo.

Como é que funcionam os pacotes de hospitalidade da Copa? Uma empresa chamada Match, que ganhou uma concorrência da FIFA, repassa esses contratos de hospitalidade para empresas do país da Copa. Aqui quem ganhou a concorrência foi uma empresa chamada Top Service, que pertence ao Grupo Águia, que já foi falado aqui – o Grupo Águia é o grupo do Wagner Abrahão, que a CPI já quebrou o seu sigilo bancário –, e a outra empresa que ganhou foi a Traffic, que é a empresa que está envolvida justamente na investigação feita pelo FBI e cujo dono admitiu pagar propinas a dirigentes do futebol mundial, inclusive do Brasil.

Essa empresa, quando eles ganharam a concorrência, a FIFA disse que houve uma concorrência, porém, alguns anos antes, um dos donos dessa Top Service, Cláudio Abrahão vendeu um apartamento para o antigo Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, que era então Presidente do Comitê Organizador da Copa, então, vendeu um apartamento, uma cobertura na Barra por R\$700 mil. A cobertura, pelo valor de escritura, valeria R\$2 milhões e, pelo valor de mercado, alguns corretores falam em até R\$4 milhões. Agora, essa é uma operação, então, de como esse tipo de negócio privado do anterior presidente do Comitê Organizador influencia nas decisões que você toma posteriormente para essa empresa ganhar o contrato de pacote de hospitalidade da Copa do Mundo, assim como vários outros contratos da CBF, como já foi demonstrado aqui: contrato de agência de viagem, intermediação no contrato da TAM, como mostrado por outros jornalistas. Enfim, esses negócios privados de imóvel, que também voltaram a acontecer na gestão de Marin e de Marco Polo Del Nero, quando Del Nero também comprou um apartamento do mesmo Wagner Abrahão, na mesma Barra da Tijuca, com um valor que aparentemente era o valor de mercado. Mas, assim, por quê? Há uma relação ou não há uma relação? Essa é mais uma pergunta que a CPI pode responder investigando as contas tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas que estavam envolvidas nessa negociação.

Mais uma questão que acho importante ser levantada, que tem muita conexão com a investigação feita pelo FBI, é que, um pouco antes de Ricardo Teixeira sair da CBF, no final de 2011, houve uma briga com a Traffic – que, repetindo, é a empresa do José Hawilla, que admitiu o pagamento de

PENDENTE DE APROVAÇÃO

propina –, e a gente mostrou que, no final de 2011, a CBF tentou tirar o contrato, na Copa do Brasil, da Traffic, que iria até 2014, queria substituir pela Klefer, que é a empresa do Sr. Kleber Leite, ex-Presidente do Flamengo, que também está sendo investigado pelo FBI, como a gente vê em algumas operações da Polícia Federal.

Ele fez um processo judicial, extrajudicial, com uma notificação, com alegações de que a Traffic tinha descumprido termos do contrato com a CBF para poder tentar tirar esse contrato da Copa do Brasil, que é o contrato... Para entenderem: enquanto no campeonato brasileiro a gente tem uma negociação dos próprios clubes diretamente com a TV Globo, que hoje é a detentora dos direitos, na Copa do Brasil esse contrato é feito pela CBF e os clubes simplesmente recebem cotas pela sua participação, dependendo: se vão mais para frente, recebem mais dinheiro; se são eliminados mais cedo, recebem menos.

Então, esse dinheiro, em última análise, que a gente viu na investigação americana que houve pagamento de propinas para obtenção desse contrato da copa do Brasil, em última análise, ele está sendo retirado dos clubes do futebol brasileiro, não é só da CBF. Porque você poderia ter contratos, se fosse uma concorrência honesta, uma concorrência aberta, transparente, e não é o que mostra hoje a investigação, você teria uma possibilidade de obtenção de contratos muito mais volumosos, como acontece no campeonato brasileiro.

Então, essa briga entre a Traffic e a CBF é outro ponto de atenção, porque mostra... Depois, na própria investigação do FBI, você tem uma discussão que é entre um conspirador, que é identificado, que claramente, pelas investigações, é o Sr. Kleber Leite e outro, o Presidente da Traffic, José Hawilla, que, segundo a investigação, eles estão discutindo o pagamento de propina para dirigentes da CBF por esse contrato da Copa do Brasil. A briga da Traffic com o Ricardo Teixeira, no final de 2011, é importante para entender esse processo, se houve mesmo pagamento de vantagens para os dirigentes da CBF e se foram pagas por essas duas empresas: a Traffic e a Klefer, que essa é investigada, a outra é ré confessa.

Inicialmente eu acho que era isso.

Vou levantar o último ponto, que é a questão das aeronaves da CBF.

A CBF parece ter uma certa obsessão por aviões e helicópteros. Já incluiu em um contrato de patrocínio que uma empresa – era a Marfrig na época – pagaria um patrocínio com aviões. Já houve um outro contrato de patrocínio da TAM que também envolvia aviões. A gente sabe que hoje eles têm, pelo balanço, 60 milhões em aeronaves. E eu acho que a grande questão é: qual é o uso, para o futebol brasileiro, dessas aeronaves que a CBF detém, que representam um custo considerável? Porque a gente sabe que o time nacional não viaja com os jatinhos da CBF. Não cabe. São aviões maiores fornecidos pelo patrocinador. Então, quem está usando essas aeronaves da CBF e com que fim? É para fim efetivamente de negócios? Justifica a CBF manter aeronaves caras para poder simplesmente transportar dirigentes? Eu acho que é outra pergunta pertinente que a CPI poderia responder em relação às contas da CBF.

Bom, inicialmente era isso que eu tinha para expor. Estou aberto a responder a quaisquer questionamentos. Espero que a gente saia daqui com o máximo de coisas que possam ajudar na investigação da CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Rodrigo. Muito obrigado pela exposição.

Passo agora a palavra ao Relator, para fazer as suas perguntas, Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria que pudessem ser encaminhados os documentos que foram apresentados, inclusive os da exposição. E vou aguardar o debate dos demais membros da CPI, porque, na verdade, o que nós tivemos aqui foi levantamento de questões, não é? Como eu não tenho ainda os dados necessários para fazer qualquer tipo de cruzamento ou qualquer tipo de avaliação, em tese, eu estou ouvindo aqui posições importantes, matérias, levantamentos feitos, mas pretendo analisar a documentação. Por isso é que pedi documentações da CBF, para que a gente possa, efetivamente, fazer um

PENDENTE DE APROVAÇÃO

cruzamento e tratar das questões: quais são as questões relativas efetivamente à sociedade brasileira, a questões públicas, a questões inerentes ao objetivo da CPI e o que são efetivamente relações comerciais entre empresas que, em tese, poderão ser analisadas na ótica da Receita Federal, do pagamento de impostos ou algumas outras questões.

Portanto, agradeço a colaboração dos dois jornalistas; solicito que me seja remetido o material e, posteriormente, daremos seguimento a essas questões, com os levantamentos e cruzamentos das informações que nós vamos receber.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, cumprimento meus companheiros Senadores, Deputados, e agradeço a presença dos jornalistas.

Quero corroborar com o que disse aqui o nosso Relator. Acho que foram apresentados documentos importantes e que necessitam ser investigados pela nossa Comissão.

Quero apenas, aproveitando a oportunidade da presença dos senhores, fazer objetivamente duas perguntas, uma para cada um.

Em setembro de 2011, Lúcio Castro, em artigo publicado na revista ESPN, V. S^a faz referência a um jogo amistoso realizado entre Brasil e Portugal, no ano de 2008. Segundo o artigo, o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, seria o sócio oculto da empresa Brasil 100% Marketing, parceira comercial da CBF e uma das promotoras daquele jogo.

A reportagem cita que houve uma série de transferências dos direitos do amistoso, envolvendo empresas com a própria Brasil 100% Marketing, a Ailanto Marketing e a ISE, Internacional Sports Events. Gostaria que V. S^a detalhasse esse episódio, fazendo referência aos sócios dessas empresas e suas relações com o Sr. Ricardo Teixeira.

Ao jornalista Rodrigo Matos. No início do mês passado, V. S^a escreveu um artigo comentando o possível não comparecimento de Marco Polo del Nero à reunião que elegeria o Presidente da FIFA, ausência que se confirmou dias depois. A gente já sabe que quando o ex-presidente da CBF foi preso, na Suíça, Marco Polo del Nero imediatamente saiu e veio embora.

O que a gente deseja saber é se, efetivamente, essa ausência – que de todo o modo prejudica o futebol brasileiro, em uma reunião extremamente importante com a FIFA – do Sr. Marco Polo Del Nero foi em função do temor dessas investigações que estão sendo feitas pelo FBI? Se, de fato, o que V. S^a escreveu leva a essa conclusão?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu vou pedir aos convidados, antes de responderem, vamos fazer primeiro as perguntas, depois eles respondem tudo.

Por favor, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, eu não tenho bem perguntas, eu tenho uma observação. Do que eu consegui ouvir aqui, Presidente, Relator e convidados, até me faz querer depois a transcrição das falas, para que eu possa analisá-las, porque eu acho que foram colocados pontos muito importantes que, ao serem analisados, pode fazer com que a gente tome alguma medida, no sentido de encaminhar.

Portanto, eu gostaria de ter a transcrição, para que eu possa analisar o que foi dito aqui, e se cabe alguma medida, do ponto de vista da iniciativa da Comissão ou do próprio Parlamentar que ora está falando. Então, eu precisaria ter esse material para eu analisar. Eu acho que foram pontuações sérias, que têm consistência e que a gente precisa analisar para ver que medida cabe tomar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senhores, eu acho que tanto o jornalista Lucio Mattos como o Rodrigo Matos foram bem explícitos aí. Acho que não há muita pergunta a se fazer. Eu acho que, neste momento, eu sugeriria, Senador Romário, que V. Ex^a disponibilizasse, assim como o Relator Romero, a todos os membros da CPI, essa documentação, para que a gente

PENDENTE DE APROVAÇÃO

possa também analisá-la em casa – eu acho que esses dados são extremamente importantes –, para que a gente possa, realmente, passar a limpo o futebol brasileiro.

O Rodrigo Matos estava comentando, não sei se foi o Lucio ou o Rodrigo, sobre o dinheiro da Copa do Brasil. Eu sempre briguei por esse absurdo. Nós não temos acesso, Senador Romário, como Presidente do Clube que fui, sequer a esses contratos. Recebi uma cota irrisória, ridícula, para participar da Copa do Brasil. Para se ter uma ideia, nós recebemos menos da Copa do Brasil do que do campeonato mineiro, a nossa cota de participação. E a CBF é quem negociava esses valores. Obviamente, devem ser valores bastante expressivos.

Para se ter uma ideia, o Campeonato Brasileiro da Série A foi vendido; a Globo pagou alguma coisa perto de R\$1 bilhão, somando todos os clubes, os contratos, sem contar a NET e essas coisas, somente de direito de transmissão. Então, por quanto foi vendida a Copa do Brasil? A CBF não informa sequer para os clubes. O direito de imagem da Copa do Brasil é deles. Paga-se uma cota ridícula e o resto do dinheiro...

Como é que uma Confederação de Futebol, que recebe mais de 500 milhões por ano...? Aquilo ali você tocava com 10% daquelas pessoas que lá estão. Porque, na verdade, a CBF é um cartório para registrar jogadores, não é? Nada mais do que isso, e cuidar de Seleção esporadicamente; o mínimo.

Qualquer clube de futebol da Primeira Divisão tem necessidade de ter mais funcionários para se tocar do que a própria CBF. Não pagam salário de jogador. Inclusive a lei prevê que tem que pagar, mas nunca pagaram. Para você receber tem que brigar, e muito. E se ficar brigando demais, acabam não convocando os jogadores do seu clube.

Então, é realmente uma coisa impressionante esses números. Eu não sabia que o faturamento da CBF chegava a 540 milhões. Com 30 milhões por ano, se faz as despesas com tranquilidade. E aonde vai o resto dessa grana? Essa eu acho que é a pergunta que não quer calar.

E nós podemos exigir da CBF, inclusive, Presidente Romário, sugiro a V. Ex^a, que eles nos mande esse balanço detalhado, para que, aqui, possamos estudá-lo junto a uma pessoa especializada em contabilidade para que possamos destrinchá-lo. Porque, o quanto se gasta em cada coisa, não está explícito, segundo o jornalista Rodrigo Matos. Não é isso, Rodrigo?

O SR. RODRIGO MATOS – É, Senador. O balanço deles público, no site deles, tem muito poucas informações. Ele é muito sucinto. Estou com ele aqui, mas é um documento que não explica detalhadamente como são feitas as despesas. São descrições genéricas.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Na verdade, os clubes têm medo de retaliação, sabe, Rodrigo? Estou dizendo, porque eu sei como é que esse pessoal trabalha. O clube, às vezes, tem medo de exigir uma coisa dessas e ficar marcado, enfim, ser perseguido.

Para se ter uma ideia, a gente já tinha noção do tamanho desse buraco. Há uns 15 anos, fui procurado por um empresário, se não me engano, argentino ou uruguaio, dizendo assim: "Olha, nós fizemos uma proposta para comprar a Copa Libertadores por US\$150 milhões". Esse empresário disse-me que havia feito a proposta para a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL). E, para a minha surpresa, depois, foi anunciado que ela fora vendida por US\$50 milhões, quer dizer, eles perderam US\$100 milhões, não é?

O SR. RODRIGO MATOS – Senador, se V. Ex^a olhar a investigação do FBI, ela inclui a Libertadores, não é? Houve pagamento de propinas aos dirigentes da CONMEBOL pelos contratos da Libertadores. É o que está demonstrado ali.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – E os clubes, na verdade, são as grandes vítimas de todas as mazelas. Para se ter uma ideia, eu saí do Cruzeiro há dois anos e meio. Em meu último contrato lá com a CONMEBOL de direitos de televisão, eles pagavam – direito, não; tipo a Copa do Brasil: eles pagam o que querem para a gente –, o Cruzeiro recebia US\$100 mil por jogo, no qual ele fosse... (Falha na gravação.)

Tem que fazer dois jogos. Agora, menos da metade do que a gente recebia também do campeonato mineiro. E, incrível, os clubes não se juntam para brigar. Na época, eu procurei o Presidente do Flamengo, o Presidente do Palmeiras e falei: "Poxa, não vamos disputar a

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Libertadores. Vamos dizer que não vamos disputar. Não se vai fazer futebol sem o Brasil, sem os clubes brasileiros". Mas ninguém nunca se animou peitar. E a gente... Os clubes são realmente explorados, explorados tanto pela CBF como pela Confederação Sul-Americana de Futebol. Infelizmente é uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Esses documentos que V. Ex^a acabou de dizer que gostaria de pedir para a CBF, V. Ex^a pode requerê-los através de requerimento na próxima reunião, requerimento que será colocado em votação.

Vou devolver a palavra ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, tendo em vista as poucas perguntas que foram feitas, eu quero fazer mais uma ao jornalista Rodrigo Matos. Em seu blogue, V. S^a você relata uma disputa judicial em torno de um contrato assinado entre a CBF e a Marfrig. Esse contrato, que foi assinado em 2010, teria o valor total de US\$160 milhões. Segundo noticiado no blogue, o contrato teria uma cláusula que incluiria o fornecimento, pela Marfrig, de um avião e um helicóptero no valor de US\$24 milhões.

Posteriormente, o contrato foi rescindido, o patrocinador foi trocado, e o caso foi parar na Justiça. Como sempre, uma negociação nebulosa, na qual é preciso saber se os impostos foram pagos, se houve o pagamento de propinas.

A pergunta é se V. S^a teve acesso a esse contrato; se poderia fornecê-lo a esta CPI e se existe algum indício, na visão de V. S^a, de irregularidade nesse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Humberto Costa, V. Ex^a quer fazer alguma pergunta? (Pausa.)

Muito obrigado pela participação.

O Deputado Federal Andres Sanchez quer fazer alguma pergunta aos convidados?

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – Primeiro, eu quero agradecer pelo convite ao Presidente Romário, e cumprimentar o Relator, Senador Romero Jucá, a todos os Senadores presentes e os convidados.

Eu quero explicar direito que a CBF não tem nada a ver... A Klefer não tem nada a ver com a televisão Copa do Brasil. A Klefer, o contrato com a CBF é: patrocínios de estáticas e patrocínios ambulantes dos jogos da Copa do Brasil. Televisão é outro sistema, não é incluso nisso.

A CONMEBOL, como foi dito aqui, paga realmente o que é uma vergonha para os clubes brasileiros. Tanto é que eu estou numa campanha aí para o Brasil não jogar. Hoje ela paga US\$210 mil por mando de jogo, e você tem que dar 10% da renda bruta para a CONMEBOL, e mais 5% para a Federação, e mais não sei o que lá de fundo perdido de estádio. E quando você vai jogar o jogo fora, você paga 100% da viagem. Então é isso.

E do FBI, não é que esteja fazendo na Copa do Brasil. Existem indícios de que, na televisão, foi envolvido o Marin nisso. Mas a investigação é 100% em cima da CONMEBOL. E o cara que você falou aí era o cara do Uruguai, o Paco, o casal que ofereceu dinheiro para a televisão, da CONMEBOL.

Então, os clubes brasileiros, realmente – faço aqui a minha mea culpa – têm que ter vergonha na cara e mudar essa coisa da Libertadores.

Agora, pergunta eu não tenho. Parabéns pelos documentos que você trouxe, porque realmente é isto: falar e trazer documentos. O Lucio está de parabéns.

Espero que a Comissão, com o Presidente Romário e com o Jucá, vá para frente aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

Antes de vocês responderem às perguntas, eu vou fazer as minhas. Primeiro para você, Lúcio.

Em uma matéria de sua autoria, há referência à abertura de uma empresa em nome de Marco Polo Del Nero Filho, nos Estados Unidos e nas Ilhas Virgens Britânicas, cujo endereço oficial é o escritório de advocacia do pai. Em que medida tal informação se associa com os movimentos dos cartolas brasileiros nos Estados Unidos? Esta é a pergunta que eu tenho para V. S^a.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

E para o Rodrigo: No seu blog, V. S^a cita os detalhes de acordo de delação premiada feito pelo Sr. José Hawilla, dono da empresa Traffic, com a justiça americana. A reportagem cita que, nesse acordo, José Hawilla admite ter pagado propina a dirigentes da CONMEBOL e da CBF e se comprometeu a devolver US\$150 milhões como ressarcimento.

Além do Sr. José Maria Marin, que está preso na Suíça, quem mais recebeu propina? V. S^a possui documentos que possam comprovar essa denúncia? Pode fornecê-los a esta CPI?

Estas são as duas perguntas. Podemos começar com o jornalista Lúcio de Castro, para responder às perguntas feitas.

O SR. LUCIO JOSE MELLO MATTOS DE CASTRO – Em primeiro lugar, eu queria pedir desculpas e fazer a ressalva de uma falha lamentável minha na primeira fala, quando citei o Romário, por hábito, ainda, como Deputado. Eu, como morador e amante do Rio de Janeiro, não poderia cometer esse erro. Senador Romário, por favor, representando a minha cidade, com seis milhões de votos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está perdoado. (Risos.)

O SR. LUCIO JOSE MELLO MATTOS DE CASTRO – Então, peço desculpas e faço esta ressalva desse erro lamentável de minha parte.

Feita a ressalva, antes até de entrar nas respostas, eu queria também lembrar que eu acho que o fundamental dessas nossas exposições aqui, tanto a minha como a do Rodrigo – eu acho que a gente tem em mente, até pela experiência do trabalho e por tudo que a gente faz –, uma questão fundamental: tentamos trazer aqui a esta CPI um nome.

A experiência nos mostra que alguns contratos em si... Você vai olhar um contrato numa relação entre uma entidade e um patrocinador, seja uma confederação, seja... Esse contrato em si, provavelmente não tem nada de irregular. É nas intermediárias, nas agências de marketing, nessas adjacências onde se encontram as irregularidades. Sempre.

Então, assim, a gente tentou, me parece, e talvez seja o mais proveitoso, e eu acho que indicar alguns caminhos e isso certamente, por experiência, parece-me que será bem proveitoso se forem buscar... A gente tentou trazer alguns nomes dessas pessoas, dessas intermediárias, desses CNPJs, que podem, que são esses adjacentes. É nesses contratos, é nesses caminhos, é nesses vasos, que eu chamo de vasos intercomunicantes, por onde se processam os desvios, por onde vão os bilhões. Quer dizer, a análise em si de um contrato entre uma entidade e um patrocinador, certamente, dificilmente irá trazer alguma coisa de relevante. É encontrando esses intermediários, agências de marketing, de viagem ou... A gente trouxe alguns nomes novos aqui. E essa eu acho que é a grande intenção. E acho que pode ser um caminho seguro desses depoimentos de hoje.

Eu falo, por exemplo, aqui cito, sem poder afirmar, mas eu cito uma outra entidade, uma outra instituição, cito a CBF TV. Nesses intermediários que a gente vai encontrar um volume que deve ser checado e confrontado o tamanho dessa despesa e desse investimento e, realmente, o gasto dele. É por aí que se processam os desvios. E, geralmente, por experiência, a gente mostra isso.

Eu cito o exemplo aqui da reportagem que eu fiz na Confederação Brasileira de Vôlei, onde eu cito, onde eu mostro um monte, alguns desses intermediários, agências de marketing etc. E aprofundada, a partir das minhas reportagens, pelo Ministério Público, Polícia Federal etc., etc., e Coaf também, elas vão encontrar, não só nessa, como nos outros, um caminho muito claro: uma entidade paga para uma agência dessas por uma intermediação e, logo depois, você vai ver uma retirada dessas agências etc., uma retirada brutal em espécie, em dinheiro, movimentações absolutamente atípicas de dinheiro.

Então, assim, é nesse caminho que eu acho um porto seguro para que esta CPI caminhe e encontre muitas irregularidades, sempre transitando por essas agências de marketing, por intermediários. Você tem um depósito, o caminho inexoravelmente sempre passa por aí. Você tem um depósito numa entidade para um desses intermediários e, logo no momento seguinte, uma movimentação atípica de dinheiro, uma retirada grande, geralmente em espécie. É sempre um caminho seguro. E a gente acha que talvez um dos méritos hoje desta nossa exposição é tentar apresentar alguns nomes para vocês.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Quanto às questões, Senador Romário, depois, aqui, ele fala da associação, da eventual associação da reportagem que eu fiz, e apresentei o documento aqui, da empresa aberta pelo filho do Marco Polo Del Nero nos Estados Unidos. Como eu disse, eu apresento o documento aqui, e vou deixar aqui para o Senador Romário, a abertura dessa empresa. Não posso afirmar nada, mas é uma coincidência muito grande. Parece-me que ela é feita logo depois que o FBI e a promotoria americana mostram que foram pagas propinas ali no mês de abril, depois fala, depois, em alguns outros momentos, em 2014, e logo depois é aberta uma empresa na Flórida, com subsidiária nas Ilhas Virgens. Lembrando que as Ilhas Virgens sempre foram paraíso fiscal por onde ocorriam os pagamentos de propina da ISL. Quer dizer, é um caminho muito conhecido já pelo mundo do futebol.

Então, assim, não posso afirmar, mas acho que é um caminho seguro a ser percorrido e vale a pena ser visto. A abertura dessa empresa logo depois. Lembrando que é em nome do filho do Marco Polo Del Nero, mas o endereço que consta na Flórida é o endereço do escritório de advocacia de Marco Polo Del Nero e Vicente Cândido.

A outra questão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIO JOSE MELLO MATTOS DE CASTRO – Hein? Em São Paulo. Mas a empresa da Flórida, como a gente projetou o documento ali, consta o endereço do Brasil, que é desses dois.

Agora, a pergunta aqui, sobre o amistoso de Brasília, Brasil e Portugal, faz algum tempo já essa reportagem – alguma coisa, eu vou precisar de uma cola aqui, mas está à mão –, é um momento em que eu tive, como eu disse em minha fala, em que pude apresentar esse operador, esse homem do mercado financeiro, o Claudio Honigman, consegui mostrar depois que, na empresa que Claudio Honigman e Sandro Rosell tinham em sociedade, havia um sócio oculto – e ele se confirma como sócio depois –, que era o Ricardo Teixeira.

Em primeiro lugar, o detentor dos direitos desses amistosos é a ISE, parte do conglomerado Dahall Al Baraka Group, do xequê saudita Saleh Kamel, que adquiriu, por R\$26 milhões, os direitos de 24 jogos da Seleção Brasileira, entre 2007 e dezembro de 2011.

Essa empresa repassa para a Bonus Sports Marketing, a BSM, que recebe desta ISE, do xequê árabe, os direitos desses amistosos. Na época, a gente vai ver quem é um dos sócios dessa empresa que recebe esses direitos por esse amistoso: Sandro Rosell.

E depois, com relação a esses amistosos, o que a gente vai ver? É que Sandro Rosell repassa para Sandro Rosell novamente os direitos desses amistosos, para a Ailanto Marketing. E aí há uma curiosidade, que essa empresa, a Ailanto Marketing, foi constituída em 2008 e tem Sandro Rosell como sócio. Ou seja, ele passa da Bonus Sports Marketing para Ailanto, que é dele também. Essa empresa vai receber R\$9 milhões do Governo do Distrito Federal para organizar esse evento.

Como curiosidade, a gente vai ver, depois, na Brasil 100% Marketing, que Claudio Honigman não consta mais como sócio. Ele sai da sociedade e fica Sandro Rosell.

Segundo a figura, já citada, da ex-mulher de Claudio Honigman, com quem me encontrei, a razão para ele não constar mais da sociedade da Brasil 100% Marketing – depois, oficialmente, ele é tirado para abrir uma nova empresa – é porque Claudio Honigman é judeu e poderia ter problemas nas relações com os árabes, que exploravam os amistosos da CBF. Então, ele é retirado oficialmente da sociedade que se constitui.

Então, o caminho desses amistosos foi mais ou menos por estas empresas: sai da ISE, vai para a Bonus Sports Marketing e, depois, vai para a Ailanto.

Vale lembrar que – perdão, Andres – a gente está falando, pela primeira vez, do erro que... A gente está falando de dinheiro público.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Deputado Andres.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – Você confundiu um pouco aí.

Foi aberta essa empresa, foi feito tudo isso para um jogo. Porque era a ISE que tinha os direitos dos amistosos da Seleção de 2007 a 2009, que eram 27 jogos. Depois, se prorrogou o contrato por

PENDENTE DE APROVAÇÃO

mais 10 anos. Não poderia ser feito esse jogo no Brasil ou em qualquer lugar do mundo sem a ISE estar por dentro, e quem operava os jogos era... Como é que se chamava a empresa?

O SR. LUCIO JOSE MELLO MATTOS DE CASTRO – A Bonus.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – É isso aí.

O SR. LUCIO JOSE MELLO MATTOS DE CASTRO – Mas foi exatamente o que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Agradecemos a presença do Senador Tasso Jereissati.

Respondeu? (Pausa.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Presidente, eu só queria saber se eles têm conhecimento de, além dessa ocasião em que o Governo do Distrito Federal passou R\$9 milhões para a CBF, outro momento em que a CBF recebeu dinheiro público?

O SR. LUCIO JOSE MELLO MATTOS DE CASTRO – Parece-me que depois, mas eu não posso afirmar... Mas eu me lembro de uma reportagem – o Rodrigo pode talvez falar – que citava alguma coisa depois, em categoria de base, recente. Parece-me que aí há alguma coisa de dinheiro público para categoria de base.

Lembrando que – eu ainda estou num momento de exame detalhado, e virá matéria depois, mas eu posso adiantar – existem outras coisas que a CBF, claramente... Lamento muito que não tenha passado a questão de a CBF poder ser fiscalizada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Mas existem coisas, por exemplo, no exterior, gastos indiretos muito grandes. O Itamaraty, por exemplo, como qualquer brasileiro, está sempre à disposição da CBF e, por várias vezes, tem gastos com a CBF no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Lucio de Castro.

Passo a palavra, agora, para responder as perguntas, ao nosso jornalista Rodrigo.

O SR. RODRIGO MATOS – Vou começar lá atrás, com o Senador Roberto Rocha.

Bom, primeiro, exatamente esta última questão que o senhor colocou em relação ao dinheiro público, o único que eu me lembro é que esse dinheiro não foi dado diretamente à CBF, foi às empresas organizadores, mas foi o único caso de amistoso que teve esse volume de dinheiro público, que é aquele de Portugal, que foi inclusive investigado aqui pelo Ministério Público do Distrito Federal.

Voltando a sua pergunta, lá atrás, se o Presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, teria o temor de sair do País, por conta da investigação do FBI. O que eu posso dizer? Não posso entrar na cabeça do presidente da CBF para saber se ele tem um temor ou não, mas, assim, a alegação atual deles é que eles se mantêm aqui para acompanhar os trabalhos da CPI do Futebol, e até agora ele não precisou ser convocado. Então, ele está, há dois, três meses com a alegação de que tem que cuidar da CPI do Futebol e de outras questões do Brasil. Nunca havia faltado a nenhuma sessão da FIFA, e era uma sessão muito importante, porque nesse dia seria a eleição do Presidente Joseph Blatter, e foi a primeira vez que faltou. E, na sequência, não acompanhou a Seleção ao Chile para a Copa América – na sequência não, concomitante –, e não esteve em uma reunião da CONMEBOL, na Rússia, na qual estavam, inclusive, ameaçando excluí-lo.

Recentemente ele foi perguntado sobre o assunto, e ele disse que não possui impedimento para sair do País, mas ele não saiu do País, até agora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só para corroborar com a sua colocação, em relação ao Presidente da CBF, o Marco Polo Del Nero, ele pode ficar tranquilo, viajar sem problema, porque a gente espera ele voltar para ser convidado aqui.

Pode continuar.

O SR. RODRIGO MATOS – Enfim, agora ele colocou que, na próxima reunião, ele vai decidir se vai ou não. Os países em que ele deixou de ir, ao Chile, no amistoso da Seleção, e à Suíça, têm tratado de extradição com os Estados Unidos.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Quanto à sua segunda pergunta, em relação ao contrato da Marfrig. O contrato tornou-se público por conta do processo judicial que corre, no qual a CBF está processando a Marfrig. Sim, eu tenho a posse do contrato. Ele está em meio digital, mas posso repassar para a CPI sem problema.

Quanto à possibilidade de irregularidade. No processo em que constam as informações não há nenhuma informação que possa nos indicar isso, mas como ressaltou o Lucio anteriormente, a questão nunca é no contrato principal, mas nos contratos paralelos de comissão. Esse não consta no processo. Então, a gente não tem como saber se houve um pagamento de intermediação por esse valor. O que a gente consegue saber, dentro do contrato, é essa questão do pagamento por aeronave, que a CBF receberia por aeronave e outras questões da relação contratual deles, mas é impossível, não há indícios dentro do processo de que existam irregularidades.

Quanto à pergunta do Senador Romário, em relação às denúncias do José Hawilla ao Departamento de Justiça, à Justiça americana, todas as afirmações feitas são baseadas na própria investigação do Departamento de Justiça Americano. Essas informações são públicas e constam do site do Departamento de Justiça Americano, é só publicá-las.

E quanto a essa questão de se outros dirigentes receberam propinas, o que é relatado lá é o seguinte: são dois casos relacionados ao Brasil. Um é esse que a gente já tratou aqui da questão do contrato da Copa do Brasil e nesse é dito que dois conspiradores levaram também propina, segundo as acusações feitas por José Hawilla, dono da Traffic. Esses dois seriam... Um é descrito como alto cargo na CBF, alto cargo na FIFA e alto cargo na CONMEBOL. E o outro com as mesmas descrições, só que sendo atual. Quem se encaixam nestas descrições seria o ex-Presidente Ricardo Teixeira e o atual, Marco Polo Del Nero, mas o nome deles não consta da investigação.

O que consta ali é que, e como é a acusação do próprio Hawilla, de que ele teria pago para a obtenção desses contratos da Copa do Brasil.

O Deputado Andres levantou a questão de que não seriam contratos de TV. Até está-me falhando a memória. Eu tenho aqui um documento, que vou deixar aqui, em relação à briga... Com certeza era de placa de publicidade, direito de marketing... E eu precisaria conferir o de TV. Realmente fiquei um pouco em dúvida quando o senhor falou.

Bom, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pela resposta.

Volto a palavra agora ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu considero importantes os dois pronunciamentos. Eu gostaria de renovar o pedido de que todo o material pudesse ser entregue à Comissão, e que pudesse ser distribuído aos senhores membros da Comissão. Nós iremos analisá-los e fazer o cruzamento necessário, pedir informações complementares, para que possa ilustrar a investigação que estamos fazendo.

Portanto, considero relevante os depoimentos, mas me reservo o direito de fazer o cotejamento com dados e análise dos contratos para poder emitir uma posição mais abalizada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Eu gostaria de colocar em votação as atas da 4ª e da 5ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura e aprovação das mesmas.

Os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Estão aprovadas.

Agradecendo a presença dos dois jornalistas, com certeza a presença dos senhores aqui é de grande importância, de grande relevância, assim sendo, eu gostaria de perguntá-los, mais uma vez, se os senhores têm alguma coisa mais a dizer ou se têm algum documento para posse desta CPI.

Eu tenho certeza de que com essas informações obtidas aqui por meio dos senhores nesta Comissão, vamos continuar dando seguimento e um andamento bem positivo em relação a esses trabalhos.

Muito obrigado aos senhores pela presença.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Gostariam de fazer alguma colocação final?

O SR. LUCIO JOSE MELLO MATTOS DE CASTRO – Agradecemos muito pelo convite, Presidente.

Quero dizer que todos os documentos apresentados ali estão ficando, na íntegra, aqui.

O SR. RODRIGO MATOS – Só mais uma observação sobre o que o Senador Zeze Perrella levantou. Quanto ao Contrato da Copa do Brasil, o valor que consta é de R\$55 milhões que consta desse contrato relacionado à Klefer. E, pelas informações de advogados e da Justiça americana, os clubes brasileiros poderiam ser parte, porque esses 151 milhões que o Sr. José Hawilla pagou como reparação, quer dizer, já pagou US\$25 milhões, mas vai pagar 151, são, na verdade, reparações a pessoas que sofreram danos por conta desse pagamento de propina. Os clubes brasileiros poderiam ser parte nessa questão. Bastaria ir aos Estados Unidos, entrar como parte e requisitar que uma fatia do dinheiro seja devolvida para ele.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Isso por si só já é preocupante, Rodrigo, porque 55 milhões por uma Copa do Brasil inteira para dividir por todos os clubes? Só o contrato do Cruzeiro são 60 milhões, e eles fazem quatro ou cinco jogos por ano na TV aberta e mais uns 20, de pay per view. O Cruzeiro recebe hoje algo em torno de 80 milhões. Toda competição por 55 milhões é uma brincadeira de mau gosto!

O SR. RODRIGO MATOS – Por aí percebemos o dano que pode causar para o futebol se houver uma negociação à parte...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Ou os clubes estão recebendo muito ou tem coisa errada aí.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bem, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convidamos para a próxima reunião, a ser realizada nesta quinta-feira, 27 de agosto de 2015, às 10h15min.

Nesta reunião, ouviremos os jornalista Amaury Ribeiro Jr., Leandro Cipoloni Mazi e Luiz Carlos Urbano Azenha, autores do livro O Lado Sujo do Futebol, e apreciaremos também alguns requerimentos.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 21 minutos.)

SENADOR ROMÁRIO

Presidente

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 616, de 2015, destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2015, às 10 horas e 24 minutos, no Plenário 15 – Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Romário** e com a presença dos Senadores: **Ciro Nogueira, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli e Roberto Rocha**. Deixaram de comparecer os Senadores **Humberto Costa, Zezé Perrella, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Omar Aziz, Paulo Bauer, Davi Alcolumbre e Fernando Collor**. Na oportunidade, foi realizada Audiência Pública com os jornalistas **Luiz Carlos Azenha, Amaury Ribeiro Júnior e Leonardo Cipoloni**. Após aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 616, de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública e a apreciação de requerimentos.

Os convidados hoje são os três jornalistas que escreveram o livro de grande repercussão e bem interessante O Lado Sujo do Futebol. Convido para a mesa o jornalista Luiz Carlos Azenha, Amaury Ribeiro Júnior e Leandro Cipoloni.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Sr. Presidente, só um esclarecimento: hoje, os requerimentos que serão votados são esses que já estão na pauta. Pergunto: existe algum outro requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não. (Pausa.)

Comunico a todos os membros e convidados desta Comissão que, ontem à noite, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, pediu à Presidência desta CPI informações sobre a quebra de sigilo do Sr. Marco Polo Del Nero, aprovado, por unanimidade, no último dia 20.

Prontamente enviaremos todas as informações necessárias ao Ministro para que possamos continuar os trabalhos desta investigação parlamentar.

Informo a todos que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Para organizar os nossos trabalhos, esclareço que, após a exposição inicial dos convidados, a palavra será concedida aos Senadores na ordem de sua inscrição. Terão preferência para o uso da palavra, na seguinte ordem, o Sr. Relator, o Sr. Presidente, os membros e os não membros.

Gostaria de agradecer a presença aqui dos três jornalistas a que me referi inicialmente.

É um prazer recebê-los aqui.

Eu, particularmente, como Presidente desta Comissão, e tenho certeza também os Senadores que participam desta Comissão, principalmente estes que se fazem presentes, acreditamos que a participação de vocês aqui será de grande relevância e importância para que continuemos fazendo esse trabalho sério que a CPI vem fazendo desde a sua abertura, e também esperamos colher muitas coisas positivas a partir dos depoimentos dos senhores aqui hoje.

Sejam bem-vindos!

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Inicialmente, concedo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Azenha para a sua exposição, pelo prazo de dez minutos.

Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Bom dia a todos!

Nosso livro é baseado em documentos públicos, obtidos em cartórios, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo, documentos dos Ministérios Públicos, tanto do Brasil quanto da Suíça, e em entrevistas que fizemos com uma série de envolvidos nos bastidores do futebol.

Ao longo da nossa investigação, algumas coisas nos chamaram especialmente a atenção. A primeira delas foi a falta de transparência da CBF. Nosso primeiro trabalho foi rever as atas das CPIs que já aconteceram aqui no início dos anos 2000 – CPI do Futebol, no Senado, e CPI da Nike, na Câmara – e ver como a CBF se portou quando foi chamada a prestar esclarecimentos aqui às CPIs.

Por exemplo, em 10 de abril de 2001, o então Deputado Dr. Rosinha perguntou ao Sr. Ricardo Teixeira, que era, então, Presidente da CBF, se ele tinha alguma empresa no exterior. E ele diz: "Não; a empresa não é minha". Uma empresa chamada Sanud. "Essa empresa não é minha; ela é simplesmente acionista de uma empresa que eu tenho. É uma empresa de aplicações de recursos no Brasil". Isso ele disse literalmente.

Bom; a uma certa altura das nossas investigações, nós tivemos acesso a um documento da Promotoria da Suíça, que a essa altura investigava o Sr. Ricardo Teixeira, e o João Havelange, ex-Presidente da FIFA.

Nessa lista, que era uma lista de pagamento de propinas, estava explícita a presença dessa empresa Sanud como intermediária de recebimento de propinas. O promotor suíço Thomas Hildebrand, em seu documento, deixa claro que essa empresa era controlada por Ricardo Teixeira integralmente.

De maneira que, embora a CPI estivesse no caminho certo em 2000, Ricardo Teixeira continuou no cargo por mais de dez anos. Quer dizer, não houve consequências jurídicas, não houve consequências praticamente para trabalhos muito bons feitos pelas CPIs de então.

CPI da Nike – 10 de abril de 2001. O então Deputado Eduardo Campos questionou, à época, os contratos da CBF. Ele perguntava o seguinte: "por que todos os contratos da CBF são feitos com a Traffic?" Naquela época, a CBF emprestava dinheiro, com juros altíssimos, do Banco Delta, no exterior. E ela tinha negócios com a Traffic já. O Eduardo Campos falou para o Teixeira: "A Traffic tem direito a 20% do contrato com uma fabricante de refrigerantes, tem direito a 5% de um contrato com uma empresa de material esportivo. Qual é o sentido? Por que não é melhor fazer uma concorrência pública?" E aí o Teixeira disse, literalmente: "Talvez devêssemos passar a fazer licitações".

Obviamente isso não passou, e vou explicar por que, na nossa opinião, não passou a haver licitações. Se vocês olharem em retrospectiva, a Traffic era uma intermediária. Hoje, o dono dela é delator, como pagador de propina, nos Estados Unidos, na investigação do FBI. A ISL, empresa que foi a origem da propina que, segundo a promotoria da Suíça, foi paga ao Ricardo Teixeira e ao João Havelange, também era uma intermediária. Aqui, em Brasília, tivemos o famoso jogo da Seleção Brasileira com Portugal – o Leandro Cipoloni vai entrar em detalhes mais adiante sobre especificamente esse jogo – em que também houve um intermediário, de última hora, que apareceu no jogo. Era o Sandro Rosell, ex-Presidente do Barcelona e amigo do Teixeira.

Então, a pergunta óbvia que a os fazemos e não conseguimos esclarecer – acho que é uma sugestão para a CPI – é: qual é o papel desses intermediários em todos esses contratos, alguns dos quais caem de paraquedas? Por que a NBA americana, de basquete, não tem intermediário? Por que as negociações da NBA são feitas pelo próprio departamento de marketing da liga? E, se vocês fizerem uma pesquisa sobre outras ligas e outras entidades que lidam com futebol e outros esportes, verão que elas não colocam intermediário. Fica uma pergunta no ar: será que esses intermediários são colocados apenas para pagamento de propinas? Sabemos que três casos aqui

PENDENTE DE APROVAÇÃO

nos parecem muito claros, esses três aos quais me referi. Então, além da falta de transparência, acho que o papel dos intermediários é muito importante de se explorar.

Por que uma empresa do Oriente Médio é que vende os jogos da Seleção Brasileira? Será que a CBF, que é uma entidade qualificada, que tem dinheiro, não tem capacidade de vender os jogos da Seleção? Será que é difícil vender um amistoso da Seleção Brasileira? Por que esses amistosos são vendidos através de uma empresa do Oriente Médio? Qual é o sentido comercial disso? Como notava o Deputado Eduardo Campos, em 2001, por que esse não é um processo público e aberto? Uma empresa do Oriente Médio com participação, como foi divulgado, se não me engano no Estadão, do Sandro Rosell, que recebia através de uma empresa de fachada nos Estados Unidos dinheiro circulando por paraísos fiscais. Isso nos chama a atenção especialmente. Há falta de transparência por um lado – a CBF diz que é uma empresa de direito privado, mas, ao mesmo tempo, ela lida com um patrimônio cultural do Brasil, que é o futebol. E o papel desses intermediários, que a gente toca no livro, mas a gente também não consegue entender por que isso não segue o padrão de outros países.

E uma terceira coisa que nos chama muito a atenção e a gente avalia no livro é a questão dos direitos de TV. Nós temos dois escândalos, aos quais me referi, da ISL e da Traffic, que envolvem a venda de direitos de TV. Eram duas empresas monopolistas. A ISL continuou com os direitos da Copa do Mundo, mesmo quando surgiu uma empresa americana oferecendo muito mais. Depois, descobriu-se que ela fazia isso através de pagamento de propina.

Recentemente, o Conselho de Defesa Econômica (Cade) enviou um ofício à CBF, este ano ainda, perguntando se essa negociação de direitos de TV poderia impactar os resultados das competições de futebol. E a resposta literal da CBF, embora se saiba que a receita de TV é uma fonte relevante de recursos para os clubes, não tem qualquer relação com os resultados esportivos das respectivas competições.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – O que nos fez perguntar: por que 18 dos 20 clubes da Série A do Campeonato Brasileiro são do Sul e do Sudeste? Por que, nos últimos dez anos, apenas três cidades têm campeões brasileiros? Se compararmos com a Liga de Futebol Americano, foram 8 campeões de cidades diferentes, inclusive de Green Bay, em Wisconsin, uma cidadezinha pequena. Por que grandes mercados, com 8 milhões de pessoas – Fortaleza, Brasília e Salvador –, estão fora da Série A hoje? Por que esse desequilíbrio no futebol brasileiro? Será que isso não tem a ver com os direitos de TV, da forma como eles são distribuídos?

Na Alemanha, nos sabemos que a Bundesliga divide igualmente os direitos de TV. Na Inglaterra, nós sabemos que, nos direitos de TV, 50% são divididos igualmente entre os clubes. Em todos esses países, há mais de uma emissora transmitindo. E a ênfase é em equilibrar o campeonato e fazer com que os clubes tenham os seus jogos transmitidos para os seus mercados locais, porque os clubes dependem de venda de camiseta e de patrocínio.

Não é por acaso, portanto, que nós temos aqui no Congresso o PL 7.681, de 2014, e PL 7.552, de 2015, dos Deputados Raul Henry e Betinho Gomes, ambos de Pernambuco, tentando tornar esse processo de distribuição mais justo. Se olharmos como isso vai acontecer nos anos seguintes, 2018 e 2019, a previsão – está aqui em um dos PLs – é que Flamengo e Corinthians vão receber, nos anos de 2016 a 2018, R\$170 milhões cada um em direitos de TV, enquanto Coritiba, Goiás, Sport, Vitória, Bahia, Atlético Paranaense vão receber R\$35 milhões.

Então, o que nós estamos... O 7 a 1, na nossa opinião, não foi por acaso. É fruto de um futebol que está completamente desequilibrado, inclusive regionalmente, e com uma tendência, como disse o autor de um livro recém-lançado, de "espanholização" do futebol brasileiro, em que haja dois ou três clubes realmente com chances de ganhar o campeonato e os outros clubes como meros coadjuvantes.

Então, essas três coisas: transparência, a questão dos direitos de TV e a questão dos intermediários, coisas que nos preocupam muito.

E acreditamos que a CPI tem um papel importante nessas questões. Obrigado.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Luiz Carlos Azenha.

Concedo a palavra ao Sr. Amaury Ribeiro Júnior.

Antes disso, gostaria de informar que o Senador Donizeti Nogueira será o nosso Relator ad hoc nesta reunião.

Concedo a palavra ao Sr. Leandro Cipoloni para a sua exposição. O senhor tem dez minutos.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, bom dia, demais Senadores. É uma honra estar aqui hoje. Durante todo o processo do livro, ao longo de entrevistas, bate-papos, palestras, muito nos perguntaram: "O que mais chamou a atenção dos senhores, durante o processo do livro?" Eu sempre disse que foi a leniência de parte das autoridades. Desde a posse de Ricardo Teixeira, ele foi investigado inúmeras vezes, inclusive por duas CPIs. E todos sabemos que não deu em nada.

Só estamos aqui hoje porque temos a convicção de que, desta vez, o futebol brasileiro vai ser passado a limpo. Muito do que aconteceu, muito do que foi arquivado ao longo dessas investigações, tem a ver com o que o meu colega Luiz Carlos Azenha estava dizendo. Essa falta de transparência existe porque, um ano depois de assumir a CBF – Ricardo Teixeira assumiu em 1989 –, em 1990, Ricardo Teixeira fez uma manobra genial, ele tira todo e qualquer dinheiro público da entidade, o que tinha de dinheiro da loteria esportiva ele tirou. Então, a partir daquele momento, ficou muito mais difícil investigar a CBF, tornou-se uma caixa-preta. Ricardo Teixeira passou a fazer o que bem quis na CBF. Isso aconteceu com o Marin, isso acontece hoje com o Del Nero. As autoridades têm uma dificuldade muito grande de investigar, tudo o que aconteceu na CPI foi arquivado. Se eu não me engano, Ricardo Teixeira foi indiciado treze vezes nas CPIs. Tudo foi arquivado.

Isso se dá até 2008. Ricardo Teixeira não escorrega em nenhum momento, ele usa desse artifício para comandar o futebol brasileiro com mão de ferro. Inclusive, em diversas entrevistas, ele dizia que se tratava de uma entidade privada, sem dinheiro público, e que não devia satisfação a ninguém. Numa entrevista à Piauí, não com essas palavras, mas com palavras que não podemos repetir aqui, ele diz exatamente isto: que ninguém tinha nada a ver com a CBF.

Voltando a 2008, sobre o amistoso que o Azenha dizia, foi a única vez, desde 1989, que alguém na CBF escorregou. Eu gostaria de usar esse caso para ilustrar de que maneira o Congresso Nacional pode olhar com carinho para essa mudança no futebol brasileiro, para de alguma maneira ter um controle estatal sobre o futebol brasileiro, porque é o único momento em que se consegue pegar Ricardo Teixeira. Inclusive, o nosso colega Juca Kfoury disse isso aqui. Foi quando Ricardo Teixeira precisou recuar. Foi num amistoso entre Brasil e Portugal que aconteceu no Gama, em 19 de novembro de 2008. Eu gostaria que colocassem no telão. É uma pequena cronologia dos fatos para os senhores entenderem o que aconteceu. Existe uma empresa chamada Ailanto Marketing. Essa empresa pertence – pertencia, porque foi encerrada – à Vanessa Precht, que é ex-Secretária de Sandro Rosell. Sandro Rosell, como a maioria dos senhores sabem, é o ex-presidente do Barcelona, sócio oculto de Ricardo Teixeira na empresa Brasil 100% Marketing.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – E da Nike também.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Depois, o Azenha pode explicar melhor sobre a Brasil 100% Marketing, que precede a Ailanto, mas só para a gente focar na questão do dinheiro público.

Vanessa, em 25 de agosto de 2008, torna-se sócia de Sandro Rosell nessa empresa.

Menos de um mês depois, o Governo do Distrito Federal notifica a Federação Brasiliense, que era responsável por organizar esse amistoso, que a Bonus Sports Marketing ficaria responsável pelo jogo. A Bonus é uma empresa de Sandro Rosell, na Espanha.

A ISE, empresa contratada pela CBF para organizar os jogos, informa que os direitos foram transferidos para a Bonus, de Sandro Rosell. A Bonus comunica que cedeu todos os direitos de organização para essa empresa chamada Ailanto, recém-criada, que havia sido criada no primeiro semestre de 2008.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

No mês seguinte, a Ailanto manda uma planilha de R\$9 milhões para o Governo do Distrito Federal, com a cobrança pelo serviço da organização desse jogo, que já estava totalmente acertado.

O Ministério Público percebeu a movimentação, porque foi necessário que o governo do Distrito Federal informasse ao Ministério Público sobre essa contratação. Após a pressão do promotor, o Secretário de Esportes do Distrito Federal pediu os documentos e as comprovações legais para a Ailanto, para que pudesse fornecer ao Ministério Público.

No dia seguinte, paralelamente a tudo isso, à organização do jogo – os senhores vão entender um pouco mais para frente –, a Vanessa Precht, a ex-Secretária de Sandro Rosell, criou uma empresa chamada VSV Agropecuária. A Vanessa é uma pessoa importante para depois dar esclarecimentos a esta CPI, é uma senhora que cuida de moda no Rio de Janeiro e que, aparentemente, pelas nossas investigações, nunca teve nada a ver com marketing e tão pouco com agropecuária.

Nesse mesmo dia, a Vanessa enviou um ofício para o Secretário de Esportes do Distrito Federal, com a justificativa sobre os custos de R\$9 milhões aos cofres públicos do Distrito Federal.

No dia seguinte, a Bonus, a empresa espanhola de Sandro Rosell, emitiu diretamente de Barcelona uma carta de capacidade técnica em favor da Ailanto, empresa recém-criada. A carta é assinada pela esposa de Rosell. De acordo com esse documento, um dos trabalhos que teria sido organizado pela Ailanto foi um mundial de esqui em 1996, 12 anos antes da criação da Ailanto. No mesmo dia, é assinado o contrato entre o Governo do Distrito Federal, do então Governador Arruda – o mesmo que, nove anos antes, havia pedido a criação e instalação de uma CPI neste Congresso – e Vanessa Precht. Um contrato de R\$9 milhões!

Apenas dois dias depois, a Ailanto já emitiu a primeira nota fiscal, por sinal a primeira nota fiscal da existência da empresa, no valor de R\$4,5 milhões. No mesmo dia, o pagamento é lançado no sistema do governo estadual.

Cinco dias depois, acontece o amistoso. E menos de quatro meses depois, a VSV de Vanessa Precht, criada durante todo esse processo, arrendou terras de Ricardo Teixeira, em Pirai, por R\$600 mil.

Os senhores podem ver, no intervalo de tempo, o que foi feito, o que pode ter sido feito com R\$9 milhões de dinheiro público.

Enfim, esta foi a única vez que aconteceu, que se tem registro, que investigamos, desde 1989, quando Ricardo Teixeira assumiu, passou Marin, Marco Polo Del Nero. À parte disso, são contratos com empresas privadas. É esse o discurso feito pela CBF, pelos três presidentes que passaram até o momento. Apesar de, como diversos colegas já disseram nesta CPI, ser uma entidade que usa o hino nacional, a bandeira nacional, as cores nacionais, um esporte que é patrimônio do povo brasileiro, a alegação é sempre esta, de que se trata de uma entidade privada que não deve satisfação a ninguém.

Sobre Sandro Rosell e Ricardo Teixeira, gostaria que tivéssemos depois um pouquinho mais de tempo para explicar qual é o elo societário entre eles, porque acho que esta relação entre os dois explica muito sobre o futebol brasileiro.

Sandro Rosell foi Diretor da Nike no Brasil, todos nós sabemos qual a importância da Nike para o futebol brasileiro, essa máquina de fazer dinheiro que se tornou a CBF, e foi Presidente do Barcelona. E mais do que isso, é um grande amigo do ex-Presidente da CBF. Depois gostaríamos de explicar um pouco mais sobre essa relação societária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Leandro. Passo a palavra agora ao Sr. Amaury Ribeiro Junior.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Bom dia, Deputados.

Eu faria uma pergunta: se os senhores tivessem que sumir com um documento dentro de uma repartição pública – um documento não pode sumir dentro de um prédio da Receita Federal, porque deixaria rastro, não é? –, como vocês fariam para sumir com um documento dentro de um prédio da Receita Federal? Alguém teria uma ideia de como fazer um negócio desse? Isso parece

PENDENTE DE APROVAÇÃO

filme de espionagem, mas alguém teria uma ideia de como fazer isso, sem deixar rastro? Alguém tem alguma ideia de como fazer isso?

Você tem que arrumar um falso culpado, tinha que fazer uma trama, arrumar um funcionário culpado, uma mulherzinha coitada – coitada não –, uma pessoa que já tinha dado pequenos golpes, simular a entrada dela lá, arrumar uma cópia dela entrando lá e, aí, jogar a culpa nela, em todo mundo, e se some com um processo dentro de uma instituição da Receita Federal, somem de uma repartição pública milhões e milhões de uma investigação de intersetoria pública. Aí, simplesmente, depois que some isso aí, se faz um acordo com uma máfia de advogados, a mulher é culpada, mas, para isso funcionar, o que é que tem que ter? Tem que haver um Ministério Público corrupto também e todas as instituições corruptas.

Então, todo esse esquema – e quem cuidou dessa parte de lavagem de dinheiro, de intersetoria de dinheiro, fui eu que cuidei, porque a minha especialidade é rastrear dinheiro sujo – para funcionar, o que é que tem que ter? A lavanderia no Brasil continua? Continua, por quê? Porque as instituições são corruptas. A Receita é corrupta, o Banco Central é corrupto, e a direita quer que botem quem nessas instituições? As pessoas que facilitam para a grande mídia, também, que é corrupta, as pessoas que facilitam a entrada de dinheiro.

Então, vou dar uma pauta para os senhores aqui, porque sempre me perguntam o seguinte: "Jornalista vem aqui para falar coisa velha?" Não, eu vim para trazer um assunto novo para os senhores, um assunto novo. Era para trazer documentos, eu falei com Assessores do Sr. Presidente Romário, mas eu não estou mais na Record, não tenho acesso, não sei o que aconteceu com os documentos, eu queria vir numa outra ocasião entregar um documento, com os quais vocês vão ficar pasmos.

Para que serve uma Copa do Mundo? É criar um pretexto para que os meios de comunicação não paguem imposto.

Então, se cria o quê? Se vai lá, se faz um documento igual a esse aqui, que dá direito, durante o período, de o pessoal trazer material esportivo, direito de transmissão. Sabe como é que acontece? Acaba a Copa e eles continuam sonhando, os grandes veículos de comunicação continuam sonhando impostos.

Então, o que é que mostra? Eu cheguei a procurar um dos poucos Procuradores do Ministério Público, quando eu descobri esses novos documentos, que eu vou chamar aos senhores de Conexão México, porque se a polícia for investigar, não sabe investigar nada, porque essa polícia aqui só sabe meter grampo nos outros e de inteligência eles não entendem (expressão vedada pelo art. 19, do Regimento Interno do Senado Federal) – desculpa falar –, entendeu?

É da época da ditadura essa polícia, não tem inteligência coisa nenhuma. Esse Ministério Público aí, eu acreditava. Hoje eu entendo por que o Ministério Público quer tirar a Polícia Federal. No caso desses documentos que sumiram, o Ministério Público foi omissivo, não deixou, não pediu um laudo. O laudo da Polícia Federal dizia que era falso o documento que acusava a falsa funcionária.

Na verdade, os caras pagaram um dinheiro, quando tiraram o documento de lá, sabe o que aconteceu? Eles não quiseram mais. Aí, em off, os caras tentaram me vender, negociar. Eu falei: não vou comprar documento. Já tentaram armar para mim uma coisa dessas, para me desqualificar, me acusar de quebra de sigilo.

Hoje ninguém me pergunta o que aconteceu naquele processo de quebra de sigilo, naquela armação, feita por um Procurador que, à época, estava a serviço da campanha, o pai dele era coordenador da campanha do Serra. Hoje ninguém fala que ele foi desclassificado da armação, que já tinha armado para o Senador Humberto Costa, e o próprio segundo instância pegou e tirou. Esse cara é Presidente da Associação dos Procuradores. Então, hoje esse Ministério Público é um Ministério Público... Vai investigar as licitações da PGR, vai investigar o caos. Eu tenho como investigar isso aí, eu tenho as coisas.

O que acontece, então? Vamos voltar ao futebol. Conexão México. Se caiu durante a Copa do Mundo um sujeito chamado Raymond Whelan, acharam que era um simples venda. Fui rastrear no cartório de Minas, sabe o que ele fazia? Esse cara era, o bambambã da história não era ele, era a

PENDENTE DE APROVAÇÃO

mulher dele, era a Ivy. O que ela fazia? Eles dão uma lista com empresas como a Match Services, a Match Hospitality, capacitada para pegar e trazer material sem imposto de renda. Só que eu descobri que eles estavam internando imposto por outras empresas, através de paraíso fiscal. Estavam usando empresas, mecanismos através do próprio Banco Central, outras empresas em paraísos da Alemanha, da China, e continuam trazendo hoje dinheiro, equipamentos contrabandeados, veículos de comunicações, não pagando impostos sobre veículos de transmissão. Isso serve para todo mundo.

Então, o que cheguei na conexão? Sei que tem uns advogados da CBF, se não não teria graça o senhor estar aqui, porque também avisei os meus nos Estados Unidos, estamos iguais aqui. Aí é o seguinte, o que aconteceu, aonde que chega o final dessa coisa? Chega a duas empresas na Arábia Saudita, ligadas a quem? Ao mesmo Sandro Rosell, uma empresa ligada à Adidas e ligada à Nike. Ou seja, o esquema é o mesmo. Na Copa, eles estavam roubando do mesmo jeito, internando o dinheiro, fazendo a mesma coisa.

Uma sugestão: prometo entregar à equipe técnica, num outro dia, todo esse esquema que eu investiguei, trazendo os papéis, os documentos novos que eu levantei. Há um grupo me ajudando nisso, vou entregar esses papéis também a alguns colegas dos Estados Unidos, esses documentos não chegaram à toa lá nos Estados Unidos, mostrando que esse esquema de lavagem de dinheiro é isso. Se não mudarem as regras, porque se interna dinheiro no País com a conivência do Banco Central, que não tem controle de câmbio.

Blindaram aqui, quem usava doleiro era o Presidente do Banco Central, blindaram o Presidente do Banco Central porque ele usava doleiro, crime contra o sistema financeiro. E blindaram o Presidente. O novo Presidente da Receita Federal foi envolvido com os dois subsecretários, que foram afastados a bem do Ministério Público, e ele foi acusado junto com esses dois caras, que foram demitidos. Então, como o sistema pode funcionar, se o sistema público é corrupto.

Estou escrevendo o livro da privatária, que vai se chamar: Brasil, o País do Pecado, porque todas as instituições, os partidos estão todos corruptos, este País virou o país da corrupção, é onde vai o de lá e de tudo. Então, eu prometo: se vocês querem investigar alguma coisa, se esta CPI está disposta, entrego ao corpo técnico, tenho condições de entregar os documentos aos senhores. Eu acredito também, como o Leandro falou ali, a gente acredita nesta CPI, a gente acredita na boa vontade dos senhores, se não não estaríamos aqui. Vim propor aos senhores uma pauta nova, não vim aqui para trazer coisa velha. E a pauta que proponho é a Conexão México. Enquanto estavam atrás de ingressinho, estavam lavando dinheiro da Copa do Mundo, em plena Copa do Mundo, em pleno vexame 7 a 1.

Estavam lavando dinheiro na cara de todo mundo aqui, e os idiotas, os brasileiros sendo envergonhados e lavando-se dinheiro na conta de todo mundo. Temos que acabar com esse sistema, temos que acabar com esse sistema, temos que quebrar... É muito fácil.

Estive em Nova York por seis meses, na época do Banestado. Lá os promotores de justiça, foi a gente que apresentou à Polícia Federal, eu era muito amigo do Morgenthau. A conta que vocês pedirem lá, eles abrem tudo, não precisa ser por amizade, esses negócios, esses acordos, nada. Há muitos caminhos para se abrir. Basta ter vontade, ter um corpo técnico, e eu estou disposto a ajudá-los no que for preciso.

Eu não estou vinculado a nenhum órgão, nenhum partido, nenhuma emissora, não estou vinculado hoje a ninguém. Então, é só isso que eu gostaria de fazer. E me comprometo a trazer os documentos aqui.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado.

Passaremos, agora, a fazer as nossas perguntas. Pela ordem, no caso eu seria o primeiro, mas passo a palavra aqui ao Relator ad hoc, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu estou de improviso aqui, não me preparei à altura para poder fazer o trabalho, uma vez que a tarefa é do Senador Romero Jucá, que por algum problema não teve como vir.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Mas estou bastante impressionado com o que tenho ouvido aqui dos jornalistas. E eu queria começar, Amaury, pedindo que você explicasse melhor para nós essa Conexão México, como é que ela funciona.

Mas eu vou fazer todas as minhas perguntas.

Esse esquema que você falou, que envolve o Ministério Público, a Receita Federal, o Banco Central e os meios de comunicação, é um negócio que me intriga muito. Por que algumas coisas andam e outras não? Por que algumas coisas são arquivadas e outras são tocadas, às vezes em ordem de preferência inversa da ordem cronológica dos fatos? Eu sou de um pequeno Estado, o Estado do Tocantins, e a gente fica muito longe desse eixo São Paulo-Minas-Rio, essa coisa da Velha República do café com leite.

Aquela questão da senhora que retirou o documento lá da Receita Federal, eu não sei o final, eu não sei o que é que aconteceu. Então, eu não tenho informação da continuidade ou da descontinuidade, até porque não fui atrás, mas, de vez em quando, me ocorre de perguntar o que aconteceu com aquilo, onde está aquela senhora, o que aconteceu com ela.

Os arquivamentos que foram citados aqui pelos outros colegas são decorrentes do que mesmo? Por que arquivou? Eu me comprometo a ler esse livro com muita atenção, porque acho que ele pode dar uma contribuição muito grande.

Há uma coisa que me intriga: a CBF é quem controla os árbitros, não é isso? Se ela controla os árbitros, ela não mantém a condição de controlar os resultados? Embora a gente tenha hoje a TV, os meios de comunicação que transmitem os jogos, que deixam muito claro quando o juiz erra, quando não erra. Mas um erro do juiz é algo irrevogável, então não há como voltar atrás. E se alguém já foi prejudicado, o resultado já está dado.

Bom, uma coisa também são os contratos de transmissão. Os contratos de transmissão dos jogos, dos eventos esportivos são por onde transitam centenas de milhões de reais ou de dólares.

E no momento essas empresas que estão citadas, como a Traffic, que inclusive foi delatada, têm uma relação muito estreita com o grupo de comunicação do Brasil, que é um dos maiores grupos ou, se não, o maior grupo de comunicação de TV do mundo, e parece que isso não tem andado. O Ministério Público não tem cuidado disso? E o FBI está cuidando?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Basicamente, o que eu poderia questionar aqui, Presidente Romário, neste momento, dado o improviso, são essas questões. Mas me preocupa muito essa questão do esquema, em que o Sr. Amaury coloca a Receita, o Ministério Público, e acho que está o Judiciário também, os meios de comunicação e o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E essa questão do Banco Central é por ausência de legislação que possa ser mais rígida ou é por convivência mesmo do banco?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador. Qual dos senhores gostaria de responder?

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – O processo ao qual o Amaury se referiu, que é o do sumiço do processo, aconteceu dentro de uma repartição da Receita Federal no Rio de Janeiro. Foi um processo relativo à compra dos direitos de transmissão das Copas de 2002 e 2006. A Receita Federal, a partir de informações que vieram de fora do Brasil, multou a Globo em R\$600 milhões por sonegação de impostos. Segundo os documentos da Receita, o livro menciona isso, os documentos todos, aliás, aos quais a gente está se referindo estão nestes CDs que a gente vai deixar aqui com a Comissão. Portanto, quanto à documentação, ela está toda aí.

A pessoa da Receita, o auditor da Receita que fez a inspeção argumentou que a Globo montou uma empresa chamada Empire, num paraíso fiscal, em Ilhas Virgens Britânicas, e fez um investimento nessa empresa. O auditor argumenta que esse investimento era fraudulento, porque, na época de pagar os direitos de transmissão das Copas, a Globo extinguiu a empresa. Pegou o capital dela e fez o pagamento dos direitos. Então, teria sido, segundo a Receita, uma simulação para evitar o pagamento de impostos no Brasil.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Esses documentos estão aqui. A íntegra está aqui, Amaury?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – O que aconteceu? O processo andou dentro da Receita, mas uma auditora do Rio de Janeiro desapareceu com o processo.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Não. Essa é a sua versão, porque o que eu apurei foi o seguinte: o processo sumiu dentro da Receita. Uma fonte de dentro da Receita falou para mim que o processo sumiu. O que acontece? Em cinco anos, prescreve a parte criminal do processo. E o auto de autuação do auditor é perfeito. Ele usa todas as doutrinas sobre as quais sempre venho falando. Usa vários tributaristas, explicando por que esse tipo de coisa, que venho batendo desde o livro, era uma lavagem. Aí, chegou essa turma, sempre ligada aos mesmos procuradores, que todo mundo sabe, e nomeou um procurador para investigar o caso. Nós tivemos acesso legalmente ao processo que apurou o caso. Eu tive acesso. Eu fui lá e tive acesso. Então, você vai ler o processo, e o laudo diz que não garante que é a mulher que pegou. Depois, fui purgado pelos verdadeiros picaretas, e eles confessam que a mulher não tinha nada a ver com isso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A mulher foi só uma isca, só uma distração, uma laranja?

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Agora, o Ministério Público não queria investigar. Por que ele não queria investigar? Ele não queria investigar. Tanto ele não queria investigar...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Amaury, acho que é bom você falar sempre no microfone, porque a gente grava.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – O Ministério Público não queria investigar, por quê? Aí, comecei a mudar minha opinião. Por que o Ministério Público não queria a da PEC? Porque agora eles estão tirando a Polícia Federal de várias investigações. Ele investigou sozinho. Ele tirou a Polícia Federal da investigação. O que aconteceu?

Com essa investigação, apesar de ter um laudo inocentando a mulher, dizem que houve tiroteio. Foi uma coisa de bandidagem mesmo. Aí refizeram o processo na justiça.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só uma pergunta, Amaury: tudo isso que você está dizendo aqui agora, esses documentos estão aí? Nesses CDs?

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – É minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não, estou só te fazendo uma pergunta.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – É o seguinte: nós temos documentos legais. O que nós não temos foi um site que publicou. O que eu tenho é o que é legal, o processo do sumiço! Isso nós temos. Agora, uma sugestão, desculpe, seria chamar o auditor que fez o auto, saber como que sumiu, chamar esse procurador, por que ele pegou e não pediu para a Polícia Federal. Esclarecer isso, porque jogaram para debaixo do tapete. O processo é gigante.

Aí o que aconteceu? Vou explicar para os senhores. A imprensa sempre controlou. Tem um sistema que eu vou explicar para os senhores – isso é público, senão vão falar que eu estou quebrando o sigilo aí tudo. É público. Sabe o que eu descobri? Que essa mesma empresa – as outras fazem a mesma coisa, não é só a mesma. Sabe quantos contrabandos tinha no ano? Depois? Porque muito dessa pressão que tinha para tirar o Mantega, nesses meios de comunicação, não tinha nada a ver com economia, não.

Eles queriam trazer a turma do Palocci de volta porque eles controlam. O único cara que pegou e colocou os corruptos da Receita fora foi um auxiliar do Mantega, que demitiu esses corruptos. Agora voltou tudo porque eles querem controlar para ter acesso, para não multar os meios de comunicação, para não fazer isso. Então, eles querem manipular tudo. Aí vou contar para os senhores. Sabe quantos autos de contrabando tinha no mesmo ano, na época lá? Duzentos autos de contrabando de equipamentos!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso em que época?

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Em um ano só que nós investigamos, que eu investiguei, um ano. Então, esses órgãos de comunicação nunca pagaram imposto...

PENDENTE DE APROVAÇÃO

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Contrabando de quê? Equipamentos de TV, de rádio...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Porque é o seguinte: eles criam as empresas. Na Copa, eles criam umas empresas. Então, por exemplo, tem a Brasil Service, certo? Tem a Brasil Match, tem a Brasil isso... E aí cria lá por quanto... Aí cria-se o estatuto da Copa, que permite você trazer equipamentos...

(Interrupção do som.)

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – ...permite transmissão de jogos. Só que se formos ver essa Match, sabe o que eles fazem?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Se eu estou entendendo, então, essa coisa que liberava para trazer os equipamentos era uma maneira de internalizar equipamento sem pagar imposto...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Só que é público.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Os equipamentos não voltavam, ficavam aqui.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Vou explicar o que eu descobri. O que eles fazem?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Quais são essas empresas, Amaury? Nomes.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Eu vou explicar para o senhor, Presidente. Tem uma lista legal da C&B. Tem a Brasil Services, tem a Brasil Services na Suíça. Eu vou montar um esquema, vou por a análise notebook, que é um sistema que tem aí, e vou montar para os senhores tudo.

Aí quando prenderam aquele cara...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso aí você está propondo uma outra oportunidade, ou vai mandar para a Comissão?

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Não, porque eu já tinha levantado. Eu falei que esses documentos sumiram. Eu saí da Record. Eu não sei onde estão esses documentos?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mas o senhor tem esses documentos?

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – No cartório, eu sei onde levantei, eu levanto no mesmo lugar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ele vai ter que levantar mesmo.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Porque eu não tenho mais. Não sei o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em outras palavras, as outras perguntas...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Eu vou explicar como é para o senhor aqui. Ele pediu, eu vou explicar. Aí a Brasil Services podia trazer dinheiro, então, ela pega, autorizada a trazer o dinheiro para comprar o equipamento aqui. Aí eu fui abrir em cartório os documentos, por exemplo, a Brasil Services já é sócia de uma Seamus Marketing, de uma Match, aí de repente ela já é sócia de uma empresa lá nas Ilhas Virgens Britânicas que está trazendo dinheiro antes de ser aprovado, já está internando dinheiro, já está fazendo. Acaba a Copa, eles ficam usando, igual a essa empresa das Ilhas Virgens, essas mesmas tramoias da outra para ficar trazendo equipamento. Então, o que eles querem, no Brasil, é não pagar nada para trazer equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Amaury, o que nós queremos aqui, esta CPI tem o objetivo de moralizar o nosso futebol. De tudo que você está falando é de uma grande importância e relevância que você tenha documentos...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Eu tenho documentos, o problema é que...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Para que a gente possa, futuramente, através requerimento, convidar aqui algumas empresas para prestar alguns esclarecimentos.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Eu não queria nem ter vindo hoje. Posso concluir aqui o que eu ia falar?

PENDENTE DE APROVAÇÃO

O que acontece? Ao chegar a essas empresas da Service, aonde se chega? No fundo, na ponta que você rastreia, está o próprio Sandro Rosell, está a Nike, estão as mesmas empresas. Quanto à ISL, por exemplo, que rastreei, chega-se à conclusão de que ela só mudou de nome e passou para outras empresas isso.

Quero só esclarecer que, quando fui convocado, eu pedi uma semana a mais para eu levantar os documentos, porque eu não queria estar aqui hoje. Aí o assessor falou que eu podia trazer os documentos...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas você tem essa oportunidade. A gente precisa que você traga esses documentos. Não é isso, Presidente Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É claro, com certeza!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Para gente ter materialidade no que você está dizendo aqui.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – É claro, é claro! Eu sei disso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso é muito importante.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – É claro, é claro!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O Azenha estava...

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Os da Receita já estão aqui. Já está nestes CDs o processo todo. O processo terminou, na verdade, porque a Globo pagou a multa. O Amaury estava se referindo ao fato de que, como o processo sumiu e teve de ser refeito, prescreveu o que poderia haver de criminal, que era o mais importante. Então, pelo que a gente sabe, a Globo pagou a sua dívida em relação a essa operação. E foi assim que terminou a história, pelo menos até agora.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bacana!

Quanto a essa questão da arbitragem que perguntei, alguém quer...

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Senador, bom dia!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia!

O SR. LEANDRO CIPOLONI – É muito difícil... Também foi uma pergunta que muito nos fizeram logo após o livro, logo após a publicação do livro, mas é um ponto em que a gente não entra, porque é muito difícil a comprovação de manipulação de resultados. A gente sabe, hoje todos sabemos o que é a CBF. Por isso, estamos aqui hoje. A pergunta do Senador é bastante pertinente: se a CBF é o que é e controla os árbitros, como é que a gente pode confiar no resultado dos jogos? Mas não temos indícios de manipulação de jogos e não podemos falar sobre isso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vocês falaram de haver um controle estatal maior. Como haver esse controle sobre a CBF?

Você teve a oportunidade de dizer que, numa jogada genial, Ricardo Teixeira tirou toda a possibilidade de recurso público. Só para meu conhecimento, se ele tirou esse controle, o dinheiro da Loteria Esportiva vai para quem, vai diretamente para os clubes? Como é que é? Ou não vai dinheiro da Loteria Esportiva para os clubes?

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Não, na época, acho que não havia mais.

O que Ricardo Teixeira percebeu? Que o futebol brasileiro era autossustentável, que a CBF era autossustentável e não precisaria de dinheiro público. Hoje, é uma máquina gigantesca de fazer dinheiro. O que a CBF fatura é uma enormidade! Prova disso foi o levantamento da Polícia Federal da movimentação financeira de Ricardo Teixeira, num período de 12 anos – é o que está no indiciamento de Ricardo Teixeira –, de meio bilhão de reais.

Então, ele percebeu, assim que assumiu – é claro, com a expertise do ex-sogro –, que não precisava de dinheiro público para poder fazer da Seleção Brasileira, da CBF, uma grande máquina de fazer dinheiro. Paralelamente a isso, o Clube tinha autonomia para organizar os campeonatos, para poder negociar diretamente com as emissoras os direitos de transmissão, através do Clube dos 13. Então, ele usou a CBF, usou a Seleção Brasileira, como uma máquina à parte.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Faço uma observação. Senador, essa é um questão muito relevante que cabe aos brasileiros definir. Quanto ao papel da CBF, ela se coloca como uma empresa de direito privado. Agora, se o senhor for olhar a legislação de outros países, verá que ou as ligas se

PENDENTE DE APROVAÇÃO

organizam, ou existe... Na Argentina, por exemplo, todas as transmissões de futebol eram do grupo Clarín, todas na TV a cabo. A Argentina não tinha transmissão de futebol em TV aberta até recentemente.

Houve uma intervenção estatal nesse caso, fazendo com que seis emissoras passassem a transmitir o futebol em vários horários, em vários blocos.

Eu, pessoalmente, acho que... O Parlamento já fez duas CPIs. Esta é a terceira CPI sobre futebol. O papel, eu atribuiria ao Parlamento, de decidir isso. Há estes dois PLs, por exemplo, aqui. Por que não outros, que deem ao Parlamento algum tipo de autoridade, ou que cobrem transparência? Crie-se uma estrutura que exija transparência da CBF em relação aos seus contratos. Tendo em vista que o futebol é um patrimônio do povo brasileiro, eu acho que essa seria uma saída. Há de se discutir essa questão jurídica.

Mas eu acho que a questão central, como eu havia dito no início, é mesmo a questão dos direitos de transmissão, porque eles são, hoje, a maior fonte de renda dos clubes.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É a galinha dos ovos de ouro.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sr. Azenha, tenho algumas perguntas aqui.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O senhor tem conhecimento do motivo que levou o Cade a questionar a CBF sobre se os direitos de transmissão influenciavam e influenciam os jogos dos campeonatos brasileiros? E quais informações o senhor poderia acrescentar sobre a relação das TVs com intermediários e cartolas?

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Senador Romário, esse documento me foi passado por um leitor, e eu vou lhe passar. Eu o recebi recentemente. Esse é, aparentemente, um inquérito administrativo do Cade, que está em andamento. Esse ofício é de 10 de janeiro deste ano, assinado pelo Sr. Carlos Eugênio Lopes, diretor jurídico. Pela leitura de tudo o que está escrito aqui, o Cade se preocupa com a questão do monopólio das transmissões, mas eu não sei a origem disso, eu não sei a que se refere esse inquérito administrativo. Eu recebi recentemente esse documento.

E a segunda pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A segunda pergunta é: quais informações o senhor poderia acrescentar sobre a relação das TVs com intermediários e cartolas?

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Bom, J. Hawilla, como lembrou o Senador, é uma pessoa umbilicalmente ligada a um dos grupos de mídia do Brasil. Ele é dono de emissoras no interior de São Paulo, que é o segundo maior mercado de televisão do Brasil, depois da cidade de São Paulo, emissoras importantes. A TV TEM é um grupo, Bauru, Sorocaba, se não me engano mais algumas emissoras. Ele era o intermediário, ele vendia os direitos de transmissão da Copa do Brasil, por exemplo. Nós já sabemos, pelo depoimento dele, nos Estados Unidos, que ele acusa pagamento de propina dos direitos de transmissão da Copa do Brasil, e isso envolve Ricardo Teixeira, Marin, que está preso na Suíça, e o atual Presidente da CBF, em pagamentos de propina.

A Nike está sendo investigada. A promotoria dos Estados Unidos não deu nome. Ela fala apenas de "uma grande multinacional de material esportivo", mas a gente sabe que é a Nike, porque a Nike fazia os pagamentos ao J. Hawilla na Suíça. Em relação à comissão a que ele tinha direito no contrato da Nike, o pagamento era feito na Suíça, o pagamento dos 5% a que a Nike teria direito. O destino desse dinheiro a gente não sabe, se isso foi pagamento de propina, porque o depoimento completo do J. Hawilla ainda não foi divulgado. A gente sabe parcialmente apenas. Nos próximos dias, eu posso, inclusive, deixar depois o endereço aqui com a CPI sobre um blogue nos Estados Unidos, cuja origem não é identificada, que está publicando todos os documentos relativos ao processo que se tornam públicos. Então, dá para saber. Provavelmente, em alguns dias, o depoimento do J. Hawilla vai se tornar público.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Ele tem uma audiência, em Nova York, daqui a alguns dias, em um tribunal federal do Brooklyn, e talvez a gente vá saber mais. Diferentemente do Brasil, lá, as coisas do Ministério Público não vazam. Não vaza conta falsa de Senador... Esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O Azenha, outra pergunta. Você...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O Senador Romário ia voltar com muito dinheiro da Suíça.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O senhor começou sua fala dizendo que conseguiu alguns documentos no Rio de Janeiro. Quais foram esses órgãos em que o senhor conseguiu esses documentos?

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Junta Comercial do Rio de Janeiro, onde está registrada a Sanud. A Sanud é ainda hoje, por incrível que pareça, sócia da empresa principal do Ricardo Teixeira, a RLJ, R de Ricardo, L de Lúcia, que é ex-mulher dele e J de João Havelange. Os cartórios foi o Amaury que foi aos cartórios, porque o Amaury é especialista em rastreamento de documentos. Então, o Amaury pode indicar quais foram os cartórios em que ele foi. De qualquer maneira, esses documentos estão aqui todos eles. Mas a gente pode...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Uma outra pergunta, Leandro, essa Sr^a Vanessa Precht, ex-assessora, ou assessora do Sandro Rosell, qual a nacionalidade dela?

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Brasileira. É uma testemunha importante da CPI. Falamos agora há pouco sobre a Nike, a relação da Nike com a CBF já foi alvo de uma CPI nesta Casa, em 1999, e, por incrível que pareça, ela se tornou mais estreita logo após a CPI. Aliás, imediatamente após. O senhor está com os documentos da Brasil 100%?

Eu falei há pouco que a Brasil 100%, eu estava falando sobre a Ailanto, essa empresa que movimentou dinheiro público, que era uma empresa de Sandro Rosell, e que, indiretamente...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Você está se esquecendo do Lobo de Wall Street... (Risos.)

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Essa empresa foi precedida por uma criada apenas 22 dias após a CPI do Senado; uma empresa criada por Sandro Rosell. Eu falei um pouco sobre o Sandro e acabei não dando um histórico sobre ele. O Sandro, acho que já foi comentado, já foi falado sobre ele aqui na CPI, talvez pelo Juca, enfim. O Sandro é um senhor de cidadania espanhola, formado em Administração de Empresas, nascido em 1964, que começou a trabalhar com marketing esportivo. Ele participou, inclusive, da organização da Olimpíada de Barcelona, em 1989, passou por uma empresa ligada à ISL, que já foi muito falada aqui nesta CPI. Enfim, até que ele despertou o interesse da Nike, lá na Espanha. E o Sandro baixou aqui no Brasil no meio da CPI, em 1999. Ele veio ao Brasil como diretor da Nike, e ele vem para cá com duas missões. Isso ele conta no livro de memórias dele. Não me recordo o nome do livro, acho que é Bem-vindo ao Mundo Real. Do nosso ex-Presidente do Barcelona, um livro chamado Bem-vindo ao Mundo Real. Ele disse que tinha duas missões: a primeira era ajudar a Nike na CPI – e ajudou bastante – e conquistar a Copa do Mundo de 2002.

É um livro bem interessante para vocês lerem depois, esse livro de memórias do Sandro Rosell. Ele fala como foram as comemorações de 2002, conta para onde levava os jogadores, enfim, é bem interessante o relato dele. E fala bastante sobre a CPI.

Vinte e dois dias após a CPI, ele criou uma empresa chamada Brasil 100%. Essa empresa ele criou junto com um senhor chamado Cláudio Honigman, que é especialista em mercado financeiro.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Já foi processado nos Estados Unidos.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Cláudio Honigman.

E tinha como minoritários a mesma Vanessa de Almeida Precht e também o Cláudio Brasileiro.

Existe uma história interessante – eu acho que o Amaury vai falar depois; ele está ansioso para contar a história dele.

Havia uma outra moça chamada Nathalie Peacock Serrano. E havia um quinto sócio, que era um executivo, curiosamente, da AmBev – em 2001, a AmBev fechou um contrato com a CBF. O nome dele é Alexandre Barreira Leitão.

Então, essa empresa Brasil 100% foi criada, é uma empresa de marketing, e tinha como sócio oculto, pelo que investigamos nos últimos anos, o Sr. Ricardo Teixeira. É uma transação que envolve uma corretora de valores. Está tudo muito bem documentado nesses CDs, é difícil a explicação...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Em cartório também.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Tudo em cartório. Pode falar. Conta a história do Honigman.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Esse Honigman é um loucão, ele aparece, era um operador da Bolsa de Valores; ele é igual ao Lobo de Wall Street.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – É, em Nova York.

Ele foi condenado lá e fez um acordo. Tentou dar um golpe, uma falsa swap, uma operação casada. Ele reapareceu no Brasil e chegou a comprar uma casa aqui. E, de repente, ele se aproximou dessas pessoas – ele é meio doido –, largou a mulher e se juntou nesse esquema ao Ricardo Teixeira. Eles eram chamados – está até no livro – de três tenores. Porque os três formaram uma parceria. Os três viajavam pelo mundo todo. Era o canal que eles usavam para fazer os negócios. Ele foi acusado também numa Copa, de dar um golpe nos caras, de vender os direitos. Daí ele sumiu, comprou uma casa na Gávea. Deu o golpe e, de repente, eles fizeram uma transação, que, na verdade, era uma transação fraudulenta, e a própria operadora que eles usavam não sabia dessa transação.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Esse talvez seja o documento... A gente não conseguiu avançar tanto, mas talvez seja o documento mais importante que a gente tem. Da Alpes.

É uma transação envolvendo Claudio Honigman, Ricardo Teixeira e Sandro Rosell, em que eles fazem uma swap, uma troca de ações de empresas. A transação é de R\$50 milhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Envolve uma aeronave, que era da TAM, de R\$8 milhões. E para a nossa surpresa, de posse desses documentos, quando consultamos a corretora que, supostamente, estava tendo negociadas as suas ações, a corretora Alpes, ela disse que desconhecia a transação, que era fraude, que era uma completa fraude.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Era tudo uma lavagem de dinheiro para justificar um acerto de contas entre eles.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Entre eles três.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Entre eles três, para justificar também com quem ia ficar a aeronave. Era uma operação de encerramento de sociedade...

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Embora esteja registrada em cartório essa operação como os dados, as informações, a swap de ações entre eles, a Alpes não reconhece. Ela respondeu para a gente: "Não, nunca. A Alpes corretora não possui qualquer relação com o Sr. Ricardo Teixeira."

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Com o Honigman.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Com o Ricardo Teixeira e também com o Honigman.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – O Honigman já tinha trabalhado com eles, era operador...

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Então, é uma fraude... Inclusive, esse é um dos motivos pelos quais a Polícia Federal abriu um inquérito para apurar as coisas do Ricardo Teixeira. Porque isso é uma fraude contra o sistema financeiro.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Quem conta toda essa história é a ex-mulher do Honigman, que deu entrevista para a ESPN. Ela conta da farra dos três, que alugavam um iate para ficar no Mediterrâneo.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Acho que o resumo é assim: o Sandro Rosell é um personagem essencial, central para entender o que se passou, e talvez ainda hoje se passe, na CBF. Por quê? Porque ele continua recebendo dinheiro dos jogos – até recentemente – da Seleção. Por isso é que eu falei que é inexplicável a CBF usar uma empresa do Oriente Médio para vender os amistosos da Seleção brasileira.

E, denunciado pelo nosso colega do Estadão, que já esteve aqui, o Sandro Rosell, até recentemente, estava recebendo dinheiro como intermediário desses jogos da Seleção brasileira no exterior, através de uma empresa de fachada, nos Estados Unidos e o dinheiro transitava por paraísos fiscais.

Então, ele foi, mas continua sendo um personagem muito pouco investigado no Brasil, ainda.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Outra personagem que é muito importante...

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Desculpe-me, só concluir sobre...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Nós não falamos nada dela, e esse é o elo da corrupção da CBF, é a tal que virou sócia do Abrahão e que emprestou... Como é o nome dela?

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Deixe-me só concluir sobre o Sandro.

Como o Azenha disse, o Sandro é uma figura central. Nesses últimos anos, talvez desde a Copa de 1998, é uma figura central na CBF, que passou incólume pelas duas CPIs.

Por incrível que pareça, como eu disse, o Sandro baixou aqui no Brasil, veio para o Brasil no meio da CPI, com a missão de livrar a Nike da CPI, e não veio à CPI. Veio o relações públicas da Nike no Brasil, Ingo Ostrovsky, que deu um depoimento que não avançou em nada.

Mas, até o início das nossas investigações, por mais central que fosse, ele ainda tinha passado batido. O Sandro era uma figura que não chamava a atenção, mas os cartórios aqui do Brasil mostraram o que o Sandro sempre negou. Inclusive, logo que fizemos as primeiras reportagens mostrando quem era o Sandro aqui no Brasil, o que fazia Sandro Rosell, ele deu uma coletiva na Espanha, em Barcelona, dizendo que nos processaria, porque jamais teve qualquer empresa aqui no Brasil – processo que nunca chegou.

Paralelamente, todos os documentos estão aqui provando que Sandro Rosell atua, ainda, muito forte no futebol brasileiro, muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Amaury, qual é o nome dessa senhora que vocês identificaram?

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Nosso livro, não sei se os senhores lembram, começa... Como é o nome dela? Estou ficando velho.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Lorice.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Lorice.

Esse livro começa numa viagem que a gente fez, eu e o Azenha, lá para Orlando, porque o que eu descobri lá no Rio de Janeiro? E, pela primeira vez, ela falou, ao falar... Ela nunca tinha falado.

Quando o Ricardo Teixeira veio à CPI, havia... O Juca tinha noticiado que tinha morrido – isso é que acabou com ele – uma menina...

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Uma senhora...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Uma senhora que seria namorada dele.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Uma senhora, não, uma moça chamada Adriane de Almeida Cabete, de 23 anos.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Adriane. E isso é que teria acabado... que acabou o casamento, acabou com tudo.

A vida particular dele não nos interessava em nada, mas saber por que era a ligação.

E, no meu rastreamento, o que descobri? Descobri que, na verdade, a mulher que estava com ela no acidente nada mais era do que sócia de quem? Do cara principal fornecedor de todas as Copas da CBF, inclusive da Copa... E depois dessa...

E ela virou sócia do...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quem é o cara?

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Wagner Abrahão.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Wagner Abrahão.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Amaury, foi muito falado aqui, já, na CPI.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – E o que pareceu muito evidente é que, depois dessa morte – ela, que era uma simples gerente e que levou a mulher para trabalhar na agência de turismo lá em Orlando –, houve um pacto meio sinistro lá no acidente, e ela virou sócia. Virou sócia.

E ela era uma mulher assim até... Ela posava, tudo. E, após o acidente na avenida, ela virou sócia de uma empresa do Wagner Abrahão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Também brasileira?

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Brasileira também.

Essa mulher tem de ser chamada.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Só para a gente tentar resumir a história. A história é um pouco longa.

A Adriane é uma moça conhecida do Ricardo Teixeira, o Juca Kfourir... Ela faleceu... Ela faleceu num acidente, lá em Orlando, em 1995, em outubro de 1995, um ano após a Copa de 1994, enfim. E o Juca Kfourir deu uma nota à época, dizendo que essa moça tinha relações afetivas com Ricardo Teixeira, essa Adriane, que faleceu.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Morreu num automóvel do Ricardo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Essa história está no livro?

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Está no livro.

Enfim, é uma coisa que não íamos investigar, mas, levantando alguns documentos em cartório, nós descobrimos que quem estava junto com ela no acidente era essa Lorice Sad Abuzaid, que é brasileira também.

A Lorice era funcionária do Abrahão, que, já em 1994, já na Copa de 1994, trabalhava, prestava serviço para a CBF. O Abrahão, na época, era dono da Stella Barros Turismo.

Nosso Senador Romário deve se lembrar de que, naquela Copa de 1994, a Stella Barros era uma das patrocinadoras da CBF, enfim, tinha acordos comerciais com a CBF. Então, Abrahão, em 1994, já tinha relações comerciais com a CBF de Ricardo Teixeira.

No ano seguinte, a funcionária dele, acompanhada dessa moça que tinha relações afetivas com Ricardo Teixeira, as duas sofreram um acidente, e a Adriane veio a falecer. A Lorice, após esse acidente, a sobrevivente do acidente, tornou-se sócia do Abrahão. A relação entre Ricardo Teixeira, Abrahão e Lorice se estreitou demais logo após esse acidente, logo após a Copa de 1994.

O Abrahão, só na Copa de 2014, desculpa, havia uma previsão de ele faturar meio bilhão de reais com os pacotes de hospitality.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – É, então, como a gente vinha falando, a questão das concorrências, que o Deputado Eduardo Campos falou lá atrás, esses pacotes que foram os mais importantes, que deram maior retorno, não houve concorrência, Ricardo Teixeira dividiu pela metade, pacotes de luxo: metade para a Traffic, metade para o Abrahão. Entregou!

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Conta a história da cobertura.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – ...sem nenhum tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os senhores acreditam que o Sr. Wagner Abrahão ainda tem algum tipo de influência na gestão atual da CBF?

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Tem?

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Ainda?

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Não sei.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Na última Copa, teve, né?

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Sim, na última Copa, teve, inclusive, houve uma matéria até muito bem feita por A Folha de S.Paulo, recentemente, mostrando as transações imobiliárias entre o Abrahão e o atual Presidente da CBF, Marco Polo Del Nero.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Então, Abrahão, que tinha uma relação muito antiga com Ricardo Teixeira, muito estreita com Ricardo Teixeira, continua, aparentemente, atuando dentro da CBF.

Mostramos, em 2011, que essa transação imobiliária – acho que já foi explicada aqui, na CPI, essa triangulação – na verdade, foi uma transação entre os dois, entre o Abrahão e o Marco Polo Del Nero, que já havia acontecido, o mesmo modus operandi, com o Ricardo Teixeira. Mostramos em 2011 que o Ricardo Teixeira vendeu uma cobertura – deixe-me encontrar aqui –, desculpa, o Abrahão vendeu uma cobertura na Barra da Tijuca, na mesma Barra da Tijuca da cobertura do Marco Polo Del Nero, em 2009, por R\$720 mil, um imóvel que era avaliado, segundo as nossas apurações, em R\$4 milhões para o Ricardo Teixeira. É uma outra figura muito importante no futebol brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu gostaria de perguntar aos Srs. Senadores que estão aqui presentes, Ciro Nogueira e Roberto Rocha, se querem fazer alguma indagação, alguma pergunta aos convidados.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Presidente, só dizer que são denúncias muito graves que precisam ser encaminhadas à CPI, para que a assessoria analise. O mais importante do trabalho desta CPI, Presidente, é criarmos mecanismos que evitem, caso isso seja comprovado, que esses fatores venham a acontecer.

Acho que essa discussão que diz respeito ao grande mote do Ricardo de tirar a questão do recurso público, acho isso mais do que louvável, nenhuma liga mundial de qualidade tem recurso público. Esse exemplo da Argentina, não vejo com muito bons olhos de querer estatizar dessa forma, porque, no final das contas, pode ter certeza que, lá, pelo que conheço, deve ter alguma coisa de recurso público, e acho que esse não é o objetivo. Acho que o futebol é mais do que rentável, pode se ver pelos valores que até os senhores citaram aqui, é mais do que rentável para se sustentar e até dar algum lucro na sociedade.

O que não podemos aceitar é qualquer tipo de desvio e que algum dirigente ou empresário venha a se locupletar dessa paixão nacional. Acho que é o objetivo. O que precisamos é que os senhores encaminhem, até deem sugestão a esta CPI do que podemos melhorar na nossa legislação. Essa situação que o senhor citou aí de sonegação com a Copa de 2000...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – E internação de dinheiro. Por exemplo, o Senador havia perguntado sobre entrada de dinheiro.

Hoje, o Banco Central tem, aproximadamente, 16 mil operações de câmbio. Apenas seiscentas são rastreadas por dia. E não é isso... O que acontece é o seguinte: a internação... Eu já falei no meu primeiro livro e já falamos no segundo. Eles internam o dinheiro e criam uma ficção de empresas em paraíso fiscal, que vão aplicar dinheiro como Ricardo Teixeira fazia, que tem sua empresa, aplica tudo e o dinheiro vem como em uma operação casada entre eles mesmos.

Eu acho que, para uma empresa de paraíso fiscal entrar em uma empresa brasileira, se tem de provar o verdadeiro dono. Isso seria uma das maneiras de flexibilizar a entrada de dinheiro sujo e flexibilizar também a entrada desses fundos, essas operações na bolsa e saber a origem desses fundos. Hoje, o Banestado, por exemplo, está difícil mandar dinheiro para fora. Mas os doleiros me dizem que existem 200 bilhões em dinheiro lá fora. Então, você não precisa mais mandar dinheiro para fora. Só por meio de cabo, você pega e traz dinheiro.

Então, tem que haver um mecanismo para proibir essa internação de dinheiro sujo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Deixe-me concluir, Sr. Presidente. O senhor há de convir que esta CPI tem de ter um foco. Se nós formos aqui tratar de dinheiro, de internação de dinheiro, aqui nós não vamos produzir nada. Nós não temos capacidade nem tempo hábil para... Acho que outras CPIs podem tratar desse assunto e de outras discussões. A gente aqui tem de ver a situação do futebol brasileiro como melhorar, regulamentar, evitar desvios de condutas que venham a acontecer.

Esse é que eu acho é o grande foco desta CPI. Nós temos, lógico, de usar os exemplos do senhor, mas grande parte do que foi colocado aqui já prescreveu e situações até que já foram pagas.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Então, não há muito o que ser feito. O que nós temos de ver é... Por exemplo: o que mais me preocupa hoje aqui? É a Olimpíada que vai acontecer e que os erros não aconteçam. Nós temos de usar a Copa do Mundo e saber dos erros... E, se houve erros, passaram pelo Congresso Nacional, pois essas leis foram aprovadas aqui; se houve isenção, foi aprovada no Congresso Nacional. Então, o que mais me preocupa é deixar um legado a ter que sair aí atirando para várias direções e não vamos produzir nada que possa valorizar o futebol brasileiro.

Então, o que os senhores puderem contribuir com exemplos e com situações que possam trazer para esta Casa, para que a gente possa fazer uma legislação que venha a evitar que qualquer desvio de conduta venha a acontecer no futuro, acho que isso é o mais importante.

Tudo bem, Presidente, muito obrigado pela atenção do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Senador Roberto Rocha com a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os convidados e os colegas Senadores.

Primeiramente, antes de formular uma única pergunta aos nossos jornalistas, quero dizer que recebi agora, com muita estranheza e perplexidade, a notícia do mandado de segurança impetrado pelo Presidente da CBF contra ato desta Comissão que resolve quebrar o sigilo do Sr. Del Nero e, ao final da peça, coloca que – para justificar um dos pressupostos desse mandado de segurança – há periculum in mora, alega que esta Comissão foi criada por um sentimento pessoal. Eu me sinto profundamente desrespeitado como membro desta Comissão, como se esta Comissão tivesse aqui o objetivo de atender a interesse pessoal de um Senador ou de um grupo de Senadores. Eu faço questão de deixar registrado este meu sentimento de indignação com esse comportamento. Se isso está sendo dito em uma peça de um mandado de segurança, imagine o que está sendo dito fora disso?

Então, eu espero, sinceramente, que o Ministro Edson Fachin possa ter a cautela necessária para apreciar esse pedido, porque, de cara, demonstra que há muita coisa para se esconder.

Meu sigilo bancário, se quiserem quebrar, a qualquer momento, não há nenhum problema. Eu tenho certeza de que V. Ex^a, Senador Romário, que recentemente foi acusado por uma revista de ter dinheiro fora do País de forma ilegal, é do mesmo jeito. V. Ex^a pegou um avião aqui e foi até a Suíça. Chegou lá e encontrou a seguinte situação: um misto de tristeza, digamos assim, porque não havia aquele dinheiro na sua conta – nem conta havia... (Risos.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – e de alegria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É verdade.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Então, imagine a preocupação que cerca esta CPI!

Eu quero aqui revelar, sim, o sentimento de revolta e de indignação com esse comportamento do Presidente de CBF. Agora, mais que nunca, faço questão de conhecer o que existe por trás disso.

Faço questão de fazer esse registro e de manifestar minha total confiança e alegria de ver que esse processo está na mão de um dos melhores brasileiros que hoje tem assento no Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin.

Eu não acompanhei o início da sessão – peço minhas desculpas –, porque estava em outras atribuições aqui no Senado Federal, mas tenho acompanhado sempre todas as palestras, os depoimentos das pessoas que vêm à Comissão para contribuir.

Vejo que, no livro de V. S^{as}, está dito que a Nike, à época comandada pelo Ricardo Teixeira, através da figura do Sr. Sandro Rosell, mandava e desmandava na seleção, participando inclusive da escolha de jogadores e árbitros.

Eu queria saber se V. S^{as} tem conhecimento se essa prática continua na gestão de Marin e de Del Nero.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. (Fora do microfone.) – Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Leandro.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Não temos conhecimento se essa prática... Nunca falamos – permita-me, Senador – em árbitro, em escolha de árbitro, ou que a Nike escolhe árbitros. Isso nós não podemos afirmar – não temos como afirmar isso.

Havia suspeita de que Nike, em 1998 – isto nós colocamos na condicional –, havia colaborado na escalação de jogadores e, inclusive, obrigado o jogador Ronaldo a participar da final de 1998.

Permita-me fazer apenas uma observação sobre o que o senhor estava falando há pouco a respeito do mandado de segurança. Essa postura do Presidente Marco Polo Del Nero é idêntica à de Ricardo Teixeira na CPI anterior. É o mesmo esquema. O esquema é idêntico, funciona da mesma forma. Quando falamos em participação estatal no futebol brasileiro, é justamente para ter como intervir num momento como esse, para mostrar ao Presidente da CBF que o futebol brasileiro é patrimônio do povo, que não é uma entidade privada e que tem que ser fiscalizada.

Acho que nós quatro concordamos com a tese de que não deve existir dinheiro público na CBF, no futebol brasileiro, porque, como já dissemos, é autossustentável, é uma máquina de fazer dinheiro. É o futebol mais importante do mundo, é a seleção mais importante do mundo. Então, não há necessidade de dinheiro público. Mas há uma necessidade – isto tem sido discutido, apesar da resistência da bancada da bola que existe no Congresso – de que haja uma interferência, uma intervenção estatal no futebol e que a CBF possa ter algum controle por parte do Governo Federal.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mais alguma pergunta? (Pausa.)

Senador Romário, eu queria fazer mais algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ. Fora do microfone.) – Por favor, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, eu quero começar por sua última fala.

Nós ouvimos sempre que o futebol brasileiro é um patrimônio do povo brasileiro. Se é um patrimônio do povo brasileiro, ele deve ser objeto de concessão, se encararmos assim, conceituarmos assim. Então, nós temos que encontrar uma forma de o povo brasileiro interferir nos rumos do futebol, inclusive sobre como deve ser dirigido.

Eu queria perguntar o seguinte: existe uma história de que os empresários dos jogadores, juntos com os cartolas da CBF, interferem na convocação, porque de tudo o que nós estamos falando aqui a gente está falando que o futebol é uma vitrine extraordinária para o mundo, o futebol brasileiro projeta os seus nomes, temos grandes craques.

Até outro dia comentei com o Senador Romário que na Copa dos Estados Unidos o Zagalo não queria convocá-lo e ele foi convocado por pressão popular. E foi lá e resolveu a Copa junto com os outros companheiros, mas todo mundo sabe que a presença do Romário, como atleta naquela competição, foi determinante para que tivéssemos o resultado que tivemos.

Então, há, por parte de vocês, alguma materialidade nessa desconfiança de que os empresários com os cartolas controlam a convocação? Ou os técnicos e a comissão técnica têm total autoridade sobre isso?

Vocês disseram aqui, acho que o Amaury, do procurador e da auditora, que é aquela senhora que participou – eu não sei se é a questão de dizer o nome –, mas passar aqui para a assessoria da CPI o nome dessas pessoas...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Está nos documentos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Está nos documentos. Então, a gente já tem nos documentos.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – Mas não é auditora não, é auditor, viu?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Auditor.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. – O nome dele é Zílio.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, é isso que eu teria mais para acrescentar aqui, era isso neste momento.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Eu acho que... Quer dizer, nós não temos, no nosso livro a gente não tem nenhuma informação sobre... Fica no campo da especulação mesmo, da influência dos empresários, que ela existe... Os empresários se tornaram muito importantes no futebol.

Mas a gente não apurou nenhum caso...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. (Fora do microfone.) – Nós não temos documentos.

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – ... baseado em dados factuais que a gente possa afirmar isso a partir do que a gente investigou.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Por desconhecimento, a última pergunta: foi falado no inquérito da Polícia Federal contra o Ricardo Teixeira e como não tenho acompanhado isso, eu não sei. Esse inquérito está em andamento?

O SR. LUIZ CARLOS AZENHA – Ele foi aberto há quantas semanas?

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Ele foi aberto, foi instaurado no final do ano passado ou no começo deste ano com base nas nossas reportagens, nas nossas investigações.

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. (Fora do microfone.) – No Estadão. Uma série de...

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Uma parte do Estadão e nas nossas investigações.

Ela tem três pontos centrais: uma é a transação com Wagner Abrahão, a outra é essa relação...

O SR. AMAURY RIBEIRO JR. (Fora do microfone.) – Corretora Alpes.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – ... com a Corretora Alpes e a terceira é a, também, do Brasil 100%.

São os três pontos centrais que nós falamos aqui hoje na CPI.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, por fim, eu quero fazer coro com o Senador Rocha, do nosso Maranhão, em relação a essa peça do escritório de advocacia e do atual presidente em relação ao que ele disse da CPI, especialmente do Senador Romário.

Por outro lado, também, dizer para a justiça que ela está precisando ter um peso e uma medida só, porque em muitos casos tem dois pesos e duas medidas.

A CPI encontra uma dificuldade, e eu estou ali na CPI do Carf, deixei lá hoje para vir aqui contribuir com esta, ninguém fala, todo mundo chega ali com habeas corpus.

No caso do que está acontecendo na operação da Lava Jato os camaradas são presos, ficam lá, se não falarem não saem, há uma espécie de delação torturada e aqui a CPI não consegue ouvir. A CPI do Carf não consegue ouvir as pessoas porque todas chegam acobertadas pelos habeas corpus que dão direito a elas não falarem.

Bom, esse é um direito constitucional e tudo, agora, é preciso que os juízes analisem isso bem porque nós estamos aqui para contribuir com a sociedade brasileira, no papel que nos foi outorgado, nas CPIs, e nós estamos sendo impedidos permanentemente, na CPI do Carf, por exemplo. E certamente vai ocorrer aqui, Senador Romário, com os habeas corpus do STF para que as pessoas fiquem caladas e não falem. Entendeu?

Então, é isso, Senador Roberto Rocha, endosso as suas palavras e confio que o Ministro Fachin, dada a urgência que ele já pediu, aqui na Comissão, de 24 horas para dar as informações que ele pediu, e o Senador Romário já se comprometeu com isso aqui hoje, vai fazer cumprir a decisão da CPI aqui de que essa quebra de sigilo seja efetivada o mais rápido possível.

O SR. LEANDRO CIPOLONI – Senador, permita-me fazer uma retificação. Eu falei agora há pouco que a investigação da PF é do final do ano passado, começo deste ano. Na verdade, o indiciamento do Ricardo Teixeira aconteceu agora, a investigação, eu acho, estou sem os papéis da Polícia Federal, que ela começou em 2012. Final do ano, começo deste ano, que o Ricardo Teixeira foi indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, gostaria de agradecer aqui a presença dos três convidados. Os senhores, com certeza, mostraram aqui a importância e a relevância desses depoimentos. Eu, particularmente, já li o livro e posso afirmar que esse livro é, realmente, bem interessante, conta algumas coisas que poucas pessoas sabem. Se não lerem o livro, com certeza, não vão saber.

Agradeço mais uma vez a todos os presentes, o Senador Donizeti, Senador Roberto Rocha, Ciro Nogueira, todos aqueles outros que participaram.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

E nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião a ser realizada na terça-feira que vem, exatamente no dia 1º de setembro, às 10h15. Declaro encerrada esta presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)

SENADOR ROMÁRIO
Presidente

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Comissão de Especialistas com a finalidade de apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, realizada em 17 de agosto de 2015, às 10 horas e 40 minutos, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Sr. Georges de Moura Ferreira** e com a presença dos membros: **Donizeti de Andrade, Antônio Ivaldo Machado de Andrade, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Doriêdo Luiz dos Prazeres, Kerlington Pimentel de Freitas, Cláudio Jorge Pinto Alves, Tércio Ivan de Barros, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner.** Deixaram de comparecer os membros: **Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa e Ricardo Nogueira da Silva.** Na oportunidade, ocorreram debates sobre atribuições de autoridades aeronáuticas, Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Sipaer, Registro Aeronáutico Brasileiro – RAB, participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas, sistema aeroportuário brasileiro, disponibilidade de áreas em aeroportos para serviços essenciais ao transporte aéreo e cadastro, registro e homologação de infraestrutura aeroportuária. A reunião foi suspensa às 12h25, e retomada às 14h28. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom dia, senhores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Especialistas, destinada a apresentar anteprojeto de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme convocação.

Esta reunião destina-se à realização de debates e encaminhamentos sobre os seguintes temas:

- 1) Atribuições de atividades aeronáuticas, relativas à apresentação – Grupo 1;
- 2) Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer) – Grupo 2;
- 3) Sistema aeroportuário brasileiro e participação do capital estrangeiro nas empresas – Grupo 3;
- 4) Cadastro, registro, homologação de infraestrutura aeroportuária e disponibilidade de áreas em aeroportos para serviços essenciais ao transporte aéreo.

Informo que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Senhores, conforme pausa requerida na última reunião pelos membros desta Comissão, devido a uma série de atividades no mês de agosto – feiras, agendas regulatórias –, hoje, daremos continuidade às apresentações já feitas, no sentido de fomentá-las por meio do debate. No entanto, sinto-me na obrigação, perante todos, de prestar contas de como estão os trabalhos da Comissão.

Como já disse, temos aqui 24 pessoas, que, na verdade, são líderes naquilo que fazem e estudam e que, realmente, representam os interesses de classes e sociais, o que é extremamente saudável, pois esta é uma Comissão pública, aberta ao debate e principalmente a contribuições. Porém, tem havido alguns questionamentos e algumas perguntas em relação de como andam os

trabalhos, o que já foi feito e como podemos expressar isso para a sociedade em números, porque, afinal de contas, temos um compromisso.

Pois bem, esta semana estive em São Paulo para prestigiar uma das feiras de aviação ali realizada, a Labace, oportunidade em que aproveitei para me reunir com a Relatora e com um grupo de juristas, ocasião em que pegamos todas as contribuições feitas até o momento e fizemos um quadro comparativo de como está isso dentro dos trabalhos do CBA.

Antes, porém, eu queria lembrar aos senhores que encaminhamos, na semana passada, uma tabela com o cronograma, inclusive havia sido feito pelo Ivaldo, mostrando o período de contribuição dos membros, como é que se daria a participação dos membros, numa semana anterior, para posterior debate na Casa.

Pode colocar a tabela, por favor.

Primeiro, aquela tabela só com índices vermelhos.

Senhores, há alguma dúvida em relação a essa tabela?

Isso daí foi feito em consenso com os grupos sobre o que deve ser repassado, debatido e posteriormente apreciado aqui, juntamente com todos os membros.

Então, realmente, a tabela autoexplicativa, coloca os limites, prazos. Isso é importante para nós, porque temos que ter esses prazos para que possamos trabalhar. É evidente que estouramos um pouco esse prazo tendo em vista não ter acontecido a reunião passada.

Pode passar, por favor, para que possamos visualizar melhor.

Vemos ali, por exemplo – só um minuto, por favor – que nós temos ali o item 17: divulgar capital estrangeiro (Grupo 3: Respício Antônio do Espírito Santo Júnior – receber comentários. Até 21/07 consolidar comentários; e deliberação na Comissão, dia 03/08.

Uma coisa fundamental: a Consultoria do Senado me chamou a atenção para o seguinte: teremos apenas uma deliberação, que será aquela para a decisão do texto final do Código.

Então, senhores, as nossas reuniões serão pautadas em quê? Tenho cobrado muito que os membros estudem a matéria, para que, ao contrário de termos apresentação, que, às vezes, pode demorar muito tempo, devido à complexidade ou ao tamanho, simplesmente possamos conceder a palavra ao grupo que apresentou. Este, então, se quiser, faz alguns comentários. Após feitos alguns comentários, obviamente serão colocadas as dúvidas. Aí, então, teremos o debate. Acho que a maneira mais saudável e rápida de andarmos com os nossos assuntos.

Uma vez, então, que sejam os assuntos debatidos e formatados e as contribuições estejam prontas, os membros votarão, e a contribuição será encaminhada nesse formato.

Por exemplo: capital estrangeiro. Se votarmos que o formato a ser encaminhado pelo grupo para uma comissão jurídica tratar o assunto legalmente for 20% para capital estrangeiro, 50%, 100% ou algo do gênero, isso será tratado, justificado e obviamente retornado, para que todos possam apreciar e criaremos um prazo limite, até novembro, por exemplo – estamos definindo esse prazo –, em que todos poderão contribuir.

Depois desse prazo, vamos marcar apenas, aí sim, o assunto deliberação. Até mesmo para que alguns membros que estejam entrando ou sendo substituídos – entrando, porque ainda não entrou nenhum membro novo –, ou então que participam de primeiras reuniões, às vezes, se sentem tolhidos, no sentido de não poder mais dar uma contribuição, porque será deliberado. Não. É um formato encaminhado pela maioria e, obviamente, encaminhado para comissão jurídica e será trabalhado e retornado, para, então, final deliberação.

O.k.?

Mas isso não dispensa dos grupos continuarem atendendo as tabelas, porque é importante continuar seguindo legislação atual, proposta de alteração e principalmente qual seria a fundamentação jurídica que ampararia essa modificação.

Agora vamos para a parte prática, aquilo que acho de interesse.

Por favor, coloque aquele grupo, a tabela comparativa.

Esse trabalho foi feito em São Paulo, com a minha presença, a da Profª Maria Helena e mais alguns juristas. Inclusive quero mesmo que seja constada em ata a participação do Sr. Vicente

Gomes de Oliveira Filho, que realmente trabalhou até de madrugada para sistematizar isso aqui para nós. Acho que é o mínimo.

Senhores, da análise feita pelos juristas, em São Paulo, chegou-se à seguinte conclusão: tabela comparativa entre os artigos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e a proposta de nova edição, representada pelos membros da Comissão.

O atual Código é composto por 343 artigos. As sugestões de novas redações enviadas já correspondem a um total de 20,41% sobre o total de artigos. Ou seja, senhores, temos já, de certa forma, preparados, prontos para serem tratados, 20% de uma meta, graças ao trabalho dos grupos que têm enviado as contribuições, que têm cumprido com os prazos.

Por favor, pode descer.

Ali, por exemplo, fizemos como foi proposto pelos grupos, ou seja, se um artigo ia até o §3º, foi inserido o §4º e consta redação.

Pode baixar mais, por favor.

Consta o que foi alterado, o que foi colocado. Isso, inclusive, é um trabalho do Grupo 1. Esse documento a que todos têm acesso, está no computador de todos e será repassado a todos, junto com a tabela, já soma quase 80 folhas.

Ou seja, senhores, estamos trabalhando. Quero dar parabéns ao grupo. Acho que essa é uma resposta importante que temos de dar à sociedade e ao Senado, porque vivemos um momento em que a sociedade espera alguma coisa do Congresso.

Pode baixar mais, por favor.

Inclusive, temos recebido, até mesmo de pessoas interessadas, de associações, de comissões, de órgãos públicos, várias contribuições. Temos apenas aqui, do lado, a contribuição feita pelo grupo.

Pode descer mais, por favor.

Então, já encontramos o quê? O resultado das contribuições feitas abertas ao público. Ou seja, as pessoas estão vendo, lendo, acompanhando e também fazendo propostas. Obviamente, isso é importante, para que todos saibam que não haverá preterição e tudo será objeto de apreciação, desde que seja matéria de interesse. Certo? O.k.

Obrigado. *(Pausa.)*

Então, como faremos o trabalho? Primeiro, o Grupo 1 fez uma apresentação na pessoa do Brigadeiro Gustavo. Sei que houve dúvidas. Queremos que fossem feitos alguns comentários.

Então, dentro das contribuições feitas pelo Brigadeiro Gustavo, os senhores querem fazer algum comentário, os senhores querem tirar alguma dúvida? *(Pausa.)*

Comandante Castanho, por favor.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Bom dia, senhores!

Mandeí um *e-mail* para o Brigadeiro, mas não sei se ele o recebeu; também estou com problema no meu sistema. Senhores, volto a insistir na questão do balão junino, porque esse é um assunto deveras importante e que não tem sido tratado adequadamente em outras leis. Onde tratar isso? O fato de o balão possuir chamas coloca em risco, portanto, a fauna e a flora, muito mais do que a própria vida de quem usa o transporte aéreo.

Com isso, demos uma sugestão para essa questão do balão junino. Talvez o CBA não tenha poder de transformá-lo em crime, mas citá-lo como sendo um dos problemas que enfrentamos hoje, além de outras situações citadas pelo CBA. A nossa sugestão é no sentido de constitui crime ou atentado à segurança da aviação soltar balões juninos, seja ele com ou sem chamas.

Quanto à questão semântica ficaria a cargo do setor jurídico. Mas continuamos insistindo nessa linha de colocar essa previsão no CBA.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Obrigado pela sugestão. Eu gostaria de ver a sugestão por escrito, para poder analisar em que artigo poderíamos colocá-la.

Mais uma vez, a minha posição de vida na prática como gerente de espaço aéreo é a de que não podemos nos fixar em balão com fogo ou não, porque até àqueles de plástico, hoje em dia, são problemáticos. Temos vários reportes e reclamações com relação a eles. Por outro lado, não

vamos conseguir pegar todas as condutas de uso do espaço aéreo que seriam criminosas, por exemplo, no Código.

Temos o Código Penal que já lida com as práticas de ofensa à vida e à segurança das pessoas. No Código Penal, temos o art. 261, que trata especificamente da navegação aérea e, mais uma vez, tudo aquilo se coloca para voar e não está obedecendo à regulamentação do Código Brasileiro da Aeronáutica e às regulamentações da Anac, do Comando da Aeronáutica e da Secretaria de Aviação Civil, eu entendo serem pessoas que estão colocando em risco a navegação aérea de alguma forma.

Concordo que podemos discutir. Não vejo mal em se ter um artigo específico no Código brasileiro naquela parte em que falamos das infrações, mas também não sei se o Código brasileiro pode definir um crime. Aí submeto isso aos juristas para que analise a situação.

A minha postura é essa; eu vejo dessa forma. Estamos fazendo uma regulamentação genérica.

Vamos o problema de VANTs e de vários outros problemas de uso do espaço aéreo, até mesmo pipas, soltadas do lado do aeroporto. Por exemplo, uma pipa ingerida num motor pode causar um problema. Na verdade, temos que dizer que as normas cobrem até uma certa distância do aeroporto não se pode ter nada acima de tantos pés, alguma coisa assim, que se garanta a navegação aérea. Agora, não sei se vai coibir positivamente a prática ter mais uma lei. Precisamos mesmo é ter educação e conversar com as polícias, para que elas possam fazer o seu papel. É o que procuramos fazer no nosso dia a dia lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Castanho, alguma consideração?

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Sim. Mantemos a posição de discutir esse assunto no CBA. O que trata hoje desse assunto é muito subjetivo. Não traz nenhum tipo de segurança, embora o CBA não vá trazer uma garantia, mas não podemos ficar indiferentes a uma situação real, que afeta a segurança de voo todos os dias no céu do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito. Uma recomendação, antes de passar a palavra ao Roberto, porque sei que ele vai fazer uma pergunta. Castanho, conversa com o seu jurídico, porque, obviamente, os juristas, às vezes, podem tentar enquadrar essa ideia, mas, se o pessoal pudesse fazer algo mais preparado, no sentido de ver a possibilidade do que cabe ou não na conduta, se especifica ou não.

Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Queria colocar uma questão. Da outra vez que o assunto surgiu, eu tinha feito uma nota de que achava que já existia movimentação legal.

Fiz uma pesquisa agora. A Lei nº 9.605, de 1998, dá exatamente sanções penais às atividades lesivas ao meio ambiente. No art. 42, ela fala disso.

No passado, participei de uma discussão com relação a isso. Há um balão que causa incêndios e um balão também sem chama, que, a princípio, pode ser trabalhado, no sentido de segregar um espaço, para que ele seja utilizado. Acredito que essa lei abarca essa questão trazida pelo Castanho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Lei nº 9.605, de 1998.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – A nossa regulamentação é muito alinhada com a da Ecal, com relação a balões. O balão sem fogo, na verdade, não é autorizado acontecer, porque os dispositivos que podem voar livremente têm que ter pelo menos algum sistema de controle e um sistema de terminação do voo caso ele venha a interferir na navegação aérea.

Se ele tiver algum tipo de guiamento, este tem que ser certificado, no nosso caso, pela Anac e que garanta que ele vai se manter dentro daquele espaço aéreo que eu vou reservar para ele. Então, eu só posso reservar um espaço aéreo para uso desse tipo de artefato se ele tiver uma forma de me garantir que vai ficar dentro daquele espaço aéreo reservado para ele. Ou seja: ou um

dispositivo de terminação do voo, ou um dispositivo de controle que garanta que ele vá se manter dentro dos parâmetros de navegação na área que foi reservada a ele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k..

Pois não, Antônio.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Eu concordo com a ideia do Castanho; acho que essa questão dos balões, realmente, representa um perigo grande para a nossa aviação. Conforme o Honorato comentou, já existe uma lei que fala sobre isso, mas ela fala para balões que possam provocar incêndios. Todavia, eu acho que, no nosso caso, no caso da aviação, seria realmente interessante haver alguma coisa no Código deixando claro... Podia até ser algo parecido com: "fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam trazer riscos à segurança do voo..." E a própria Lei nº 9.605, no seu texto, já estabelece a pena.

Em princípio, eu não vejo por que o Código Brasileiro de Aeronáutica não possa tipificar uma conduta e estabelecer uma pena para uma coisa que é tão perigosa para a nossa aviação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Geralmente, o Código trata de algumas infrações, obviamente voltada ao pessoal aéreo. Realmente, com essa amplificação do Código e as consequências que se pode ter, já que está sendo tão ponderado, eu acho que nós vamos dar trabalho ao nosso grupo de assessoramento jurídico. Ou nós criamos uma série de figuras específicas dentro do Código em relação ao que seria afeto à atividade aeronáutica, ou, então, não capitulando dentro do Código, mas encaminhando, dentro do Código, o resultado das infrações, ou seja, quem cometer tal ato infracional, por exemplo, aquela pessoa que soltar balões, que não for obviamente um operador, responderá conforme o artigo tal da lei tal. E assim já encaminha.

Pois não, Coronel Fernando.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Salvo engano, o próprio Código Penal já tem um tipo que é "expor a risco a segurança do transporte aéreo". Então, já há um enquadramento ali, já existe o tipo, que não está limitado ao balão, mas pode alcançar qualquer outro elemento que exponha a risco a atividade.

Então, criar um tipo específico para o balão, não que seja ruim, mas não vai agregar nada, porque o dispositivo legal já existe no Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Antônio.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Eu gostaria de complementar – e foi colocado bem ali pelo colega – que nós temos outros objetos também, não só o balão; e, se o Código for ser muito pormenorizado, será um longo Código.

Nós temos urubus, nós temos pássaros; enfim, temos objetos que nem sabemos ainda que poderão existir. Então, se já há uma legislação própria, o meu ponto de vista é deixar o Código o mais enxuto possível, mais direcionado a outras leis que fazem parte.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Senhores, mais algum comentário?

O SR. CARLOS EBNER – Eu tenho uma sugestão. Eu acho que essa questão do balão e dos pássaros poderia ser um item para ser apresentado à parte, talvez pelo próprio Castanho.

Castanho, você poderia fazer uma apresentação sobre a questão dos balões e pássaros?

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Posso, com o maior prazer.

Pode ser na próxima reunião?

Se for na próxima, eu me comprometo a fazer essa apresentação.

O SR. CARLOS EBNER – Temos que ver o cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k., desde que seja uma apresentação sintética, trazendo a fundamentação pertinente.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Perfeito.

O SR. CARLOS EBNER – Eu acho interessante poder apresentar aqui, na Comissão, o porquê de nós estarmos tão preocupados com esse item. Assim, se a gente trouxer algumas estatísticas com relação a quase colisão com balões ou quase colisão com pássaros... Na minha empresa mesmo, eu não tive quase colisão, eu tive várias colisões, por exemplo, com pássaros.

Então, eu acho que esses assuntos têm de ser realmente tipificados, porque, quando a gente fala com a autoridade policial, um dos primeiros questionamentos é: "Não, mas tem que provar que isso tem a ver com esse crime..." Ou seja, eles têm dificuldade em tipificar o crime.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k..

Então, vamos...

Pois não.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Só uma consideração: é importante dizer que existem várias leis em vários Municípios, bem como leis estaduais, com a previsão de liberação de balões sem chamas, balões que eles chamam de "ecologicamente corretos", o que é um absurdo para a aviação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Esses até voam mais alto.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Exato.

Então, a gente precisa tratar isso de alguma forma. Como a gente não tem conseguido tratar isso na esfera Estadual e Municipal, que seja, de alguma forma, tratado na esfera Federal, para que se inicie uma reação com relação a esse assunto, porque, senão, nós teremos – e é fato – um acidente aéreo neste País causado por colisão com balões.

Nós temos balões do tamanho de uma aeronave! É impossível! Há balões com gaiolas de aço! Existem balões com botijões de gás! É inacreditável e inadmissível que até nós, fazendo esse trabalho aqui, desconsideremos essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Brigadeiro.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – A gente, junto com a AGU, tem derrubado a grande maioria ou a totalidade das leis Municipais e Estaduais que tratam do assunto, pois é fora da alçada deles.

Mais uma vez: a gente precisa é ter um *enforcement* da lei existente. Concordo com vocês que é um risco muito grande! Há o problema do *laser* também. Eu mesmo, que nem voo tanto assim, já tive alguns episódios com gente apontando *laser* para mim. Já me desviei de balão, mas já colidi com pássaro. Então, concordo com vocês que se trata de um problema seriíssimo. Mas eu entendo que é um problema que está tratado. O que a gente precisa ter é conscientização e atuação da polícia, coibindo esse tipo de crime.

Não adianta nada a gente achar que a Anac ou o Decea têm condições de coibir esse crime. Há de haver alguém no chão vendo acontecer, denunciando à polícia, para que esta possa ir lá e coibir. Não será mais uma lei que vai coibir a existência de balões. Só mesmo a polícia atuando e fazendo o seu papel, e cada um na sua esfera de competência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k..

Senhores...

Sim, Dr. Tércio.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Somando ao que já foi dito aqui, quero lembrar que existe um item que preocupa muito a navegação aérea e preocupa também os aeroportos, porque esses casos se situam dentro das cidades. Refiro-me às rádios clandestinas, e essas rádios têm um efeito danoso muito forte na transmissão, no contato entre as aeronaves e a torre de controle.

Embora isso esteja previsto na legislação do Ministério das Comunicações e previsto também, se não me engano, no Código Penal, é difícil que as autoridades descubram a sua localização, porque elas são móveis. Seria preciso um elemento mais ágil para coibir, para proibir essa ação, porque a intervenção dessas rádios clandestinas – e o Brigadeiro deve ter pleno conhecimento disso – é algo extremamente preocupante para quem trabalha com as aeronaves em áreas urbanas nas imediações dos aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.K., Dr. Tércio.

Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO BERNARDI – Apenas uma observação: eu acho que nós temos de tomar muito cuidado para, realmente, não incorporar ao Código assuntos que já são objeto de regulamentação, ou seja, que já estão devidamente regulamentados.

Especificamente em relação a essa questão das atividades que oferecem risco à aviação civil, os arts. 43 e 44 do atual Código não têm por que não serem mantidos no novo Código. E eles já nos proporcionam o fundamento jurídico suficiente para que se criem as zonas de proteção à segurança, basicamente as áreas de segurança aeroportuária. Essas áreas já são definidas por portaria; essas áreas são definidas também por resolução do Conama hoje; e se estabelecem, inclusive, espaços, medidos em quilômetros, a partir do centro do aeroporto, em cujo entorno não se podem exercer certas atividades que causem risco à aviação civil.

Então, é uma questão de aprimorarmos essa regulamentação de modo a, realmente, evitar atividades como curtumes, por exemplo, que atraem pássaros, ou mesmo atividades recreativas, como é o caso das pipas, que possam colocar em risco a aviação civil.

O que eu quero dizer, em resumo, é que eu não acho que a gente não precisa colocar isso no Código; eu acho que essa é muito mais uma questão de regulamento que de lei.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Concordo. Inclusive, uma situação interessante, que foi proposta aqui, é realmente o tratamento que tem de ser dado a essas áreas de segurança aeroportuária, principalmente pelas autoridades públicas. E também precisamos estudar um meio de responsabilização.

Eu queria fazer, aqui, dentro do trabalho do Grupo 1, um pequeno comentário ao Brigadeiro Gustavo.

Brigadeiro, no art. 12 do CBA, está especificado quem são as autoridades aeronáuticas, e foi colocado no art. 12, por exemplo, que nós teremos a autoridade aeronáutica e a autoridade da aviação civil. Concordo. Isso, para mim, está perfeito, afinal de contas, a autoridade de aviação civil é a Anac e a autoridade aeronáutica, com justiça, a Força Aérea. Porém, existe uma situação que nós, talvez, possamos trabalhar – ou o senhor possa propor –, qual seja, a de que existe uma parte da infraestrutura aeronáutica que é administrada e conduzida por civis.

Essa infraestrutura aeronáutica conduzida por civis, pelo pessoal da Infraero, vai ficar sob a responsabilidade da Aeronáutica ou sob a responsabilidade da autoridade civil? Enfim, que tratamento será dado a isso dentro dessa reforma?

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Bom, para ser bem claro, a Infraero não exerce nenhuma autoridade hoje. Na verdade, ela segue a regulamentação da Anac e do Decea. Então, como operador aeroportuário – e o pessoal da Anac me corrija se eu estiver errado –, a Infraero obedece a regulamentação da Anac para operadores aeroportuários. Como provedor de serviços de navegação aérea, ela tem uma estação privada – friso: são estações privadas – de tráfego aéreo, obedecendo regulamentação do Comando Aeronáutico.

Então, eu não vejo nenhum tipo de conflito nisso aqui. Sempre foi assim. Ela é uma empresa, uma prestadora de serviços. Então, ela tem que se adequar às normas da Anac, Decea e SAC, se for o caso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.!

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Sr. Presidente, só um ponto...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Thiago.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – A Infraero não tem, realmente, a competência para coordenar, para legislar ou para normatizar o setor, mas a SAC tem.

A Lei nº 12.462, no inciso I do art. 24-D, diz que é competência da SAC formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento do setor da aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civis, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa.

Então, eu acho que a nossa proposta, até para se coadunar com o que já está previsto na legislação, é trazer, talvez, esse trecho lá para o art. 12 proposto pelo Brigadeiro Gustavo, isto é, "em articulação, no que couber, com a Secretaria de Aviação Civil". Assim, a gente mantém o paralelismo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu recomendo fortemente que o senhor faça essa observação e nos envie por escrito.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu acho que isso é importante e agrega.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Inclusive, existe a previsão, no Código, da criação de um órgão civil para a administração dessa infraestrutura aeronáutica. Isso, obviamente, não será objeto de debate agora, mas será oportunamente.

Então, por favor, eu acho que seria importante passar essa contribuição.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Brigadeiro.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Com o devido respeito à SAC, eu concordo com a colocação... Eu acho que não conversei com o Ronei, mas eu não coloquei a SAC nos meus textos como SAC; mas como o órgão do Governo Federal responsável pelo estabelecimento da política, por uma questão pessoal mesmo de preservar a seguinte situação: a gente vai ter a SAC ainda? A gente vai ter o Ministério? Enfim, como é que vai ser? Porque, se a gente colocar na lei que é a SAC – e o grupo concordar que é isso mesmo –, a gente passa a usar Secretaria de Aviação Civil e, com isso, vai firmar a estrutura existente atualmente, ou seja, Secretaria de Aviação Civil, Anac e Comando da Aeronáutica como sendo as autoridades de aviação civil do País.

Então, era isso. Eu só queria dizer que eu não quis ofender ninguém da SAC, por favor; eu só quis ser um pouco conservador, por entender que não sabemos se é o caso de virar um ministério ou se ela vai continuar como secretaria. Assim, eu deixei meio em aberto. Porém, eu acho que essa sugestão foi muito boa.

Obrigado.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Eu acho que a gente tem de se apoiar na situação existente, independentemente de a gente saber... Quem sabe, até lá, até o final desses trabalhos aqui, a gente já tenha realmente alguma novidade com relação a isso. Todavia, hoje, essa é a situação existente. Eu acho que, assim, a gente tem de partir dela.

Não há como a gente não se imiscuir nisso. Assim, a gente poderia usar Secretaria de Aviação Civil, só que você, lá, na sua proposta, trata só com relação aos serviços aéreos; você não trata da Secretaria de Aviação Civil na formulação de políticas para a infraestrutura aeronáutica.

Eu, seguindo a sugestão do Presidente, vou encaminha por escrito para que a gente possa agregar talvez à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Encaminhe, sim, mesmo porque muitos questionam o papel da SAC dentro do sistema: se é um papel estruturante, um papel estrutural, enfim, como ela realmente vai funcionar dentro do sistema.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Porque, por enquanto, muitas pessoas realmente têm questionado se a SAC vai ou não persistir como secretaria ou se será vinculada a algum órgão. Isso porque há sinais de que pode haver uma reforma administrativa, como já houve promessas anteriores, e a SAC, talvez, possa se enquadrar nisso. Mas é bom ter isso pronto.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Mas eu acho que, independentemente de a Secretaria ser um ministério, ser uma secretaria vinculada à Presidência ou ser uma secretaria dentro de algum Ministério, a competência sobre a aviação civil vai estar sempre aglutinada nesse órgão específico. Onde ela vai estar eu acho que não cabe a nós, aqui, discutir.

Mas, Brigadeiro, pelo amor de Deus, não estou com nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não; aqui é um debate saudável. Estamos complementando, através da...

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – É que eu fico preocupado em, talvez, ter trazido alguma...

Pelo amor de Deus, fique tranquilo, Brigadeiro!

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois bem.

Senhores, ainda estamos no tópico das autoridades da aviação civil.

Alguém tem mais alguma consideração a fazer dentro daquilo que foi apresentado pelo Grupo 1?

Sim, Coronel.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Só para lembrar que o Código atual tem também a autoridade de investigação, o Sipaer. E as propostas de alteração que foram feitas para o Sipaer contemplam essa autoridade também. Então, essa delimitação das autoridades vai exigir um certo ajuste no que diz respeito ao capítulo do Sipaer.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k..

Só passando...

Mais alguém inscrito por enquanto? *(Pausa.)*

Bem, no art. 14, está escrito que, no tráfego aéreo das aeronaves...

Desculpem-me. Eu tenho que passar a palavra primeiramente...

Alguém quer fazer mais alguma consideração sobre os tópicos que estão sendo debatidos dentro do item 1? *(Pausa.)*

No art. 14, então, senhores, existe, o §5º... Os senhores querem que coloque a tabela ali para todos acompanharem? Todos têm no computador também, mas, mesmo assim, vou pedir para colocarem a tabela comparativa geral para que todos possam acompanhar ali no quadro.

Às vezes, há pessoas na galeria que não têm acesso. *(Pausa.)*

Desça, por favor, para o art. 14, na coluna da direita.

Isso!

Ali, §5º.

Eu só coloquei ali Georges para lembrar quem colocou ali esse negócio; não significa que eu sou o dono da matéria, por favor.

Muitos setores da aviação têm perguntado a respeito disso: "estão isentos das tarifas previstas no parágrafo anterior..." O §4º prevê: "a utilização do espaço aéreo brasileiro, por qualquer aeronave, fica sujeito às normas que se encontram estabelecidas, assim como às tarifas de uso das comunicações e auxílio à navegação aérea em rota".

O setor aerodesportivo e também o setor da indústria de aviação experimental têm questionado a possibilidade de ser ampliado esse benefício dentro do §5º: "estão isentos das tarifas previstas no parágrafo anterior as aeronaves pertencentes aos aeroclubes, aerodesportivas e experimentais".

Senhores, obviamente, quando se fala em supressão de receita, a pauta já fica tensa.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Eu só queria saber o impacto disso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Exato,

Então, ficaria assim. Mas é sempre aquela questão: obviamente, a função social do Estado é também promover o esporte, promover essas atividades e também promover a questão cultural – e nós temos, aí também, as aeronaves históricas, que funcionam nesse sentido. E, obviamente que, ao promover o aerodesporto, colocando isso adiante, isentando dessas tarifas, parece que, se por um lado você perde receita – e perde receita, também pela aviação experimental –, por outro lado, há uma característica importante: você faz com que essas pessoas usem muito mais o sistema de comunicação.

Muitas das pessoas voltadas à aviação desportiva, à aviação experimental fazem decolagens à revelia; realmente não se comunicam, realmente ficam, como se diz, um pouco mais. Quer dizer: obviamente, se você dá algo, você pode pedir alguma coisa em troca, que seria a regularização, a utilização desses apoios e por aí vai.

Então, senhores, existe essa possibilidade, realmente, de pegarmos a aviação aerodesportiva e, no caso, também a aviação experimental e estendermos a elas a questão da isenção dessas taxas para aeroclubes. E, se nós pensarmos na função social, o Brasil possui, hoje, mais de cinco mil aeronaves experimentais, que voam, principalmente, na Região Amazônica, onde realmente a operação é uma coisa mais complicada e onde, às vezes, nem existe o serviço para ser utilizado ou há problemas, ou há áreas onde você não se comunica, e é onde a pessoa, obviamente, precisa da aeronave

Estudei uma proposta que está sendo colocada à apreciação dos senhores, qual seja, a de que isso, realmente, possa ser um *input* para o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira de base, uma Indústria cuja importância o Antônio Ivaldo e o Prof. Donizeti conhecem bem.

Estudei, então, essa proposta que coloco também para as considerações.

Pois não, Brigadeiro.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Bom, com relação à tarifa, eu não tenho dados atualizados, mas eu sei que não é muito significativo; porém, a gente estaria fazendo subsídio cruzado se a gente começar a liberar para todo mundo voar. Há gente que está pagando para quem está voando sem pagar. Então, eu gostaria de ouvir mais as associações das empresas, que são quem paga o grosso da tarifa com relação a isso.

Com relação aos aeroclubes, eu entendo que a gente estaria fomentando a formação. É o interesse de todos, inclusive das empresas e de quem paga as tarifas, ter a formação de mais pilotos e mais aeronautas. Isso é importante para nós termos a massa que vai contribuir quando passar a trabalhar no sistema. Agora, na hora em que a gente coloca o aerodesportivo, o experimental, ou seja, gente que está só usando o avião para voltar de um lugar para outro, sem cobrar as tarifas deles, fica difícil. Por que, por exemplo, o caminhão pagaria pedágio na rodovia e eu, que estou viajando a lazer, não vou pagar pelo uso do meu carro?

Então, a questão é um pouco mais filosófica do que específica do valor da tarifa e tudo mais.

Eu só queria fazer essa colocação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Glanzmann, que fez a inscrição primeiro.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Obrigado, Presidente.

A questão de isenção de tarifas, na minha opinião, mostra-se um assunto muito mais complexo, mais ou menos na linha do que o Brigadeiro Gustavo comentou.

A gente teria que envolver, aí, o pessoal do Ministério da Fazenda, talvez o pessoal do Ministério da Indústria e Comércio, porque, se a gente conversar com 200 ou 300 segmentos da sociedade, todos eles vão dizer que têm direito à isenção de tarifa, porque são importantes de uma forma ou de outra: um porque faz a capacitação, outro porque voa para regiões de difícil alcance. Se conversar com o pessoal do táxi-aéreo, eles vão dizer que também têm que ter isenção, porque, afinal de contas, voam para Roraima, para o Amapá, que chegam, enfim, a locais onde ninguém chega etc. Se conversar com as empresas de manutenção, as oficinas, eles vão dizer que também têm de ter isenção, porque, afinal de contas, dão manutenção na aeronave que o pessoal voa, ou seja, que é uma questão de segurança.

Então, isenção de tarifa é um assunto muito mais complexo.

Do outro lado, nós temos a infraestrutura aeroportuária e a infraestrutura aeronáutica, que são caras, de manutenção muito cara e bastante específica, e cuja viabilidade nós precisamos garantir. Quer dizer: como é que eu garanto... Eu vou citar um exemplo aqui: o Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte, que está em uma região extremamente vantajosa comercialmente, é deficitário, hoje, nas mãos da Infraero. Por quê? Porque lá só opera aeroclube. O Tércio sabe bem disso: a Infraero tem prejuízo com esse aeroporto hoje, que é um aeroporto que poderia ser uma mina de dinheiro, porque está em um bairro nobre de Belo Horizonte, uma área comercial fantástica, e a Infraero cobra simplesmente zero de tarifas para o aeroclube de Belo Horizonte. É claro que reconheço a importância do aeroclube, é muito nobre e tal, mas tem alguém pagando essa conta. Não é o aeroclube; é a Infraero. E se fosse o privado? O privado pagaria? Certamente não pagaria.

Então, a minha discussão é a seguinte: isenção de tarifa é um assunto muito mais complexo do que a gente pontuar as áreas x, y, z e falar que essa ou aquela merecem. Tudo bem, mas a outra merece também ou merece tanto quanto. E quem fecha a conta do aeroporto?

Eu não tenho os números exatos aqui, mas eu acho que a Infraero toma R\$4 milhões de prejuízo em Carlos Prates por ano. Isso é de prejuízo! Então, é um assunto bastante delicado realmente, e não sei se a abordagem deve ser por aí.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um minuto. Primeiro o Roberto e, depois, o senhor, Dr. Tássio.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Sem entrar no mérito da questão de tarifas...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perdão, Dr. Tercio. Eu estou me equivocando com o nome do Dr. Tercio. Isso realmente é grave. Registro minhas desculpas.

Concedo a palavra ao Roberto.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Sem entrar na questão das tarifas, mas parece-me que o termo "aviação experimental" não é o mais adequado. A aviação experimental, o voo experimental tem diversos propósitos, e uma aeronave certificada, por exemplo, que foi modificada e cujo cumprimento daquele requisito está sendo demonstrado é uma aeronave experimental.

Mais à frente, no trabalho do grupo de aeronavegabilidade, chegamos a tocar nesse assunto e a colocar uma proposta para delinear bem o critério de aeronave experimental, porque, no Código, realmente fica muito voltado à aeronave de condução amadora, que acho que é o foco do que você está trazendo. Então, sobre a aviação experimental, temos que analisar o termo "experimental" e ver se há outro mais adequado. Com certeza, vamos encontrar, porque "experimental" é mais amplo do que condução amadora.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acredito que seria, então, mais adequado colocarmos "amadora". A situação é aquela: obviamente muitos setores precisam de incentivos, muitos setores querem isenção, muitos assim pedem, mas o que vejo é isto: a aviação brasileira hoje é mais taxada do que o setor rodoviário. Estivemos observando e, obviamente, é claro, tudo isso, ainda mais em se tratando de aviação, que exige segurança, é uma coisa cara. Mas também o nascedouro da aviação brasileira nós vemos muito na aviação amadora, que é a paixão. Não vou nem falar "experimental". Se pudermos, então, encontrar um termo para viabilizar o encaminhamento de uma proposta nesse sentido (aviação aerodesportiva, aeroclubes ou aviação de aeroclubes e a amadora, incluindo a aerodesportiva), acho que seria um ganho pelo menos para um fomento. Obviamente, se for feito um estudo de taxas, também acredito que não vai ser tão impactante dentro daquilo que pode favorecer o crescimento dentro da atividade.

Dr. Tercio.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Eu gostaria de acrescentar o seguinte: o Brigadeiro Gustavo afirmou muito bem, complementado pelo Ronei, que a infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, através dos controles, é extremamente cara. E o princípio básico que temos dentro da nossa aviação é de subsídio cruzado. Como subsídio cruzado, se formos alongar, estender essas atividades, seja aerodesportiva, seja amadora, que vão para qualquer fomento, dito assim, para aviação, alguém vai ter que pagar essa conta. E quem vai pagar essa conta vai ser a parte da infraestrutura ou a parte comercial dos aeroportos, que hoje está sendo privatizada. Então, acho muito difícil que isso possa ser, na minha visão, incluído como um ponto fundamental dentro do Código. Temos que enxergar que, se dermos razão a quem tem interesse em absorver critérios de isenção para o fomento da sua indústria, do seu lazer, da sua vontade, estaremos fomentando o prejuízo que vai ser causado com outras áreas a exemplo do que foi dado como Carlos Prates. E, a exemplo de Carlos Prates, posso citar aqui mais uma dezena, pelo menos, de aeroportos que se enquadram nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acho que mais de 50 que são subsidiados.

Agora, uma pergunta que faço aqui para SAC: essa verba arrecadada através das tarifas vão para um caixa único ou isso hoje está direcionado?

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Ela é um fundo nacional de aviação civil, que consolida essas receitas, mas, apesar de estritamente utilizável para o sistema de aviação civil, ela pode se transformar em superávit primário.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Em superávit?

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Exatamente, ela é contingenciável.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ou seja, então, de fato, como se fala, o subsídio cruzado, acaba valendo para quase todo mundo. Então, seria, porque tínhamos um caixa

que antigamente era o único onde ficavam essas taxas que iam para a Força Aérea ou para o Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – É só um comentário: é claro que pode ser contingenciável como qualquer fundo que contenha recursos da União, mas, por exemplo, no caso da Infraero, dos aeroportos que citei da Infraero, anualmente o Governo Federal fecha a conta da Infraero. Depois que a Infraero teve os aeroportos concedidos, hoje gera um déficit grande para o Governo Federal, e anualmente esse déficit é pago efetivamente. É claro que parte desse fundo vire – é natural – política econômica do Governo Federal, mas uma boa parte dele está sendo usada para fazer 270 aeroportos regionais, para fechar anualmente as contas da Infraero, que tem 12 mil funcionários. Quer dizer, o dinheiro, de certa maneira, está no setor.

Outro ponto para o qual chamo a atenção, e aí não vale só para a parte do Código, como um todo, é o termo "aeroclubes". Acho melhor não discutirmos aeroclubes sem discutir as escolas de formação de piloto, porque, no meu entendimento, não há diferença nenhuma escola de formação de pessoal de voo, pilotos e demais profissionais. Aeroclube, na minha opinião, é simplesmente um arranjo administrativo de se formar piloto. Não vejo diferença técnica e econômica de um aeroclube para uma escola privada de formação de pilotos. Muito vão falar: "Ah, mas aeroclubes não têm fins lucrativos". Tudo bem, o lucro do aeroclube é reinvestido no próprio aeroclube e o lucro da empresa privada vira receita do sócio.

Agora, quando falamos de capacitação e treinamento, aeroclube não é a única maneira de capacitar e treinar. Então, temos que discutir a questão dos aeroclubes e a situação das escolas e centros de formação e capacitação de pessoal de voo. Então, de novo: a discussão é mais ampla do que parece.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tercio, por favor.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Só para concluir o que o Ronei está dizendo, aeroclube, em qualquer lugar – em qualquer lugar! – embora tenha a visão de não obter lucro e fazer treinamento de pessoal, não deixa nunca de fazer seus voos cobrados do ponto tal para o ponto tal. Isso é comum acontecer no Brasil. Os aeroclubes têm esse faturamento, que ninguém fica sabendo de quanto é.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tercio, esse faturamento é absolutamente legal, porque o único voo remunerado que o aeroclube pode fazer fora da instrução é o voo panorâmico.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Não estou falando que ele é legal...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, não é legal.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Ele é ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Estou dizendo, assim, oficialmente dizendo. Então, obviamente, o aeroclube pode... obviamente tem outras fontes de receita, uma delas é instrução, outra é o voo panorâmico. Naves fora isso, nem vou discutir porque está fora da legalidade. Óbvio.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Naves fora pode ser cidade x para cidade y.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Aí, cabe à autoridade aeronáutica realmente fiscalizar, coibir, tomar as providências, porque o TPX não é proibido pelo TPI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, autoridade de aviação civil, exatamente. *(Risos.)*

Kerlington, por favor.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Ronei, na verdade, quando o assunto migrou para essa proa, na verdade, no nosso grupo, vamos tratar do tema "pessoal". Como estão tratando de outras questões agora, justamente não levantei a bola do aeroclube, da escola, de adestramento, formação de pessoal, esses termos tão ultrapassados. Mas concordo com você, quando chegarmos ao tema "pessoal", vai ser mais interessante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. CARLOS EBNER – Bom, acho que estão sendo bastante interessantes essas discussões, mas eu queria falar do ponto de vista de quem paga a conta. No final, as empresas aéreas pagam a conta desse sistema todo. São contas caras, e vejo que levantar um assunto desses sem que tenhamos um estudo de impacto, concordo em que, falando de tarifas, temos que aprofundar mais.

Hoje, discute-se a tarifa de aeronavegação, TAT e TAN, se estão corretas, se não estão corretas. Nós, das empresas, procuramos sempre a transparência, entender o custo/benefício, entender a eficiência, porque esses custos, cada vez mais, oneram as empresas aéreas. Então, vejo que a primeira coisa, se vamos fazer uma isenção, temos que saber o impacto dela.

Depois, os aeroclubes têm uma vocação, como foi dito, de aperfeiçoamento, de treinamento, enquanto que a aviação aerodesportiva, para mim, não tem esse significado.

Como empresa aérea, como pagador da conta, eu gostaria que, antes de continuar esse assunto, se fizesse o estudo do impacto, se analisasse de que maneira isso vai ser pago, quem vai pagar a diferença. Sabemos que a Infraero está numa situação em que algumas tarifas já não são corrigidas; depois, com as concessões, ela ficou bastante seca de recursos. No fim, agora, estamos sabendo que há uma conta enorme que vem aí para as empresas aéreas. E aí se trata de evitar que essas contas venham seguidamente porque, no fundo, é a empresa aérea comercial, o transporte aéreo de passageiros a grande alavancagem do crescimento econômico.

Então, acho que isso tem que ser visto com muito carinho, muito cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, então vamos então trabalhar, vamos requerer para que seja contribuído, primeiro, Kerlington, *please*, e aos demais.

Só estou chamando a atenção do Kerlington porque sei que ele tem interesse especial em relação ao adestramento.

O senhores querem que seja mantido o termo "aeroclube" ou podemos achar outro termo dentro do CDA para estender isso às escolas de formação, o que acho interessante? Só um minuto, Carlos. Sim.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Adestramento, não. Treinamento e capacitação. Adestramento é para animais.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Como eu disse, Presidente, não levantei esse assunto agora, porque, na hora em que apresentarmos a tabela sobre pessoal, vamos sugerir essas modificações, tais como retirar "adestramento", concordando com o professor. Já está lá, mas como o debate não é esse agora, sugiro sobrestar esse assunto. Conversamos bastante com o pessoal de aeroclube, conversamos com o pessoal de formação e qualificação, e acho que será o foro mais adequado para esse debate quando chegar no tema de pessoal.

A minha sugestão é sobrestar até o grupo colocar suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito, então, senhores. Vamos, suspender... Sim, Sr. Carlos.

O SR. CARLOS EBNER – Sr. Presidente, acho que, se formos levar em frente esse assunto da maneira como está sendo proposto pelo senhor, acho bom termos uma explicação de um especialista, de como é feita essa tarifa, de como é calculada. Acho que essa é a coisa mais importante. Se fosse possível, vir aqui um especialista para nos explicar como ela é calculada.

Hoje, estamos com um rumor de que haverá um aumento de 70% em uma tarifa de navegação aérea. Mais uma vez, quem paga é a empresa aérea.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acredito que esse rumor não é infundado.

O SR. CARLOS EBNER – Eu sei. Só digo que é rumor porque não vi ainda escrito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É, ainda não, mas com certeza.

O SR. CARLOS EBNER – O senhor está vendo? Isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Disso estou ciente. Então, vamos sobrestar o assunto em relação à isenção, vamos rever o termo "aeroclube", em relação à aviação experimental, aerodesportiva ou atividade, como bem colocou o Roberto. Isso será encaminhado,

será feita uma proposta ao grupo jurídico, o Kerlington deve mandar alguma coisa quando chegar a abordar o assunto, e aí, então, colocaremos à apreciação para encaminhamento dessa matéria.

O SR. CARLOS EBNER – Seria interessante que tivéssemos um especialista aqui, na Casa, que explicasse como são feitos esses cálculos para podermos avaliar o impacto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vamos fazer assim: acolhendo a opinião do senhor, podemos verificar junto às autoridades aeronáuticas, e vou também verificar junto ao setor, para não ficar uma coisa unilateral. Obviamente, a Anac tem técnicos que têm conhecimento dessa matéria, a SAC tem técnicos que têm conhecimento dessa matéria, mas também o setor tem conhecimento dessa matéria – o setor, aqueles que operam.

Obviamente, essas contribuições, essas passagens serão rápidas e curtas, coisa de cinco minutos, uma explanação técnica para realmente sentirmos o impacto e se pode haver uma contrapartida em relação a isso. Em não havendo a contrapartida ou, então, não havendo cabimento técnico e o momento passou, isso deve ser rejeitado e não deve ser incluído.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Presidente, só lembrando que, se existir uma contrapartida, vira uma subvenção econômica e precisa de uma lei específica criada para isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obviamente. Temos aí uma cadeia. Perfeito? Obrigado, Sr. Carlos.

Senhores, dentro do assunto apresentado ao Grupo 1, mais alguma proposta, alguma dúvida?

Bom, em relação à proposta colocada ao art. 14, §5º, até mesmo para vermos a definição de escolas de formação, a questão da aviação aerodesportiva e experimental, do voo experimental ou não, isso será colocado posteriormente em apreciação.

Os senhores querem fazer mais alguma observação em relação ao Grupo 1? *(Pausa.)*

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente, é apenas para informar que entreguei redação nova dos arts. 47, 48 e 49.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo. Se eles não estiverem aqui na tabela, deveremos inseri-los na tabela e encaminhá-los.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Já está na tabela que entreguei para a Secretaria. Na verdade, o que há aqui, nesses artigos, é que estamos basicamente refletindo, trocando "sistema de proteção ao voo" por "sistema de controle do espaço aéreo brasileiro" e refletindo essa alteração em alguns aspectos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Sim.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Em relação ao §1º do artigo... Está nesta página mesmo. Quando foi citado "veículo aéreo não tripulado", dessa forma colocado aí junto com o balonismo, volovelismo, voo livre traria um tratamento especial para esse tipo de equipamento?

Digo isso porque, como o senhor sabe, daqui a alguns anos é possível que tenhamos o voo dessas aeronaves em espaço aéreo compartilhado. Dessa forma colocado, haveria um tratamento especial?

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Essa é uma questão muito boa para discussão, porque entendo que, se você coloca o que é delimitado pela autoridade aeronáutica, a partir do momento em que essa delimitação deixa de ser necessária, os veículos não tripulados passam a ter uma *performance* que garanta que eles podem ser completamente integrados ao tráfego de veículos tripulados.

Entendo que a autoridade aeronáutica poderá liberar essa limitação, essa delimitação da mesma forma como pode liberar para volovelismo, voo livre. Pode liberar essa delimitação desde que o instrumento que vai fazer o voo no espaço aéreo compartilhado com outro tenha a *performance*.

Não vejo que exclui, mas acho que é bom discutirmos essa posição de colocar os não tripulados juntos nesse parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Uma outra coisa que observo é que ali fala-se apenas nas práticas de esportes aéreos. Então, teremos um esporte aéreo voltado a aeronaves não tripuladas, é isso? Porque o parágrafo fala: "a prática de esporte, balonismo, voo livre e veículo não tripulado", porque tudo aquilo é prática desportiva. Então, ali, estamos colocando estamos colocando as aeronaves não tripuladas co prática desportiva. É a interpretação que estou dando ao artigo. Se colocarmos apenas como um esporte aéreo, obviamente que já se está impedindo que ele vá para outra atividade.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Concordo em que talvez não seja o melhor lugar para colocar. De qualquer maneira, a prática de aeromodelismo, que é esporte com veículo não tripulado, não está abrangida nesse parágrafo. Dessa forma, ele estaria abrangido como esporte. Agora, cabe colocar veículo não tripulado também em outros pedaços da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Antonio, por favor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Da mesma forma, acredito que o veículo aéreo não tripulado é o futuro. Não temos como fugir disso, a não ser que queiramos ficar no século passado. Acho que é um assunto extremamente importante para ser incluído nessa revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica. Acho que pode ser tratado como um assunto à parte. Sugiro que ele seja apresentado à parte. Inclusive, se for o caso, posso fazer a apresentação sobre o assunto. Sou membro da Associação Internacional de Veículos Não Tripulados. É um assunto que me interessa. Acho que é uma das grandes contribuições que o Código pode deixar, se quiser ficar por 20, 30 anos. Se não falarmos um pouco mais, se não prevermos o veículo não tripulado no Código, daqui a cinco anos, ele já estará ultrapassado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti de Andrade) – Perfeito.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Ao seu comentário, só colocando uma preocupação. Tenho também participado dos assuntos relacionados à regulamentação dessas aeronaves. A princípio, encaramos como aviação, e valem as regras que já estão estabelecidas. Preocupa-me muito trazer detalhes relativos especificamente a aeronaves remotamente pilotadas porque isso pode, na verdade, ir contra a linha de que você falou. A princípio, o Código não implica restrição à operação dessas aeronaves, e é nessa esteira que as autoridades têm trabalhado para regular o assunto.

Há uma preocupação: se trouxermos muitos detalhes, na verdade, podemos engessar a evolução tecnológica, que, acredito, vai ser bastante relevante nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores... Antonio.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só comentando: na realidade, temos algumas limitações hoje no Código para o veículo aéreo não tripulado até pela própria definição de aeronave. Então, quando falo de tratar do assunto veículo aéreo não tripulado, o objetivo não é detalhá-lo no Código; é só garantir que o Código não vá, por alguma definição específica ou uma limitação específica à evolução desses veículos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo. Roberto.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Eu também posso trazer uma análise que foi feita na Agência por conta de um regulamento que está para sair frente a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Brigadeiro.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Nós também estamos com uma regulamentação para sair, em coordenação com a Anac. Só lembro que a Icao está usando o termo aeronave abrangendo o veículo aéreo não tripulado. Então acho que poderíamos seguir na mesma linha. Se lermos o art. 15 com atenção, veremos que determinadas aeronaves enquanto não ... Vou ler o art. 15:

Art. 15. Por questão de segurança da navegação aérea ou por interesse público, é facultado fixar zonas em que se proíbe ou restringe o tráfego aéreo, estabelecer rotas de entrada ou saída, suspender total ou parcialmente o tráfego, assim como o uso de determinada aeronave, ou a realização de certos serviços aéreos.

Ou seja: esse artigo está facultando a segregação de espaços aéreos para usos de aeronaves. Se entendermos que veículo aéreo não tripulado está dentro do conceito de aeronave, a parte da segregação está coberta por esse artigo 15.

A parte da inclusão passa pela aeronavegabilidade, porque, a partir do momento em que um *device* qualquer, um equipamento qualquer, esteja habilitado a garantir o nível de segurança esperado para que faça parte de um determinado espaço aéreo, ele vai ser incluído.

Não sei se é o caso de tratarmos especificamente de veículo aéreo não tripulado ou se é o caso de apenas aprimorarmos a legislação para que possamos, sim, se alguém achar que, por acaso, a autoridade aeronáutica, em algum momento, vai impedir o voo de um veículo aéreo não tripulado que tenha segurança garantida dentro do espaço aéreo livre – acho não é o caso, não é essa a postura que a Anac e o Comando da Aeronáutica adotam –, até podemos tentar refletir isso na lei. Mas, mais uma vez, temos que tomar cuidado para não ficar escrevendo demais e tratando de assuntos específicos que são melhor tratados na regulamentação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, estamos aqui, colocando a situação do veículo aéreo não tripulado. A Relatora está anotando esses pontos, por assim dizer, quentes, *hotspots*, como foi o §5º e, agora, o §1º do art. 15. Isso será objeto de análise e estudo e depois repassado aos senhores, até mesmo para melhorar a redação ou para ver realmente o que quer a lei dizer acerca de o veículo aéreo não tripulado continuar como prática de esporte ou simplesmente como mais uma atividade aerodesportiva, porque já há pessoas que fazem esportes com os *drones*.

Assim, senhores, mais alguma coisa em relação à apresentação do Grupo 1?

Sei que o pessoal se inquietou com a coisa do *drone* – não sei se foi só com o *drone* –, mas temos uma política em relação ao fato de que temos uma política de que a palavra aqui será afiançada apenas aos membros, a não ser que o senhor passe a sua dúvida e algum membro, então, possa encampar. Estamos abertos, se o senhor, depois, quiser colocar em discussão ou passar para nós, faça-o, por favor.

Assim, senhores, vamos repassar a matéria como assim foi feito para o Grupo Jurídico, com quem estamos trabalhando em relação a isso. Quero, então, passar à apresentação do Grupo 2. O Grupo Sipaer. Alguém tem alguma colocação referente? Coronel, o senhor quer dar mais algum destaque ao trabalho que o senhor apresentou na semana passada?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – É. Na verdade, na semana passada, encaminhei uma atualização daquela nossa primeira proposta em função de sugestões que fomos recebendo especialmente no âmbito do Cenipa. Eu não sei se seria o caso de repassá-las. Acredito que não porque eu iria me prender muito a detalhes. Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento, isso seria mais produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Alguém quer algum esclarecimento? Pois não, Ivaldo.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Eu tenho dúvida que repassei por *e-mail* na última reunião. Não sei se o Coronel viu os *e-mails*.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Sobre a regulação?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Em um deles foi definida uma autoridade de investigação e não há nenhuma lei criando essa autoridade de investigação.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Com relação a isso, na verdade, isso foi feito no ano passado pela Lei nº 12.970. Então, a autoridade de investigação Sipaer existe, já está no Código em vigor. O que fizemos aqui foi gerar um artigo no qual nós criamos essa autoridade formalmente: "Fixa estabelecida a autoridade de investigação Sipaer." E é uma autoridade que vai tratar da investigação exclusivamente no âmbito da aviação civil.

Como eu disse, essa autoridade foi criada no ano passado, mas de uma maneira indireta, porque o Código simplesmente passou a se referir à autoridade de investigação Sipaer. Nós estamos com um grupo de trabalho lá na SAC revisando o decreto do Sipaer. No decreto do Sipaer, nesse trabalho, estamos então apontando para o Cenipa que vai exercer essa autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não. Mais alguma colocação em relação ao Grupo 2?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Só um comentário a mais aqui...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Você tinha mandado também uma sugestão a respeito de substituir a expressão "normatizar" por "regular".

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Na verdade, fui eu que mandei.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Pensei que tivesse vindo no *e-mail* dele.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É que eu mandei as dúvidas com tudo junto.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – O que acontece? Durante um bom período em que a gente discutiu com a Anac uma série de questões de sobreposições de competências, uma das questões tratadas foi justamente essa parte de regulamentar, normatizar e as diferenças entre essas expressões.

À época, o que ficou como resultado dessa troca de conhecimentos foi que a expressão "regular" tem uma certa conotação econômica. Por isso, então, nós não empregamos essa expressão. Por outro lado, sistema é todo estabelecido por meio de normas, como até a própria estrutura do CBA vigente aponta para emissão de normas pela autoridade aeronáutica.

Então, o sistema já está estruturado em normas e entendemos que "normatizar" garantiria uma navegação mais tranquila porque a gente não precisaria alterar nada do que já está em andamento há muitos anos. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Professora, por favor.

Depois o Prof. Donizeti.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Fiquei um pouco sem entender que a investigação será conduzida por meio de um investigador e foi retirada a comissão. Eu não entendi isso muito bem, porque o investigador...

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Não foi retirada a comissão. O que está escrito aqui...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Porque aqui está escrito que será conduzido por um investigador.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Logo depois, está escrito que, se houver necessidade, será constituída uma comissão.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas à *prima facie* é o investigador. Isso é que eu achei estranho.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – É. Porque essa é a prática internacional.

Então, dependendo da complexidade da ocorrência, esse investigador vai ter ou não suporte de outras pessoas. Mas a prática internacional é a de se ter o investigador encarregado. Inclusive, essa figura do investigador encarregado, à luz do Anexo XIII, é vista como a responsável pela investigação.

Por isso nós fizemos essa substituição. Porque, senão, a lei iria nos impor a formação de uma comissão para investigar qualquer ocorrência. Não é isso que acontece na prática. Na prática, o que acontece é que, na maior parte das investigações, nós vamos ter só o investigador.

Nas investigações mais complexas, vamos ter uma comissão que vai atuar sob a coordenação desse investigador. O.k.?

Essa é a realidade e a prática que se tem no mundo. É só lembrar que nós estamos falando em um sistema que investiga desde uma saída de pista de um Aero Boero até uma grande catástrofe com uma aeronave de transporte regular. Nesse cenário, nós temos aí em torno de 140 a 150 acidentes por ano – temos tido esse número – e nenhum deles praticamente tem envolvido aeronaves comerciais. A grande maioria do nosso trabalho é com a aviação geral.

Por isso a previsão é ter um investigador encarregado.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu entendo, mas é difícil aceitar essa perspectiva por causa da isenção de ânimos de uma pessoa física determinar o desdobramento.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Eu não vejo por que ter essa prevenção, em primeiro lugar, porque nós estamos tratando aqui de um sistema que não está nem para imputar culpa nem responsabilidade e, simplesmente, para apontar fatores contribuintes. Então, não há razão de ser para se encarar isso como sendo o mesmo trabalho, por exemplo, de um delegado de polícia. O trabalho é completamente diferente, um trabalho de natureza técnica e visa simplesmente identificar pontos que possam ser melhorados para elevar o nível de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Prof. Donizeti, depois eu quero uma colocação.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Coronel Camargo, dentro dessa filosofia do Sipaer, como fica entendida essa questão da *litigation*? Em outros países, como Inglaterra e Estados Unidos, há outras partes interessadas. Queria só um sumário de como... No Brasil, temos um caso recente, que é o caso do acidente do Eduardo Campos, no ano passado, em que a família uma investigação paralela nos Estados Unidos.

Como fica... Em algum lugar, a gente está... É uma pergunta só...

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Bem, nós temos então aqui uma dualidade. A gente tem o Sipaer, que é um sistema focado na prevenção. E nós temos o sistema policial judiciário, que é focado na produção de provas para alimentar e instruir processos que vão, evidentemente, apurar culpa, responsabilidade e eventualmente dolo. E é nesse contexto policial judiciário que se deve buscar ressarcimento.

Hoje, nós temos uma proteção para o uso da investigação do Sipaer como meio de prova. O que nós temos aqui: se eventualmente um órgão de apuração policial não tiver condições comprovadas de efetuar um trabalho mais técnico, ele pode solicitar um empréstimo de recursos humanos e até materiais ao Cenipa para conduzir aquela investigação, com a ressalva de que sempre será alguém que não participou dos trabalhos no Sipaer referentes àquela ocorrência.

Com relação ao compartilhamento de evidências, na regra geral, nós compartilhamos tudo que for factual. E tudo que tiver algum grau de subjetividade ou de análise do investigador fica afastado e não pode ser usado como meio de prova.

O juiz pode ter acesso a todos esses meios, mesmo os que ele não poderá usar como prova. Mas, nos itens que são passíveis de uso em juízo, ele deve nos ouvir num prazo de 72 horas antes de aceitar a inclusão no processo judicial e, se ainda assim, decidir por fazê-lo, o processo passa a correr em segredo de justiça.

Temos já todas essas proteções em vigor aqui. A própria legislação não impede que sejam realizadas outras investigações.

Existe já um dispositivo na lei em vigor que autoriza uma investigação privada, paralela, para instruir, inclusive para fins de prevenção. Se nós fizermos a investigação no Sipaer, mas, de repente, a empresa aérea quiser conduzir internamente uma investigação para prevenção também, a lei deixa essa liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu queria apenas fazer uma situação. A OAB me mandou uma perguntinha: uma vez que se tenha concluído um acidente, que já haja o relatório final, as provas produzidas ou o que foi levantado, o advogado, pela Lei nº 8.906 teria acesso a essas provas, a essas evidências?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Como eu falei, tudo que é factual pode ser solicitado e é cedido. Por exemplo, coisas que são factuais: quando nós fazemos o exame de um motor, o laboratório que faz esse exame vai emitir um laudo técnico. Esse laudo é um elemento factual. Nós, normalmente, compartilhamos com a polícia. A gravação do gravador de dados da aeronave, o conjunto completo de dados, a *raw data*, é factual, nós compartilhamos. O gráfico que o investigador fez a partir daqueles dados já é subjetivo, porque o investigador escolheu os dados que, para ele, são mais importantes na linha de investigação. Esse gráfico do investigador é protegido.

Evidentemente que, quando a investigação é concluída, o relatório final é ostensivo e é publicado na internet na íntegra. Mas ele nasceu sem observar os princípios do contraditório, de ampla defesa, pelo simples fato de que nós não fazemos acusação. Não há acusados na nossa

investigação. Então, o nosso relatório não é um elemento que deva ser usado em juízo. Para uso em juízo ele vem cheio de nulidades, não se presta a isso. Entendeu?

Mas o acesso às informações que são factuais, sim. O que for subjetivo e que não estiver retratado no relatório final diretamente, não, isso não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, mais alguma consideração em relação às ponderações feitas pelo Grupo 2?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas é exatamente ainda a minha dúvida. Se é subjetiva essa elaboração desse primeiro gráfico, realmente, em dependendo da percepção ou não do investigador, ela vai ser diferente. Eu sei que ela não ser... Ela vai ser diferente.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Sim. A questão aí não é a diferença de um investigador do Sipaer para outro investigador do Sipaer. Mas a diferença vai estar...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Na forma de elaborar o gráfico...

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Não. No que se busca. As linhas de investigação entre a investigação policial e a nossa investigação são absolutamente diferentes. Então, numa investigação policial o que se vai buscar é um nexo de causalidade entre o que aconteceu ali, o resultado, de maneira a tentar imputar a alguém uma responsabilidade.

E a ideia, então, é retroagir ao passado para imputar essa responsabilidade lá atrás naquela conduta humana.

No caso do Sipaer, o que nós buscamos é verificar o que levou a pessoa a agir daquela maneira, porque é isso que interessa para gente e é isso que consideramos como fatores contribuinte. Vou dar um exemplo claro aqui que é o erro do piloto. Se o piloto comete um erro e, em consequência desse erro, existe um acidente, se a polícia conseguir fazer essa conexão de que esse erro gerou esse acidente, a gente já pode ter um elemento de culpa aqui.

A nossa investigação, na verdade, já vai começar a partir do erro do piloto.

Eu vou pegar o erro do piloto e vou começar a investigar a partir daí para tentar entender o que propiciou aquele erro. Será que o treinamento dele foi falho? Será que ele estava doente no dia? Será que ele estava com as contas em dia? Um filho doente? Será que a cabine estava mal iluminada? Será que a aeronave tinha algum problema? Vou verificar cada um desses elementos e mesmo que eu não consiga uma definição sobre cada um desses elementos ter ou não contribuído, se eu entender que tenha sido possível essa contribuição, ele é um fator contribuinte. Eu vou emitir recomendações para que, lá na frente, no futuro – eu não estou olhando para trás, o que aconteceu, aconteceu, o meu trabalho é reativo em relação ao acidente que aconteceu, mas ele é proativo em relação a futuros acidentes. Vou fazer com que essas condições, esse cenário no qual se consolidou um erro, não se forme mais no futuro. E, com isso, eu consigo evitar futuros erros. Esse é o meu trabalho. Eu não vou buscar essa culpabilidade. Entendeu?

Então, quando o investigador aponta: "Eu quero esse parâmetro, esse, esse e esse", ele está querendo tentar entender o que levou o piloto a errar. Isso é absolutamente irrelevante para a investigação policial. Então, quando a polícia pede o nosso gráfico, o nosso gráfico, invariavelmente, vai levar o policial a um raciocínio numa direção diferente da que ele, como policial, deveria tomar. Só que, ao mesmo tempo, ele vai prejudicar a nossa investigação, porque ele vai tirar do nosso sistema a confiança e a credibilidade que é essencial para que a gente tenha participação voluntária de outras pessoas. Prevenção de acidentes só se faz com informação. E se as fontes secarem, se as pessoas que me procuram para dizer que erraram, para mostrar pontos falhos, se elas não confiarem em mim, eu não vou ter mais acesso à informação. Entendeu?

São modos de pensar absolutamente diferentes, por isso eu passo a ele todos os dados que estão gravados e ele vai montar o gráfico que ele quer a partir do raciocínio dele como policial, da formação policial dele. Eu não nego a ele nenhuma informação. Eu, simplesmente, passo todas para ele. E não as que eu selecionei para mim.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas quando eu fiz a pergunta, a razão da pergunta não era a diferença de interpretação entre o investigador Sipaer e o investigador policial. Era entre dois investigadores Sipaer. Foi isso. A sua resposta...

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Eu comecei a dizer que não vai haver diferença...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não. O senhor não está entendendo. Eu perguntei outra coisa.

Desculpa. Pode falar.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Eu comecei respondendo que não vai haver diferença entre um investigador Sipaer e o outro. Todos dois vão buscar os mesmos elementos.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Porque já tem uma tabela, já tem um índice...

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Não! É pela própria formação como investigador do Sipaer!

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Pela formação específica?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – É. Por isso que todo investigador tem que fazer o curso do Cenipa. Só há uma porta de entrada. Entendeu?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Entendi, mas não me convenceu.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Mas talvez porque o seu conhecimento a respeito da matéria seja pequena.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Exatamente. Então, fica difícil a percepção.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Não sei se vou ajudar ou atrapalhar, mas a investigação do Sipaer gera recomendações de segurança. Muitas vezes, ela gera recomendações de segurança para o meu sistema. Quando chega ao meu sistema, o meu especialista em segurança vai analisar as recomendações de segurança e ele pode, inclusive, retrucar as recomendações de segurança. Há casos em que a gente aplica as recomendações de segurança imediatamente, mas a gente pode retrucar: "Olha, eu fiz isso, mas você fez uma recomendação só para o controlador e acho que, se houvesse uma recomendação parecida para o piloto, também ajudaria muito a evitar esse acidente."

Então, não tem muito esse aspecto de vir uma observação de um investigador errada. Se ele vier errada, o próprio sistema, depois, vai depurar esse erro.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Não só isso. É preciso entender também que o investigador carrega uma parte do processo. Quando ele finaliza a parte dele no processo, esse processo vai ao Cenipa e o relatório final é emitido no Cenipa. Então, ele passa por, pelo menos, três revisões. Lá no Cenipa são feitas revisões desse trabalho. Dependendo de onde se inicia a investigação, nós temos já um filtro ou uma depuração inicial no próprio órgão regional, que tem que revisar o relatório inteiro antes de mandar para a gente.

Quando chega no Cenipa, ele vai ser analisado pelo setor de emissão de relatório e, quando há qualquer questionamento ou qualquer dúvida, se for fácil a modificação, a gente faz o trabalho interno no Cenipa e corrige. Se não, devolvemos a investigação e falamos que faltou esclarecer isso, isso e isso.

Mas, de uma maneira geral, existem já os pontos que cada um vai observar. Por isso que se faz um curso, para entender todos os aspectos. Evidentemente, nenhum investigador tem o conhecimento global acerca de um universo tão grande quanto é a aviação. O que acontece é que, em geral, o investigador encarregado atua na área operacional, que é onde está a maior parte dos problemas – por isso que o investigador encarregado, via de regra, é um piloto, a origem da maior parte dos fatores contribuintes. Mas, quando existem algumas suspeitas relacionadas ao projeto da aeronave, ele vai buscar um investigador da parte de fator material. Quando ele tem alguma suspeita a respeito de problemas organizacionais que são muito graves, ele vai buscar um especialista na psicologia. Todos formados pelo Cenipa também.

Por isso que a gente coloca a investigação na ponta do investigador encarregado para seguir a linha internacional, porque o mundo inteiro faz assim, e a gente cria a possibilidade dele estabelecer uma comissão. É assim que o mundo trabalha. Não desconfiem do mundo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bem, senhores, o Kerlington fez a inscrição primeiro, mas eu só quero pedir mais uma coisa, Kerlington e Donizeti. Kerlington, você fez algumas contribuições em relação ao RAB, certo? Inclusive já ficaria até passível de apresentação anterior em que o senhor não pôde vir.

Acharia muito importante, se todos concordassem inclusive, que nós já deliberássemos as alterações que o senhor fez, alguma observação que o senhor queira colocar, porque temos aqui três pontos muitos quentes e que eu queria discutir logo depois do almoço.

É possível, então, a gente fazer essa apresentação em relação às alterações que o senhor propôs junto ao RAB?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Eu faço a mesma consideração do Coronel Camargo de que, se alguém leu e acha que tem... Porque o material foi disponibilizado, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Com certeza.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Então, se alguém tiver alguma consideração quanto algum item... A tabela toda não está pronta ainda porque é muito amplo o assunto, mas as considerações estão escritas lá.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, faça considerações em relação ao Sipaer; depois o Donizeti...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O que o Coronel falou é interessante. Quem está de fora, Professora, é difícil entender esse mundo, mas ele falou tudo. O investigador não perquire culpa ou dolo, ele está ali realmente só para entender o que aconteceu para que não aconteça de novo. E lá dentro há os próprios filtros. Há um investigador encarregado, mas ele conversa com o outro, que conversa com o chefe e, no final de história, um monte de gente já conversou com ele e ele só procedimentaliza que vai subir ainda mais para no mínimo uns três filtros, não é, Coronel?

Então, é muito tranquilo isso. Como não vai imputar responsabilidade, mesmo assim, isso é bem debatido internamente e a maioria dos investigadores pensa mais ou menos do mesmo modo. É isso!

Acho que é um pouco difícil para quem está fora entender, mas é bem redondo lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Prof. Donizeti.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Só um detalhe. É inquestionável a robustez da formação que o Cenipa traz ao investigador e tem trazido desde a sua criação.

Uma pergunta só: por que o investigador não pode ser formado em outro órgão?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Existe essa possibilidade? Formado... Não entendi.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Porque, toda a vez que se fala na formação credenciada, é a do Cenipa, porque estamos pensando em termos futuros também. Por que não permitir também a formação credenciada em outros órgãos, e a pessoa poder fazer parte de uma investigação também?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – O que acontece? Na própria lei aqui, há um dispositivo que trata da formação. Não vou procurar aqui, não, mas, essencialmente, compete à autoridade promover a formação diretamente ou por meio de instituições por ela certificadas. Está na lei, na proposta da nossa lei agora.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Existe a possibilidade?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Existe. Até hoje, nós não fazemos isso para investigação – fazemos só para prevenção – por uma razão muito simples: a ideia de formar o indivíduo na prevenção é a de criar massa de gente com mentalidade de prevenção e tudo o mais. Para investigação, o universo é muito pequeno, é muito menor. A gente não tem uma demanda gigantesca por formar investigadores.

Quando a gente pensa na Aviação Civil, a coisa se estreita ainda mais. Por quê? Porque o investigador, para ser formado, tem, hoje, que atender a requisitos de capacitação de uma circular específica da Icao e dos manuais de investigação. Então, para que a gente certifique uma instituição para formar investigadores, seria muito complexo, porque o nível de exigência seria alto, o Estado tem que ter controle sobre isso, e esses investigadores, no que diz respeito a incidente grave e a acidente, vão atuar em nome do Estado, pela convenção. É uma atribuição do Estado. Então, fica difícil a gente ter isso como algo que tem uma demanda, porque, a partir do momento em que a gente aceita essa formação, a gente vai ter que acompanhar a qualidade dessa formação.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Mas existem cursos também de formação de investigadores em outros países.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Existem. Eu não sei qual é o grau de conformidade desses países com a Sarp da Oaci. Certamente não estão à altura do Brasil. O Brasil teve o maior índice de conformidade do mundo com relação ao Anexo 13, inclusive à frente da França, dos Estados Unidos. Nós estamos melhores do que eles. Agora, são sistemas diferentes. O francês nem tanto, porque tive oportunidade de fazer o curso lá. O nosso não deve nada ao deles.

De qualquer maneira, a gente está falando de algo sobre o qual a gente teria uma carga depois para supervisionar, o que não acontece quando a gente fala da prevenção. Por isso que a prevenção a gente tem mais facilidade de credenciar em instituições de ensino, e a parte de investigação, não. Mas não há impedimento legal. Simplesmente não há uma demanda que a gente reconheça.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Hoje, a entidade é o Cenipa. Por exemplo, se, futuramente, existir um cenário tal que possa haver outra instituição para fazer investigação no Brasil, ela seria responsável, então?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Dependendo de como essa instituição for criada – porque ela seria criada forçosamente por lei –, dependendo do cenário, do contexto, possivelmente. Eu não sei, porque, por exemplo, a gente pega o próprio modelo americano. O NTSB tem uma academia que ficou fechada por muito tempo. Se a gente tiver aqui uma agência, essa agência não vai ter uma demanda para formar investigadores. Para terem uma ideia, o contexto do NTSB, o número de investigadores que eles têm para aviação é entre 40 e 50 investigadores.

Nós temos mais investigadores do que o NTSB, embora a aviação americana seja muito maior do que a nossa.

Então, um novo órgão eu não sei se daria conta de ter uma instituição formadora, ao passo de que no Cenipa, como formamos também Força Aérea, Marinha e Exército, sempre temos uma demanda razoável para formação de investigador. O.k.?

Mas acredito que seja assim, é uma questão que a lei permite, é uma questão de haver ou não uma demanda.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, passando então... Kerlington... Alguém tem alguma consideração em relação à apresentação do Registro Aeronáutico Brasileiro? Sim, Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Estou percebendo esse arquivo em...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Word.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Neste aqui foram concatenados todos que mandamos? Foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Exatamente.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Coloque no art. 20, por favor, só para eu ver se... Pois é... Não...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Esse é o grupo que entregou.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Ah, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Essa não é a tabela.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Aquele que está aqui é o concatenado de todos?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não é?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM (*Fora do microfone.*) – Não, o que há aqui é o último material que recebemos. Você mandou algum ontem?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Da última vez, foi o...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas não é esse?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não, o que está aqui no sistema, tabela geral... Nesse que está dentro do sistema do Senado, eu fui lá, por exemplo, no art. 20, que a gente mudou na tabela que eu enviei para lá, ele não está do jeito que a gente mandou. Não está aí.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas isso também que eu ia solicitar aos grupos, que dessem uma olhada porque foram tantas tabelas que recebemos... Peguei, por data, a última na sequência.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não está aqui não.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não é essa?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Por exemplo, a gente mudou o art. 20 aqui, o pessoal que trabalhou no RAB.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas há três tabelas aqui. Onde está isso? Que artigo que é?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Pode colocar... Está aí? Por exemplo, isso aí não sei quem colocou. Sinceramente, não sei.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Qual?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – A coluna da esquerda é a que está em vigor hoje e ficou em branco...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Por exemplo, esse §1º, isso não sei.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – São propostas que foram surgindo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Então só colocaram as propostas e não colocaram o que a gente escreveu.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, veja só, aquilo que estava igual nós suprimimos.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – O que estava igual, porque vocês repetiram. O que estava igual era repetição. O que não foi alterado de vocês, na tabela, não foi colocado.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Também não. O inciso III, por exemplo, o que está atual fala: tripulação habilitada, 84, parágrafo único. No inciso III, que a gente colocou, a gente mudou, suprimiu o 84, parágrafo único.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Espere, deixe-me ir lá.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não foi, tenho quase certeza disso.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Olha, exclusão do art. 84. Você excluiu?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não, estou analisando o art. 20, estou pegando como espaço amostral a referência do 20. Depois a gente vai para os outros. Mas no 20 não é a nossa sugestão que está aí.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas é bom isso porque, aliás, falar no começo...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Por isso que estou comparando com a tabela que a gente enviou. Realmente, isso aí eu não.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Deixe-me ver. Aliás, eu ia falar desde o início que eu queria conversar. O 20: "Salvo permissão especial".

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Inclusive, esse parágrafo único não é nem o parágrafo único que a gente colocou.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Nenhum dos dois?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Autoridade aeronáutica... Estranho, porque realmente nós pegamos todos os...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Nós tivemos toda uma cautela... Mas, sabe o que podemos fazer? No intervalo, nós checamos as tabelas para corrigir se houver necessidade.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – A minha sugestão é que o que está escrito aí em relação ao RAB seja também sobrestado, porque não é sobre o que trabalhamos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, manda atualizado. Essa é a última atualização encaminhada.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É a última que nós recebemos.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O.k. E a última que eu mandei não é essa.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Então você manda?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Mando, óbvio.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Está bom. Aí, vamos checar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Manda, porque isso está fácil de fazer.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Muito fácil.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Mando aqui agora.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – O.k. Mande já.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Inclusive, independentemente disso, esse arquivo será passado para todo mundo em Word também, para verificação de tudo aquilo que foi colocado pelos senhores, até mesmo para fins de atualização, porque pegamos as últimas tabelas, os últimos envios que foram feitos e nós colocamos dentro desse sistema.

Senhores, vamos lá. Nós temos agora – já estamos avançando, são 12h25 – três temas que podemos trabalhar juntos. Eu queria propor, então, que fôssemos para o almoço, para voltar até 13h30 – eu sei que é possível –, para que tratássemos desses três últimos assuntos da pauta: sistema aeroportuário brasileiro e participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas, dentro das contribuições que foram feitas, e o professor também pode verificar a tabela, se está tudo em conformidade, e acredito que esteja; cadastro, registro e homologação de infraestrutura aeroportuária; e disponibilidade de áreas em aeroportos para serviços essenciais ao transporte aéreo.

Com certeza todos os senhores estão lendo, estão acompanhando e receberam esse material. Este último material que eu enviei relativo a esses dois últimos temas foram, inclusive, reencaminhados na quinta e na sexta-feira. E, dentro desse material que foi encaminhado na quinta e na sexta-feira, também foi feita a tabela. Certo?

Então, senhores, podemos voltar aqui às 13h30, ou pelo menos fechar de às 13h30 estarmos aqui?

O.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um minutinho.

Então, senhores, estão suspensos os trabalhos.

Bom apetite!

Nós nos vemos daqui a pouco.

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, revendo a questão da tabela, que nós tínhamos terminado, só para nós esgotarmos já, hoje, agora, o assunto RAB, o nosso

membro Kerlington conferiu a tabela e verificou que havia apenas um artigo discrepante em relação a tudo aquilo que nós tínhamos feito sobre o sistema RAB. Então, ele vai expor rapidamente só a questão do RAB, dentro daquilo que até deveria ter sido apresentado na semana passada, de maneira bem sintética, até mesmo lembrando que essas recomendações que forem aprovadas ainda são objeto de deliberação. E aí, a partir de então, imediatamente, não havendo qualquer questionamento, já passaremos para o item 3 da pauta.

A Profª Maria Helena, nossa Relatora, também quer dar um recado em relação às contribuições que serão feitas dentro daquela tabela.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Por gentileza, para evitarmos confusões, não é para inserir eventuais sugestões a essa tabela, mas continuem mandando, por Word ou em PDF, as suas sugestões de alteração. Aí nós vamos fazendo a adaptação aqui, porque se cada um for fazendo alteração e inserindo, eu já não vou mais saber o que é o quê. Tem que ser assim muito matemático, por data... Vocês, por gentileza, coloquem assim: sugestão, data tal, porque vai ser por data e por nome da colaboração, porque senão vai ficar difícil essa sequência. Então, por gentileza, não é para inserir alteração nessa tabela aqui, que seria quadro, nessa tabela-quadro, essa principal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Kerlington, por favor. Dez minutos são suficientes?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Sim, acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não. Então ligue o microfone, por favor.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Pode começar no 20. Legal.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O microfone está ligado, certo?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Está sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k., à vontade.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – A partir do 20 a gente retirou... Parágrafo... Cadê o 20? Não dá para olhar daqui. Desce um pouquinho. Aí. Pode a autoridade de aviação civil, mediante regulamento, estabelecer condições de voos experimentais, comparado com a nova redação lá. E a sugestão dada aqui agora pelo Brigadeiro Gustavo, e que eu achei interessantíssima, doravante, aí, Eduardo, onde tiver RAB, a gente colocar Registro de Aviação Civil Brasileiro, aproveitar... Depois você dá um Ctrl+F, um *finder*. Depois é só trocar: em vez de Registro Aeronáutico Brasileiro, será Registro de Aviação Civil Brasileira. Por favor. É só você anotar na mão e fazer depois. Quando falo RAB é porque é a força do hábito, porque é um RACB, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Mas a Profª Maria Helena, com certeza, vai adotar. Acho que ficou interessante.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – A sugestão do Brigadeiro que achei interessantíssima. Art. 72. Também vai falar de... O Registro Aeronáutico Brasileiro... Está vendo ali? A gente mexeu lá no §2º. Depois é mais fácil você dar: localizar e substituir. Vai ter um monte de coisa aparecendo como RAB. Depois você muda isso aí, não tem problema. "O Registro de Aviação Civil Brasileira será regulamentado pela autoridade de aviação civil", ao invés, como antigamente estava escrito, de: "pelo Poder Executivo". Então, foi só acertando essas coisinhas.

Depois, no 74, a gente...

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Com licença. Nesse 72: "O Registro Aeronáutico Brasileiro será público, único e centralizado". A meu ver isso é desnecessário, porque, na realidade, quando a gente fala de ter algum serviço do Registro Aeronáutico Brasileiro em outro local do País, um dos argumentos utilizados pela autoridade é que o Código restringe a ser centralizado. Então, na minha opinião, esse centralizado não agrega valor para o Código.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O.k. Dúvida similar foi a minha quando estive com o pessoal do RAB conversando. O "público e centralizado" não quer dizer... O órgão é centralizado. Não quer dizer que ele não possa ter estruturas administrativas nos Estados. Por exemplo, a Anac é hoje centralizada, pública e... Ela é centralizada, mas tem Anac Rio, Anac

Brasília, Anac Goiânia, Anac Rio Grande do Sul. Tanto é que você pode protocolizar em cada... Não sei qual o nome, não sei se é Unidade de Gerência, não sei qual o nome dentro da estrutura dela. Mas é única, independente de os braços dela estarem... Por exemplo, quanto ao RAB, você tem RAB no Rio e RAB em Brasília. Então, hoje já não é assim. O órgão é único, a política é única. Isso eu entendi. E juridicamente, talvez quem passou esta informação: que eu não posso – aspas – "descentralizar" o órgão – não o órgão, mas a estrutura do órgão, o órgão é um só, só que os braços dele... Ele é nacional, o registro é brasileiro. Então eu posso ter um escritório do RAB em Manaus, um escritório do RAB no Acre. Depende da política interna do órgão regulador. Mas isso aqui só quer dizer o seguinte: existe um órgão que trata do registro. Isso dá segurança jurídica na questão de propriedade, na questão de registro do bem.

Eu entendi a sua preocupação. Na minha primeira lida, eu fui lá para cima deles nisso, mas esse não é o entrave, que ele não descentralizam. O Catanant pode até falar melhor, não sei, ou o Honorato. Mas o entrave não é isso.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Por que não põe um parágrafo explicativo dizendo que essa centralização não se confunde com centralização administrativa? Evita-se esse tipo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Já que a gente está na política de enxugar o Código, o Direito Administrativo já diz isso. Então o sistema do Direito já trata disso, que o órgão é uno, mas pode ter estrutura administrativa descentralizada. Então, já que a gente está querendo enxugar o Código, eu acho que é chover no molhado dizer isso. Juridicamente também seria um artigo inócuo, porque o Direito Administrativo já diz isso.

Não sei se respondi à pergunta, mas o pessoal da Anac pode dizer se o que falei foi besteira ou não.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Só um comentário. É isso mesmo, a gente entende que é um registro só, porque, se não tivesse essa questão, poderiam surgir dois registros, três registros. Isso não parece ser muito produtivo. Mas a questão de representação no País, vejo que é bem claro para a agência que não há restrição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só uma dúvida: hoje, já existe em Brasília e no Rio?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Na verdade, era só no Rio. A diretoria, a gerência veio para cá, mas ainda há os dois braços lá.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – A gerência técnica do Registro Aeronáutico Brasileiro tem servidores no Rio e em Brasília e recebe documentos nos dois lugares. Mas a questão de atendimento... Essa restrição não implica que vai ter de ser somente em um lugar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O.k. Entendido.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – No art. 73, a gente suprimiu os incisos IV e V do original... Desculpe-me. Não. No art. 74, suprimimos o IV, que dizia "autenticação de diário de bordo..." Nunca, antes, na história, existiu isso. Então, está aí, nunca foi feito... Ninguém autentica diário de bordo, quanto mais o RAB (Registro Aeronáutico Brasileiro) ou o RACB. Então, a gente tirou. E, embaixo, o V: "anotações, usos e práticas aeronáuticas"... Enfim, esse inciso foi colocado em 86, mas quem é mais antigo que eu e conhece sabe que isso nunca foi operacionalizado.

Artigo 75. Criamos aí um §1º, que alguém sugeriu. Isso não foi parte do grupo, mas colocamos aí. Está aí para deliberação.

O art. 76, na verdade... Foi você que sugeriu isso, não é, Georges?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira. *Fora do microfone.*) – Creio que sim.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O grupo sugere a exclusão dele.

Talvez você possa até falar melhor que eu sobre o porquê da sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Na verdade, a única coisa que nós mudamos foi a autoridade competente, porque nós tínhamos aí: "aprovadas pelo Ministério da Aeronáutica". Então, nós simplesmente colocamos: "pela autoridade competente", seja ela a Anac, seja ela a SAC, seja ela o Decea. Então, simplesmente só fizemos essa situação: "no momento relativo ao registro, serão pagos aos interessados, conforme normas aprovadas pela autoridade competente". Só substituímos "Ministério da Aeronáutica".

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Nós só achamos por bem tirar isso do Código, porque, na verdade, como existem as prerrogativas... Por exemplo, a lei de criação da Anac tem isso, a lei da SAC eu não conheço bem, mas, a nosso ver, dentro do grupo, internamente, não consideramos assunto de código "que os emolumentos serão pagos". Então, são aqueles artigos que gostamos de colocar nos códigos e que nos levam a outro lugar que fala a mesma coisa, sendo que, na prática, eles não têm muita eficácia, pois existe uma lei ordinária infra que trata disso. Quer dizer, isso aqui se joga para a lei de criação da Anac por exemplo, quando falar de emolumentos, taxas, etc. Vai jogar também para uma lei de...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso é só uma questão de preciosismo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Enfim, preciosismo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Realmente, só para...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É porque, realmente, a gente está na política de deixar o código seco, limpo...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Mas aí só foi feita a substituição da autoridade.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Está tudo aí.

No 81,...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só para esclarecer: a gente vai tirar, então, não é?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não sei. Depende.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A situação. Pode ser suprimido, sem problema algum. Se o entendimento unânime for de que pode ser feita a supressão, perfeito. Mas o que for colocado para supressão, obviamente, vai ser encaminhado, sem problema, com a recomendação.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É como, por exemplo, o art. 81; a exclusão do art. 81 ou, simplesmente, a substituição do art. 81 pela autoridade competente, ou autoridade da aviação civil.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É. Sim.

O art. 81 fala que: "No Protocolo será anotada, à margem da prenotação...". Não é um assunto de código. Isso, assim, é um assunto de procedimento. É tão procedimental, tão específico que não tem de estar tratado no Código. Tem que ser tratado dentro do procedimento que a autoridade da aviação civil vai adotar ou não. É ela a responsável por isso. Então, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, anote-se pela exclusão.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Sim. Então, a gente tentou enxugar.

Por exemplo, o 84, excluir também. Fala em diário de bordo apresentado ao RAB.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Aí, não houve oposição inclusive. Está vendo? Exclusão pronta.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Então, os que estão excluídos aí, pessoal, é só para a gente dizer que está falando muito de... "O RAB assentará em livro próprio, a pedido...". São coisas que nunca aconteceram, não são praticadas hodiernamente e, se deixarem aí, também vão olhar para frente e vai continuar não sendo, porque é inviável. Na boa prática do registro, não acontece isso.

Sobre isso a gente conversou, o pessoal do RAB deu muita assistência para o grupo nisso. A gente perguntava por que era assim, por que não era assim. A gente que é operador, que é ponta, falou das mazelas, das querelas que acontecem, e eles falaram: "Ah, isso aqui atrapalha a gente nesse sentido, a gente poderia andar mais rápido se fosse assim". Então, a gente pediu... Não vai mudar muita coisa. Só dar uma...

Olhem lá o 86... Ah, não, o 86 é Sipaer. Mas, tudo bem, deixa aí. O art. 86 falou em Sipaer, mas não tem problema. Vamos para o...

O art. 85 tira também.

Essa questão do acesso aos destroços deixa no Sipaer.

Art. 109. Para a frente... O art. 109 também fala de RAB, nacionalidade e matrícula, contrato de compra e venda... Eu gostaria que fosse analisada só essa parte que eu falei, que a gente falou, porque, lá na frente, quando fala de ato de inscrição, quando vai ingressando no Direito Civil, ainda estamos conversando com o pessoal que pratica o Direito Civil para tratar dessas implicações, se hoje, modernamente, essas práticas no Direito Civil são ou não adotadas, se são inócuas ou não, quais são as melhores práticas dentro do Direito Civil...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não tem aí o quê? Do art. 109 para frente? Eu mandei a tabela.

Está bom.

Do que foi para aí é mais específico o RAB. Essa é a nossa sugestão. E as práticas de Direito Civil que falam de nacionalidade, matrícula, certificado de aeronavegabilidade, ou seja: "Nenhuma aeronave poderá ser autorizada para o voo sem a prévia expedição do correspondente certificado de aeronavegabilidade...", essas coisas, a gente não conseguiu ainda fechar, por conta do Direito Civil. Há questão de penhora, arresto, sequestro. Essas questões ainda estamos debatendo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito. Fantástico.

Senhores, alguma consideração? Algum questionamento? *(Pausa.)*

Sim, Catanant.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu gostaria apenas de fazer uma observação com relação a essas propostas. Embora concorde com os pontos levantados aqui pelo grupo do Kerlington, só chamo a atenção para um fato que pode ser um problema. Onde se fala, por exemplo, artigos que dizem respeito a procedimento de registro e que não há dúvida de que esses dispositivos poderão constar de uma futura regulamentação a ser expedida pela agência, para disciplinar número de protocolo, essa questão mais procedimental, a mera revogação disso no CBA pode levar, eventualmente, à má compreensão de que, tendo sido revogado na lei, a agência, eventualmente, não poderia dispor no mesmo sentido ou em sentido distinto daquilo que foi revogado no código. Acho importante também, nesse esforço de identificar esses pontos que eventualmente possam ser revogados simplesmente, levantar competências de quem eventualmente, Decea ou Anac, já tenha competência para dispor sobre esses mesmos pontos e, eventualmente, que isso tenha de ser acrescentado também na sua lei.

Era só uma preocupação que eu queria externar. Não sei se entendeu meu ponto, Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Eu entendi, mas a boa técnica legislativa dá o pressuposto primário e secundário de existência. Por exemplo, o CBA já disse que existe uma autoridade de aviação civil. Então, a lei de organização da Anac, de criação, tira o seu pressuposto de existência do Código, que dá a ela possibilidade de existir. Então, ela regula tudo o que for de aviação civil. Então, se a gente escrevesse aqui de novo... Entendo a preocupação, mas vamos estar mais uma vez endossando o costume brasileiro de escrever tudo e confiar no pressuposto de existência e de validade...

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Não, eu não quis dizer que se deva, mas só investigar se já existe a competência posta. Esse é o ponto.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Ah, entendi.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – A gente está se entendendo. É só uma investigação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, depois, aquela situação, as constatações e contribuições que foram feitas, obviamente, são necessárias para a justificativa. Elas não são simplesmente colocadas ali; obviamente, foram motivadas. Mas, quando se fala, anota-se a recomendação.

Alguém tem mais alguma ponderação a respeito desse assunto, mais alguma proposta de alteração, ou nós podemos encaminhar?

O SR. RICARDO BERNARDI – Eu tenho um comentário a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO BERNARDI – A simples menção à Convenção da Cidade do Cabo não me parece muito adequada, até porque, se tivéssemos de fazer menção a todos os tratados internacionais aplicáveis, nós teríamos que escrever um código 30 vezes maior, vamos dizer assim, porque existem várias normas esparsas que se aplicam também, principalmente no âmbito internacional.

Então, se o caso...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Qual artigo?

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Esse §1º que foi incorporado ao 77, que nem foi sugestão do grupo... É o §1º ou o §2º, não sei, onde se diz que se aplica a Convenção da Cidade do Cabo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É o art. 75.

O SR. RICARDO BERNARDI – Isso! Esse aí!

A Convenção da Cidade do Cabo se aplica porque ela é fruto de um tratado internacional, ratificado pelo Governo brasileiro, ou seja, validado e incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro. Então, o Código não precisa dizer que ela se aplica, porque o Brasil é parte. Podemos tirar.

Agora, o comentário que eu queria fazer, dentro dessa linha, é o seguinte: existem algumas normas na Convenção da Cidade do Cabo que, talvez, possam enfrentar alguma dificuldade quanto à sua aplicabilidade no Brasil, e o exemplo que eu dou é a procuração, que se chama Idera, que dá ao proprietário da aeronave o direito de, com base nessa procuração, registrar e exportar a aeronave. Então, a aplicação da Convenção, à luz de outras experiências que nós temos, pode sofrer alguma restrição, alguma interpretação adversa, por exemplo, por parte da Secretaria da Receita Federal, que, pela sua regulamentação, pode não aceitar a Idera como instrumento hábil para que o proprietário, principalmente se for estrangeiro, tome as medidas necessárias para a exportação.

Então, a sugestão que eu faço aqui é que nós, talvez, pudéssemos pensar em alguma regra específica que dê operacionalidade efetiva aos termos da Convenção da Cidade do Cabo, e não simplesmente dizer, de forma genérica, que se aplica, mas como se aplica, no que for importante.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Mas a Resolução nº 309 da Anac, justamente, já procedimentaliza...

O SR. RICARDO BERNARDI – Eu sei, mas ela não cobre essa questão. Ela não cobre essa questão da exportação.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Foi um problema que foi levantado dentro do RAB.

O SR. RICARDO BERNARDI – Eu sei; eu participei desse processo também.

Quando foi discutida a questão do RAB, enfim, houve a contribuição de várias pessoas que trabalham no setor, e esse foi um ponto levantado. Agora, o RAB não tem jurisdição para, sequer, incluir na regulamentação da Anac alguma norma que vincule a receita.

Eu estou colocando aqui uma sugestão para que a própria lei, talvez, dê operacionalidade a esse aspecto, a essa norma da Convenção.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Ah, bom; é por isso que está aí. Vamos sugerir.

O SR. RICARDO BERNARDI – Por isso que eu estou fazendo a observação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Brasil fez alguma reserva em relação à Convenção da Cidade do Cabo?

O SR. RICARDO BERNARDI – Fez algumas, sim, mas não em relação à Idera; não em relação a essa procuração.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O. k.

Pois bem, senhores, em relação a isso, existe, sim, uma vantagem de se colocar a situação da norma, o código que você quer aplicar ou a convenção que se quer aplicar, porque isso,

obviamente, orienta; mas, por outro lado, isso pode causar essa – como se diz? – lacuna, ou então você amarra muito a questão.

Eu entendo da seguinte forma: vamos fazer um modelo... Então, pelo que estou entendendo, nós vamos suprimir.

Ou o senhor quer dar uma melhor redação a isso, Kerlington?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não, não; eu não. Acho que o colega pode me ajudar bastante, porque ele está com a...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ricardo, acho que você pode, então, ajudar...

Assim: eu entendo a importância da Convenção da Cidade do Cabo, mas, ao mesmo tempo, o apontamento que o senhor colocou é interessante. Então, o senhor poderia dar uma redação que, realmente, garanta esse ponto para nós?

O SR. RICARDO BERNARDI – Certamente. Vou fazer.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Eduardo, volte ali ao 77 para mim, por favor. (Pausa.)

Pois é; está aqui na minha tabela, mas não está ali a redação do art. 77.

Então, está bem. Depois eu passo...

O 77, como a gente escreveu aqui, está: "Os títulos levados a registro receberão no Protocolo o número que lhes competir, observada a ordem de entrada."

Está igual?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está igual.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Então... Vamos ver...

O 80...

Mais abaixo, por favor.

Então, tudo bem.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O 81 pode ser excluído ou pode, simplesmente, ser mudada a alteração. Mas eu entendi aqui que é para ser excluído. Está certo?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É; a gente estudou essa...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – E a parte do Direito Civil, faremos em outro debate lá na frente porque é outro fórum, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso seria importante, isso realmente...

Bom, senhores, exaurimos essa pauta do RAC?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não. A sigla ficou horrível: r, a...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – RAC, RACB.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – RAC, mas e o B? E o "brasileiro"?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – RAC, Registro de Aviação Civil, RAC por enquanto.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Está bom.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Chama logo de Racib e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Racib. Isso, pronto, Racib.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Porque a Anac já adota o RAC como Relato de Aviação Civil, que é o antigo relatório de perigo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bem, senhores, vamos passar para um tema que é de interesse: o sistema aeroportuário brasileiro e capital estrangeiro nas empresas.

Quero só lembrar uma coisa, que é o seguinte: a intenção aqui obviamente não é exaurir, neste momento, o debate. Vamos apenas orientar aqui, conforme a maioria, os trabalhos, como devem ser levados pelo grupo constituído para tanto. Assim sendo, em que artigo estamos? Ou vamos, pela sequência, ao artigo...

Na sequência, temos aqui a Infraestrutura Aeronáutica, que foi o RAC, de que ele falou – ou o RACB para os íntimos. Podemos, aqui, pela sequência, debater o art. 86, na sequência...

Não, desculpem, isso já foi.

Olhem, estamos avançando bem. Que bom! (*Pausa.*)

Art. 180, página 75, por favor. Temos ali... Nem apontamos nada até para evitarmos o "predileitismo", não trabalhamos isso.

Senhores, esse assunto tem sido muito debatido. Já vários projetos de lei aqui na Casa, inclusive, um no Senado. Tivemos um projeto de decreto legislativo, parece, que já previa, no ano passado, a abertura em 100% do capital. Posteriormente, esses valores foram revistos, e aqui temos então a oportunidade de tratar esse tema.

Esse tema é do Grupo 3. Quem vai falar pelo Grupo 3, fazer os apontamentos rapidamente?

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Bom, como o Respício não veio hoje, e ele é o líder do grupo, não sei se há alguma objeção em relação a isso. Alguém quer falar?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, senhores, podemos passar... Os senhores já querem fazer alguma consideração em relação a isso? Por quê? O Código atualmente fala em 20%. A legislação americana, por exemplo, fala em 25%. Existem duas propostas, uma, que deve ser colocado 100% de abertura total em relação ao capital; outra proposta, que deve ser colocado pelo menos 51% para o capital nacional das empresas aéreas e 49% para empresas estrangeiras. Alguém deseja fazer algum comentário em relação à matéria? Ou já estamos com a pauta definida para aprovação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, não será deliberação. Por favor, sugestão.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Só um comentário, Presidente – obrigado pela palavra –: esse assunto, como já foi comentado aqui, já foi discutido nesse e em outros fóruns por diversas vezes, é um assunto em que as pessoas têm quase um apego pessoal, já virou quase torcida de futebol: o cara é flamenguista porque é flamenguista, mas chega a um ponto em que ele começa a se apegar aquilo ali.

Na apresentação no Respício da semana retrasada, acho que ficou muito claro. Ele colocou as possibilidades: a primeira proposta, de 100%; depois, outra proposta de 49%; a questão da parte da nacionalidade dos diretores, da diretoria.

Assim, sinceramente, Sr. Presidente, não sei se há muito mais o que discutir, muito mais o que falar. Acho que se trata mais de definir que linha seguir.

É impossível atender todo mundo. Quem é a favor dos 49% talvez vá continuar sendo a favor dos 49%, e quem é a favor dos 100% vai continuar sendo a favor dos 100%. Eu não sei se a gente vai conseguir um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Aqui, não haverá consenso. Aqui, teremos uma maioria.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – É importante dizer que, como o Respício falou na apresentação dele, só há um consenso: ninguém é a favor dos 20%. Da maneira como está...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – ... o consenso é de que tem de subir.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tem de subir... Não é para reduzir.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Agora, o quanto é a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ótimo.

Então, senhores, vamos lá: aqueles que são favoráveis aos 49% para capital estrangeiro, por favor, podem se manifestar. (*Pausa.*)

Repito: 49%, capital estrangeiro; 51% capital nacional.

Quem é favorável aos 49%? (*Pausa.*)

São 6 votos.

E aos 100%? (*Pausa.*)

São 9.

Senhores...

Pois não, Donizeti.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Parece que há um especialista nesse assunto e que até faz parte do grupo da Relatora. Eu não sei se seria o caso de falar um pouco sobre isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Sobre a parte jurídica. Nada de interesse...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Professor, eu acredito que já foi veiculado – não sei porque são tantos os *e-mails* passados – um trabalho jurídico feito, inclusive, no Senado pelo Consultor Victor Carvalho Pinto. O trabalho dele foi passado para esta Comissão e se chama "O Marco Regulatório da Aviação Civil: elementos para a Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica". Esse trabalho está disponível no Google também – é possível baixá-lo. Depois, a gente pode veiculá-lo normalmente aqui.

Eu queria só ressaltar alguns pontos que eu acho relevantes para reflexão: na página 38, ele começa a falar do capital estrangeiro. Ele alega que a manutenção de qualquer restrição, qualquer limite condicionante ao capital estrangeiro, contraria o art. 171 da Constituição Federal. E, ao longo desse capítulo, ele busca também outras leis e consegue mostrar a incompatibilidade com essas leis quando há essa restrição. Ele busca principalmente o art. 5º da Constituição, que diz que é assegurada a estrangeiros e brasileiros a igualdade de direitos no âmbito dessa Constituição.

E questiona: se você assegura igualdade de direitos entre estrangeiros e brasileiros dentro do Território nacional, por que se impõe uma restrição a um estrangeiro de exercer uma atividade empresarial e a um brasileiro não?

São vários questionamentos nessa linha, e, em síntese, ele diz que esse artigo já pode ter sido revogado pelo art. 171 da Constituição, por causa dessa incompatibilidade. É um trabalho que já foi feito por esta Casa.

Eu particularmente justifico meu voto em respeito a esses outros trabalhos feitos anteriormente, que acho não podemos desconsiderar. Eu justifico nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Castanho, o senhor quer usar a palavra? Ou o Ebner? Acho que o Castanho fez a inscrição primeiro.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Bom, eu acho que esse assunto ainda não está esgotado. Vamos ter muito a discutir a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu acho que cada segmento tem de colocar sua posição, sim. Tem de haver um espaço para essas pessoas e para essas instituições ou para essas defesas, certo?

Para tudo há uma justificativa. A gente se abster de ouvir o que tem de ser dito em relação a isso, ou quais são as justificativas de cada grupo, não é democrático.

Então, acho que é claro que a maioria vai definir o que tiver de ser definido, sejam 20%, sejam 49%, sejam 100%, mas não abro mão do meu direito de colocar a posição e o porquê. Então, em algum momento, eu gostaria de fazer essa apresentação. Não é simplesmente porque a gente acha que tem de ficar como está. É porque tem justificativa, é porque há estudos, é porque há exemplos em todo lugar do mundo que a gente quiser sobre todos os casos.

A questão é que vemos que a abertura irrestrita de 100% do capital, quem fez isso pagou o preço. Nós temos exemplo da nossa vizinha Argentina, que privatizou Aerolíneas, ficou oito anos na mão da Ibéria, voltou para o Estado com milhões, bilhões de dólares de prejuízo, metade dos empregos e a população desassistida.

O que nós temos é que, em momento de crise, em momento de baixa demanda, não tem governo que segure uma empresa estrangeira operando no País. Isso é soberania. Não é porque a gente quer defender as empresas ou quer defender esse ou aquele. Queremos defender os empregos e a soberania. Isso é importante ser considerado. E nós estamos simplesmente fazendo uma varredura muito superficial com relação a esse assunto.

Então, eu gostaria de deixar aqui esse apelo para que a gente discuta ainda muito melhor esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Antes de o Ebner tomar a palavra, isso aqui é uma recomendação dos 100% que serão estudados pelo grupo, obviamente. Como eu falei, isso não tem caráter deliberativo, mas realmente demonstra uma posição de avanço que iremos verificar. Obviamente, isso será debatido ao longo... Eu sei da posição do senhor e da posição de vários outros e, obviamente, acho que iremos resolver aqui no melhor consenso.

Dr. Carlos, por favor.

O SR. CARLOS EBNER – Obrigado.

É um assunto bastante debatido, bastante complexo, tanto em nível nacional – o que estamos discutindo agora – como em nível internacional, quanto aos reflexos, aos efeitos que teve no mundo internacional.

No dia 2 de agosto, eu enviei um *e-mail*. À noite, fiz um apanhado sobre o que aconteceu no mundo, quais são as tendências – não sei se tiveram a oportunidade de lê-lo –, em que eu foco vários aspectos. Uma das perguntas que fica sempre é aquela: por que nos Estados Unidos, por que na Europa eles mantêm? Os Estados Unidos mantêm 25% e a Europa mantém 49%. No "intraeuropa" ele é 100%. Mas nos lados, muito embora defendam os céus abertos, eles têm esse posicionamento. E não é só lá. A Austrália também tem a mesma coisa. No seu mercado internacional, ela tem uma limitação de 49%; no mercado doméstico, de 100%. Por quê? O mercado doméstico deles é quase nada, enquanto o Brasil representa o quarto maior mercado doméstico do mundo.

Isso vem há muitos anos. Por que os países querem deter o controle acionário? Vem do aspecto estratégico, de segurança, de segurança nacional. Os Estados Unidos, muito preocupados em ter uma frota à mão, no caso de guerra, utilizam-se muito dos aviões para transporte de tropas, que servem até como um subsídio para certas empresas que estão ruins das pernas, empresas cargueiras. Então, cada país tem um modo de ver esse tipo de coisa.

Aqui, concordo com o colega que precisamos discutir mais esse assunto, que pode levar... Em nível de concorrência, ele tem assuntos positivos. Por exemplo, numa empresa *startup*, se você tem 100% do mercado que pode ser de capital estrangeiro, vai ter mais chance de se formar com um capital adicional. Tem chance também de trazer capital estrangeiro para cá. Troca de conhecimento.

Falava-se muito que 100% de liberação do capital estrangeiro provocaria maior competição, menores tarifas. Mas hoje o mercado já posiciona isso com o menor custo ao longo do tempo, a nova tecnologia. Ao longo dos vinte anos, toda economia que as empresas aéreas fizeram em termos de produtividade foi transferida para o bilhete aéreo. Elas praticamente não ficaram com nada. Hoje, uma média mundial de retorno de uma empresa aérea são 3,5%. Um ganho por passageiro não vale nem um Big Mac, para a gente ter uma ideia do que uma empresa aérea ganha por passageiro.

Então, é um assunto que tem de ser muito bem discutido, muito bem abordado. Eu fiquei agora um pouco preocupado. Quem é a favor ou quem é contra? Na exposição do Respício – estive aqui na última vez – ele não argumentou, não contra-argumentou, não deu fatos, não trouxe o porquê da posição dele.

Outra coisa que sinto falta de se ter discutido aqui é sobre se a empresa tem que ser brasileira, ou não, e também se a diretoria tem que ser formada por brasileiros ou estrangeiros – pode ser por estrangeiros –, como hoje é a aplicação.

Então, se a compararmos com outras indústrias, como a farmacêutica, a de energia ou a de comunicações, veremos que elas são abertas. Como eu estou colocando, existe alguma coisa que nos permite dizer que esse é o caminho certo. Mas, sobre o caminho que foi trilhado, que foi feito aqui, nós temos que ter uma responsabilidade grande.

Acho que nós precisamos debater bastante. Nossa indústria ainda é crescente, ainda não é madura. Nós saímos agora, começamos a olhar a infraestrutura, crescemos muito nos últimos anos, com tarifas reduzidas, trazendo mais acesso, mas ainda não temos um mercado maduro; não é um mercado que esteja em condições de dizer: "Eu posso ter alguém aqui".

Eu estava dizendo ao Prof. Georges há pouco que os Estados Unidos, grande defensor dos céus abertos, hoje dizem "céus abertos, *but fair competition*". Ele quer uma competição justa, porque empresas do Oriente Médio se estabeleceram, formaram seus *hubs* nos seus países e não têm custo social. Elas podem demitir qualquer pessoa, não têm greve, não têm impostos, e isso faz com que empresas europeias, que têm problemas de greve toda hora, criem uma grande diferença na competição. Não estou defendendo nem um lado nem outro, mas apenas transmitindo a vocês como está essa posição de propriedade, dizendo por que alguns países se defendem.

A quinta liberdade é outro assunto que está sendo muito discutido hoje. Antigamente, "não à quinta liberdade". Essa quinta liberdade está alavancando. Hoje, uma empresa dos Emirados chega aqui, pousa em São Paulo e pode levar passageiros para Buenos Aires ou para Montevideú. A Etihad chega na Europa... Ela faz um voo da terra dela até Roma, de onde voa para Nova York. Então, ela tem o voo Nova York-Roma, na verdade. E isso tudo vem sendo discutido. Agora, imaginem nós aqui que ainda não estamos com um mercado maduro.

Então, eu ainda não tenho uma opinião formada e gostaria que esse assunto, Sr. Presidente, fosse mais discutido, mais debatido. Concordo que nós ainda estamos muito... O que eu vi nas reuniões é que ainda não discutimos o suficiente, pelo que o impacto que pode significar para a aviação brasileira. Por exemplo, 49% e 51%. Qual o capital não votante? Podemos ter dois terços? Como é a lei da CVM? Nós também temos que saber o que a CVM diz sobre isso.

Era só isso que eu gostaria de deixar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Só mais uma consideração.

Eu acho que nós vamos ter que voltar várias vezes à discussão sobre esse assunto. É claro que a nossa preocupação é principalmente com os empregos, mas nós hoje fazemos parte de uma instituição que se preocupa com a sustentabilidade acima de tudo, e nós temos exemplos para onde olhar em relação a isso. Quando nós começamos a discussão aqui, no primeiro dia em que participei, trouxemos de fora os exemplos. Vamos trazer de fora os anexos do Icao, vamos trazer de fora a orientação para o nosso trabalho. Onde está a orientação externa para esse tema? Eu só gostaria de deixar esta pergunta. Não quero respostas. Onde estão os exemplos do que deu certo, na linha que eu estou vendo que estamos seguindo? Nós, brasileiros, somos mais espertos que o resto do mundo? Porque não tem exemplo aí fora que deu certo. Então tragam para mostrar. Tragam bons exemplos.

Então, eu acho que nós temos de seguir uma linha lógica. O que nós não podemos é criar um *case* no nosso País que mais tarde não se sabe quem pagará. Será que alguém aqui vai pagar esse impacto? Todos vão pagar? O País vai pagar?

Então, nós temos, hoje, poucos países que fazem isso, e a maioria não deu certo. Ponto.

Segundo, nós temos vários outros assuntos correlatos sendo tratados em outros fóruns que não estão sendo considerados aqui. Não estão sendo considerados aqui os acordos bilaterais, como o nosso amigo falou aqui, e os acordos bilaterais de quinta liberdade. Não estão sendo consideradas aqui as grandes fusões e grandes empresas. Não está sendo considerada aqui a intenção de abrir também a questão de intercâmbio de aeronaves no Brasil. Nós também não temos isso claro. Qual é a relação disso com a abertura do capital? Nós temos, no País, busca por abertura do capital, abertura dos céus, liberdade de matrícula, liberdade de licença e intercâmbio de aeronaves.

Vocês já imaginaram o que isso pode causar para um país? Vocês tem noção, nós temos noção de qual a correlação de todos esses assuntos? Temos? Bom, então precisamos ver. Agora, quem tem essa informação deve apresentar aqui.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – O Ronei já disponibilizou uma nota técnica mostrando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – É. Depois você comenta.

Houve também um texto técnico do Respício circulando, mostrando todos os países que adotaram, inclusive a Austrália e a Nova Zelândia, e não tiveram problema.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Tem aqui.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Pois é.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Para mim...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Para mim essa questão está esgotada. Se vocês quiserem ampliar para discutir mais uma, duas semanas, sim. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, pela ordem. Vamos lá. Isso aqui foi apenas uma orientação que nós colocamos. Vamos ver a viabilidade de ser o capital 100%.

O que eu entendo... Obviamente, também não vamos abrir mão dessas discussões. Entendendo que não seja viável, temos a opção dos 49%. Obviamente os 20% não continuarão.

Agora, eu entendo o seguinte, o Brasil é um país que tem a aviação que tem graças também às empresas estrangeiras, que vieram para cá e instalaram a aviação no Brasil, porque, não fosse pelas empresas estrangeiras que vieram para cá no passado, que se instalaram aqui, também nós não a teríamos.

Existe outra característica interessante no Brasil: nós temos, dentro da agência, um órgão regulador da economia, coisa que não há em outros países, como Estados Unidos, por exemplo. Lá dentro da FAA não há um órgão que regula a economia ou coisa do gênero, ou a atividade econômica das empresas aéreas.

Outra coisa que eu vejo é que temos várias empresas estrangeiras que operam no Brasil no modo de multinacionais, que são empresas que podem ser vistas como predadoras, que são aquelas empresas que vêm aqui, apenas se instalam, não lucram e vão embora; ou então são empresas que se instalam aqui e permanecem, como também é o caso das montadoras de veículos. Ou seja, se de repente essas montadoras de veículos forem embora, nós também vamos ficar sem carros.

Então, é aquilo que eu volto a dizer, que é a importância de não só analisar os benefícios, porque afinal de contas nós temos que verificar o alcance desse capital e o investimento não apenas para as linhas aéreas regulares. Nós temos que ver, por exemplo, como isso poderia alcançar o serviço das linhas aéreas sistemáticas, a questão para os táxis aéreos. Então, tem uma série de atividades econômicas que podem ser ampliadas também com a entrada do capital.

No Brasil, diferentemente da Argentina, não se vive sem aviação, por óbvio. E eu vejo que, sim, nós temos grandes empreendedores da área de aviação no Brasil, mas se pegarmos o caso da Azul, veremos que é emblemático. Tudo bem. O dono é um brasileiro. Mas nós também sabemos que ele é americano e teve todo o trabalho de trazer a sua empresa para cá dentro de um modelo. Nós já temos empresas dentro do Brasil que praticamente já são controladas pelo exterior, que já têm o capital colocado em bolsa externa e não espelham mais a realidade.

Por outro lado, se você coloca na empresa aqui que seja 100% capital, que vá atender a essas leis tributárias, arrecadar, e também vá trabalhar, atender à legislação trabalhista, à legislação tributária, entre outras, também é aquilo que eu disse, nós vamos debater entendendo que isso é uma postura viável. Perfeito. Agora, se entendermos que não, obviamente é aquilo que eu falei, aqui não foi deliberado. Nós estamos apenas encaminhando para o estudo da comissão técnica, da comissão jurídica, para verificar a viabilidade ou não da proposta. O.k.?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu gostaria de esclarecer que votei favorável à abertura 100% ao capital estrangeiro. Mas é uma prudência muito grande, ao se elaborar uma legislação, que a adoção de um princípio de não restrição ao capital estrangeiro em nível de direito brasileiro seja feita de uma forma gradual. Não é possível de um dia para outro você falar que é 100% capital estrangeiro. Quer dizer, há todo um substrato político, estratégico, financeiro e jurídico.

Então, eventualmente, em se aprovando uma abertura, teria que haver um prazo – sei lá – de cinco ou dez anos; toda uma adaptação, porque realmente não dá. Eu não sou da área financeira. Tenho uma dificuldade de entender. A minha questão é mais jurídica.

Eu não sei se isso seria possível ou não, porque hoje, coincidentemente, acompanhou-me aqui um colega de São Paulo, advogado, que é especializado nessa questão jurídica. E a experiência que ele teve com essas aberturas, com esses grandes contratos, mostrou como o investidor estrangeiro se sente no mercado com abertura total ou não abertura. Quer dizer, como ele vai participar?

Eu não sei se haveria possibilidade de ele falar três minutos, muito pouco, ele não é membro da Comissão, mas, se não for possível...

Porque senão, daí, depois vocês conversariam com ele ali fora. Mas, realmente, independente do modelo jurídico a ser adotado, vai ter que ter uma consciência jurídica e uma cautela, uma prudência muito grande passo a passo para...

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Professora...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Pois não.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Ele é especialista na área, não é?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Ele é. Ele fez doutorado na Alemanha e advogou na Alemanha.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Eu acho que, no início da Comissão, quando aprovamos o regimento, falamos em trazer especialistas também. Então, não teria problema em falar.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Aliás, ele foi meu aluno há 20 anos, de Direito Internacional, na USP. Ele é especializado em Direito, fez doutorado na Alemanha, advogou na Alemanha, enfim, e está no Brasil. Então, ele tem uma forma até muito clara para explicar, do ponto de vista jurídico, o que ele sente, em termos práticos, quando o investidor entra no mercado, que vai investir muito, e aquele mercado é um mercado com restrições, o nível de restrição, se não há restrição e a participação dele, porque é muito dinheiro que ele vai investir.

Agora, eu não sei...

Ele poderia falar uns 5 minutos? Vocês teriam interesse em ouvi-lo?

Posso?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, isso seria uma exceção. Professora, eu não sei se seria viável, porque, de repente, todo mundo vai pegar no meu pé depois.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Ah, então...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Porque há, aqui, várias pessoas que não são membros e em relação às quais nós conversamos e anuímos que não teriam condições de ter a palavra.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Pois é...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas acho que isso é uma consulta aos próprios membros. É uma necessidade de os membros ouvirem outras opiniões, senão a gente acaba perdendo a ferramenta.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Presidente, então, para fazer diferente: para não ficar nas suas costas, eu proponho a audiência do convidado. Aí tira de suas costas, é votado, e V. Exª não fica encurralado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Encurralado... Obrigado.

É muito forte esse texto. Dói nas costas.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Quem é favorável ouvir o Nilson por cinco minutos? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu fui voto... (*Risos.*)

Estou encurralado.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Posso chamar o Nilson? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Nilson, o senhor tem cinco minutos.

Porém, o assunto, de certa forma, já foi votado e nós vamos fazer encaminhamento – o. k? Aí a discussão vai ser feita ao longo, porque, senão, nós vamos ficar patinando um pouco na pauta.

Antes de conceder-lhe a palavra, o Castanho havia pedido a palavra anteriormente. Então, para não ser descortês com o Castanho, o senhor falará depois dele.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Só gostaria de esclarecer, Dorieldo, que Austrália e Nova Zelândia não têm capital aberto 100%. Então, essa informação não confere. Apenas para esclarecer a informação para todo mundo.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Qual a sua fonte? Você tem a lei?

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Tenho. É a mesma do Respício.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Eu posso lhe dar outro exemplo: a Cingapura em 100%. Eu baixei a lei dela, que tem uma das melhores empresas aéreas do mundo. As nossas empresas aéreas não se destacam. Então...

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – É diferente. Olha o tamanho do nosso País! O Chile também tem uma aviação mundial...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, pela ordem.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Isso não tem lógica!

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – É por isso que tem que ter uma apresentação. E eu tenho condição de fazer essa apresentação, mostrando o porquê de alguns países terem dado certo dessa forma – entende?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Castanho, nós vamos fazer a verificação do capital; nós vamos levantar isso. Obrigado. Isso é importante.

Nilson, venha aqui na frente, por favor.

Tércio, pois não.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Eu considero esse como sendo um dos assuntos mais importantes a ser tratado aqui no estudo do CBA. E digo isso pelo seguinte: ele envolve um sem-número, milhares e milhares de empregados, de empresas nacionais, envolve a vida das empresas nacionais, cujo trabalho tem sido executado de maneira bastante eficiente nos últimos anos.

Pelo que eu me lembro, a movimentação de passageiros de empresas internacionais no Brasil não chegava, até poucos anos atrás, a 5% do seu movimento, o que representava para ele simplesmente uma fuga para dar atendimento a países que não tinha uma atração relativa, de acordo com o que representava aquele movimento.

E, pelo fato de ser uma assunto tão importante, eu gostaria que ele não fosse fechado, Sr. Dorieldo. Eu gostaria que ele ficasse em aberto e que nós tivéssemos oportunidade de discuti-lo com maior profundidade, inclusive verificando aquilo que diz respeito ao funcionamento das empresas na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), e que nós tivemos condições de tratar e esgotar esse assunto ao máximo. Para mim – e creio que para boa parte dos que estão aqui presentes –, ele representa um assunto sério, importante, e nós devemos aprofundar o seu tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Tércio, como nós falamos, o assunto aqui foi encaminhado para um estudo dentro da base dos 100%, conforme deciso pela maioria. O assunto não está fechado e não foi deliberado. É importante ressaltar isso, o. k?

Então, por exemplo, você diz: "Ah, ninguém mais vai falar dos 49%!" Não. Os membros estão aqui presentes. Eu sei que o Castanho vai querer fazer uma apresentação, que ele vai querer perquirir o meio, bem como o senhor.

De repente, é aquilo que o senhor disse, faz-se um estudo em torno dos 100%, como foi proposto pela Comissão, e nós verificamos a viabilidade legal. Isso aí também exaure 100% o assunto.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Perfeito. É exatamente isso que eu estou propondo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É isso.

Então, vou passar a palavra para o Nilson, por cinco minutos.

Com a palavra o nosso convidado, por favor.

O SR. NILSON LAUTENSCHLAGER – Primeiramente, obrigado. Não queria causar nenhum constrangimento. Serei bastante breve.

A experiência que trago para colaborar com vocês é de quem assessora empresas, tanto do lado brasileiro, recebendo capital estrangeiro em vários setores que foram abertos ao longo dos anos no Brasil, quanto dos investidores estrangeiros.

O Brasil é necessariamente um País que precisa do capital estrangeiro. Nós não temos uma base de capital próprio, de formação de capital próprio, como os Estados Unidos e os países anglo-saxônicos em geral.

Então, a base de comparação desses países conosco fica prejudicada, uma vez que lá a abundância de capital é praticamente plena. Isso acontece também na Europa. Não é definitivamente a situação nossa. É só olharmos para a questão da infraestrutura, onde praticamente se não tivesse o aporte de capital estrangeiro, não haveria a possibilidade de remodelação.

Mas tendo isso em vista, o que acontece na limitação é o fluxo, o volume de capital estrangeiro que estará disponível. Se limitamos em 20%, é praticamente nulo. Se colocamos 49%, aumenta um pouco, mas ainda não virá porque muitos fundos têm, dentro do seu regulamento de investimento, a necessidade de ter o controle, por uma questão de cálculo de risco. Quer dizer, se você aporta um volume grande de capital, você precisa ter pelo menos, por uma questão de regulamento interno do fundo, o controle sobre a gestão desse dinheiro.

Outro aspecto são também os conflitos, o custo que os conflitos causam. Quando um fundo vem analisar um investimento num setor, ele faz a análise do custo do País. O custo é regulatório. O custo do próprio investimento, do setor, e daquilo que é necessariamente o curso da transação, que são os conflitos que podem aparecer ao longo da história na empresa. E, necessariamente, quando há uma proteção de participação brasileira, esse conflito aumenta.

É típico encontrarmos a maioria dos conflitos via arbitragem ou no Judiciário, onde o grupo brasileiro, sabendo que pode se manter por avião, que é uma proteção legal, cria problemas para o grupo estrangeiro, mesmo quando há necessidade de aporte de capital. E isso dificulta a própria vida na empresa, porque muitas vezes o estrangeiro tem capital para aportar numa necessidade, o grupo brasileiro não tem, e isso acaba impedindo um aporte naquele negócio.

Agora, se isso fala em prol de uma abertura total, porque o volume de capital disponível será muito maior, o que não pode ser esquecido é a posição do mercado brasileiro. Uma abertura total e imediata é perigosa, não é simples e pode realmente fazer um estrago grande.

Então, quando a professora Maria Helena mencionou a necessidade de graduar no tempo essa abertura, é exatamente para isso que eu acho que qualquer uma das propostas que venham a prevalecer, especialmente essa de cem por cento, precisariam atentar: para essa possibilidade.

Uma abertura talvez não imediata, mas com uma graduação no tempo, para que o mercado brasileiro se reestruture, tenha espaço para se reorganizar e eventualmente competir em igualdade de condições, pois uma abertura imediata não vai dar essa condição para o mercado brasileiro, mesmo via mercado de capitais.

Encerro a minha colaboração com uma última questão. Quarenta e nove, 51%, corresponde a um debate bastante apaixonado, mas não está preso a nenhuma base técnica de empresa, porque o que estamos discutindo aqui é controle. O que interessa para um investidor estrangeiro, para o capital estrangeiro, é controle. Ele tem controle só com 75% na limitada e com 66% na S/A. Não tem base alguma. Por que 49%? Por que 51%? Só por que nas decisões ordinárias ele tem o controle? Mas isso não interessa só para o investidor. Ele precisa ter o controle efetivo, ou não ter. Então, colocamos 76%.

Aqui, encerro as minhas palavras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado, Nilson.

Sim, fique à vontade.

Senhores, vamos lá.

Obviamente, este assunto não está exaurido. Foram interessantes as colocações, inclusive já tivemos alguns aperfeiçoamentos em relação, por exemplo, à abertura gradual, sem que seja algo automático, mas que aconteça com o tempo, que seja objeto de estudo; em sendo aprovado, como será feito o modelo e como vai acontecer essa forma.

Realmente, aquela questão de se colocar 49%, só para dizer 51% é do Brasil, também é algo praticamente simbólico. Isso não é uma opinião pessoal.

Assim, não estamos exaurindo o debate. Muito pelo contrário, penso que o debate vai se acalorar ao longo dessa situação. Ainda teremos um texto a ser produzido não só pela Comissão, pela Comissão Jurídica e também obviamente pela própria Consultoria do Senado, que vai ter de fazer um trabalho em cima daquilo que produzirmos, para que, então, nos seja retornado, para que, finalmente possamos deliberar.

Acredito que, até lá, então, vamos amadurecer um modelo mais interessante para o Brasil, independente, como foi colocado aqui, das nossas paixões – sejam 20%, sejam 5%, sejam 10%, ou algo do gênero.

Senhores, temos aqui outra pauta, ato contínuo, em relação ao sistema aeroportuário brasileiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ah, sim! Há uma pauta aqui, mas nós vamos fazer uma pequena inversão, até mesmo para aproveitarmos os assuntos que estão sendo considerados *red flags*, polêmicos. Existe uma pauta – cadastro, registro e homologação de infraestrutura aeronáutica –, não que ela seja menos importante, mas ela pode ser menos polêmica, em relação também ao sistema aeroportuário brasileiro – a disponibilidade de áreas em aeroportos para serviços essenciais ao transporte aéreo.

Hoje, temos uma questão que abarca principalmente o art. 40 do CBA...

Só verificando onde foi feita a colaboração aqui.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só uma pequena modificação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Ali no começo, onde está "inexigível", por sugestão da SAC, é "dispensa".

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. É "dispensa a licitação". Ao contrário de "inexigível".

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – É "dispensa de licitação"; só essa mudança.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, deixe-me só fazer um módulo aqui.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só para anotar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um minuto, que quero colocar isso no meu...

Esse assunto foi, de certa forma, objeto da Portaria nº 228, de 2013, da SAC, que tentou, de certa forma, regulamentar a concessão de áreas dentro da Infraero.

Então, ao contrário de "inexigível", é "dispensável"?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Antônio, você vai fazer a fala?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Você quer fazer as considerações?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Por favor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Na realidade, a ideia não é nenhuma grande mudança; é a manutenção e, talvez, o detalhamento com relação à importância da infraestrutura aeroportuária, do espaço no aeroporto, para as empresas aéreas em geral.

Para as empresas aéreas poderem prestar esse serviço público, não é como uma empresa de táxi, que utiliza as ruas. Eu preciso de uma infraestrutura para que eu possa trabalhar, e a falta de uma área aeroportuária para as empresas simplesmente inviabiliza o negócio. O nosso País ainda é um país carente de aeroportos, e os espaços que nós temos hoje são fundamentais para que essas empresas possam existir, possam manter o atendimento a toda a população, bem como possam manter os empregos de quem trabalha na área.

Uma curiosidade é que, normalmente, quando a gente vê na TV reportagens sobre aviação, vemos muitos comentários sobre a linha aérea, que tem sua grande importância na aviação brasileira, mas vemos poucos comentários sobre o táxi-aéreo, apesar de o táxi-aéreo conseguir atingir o País. Por exemplo, a minha cunhada mora em Eirunepé, no Amazonas, e a única empresa aérea que atendia a cidade hoje não a atende mais. Então, a única forma que eles têm de se deslocar da cidade hoje é através de táxi-aéreo.

Hoje, eu trabalho em Macaé numa empresa de táxi-aéreo. Essa empresa existe na base Macaé, basicamente para atender o transporte *offshore*. Então, a gente tem voos diários para as plataformas de petróleo, sendo uma empresa de táxi-aéreo. Às vezes, como falei, a gente vê muito na mídia se falar da linha aérea, e a empresa aérea sob demanda, conhecida como o táxi-aéreo, não é tão conhecida pelo grande público, mas tem uma missão importante dentro da aviação no País.

A gente entende também que essa dispensa de licitação é necessária. As empresas que nós temos hoje vêm trabalhando nesse regime há vários anos. Uma eventual mudança, como foi aventado há alguns anos traria possivelmente o fechamento da maioria das empresas de táxi-aéreo no Brasil, com consequente falta de atendimento da população em vários locais, bem como a dispensa de muitos funcionários.

Basicamente essa é a motivação. E eu até passei um documento ontem, justificando, dentro da legislação brasileira, que essa dispensa de licitação está prevista, não é algo fora daquilo que está previsto na nossa legislação atualmente. E ela é importante para manter o trabalho das empresas aéreas em geral.

Quem deu uma contribuição para o assunto, além de mim, foi o Catanant. Acho que seria interessante o Catanant falar um pouco. Pode ser? Podemos passar a palavra para o Catanant?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

Obrigado, Ivaldo.

Mas, antes disso, eu queria só entender um ponto, se você pudesse explicitar. A gente está falando não mais de que é inexigível, mas passa a ser, segundo a proposta, que é dispensável? E, se for assim, qual é a diferença efetiva, porque no quarenta já se fala em dispensa do regime de concorrência. E, segundo o nosso entendimento, inclusive, já funciona a contento.

Se você puder explicar isso melhor...

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sim, a mudança basicamente é na descrição das empresas que estão atendidas e na especificação de que sejam certificadas pela autoridade de aviação civil. Na realidade, a ideia é só esclarecer um pouco mais o item.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu acredito que, numa situação entre "inexigível" ou "dispensável", o termo "inexigível" talvez contrarie a própria Lei nº 8.666.

Então, como se faz? Você dizer que não é exigível, aí, realmente, você vai de encontro a ele. Agora, você dizer que é dispensável, aí talvez já haja meios legais em que se possa legitimar essa situação.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – A questão da inexigibilidade é pressuposto fático, não é? Não haver concorrências é inexigível. Não se pode exigir da Administração Pública que ela faça licitação. Mas se for, de fato, a alteração do art. 40 a mera descrição das atividades, eu não tenho maiores óbices, porque o que nós tergiversamos, inclusive nas notas trocadas, a da SAC eu acho que corrobora, a Infraero circulou há pouco também seu entendimento, e sobre esse ponto seria importantíssimo, aliás, mais importante do que me ouvir, ouvir a própria Infraero, seria com relação a essa proposta de se usar a inexigibilidade.

Deve ficar claro para todos que não significa impor à administração que ela esteja vinculada a dispensar a realização de licitação, mas é uma discricionariedade, face a questão de interesse, que ela possa dispensar da licitação pública.

Eu não tenho óbice se a redação permanecer basicamente na mesma orientação do art. 40 vigente. Portanto, sugiro, Presidente, que possamos ouvir a Infraero nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Inclusive, é uma situação, aproveitando o comentário sobre o que a Infraero pode dizer... Eu acredito que deve ser o Dr. Tercio que deve falar a respeito. Eu tenho essa impressão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo. Então, estou certo.

Veja só, nós temos que trabalhar inclusive melhor no Código a questão de áreas operacionais e áreas comerciais dentro de espaços aeroportuários. Porque, muitas vezes, elas se confundem ou nem existem. E existe a questão do aspecto discricionário da Administração Pública para definir o que é uma área operacional, o que é uma área comercial. Muitas vezes, você tem uma oficina de manutenção que está dentro de uma área operacional, mas acontece que o interior da oficina é considerado como área comercial. Aí já é outro tipo de tratamento. Para mim, seria oportuno tratar disso no Código.

Vou conceder a palavra para o Tercio, depois para o Ricardo e para o Ronei.

Dr. Tercio.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Muito obrigado.

O que nós analisamos dentro da proposta feita sobre a modificação do art. 40? Em primeiro lugar, eu gostaria de chamar a atenção para o que está descrito como todas essas atividades, eu acredito que ficou faltando uma, que é a da garapa que vende junto com o pastel. Porque quando se fala:

É inexigível a licitação para a utilização de áreas e instalações aeroportuárias destinadas às empresas de transporte aéreo público regular e não regular de passageiros, carga e mala postal, às empresas prestadoras de serviços auxiliares [é aí que entra a garapa com pastel], inclusive que explorem a atividade de abrigo de aeronave, bem como às empresas de revisão, reparo e manutenção de aeronaves que sejam certificadas pela autoridade de aviação civil.

Daí para frente, eu quero dizer o seguinte: se nós formos aqui separar por atividades e a sua rentabilidade, é muito interessante que se fale sobre a cobrança de táxi-aéreo, que não pagava nenhum percentual sobre o seu faturamento. Com relação às empresas de serviços auxiliares, essas então nós nem sabemos a que se referem.

Quando se fala em empresas que exploram a atividade de abrigo de aeronaves, nós ficaremos espantados se pegarmos qualquer aeroporto, por exemplo, no Centro-Oeste, como Cuiabá e Goiânia, ou mesmo Campo de Marte, Congonhas e Santos Dumont, nós veremos que o valor cobrado por hangaragem de uma aeronave, seja ela monomotor ou bimotor a jato, o valor é completamente discrepante. E sobre esse valor a administração aeroportuária, que é obrigada, por lei, a manter a operacionalidade, a infraestrutura adequada à sua operacionalidade, ela não recebe nada, nada, absolutamente nada sobre o que está aqui.

Então, o que nós temos que verificar é que, ampliar demasiadamente o rol dessas empresas para o qual seria dispensado o certame licitatório, tornando praticamente inaplicável em face de alteração no instituto pela inexigibilidade de licitação.

Sobre esse ponto, temos de parar e dar uma pensada, porque não posso juntar tudo e transformar como se fosse uma receita de bolo, e vou tirar o que para a administração do aeroporto?

E hoje, quando falo em administração do aeroporto, não é somente com relação à Infraero. Nós temos de falar hoje sobre concessionários de aeroportos que existem no Brasil. E esses

concessionários de aeroportos não se resumem numa simples citação sobre o art. 40, falando o nome da Infraero. Por que não se mencionou nessa citação o nome da Anac, que é o órgão regulador? Por que não se mencionou o nome da SAC, que é o órgão representativo da aviação civil em termo ministerial?

Então, não é só a Infraero que tem que pagar esse pato. A Infraero tem que lutar por aquilo que é seu para que ela proporcione, mesmo lá em Eirunepé, onde nós não temos pista, mas temos uma estação de rádio mantida por índios, condições de Eirunepé ser bem atendida.

Por outro lado, quando nós falamos em inexigibilidade ou dispensa de licitação, nós temos que verificar que as áreas aeroportuárias são áreas de questão estratégica, de segurança nacional, devendo prevalecer a supremacia do interesse público na decisão de licitar ou não as áreas aeroportuárias. Esse é um ponto para o qual chamamos a atenção, porque a concessão indiscriminada de áreas em aeroportos sem licitação fere o preceito constitucional da livre concorrência.

A regra do prévio serviço licitatório possui um fundamento constitucional, em que está previsto: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]". Para regulamentar esse dispositivo, foi editada a Lei nº 8.666, de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitação e contratos administrativos.

O instituto da inexigibilidade também está previsto no art. 25 e, citando um advogado famoso, conhecido, provavelmente o Presidente o conhece pessoalmente, Marçal Justen Filho:

As diferenças entre inexigibilidade e dispensa de licitação são evidentes. Não se trata de questão irrelevante ou meramente retórica, mas de alternativas distintas em sua própria natureza, com regime jurídico diverso. A inexigibilidade é um conceito logicamente anterior ao da dispensa. Naquela, a licitação não é instaurada por inviabilidade de competição.

E quando estou falando em inviabilidade de competição, eu quero ressaltar aqui um dos pontos mais importantes e que existe dentro da administração aeroportuária e aquilo que é atendido pela sua infraestrutura. Estou falando, e vou repetir aqui, da inviabilidade de competição. Na maioria dos casos ou na grande maioria, provavelmente, pelo interesse, hoje, que nós temos e de um passado recente, nós temos que fazer a licitação.

Na dispensa, a competição é viável e, teoricamente, a licitação poderia ser promovida. Não o é porque, diante das circunstâncias, a Lei reputa que a licitação poderia conduzir à seleção de solução que não seria a melhor, tendo em vista circunstâncias peculiares.

Em suma, a inexigibilidade é uma imposição da realidade extranormativa, enquanto a dispensa é uma criação legislativa. Como decorrência direta, o elenco de causas de inexigibilidade contido na Lei tem cunho meramente exemplificativo. Já os casos de dispensa são exaustivos, o que não significa afirmar que todos se encontram na Lei nº 8.666. Outras leis existem, prevendo casos de dispensa de licitação.

Como decorrência, a conclusão acerca da caracterização da inexigibilidade faz-se em momento logicamente anterior ao do reconhecimento da dispensa. Num primeiro momento, avalia-se se a competição é ou não viável. Se não o for, caracteriza-se a inexigibilidade. Se houver viabilidade de competição, passa-se à verificação da existência de alguma hipótese de dispensa.

Isso aqui, nos nossos principais aeroportos, quando se tem pouca área ou quando não se tem quase que área nenhuma, existindo apenas um ou dois lotes, certamente haverá mais de um, dois ou três interessados. Seja uma empresa aérea, seja uma oficina, seja um táxi-aéreo, seja um particular que queira construir o seu hangar naquele aeroporto, seja qualquer tipo de atividade da infraestrutura aeroportuária ligada a transporte aéreo, a sua manutenção, seja ela uma comissaria, ela vai ter o seu interesse. Nesse caso, nós somos obrigados a fazer a licitação, tomando por base o

preço mínimo estabelecido e deixando com que as empresas proponham o seu valor e a seu interesse.

Nós já tivemos, no passado, várias licitações em Guarulhos, em Campinas, em Santos Dumont. Em Congonhas, para um único lote existiam mais de dez interessados.

Como escolher a empresa que seria a ideal para se colocar nesse terreno? Qual seria a empresa ideal para se colocar num terminal de passageiros, voltado para a atividade aeroportuária, como empresa aérea, selecionar quem ocuparia aquela área? Só havia um caso, só havia um caminho: fazer a licitação, tomando por base a tabela estabelecida pela Anac. Nessa tabela, os concorrentes ofereciam os seus preços. Se o preço extrapola – e muito, às vezes –, pelo interesse que ele tem de querer aquela área, a responsabilidade não é da Infraero, mas de quem ofereceu, porque, pela Lei 8.666, nós, como órgão governamental, temos que cumprir aquilo que seja o resultado da licitação. E assim é o que nós fazemos e é assim aquilo que é cumprido.

Com relação à proposta de ampliar as empresas a serem destinatárias da dispensa de licitação, tem-se que não é razoável admitir que empresas que tenham o escopo por serviços de revisão, reparo e manutenção do produto aeronáutico, porém não qualificadas como essenciais à prestação dos serviços de transporte aéreo público, possam usufruir da benesse da dispensa da licitação, máxime porque esse benefício não resultará em qualquer vantagem, interesse ou utilidade para a administração. Ou seja, somente haveria um prejudicado: a administração ou o operador aeroportuário.

Então, nesse caso, eu gostaria de deixar aqui muito clara a nossa contrariedade com relação a essa sugestão e dizer que o art. 40, em sua redação, atende a necessidade da Infraero, mantendo para as empresas aéreas, principalmente, a possibilidade de obter áreas dentro do critério e do regime previstos pela legislação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vou passar a palavra ao Ricardo.

Senhores, só quero o seguinte, por favor: o tempo está ficando escasso. O ideal seria que encerrássemos aqui, no máximo, até as 17h30min, ou até as 17h, porque algumas pessoas têm voos para alcançar. Eu não quero colocar um tempo, até mesmo para não ser deselegante, mas seria bom que as pontuações fossem bem rápidas.

Vou esperar a consideração dos demais, antes que eu faça as minhas.

Dr. Ricardo, por favor.

O SR. RICARDO BERNARDI – Eu vou ser bem breve.

A primeira observação que eu farei está em linha com o Dr. Tércio. Basicamente, a hipótese da inexibibilidade não parece se adequar ao texto. Realmente, no aspecto jurídico, é uma hipótese de dispensa de licitação mesmo, até para ficar compatível com o art. 24 da Lei 8.666. Então, aí não há muita dúvida acerca da terminologia e dos efeitos jurídicos do termo que se utiliza.

Agora, só um comentário, para ponderação apenas.

Eu entendo o lado do operador aeroportuário, mas também há que se entender que a empresa de táxi-aéreo, ou seja lá qual for o operador que utilize a área aeroportuária também faz um investimento relevante para exercer a sua atividade econômica e se se vê privado do uso da área pode sofrer impacto sério na sua própria atividade. Claro, sem querer comentar, porque são institutos jurídicos distintos, mas é por isso que a Lei de Locações basicamente confere ao locatário o direito de renovação compulsória do contrato de locação, justamente para proteger o investimento que fez no estabelecimento.

Quem faz investimento em área aeroportuária também teria que ter uma proteção a esse investimento, sob pena de até se inviabilizar a atividade por uma conveniência ou por alguém que tenha mais poder econômico oferecer mais para ficar na área na hipótese de uma licitação.

Então, esse ponto há que ser ponderado, quer dizer, a proteção também aos interesses do operador, cobrindo o investimento que fez, seja na forma da garantia de um prazo mínimo de contrato, seja na forma de uma indenização, caso tenha que sair antes de recuperado o investimento feito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Antonio... Só um minutinho. Vou passar a palavra ao Antônio e devolvo ao senhor. Aliás, vou colocar a inscrição do senhor porque eu tenho

a inscrição do Antônio, do Ronei e do Thiago. Aí, depois devolvo a palavra ao senhor. Está bem? Se for o caso, podemos até mesmo exaurir. O tempo está avançando e temos aqui o art. 26, que eu considero importantíssimo debatermos hoje.

Antônio, por favor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só comentando. Entendo que a área dos aeroportos dos grandes centros é uma área importante. Agora, eu gostaria de lembrar que um dos objetivos da Comissão é fomentar a aviação no Brasil. Eu acho que o tratamento que a gente deve dar para a área aeroportuária, especialmente para a área do ar... Realmente é importante que eu tenha espaço para essas empresas trabalharem. Por exemplo, se sou uma oficina de manutenção de aeronaves, não adianta eu instalar essa oficina de manutenção de aeronaves aqui na Esplanada, eu tenho que instalar essa empresa num aeroporto. Fora do aeroporto, talvez uma oficina de componentes faça algum sentido. Oficina de aeronave não vai fazer sentido.

Então, a importância desse espaço nos aeroportos para a aviação do Brasil é porque sem esse espaço nos aeroportos essas empresas simplesmente deixam de existir.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O. k.

Ronei, por favor.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Obrigado, Presidente. Também vou tentar ser bastante rápido.

De novo, aqui estamos discutindo um problema de quem paga a conta. É claro que as empresas de táxi-aéreo, de manutenção e de hangaragem são elos importantíssimos do sistema; agora, o aeroporto também é. O que presta o serviço mais público, o aeroporto ou a empresa e táxi-aéreo? O aeroporto ou a empresa de serviço aéreo especializado? O aeroporto ou a empresa de hangaragem? Quer dizer, estamos falando de serviço público; então, alguém tem que pagar essa conta.

O primeiro ponto que eu queria levantar é a mesma coisa: inelegibilidade *versus* dispensa. Acho que está exaurido, acho que tecnicamente já avançamos.

Na nossa opinião, a dispensa tem que ser uma prerrogativa do operador. O que é isso? Isso é uma relação comercial entre o operador, que tem lá suas contas para pagar, que, aliás, são muito caras: manter uma pista, manter um sistema de ILS, manter um sistema de radiocomunicação, terminal de passageiros, segurança, vigilância, enfim, limpeza, manutenção de banheiro, manutenção de pista, drenagem etc. Ou seja, aí, você vai ter um capex muito pesado, um opex muito pesado, e a gente sabe que não é barato fazer isso. E como ele paga isso? Ele paga isso com tarifa, mas a gente sabe que as tarifas, no Brasil, não remuneram todos os serviços. Se tivessem que remunerar, elas seriam muito mais altas do que hoje são. Então, nós temos hoje um subsídio cruzado com as receitas comerciais.

Os aeroportos concedidos hoje já estão num patamar de 50 a 50, metade das receitas já são comerciais, e vão chegar ao final da concessão com 70 a 30, ou seja, 70% da receita do aeroporto vem de áreas comerciais e apenas 30% de tarifas, o que é, dentro do regime jurídico da concessão pública, ótimo, isso é modicidade tarifária, senão você teria uma tarifa de embarque de R\$300 ou R\$400. A tarifa de embarque de Tabatinga teria que ser R\$5 mil porque, para o passageiro de Tabatinga remunerar toda aquela infraestrutura de Tabatinga, tem que pagar R\$5 mil.

Então, como a Infraero faz isso, como o sistema faz isso? Você tem o subsídio cruzado. Os aeroportos que são rentáveis, que são vantajosos... Exemplo número um, clássico: Congonhas. Poxa, Congonhas é uma mina de dinheiro. Nós estamos falando do aeroporto mais cobiçado das Américas, talvez – da América Latina, com certeza. É um aeroporto comercial estratégico. Então, é natural que a empresa queira tirar dali o máximo de receita comercial e, logicamente, tarifária também – mas, tarifária, está limitada ao movimento do aeroporto – para que ela possa fazer um subsídio com as suas demais operações do lado. Então, a gente precisa pensar um pouquinho nisso.

Quando eu li a proposta apresentada pelo Ivaldo, achei que a proposta não tocou em alguns pontos que, na minha visão, são importantes. Esse assunto foi amplamente discutido no âmbito do Governo Federal; a SAC soltou a Portaria nº 228, que é uma portaria que dá recomendações de

políticas públicas para a Infraero, na sua gestão comercial. Mas não podemos dar esse tipo de diretriz, por exemplo, para aeroportos concessionados, não podemos dar para aeroportos autorizados, que são os da aviação executiva, para Estados, para Municípios.

Então, temos que lembrar – primeiro ponto que eu trago nas minhas observações – que existem outras outorgas no Brasil que não são da Infraero. Eu tenho Estados, Municípios, concessionários, autorizatários. O comando da Aeronáutica, até pouco tempo atrás, exercia algumas outorgas também. E esse texto não faz muito sentido para eles, porque, como é que eu falo para o concessionário: "Olha, você está dispensado de licitação"? E ele: "Que licitação? Eu não licito para nada. A minha relação com o meu contratado é um contrato comercial, como qualquer outro. Eu negocio direto com ele".

Como é que eu falo para um Estado, por exemplo, ou um Município que ele tem que dispensar a licitação dessa área? Elealaria: "Está bom, mas quem paga a conta desse aeroporto? Eu que tenho que pagar a conta? Porque eu tenho aqui dez pessoas querendo uma área. O preço é alto. Se eu for dispensar, como é que eu escolho primeiro que vai entrar? E, segundo, a que preço eu vou fazer isso? É um preço de dispensa? Vou ter que arbitrar um preço? Não é mais fácil que os dez interessados, cada um deles, deem o seu lance e quem der o maior lance leva? Porque, pelo amor de Deus, eu vou usar esse recurso para pagar a conta do aeroporto."

Então, esse é um ponto: as diferenças das modalidades de outorga.

Outro ponto é a diferença entre os aeroportos onde há abundância e os que têm escassez de área. Temos aeroportos em que realmente existe abundância de área. Então, para esses aeroportos, o operador, a critério de conveniência e oportunidade, pode dispensar a licitação. "Olha, existem áreas sobrando; quem pedir leva!" "Eu tenho aqui 50 lotes".

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Faz uma consulta.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Exatamente.

"Você pode entrar? Está bom! Você quer um? Está bom. O preço de mercado é x. Então, o. k. Eu te concedo x". O seu concorrente vem e diz: "Eu também quero um." "Opa! Também há um para você. Toma aqui o segundo."

Agora, como que você faz isso no aeroporto que só tem uma área? Se há uma única área e há 50 pessoas interessadas, para quem eu dou essa área? Com base em quê? Com qual critério? Quer dizer, aí entra o critério da licitação, no regime de outorga pública também, porque, no regime de outorga privada, isso é uma decisão comercial do privado.

Outro ponto: a questão do direito real de uso, que está no art. "xy".

Isso me preocupou bastante, porque direito real de uso é um instrumento que nem os outorgados possuem. A Infraero não tem direito real de uso das outorgas. A Infraero tem uma outorga precária, dada pelo Governo Federal, através do seu Ministério – hoje, a SAC, mas já foi o Ministério da Aeronáutica, Ministério da Guerra etc. –, mas é uma outorga precária que só confere o direito de explorar aquela infraestrutura aeroportuária enquanto a outorga existir. Essa outorga pode ser retirada a qualquer momento, assim como será retirada a outorga de Porto Alegre, de Salvador, de Fortaleza, de Florianópolis.

Imaginem se a Infraero tivesse dado direito real de uso de um hangar em Florianópolis, e aí, na sequência, perdesse o aeroporto de Florianópolis? Se a outorga é retirada da Infraero, como é que fica a relação contratual desse ex-concessionário da Infraero com o novo outorgado do aeroporto que é um privado? Quer dizer, o privado vai ter que carregar esse ex-concessionário da Infraero até quando? Então, é uma coisa também...

Por isso que eu falo que não há que se falar de direito real de uso, sequer com as outorgas, muito menos com a utilização de área.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Isso; até porque o bem é afetado, equiparado a bem público federal etc.

Outro ponto importante com relação ao direito real de uso é o de as empresas poderem ativar isso daí nos seus balanços patrimoniais. O que acontece? Imaginem a gente dar um direito

real de uso de um hangar para um empresa; a empresa quebra, entra em falência e em concordata; e nós teríamos – vamos colocar o exemplo no extremo – em Congonhas, por exemplo, uma área nobre, altamente disputada, travada na Justiça porque a empresa que detém aquele direito real de uso daquele imóvel teria que discutir isso judicialmente, na concordata, na falência, naquele tipo de coisa.

Talvez seja por isso que não é dado o direito real de uso sequer para o operador, porque, do jeito que eu troco de operador, não posso travar isso. Imaginem, vamos colocar que a Infraero quebre ou que a concessionária de Brasília entre em falência. Então, podemos retirar, a Anac tem poder de retirar, esse contrato dela e passar para outro concessionário.

Outro ponto importante é o prazo de amortização, que depende do tipo de investimento. Ora, é claro: os contratos que a Infraero já faz já preveem o prazo de amortização compatível com os investimentos realizados.

Se for um *greenfield*, a construção de um hangar que parte do zero, já há a possibilidade de amortização ao longo do contrato. Se for um *brownfield*, um hangar pronto, aí já é outra relação, porque o investimento é muito menor, o hangar já existe, já está construído, e você pode ter um contrato um pouco menor. Mas, volto a dizer, essa é uma relação contratual do operador com o contratante, com o seu concessionado.

Outro ponto importante é a dispensa, que está sendo sugerida, para serviços que não são públicos tipicamente. Hangaragem de aeronaves e empresas de manutenção não prestam serviços públicos. Então, como eu vou dispensar uma empresa que não presta serviço público? Por mais que eu entenda que ela é importante para a o setor, mas o serviço que ela presta não é um serviço público; é um serviço privado. É complicado encarar dispensa de licitação para uma empresa que presta serviço privado, que almeja lucro. E isso por mais que eu entenda que ela tem que estar naquele aeroporto.

Agora, se aquela empresa não tem condições de estar naquele aeroporto – por exemplo, Congonhas, que, realmente, é muito disputado, é muito caro –, existem outros aeroportos tão bons quanto na área de influência de Congonhas: o aeroporto de Araras, o aeroporto de Jundiaí, centenas de aeroportos em volta. Realmente, para operar em Congonhas, é natural que seja caro. E por que é caro? Porque é cobiçado, porque é disputado.

O McDonald's, para abrir uma loja no Park Shopping, no Iguatemi, é caro, e é natural que seja. Por quê? Porque são áreas demandadas. O metro quadrado no Setor Sudoeste, em Brasília, o metro quadrado no Leblon, o metro quadrado na Avenida Paulista, nos Jardins, em São Paulo, é um metro quadrado mais caro realmente. Por quê? Por força de mercado. Porque há muito mais demanda do que oferta. Então, é natural que em Congonhas os preços realmente sejam mais altos.

Também não podemos nos esquecer dos princípios que temos que trazer lá da licitação. Por que o Governo licita? Licita por que quer? Não. Aliás, o Governo nem gosta de licitar, porque é uma burocracia muito grande. Mas é porque, até hoje, foi o único instrumento que no Brasil funcionou a fim de dar credibilidade, isonomia e impessoalidade a uma disputa por uma área que é escassa. Não sendo licitação, que outra modalidade haveria? Como eu escolheria isso? Esse é o ponto.

Eu me delonguei um pouco, Presidente. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A situação é a seguinte: não está sendo colocada a inexigibilidade, mas a questão da dispensa. Como se diz, eu acho que não há mais o que se discutir.

Afinal de contas, pode ser dada a dispensa? E não estamos falando apenas de Infraero, estamos falando de outros aeroportos público. Obviamente que isto aqui também não é atinente às concessionárias, não é assunto que tem a ver com as concessionárias.

Por exemplo, em Goiânia, agora, está havendo não uma licitação, mas um chamamento. Ou seja, é uma área em que, em tese, ninguém tem interesse. "Olha, vamos colocar aqui. Alguém tem interesse nessa área?" "Não, não tem?" "Apareceu um? Então, está á disposição desse um. O preço é x." "Apareceram dois?" Licita-se, obviamente.

Considero muito importante a questão da garantia da amortização e do prazo do contrato. Vira e mexe, empresas hangaradas em aeroportos da Infraero recebem cartas com o seguinte teor: "Olha, você tem dez dias para deixar o hangar". "Então licita." "Tudo bem, mas, para licitar, você tem que sair." Isso acontece constantemente. Cessou um pouco depois da intervenção da SAC, mas os atos administrativos da Infraero que vinham na sequência anteriormente, realmente, estavam causando uma insegurança jurídica muito grande em relação aos contratos, em relação aos prazos. Por exemplo, diziam: "Olha, o prazo é de cinco anos". "Por quê?" "Porque prevê no máximo cinco a licitação..." Obviamente, cinco anos passam muito rápido, ainda mais para uma empresa, e ainda mais para uma empresa que sabe que não vai agregar aquilo ao seu patrimônio, mas ela precisa operar porque tem uma vocação. Talvez nem precisasse trabalhar com isso.

Esses são os pontos nevrálgicos que eu entendo que estão sendo discutidos aqui. Como o Antônio Ivaldo retratou, não é questão de inexigível, é dispensável.

Em relação à atenção aos demais atores, é outra discussão que nós teremos, que são serviços aéreos públicos ou serviços abertos ao público.

Uma questão também colocada, por exemplo, você diz: "Olha, nós temos a situação dos táxis-aéreos que não pagam taxa, mas temos as oficinas de manutenção para terceiros, e, de repente, um contrato que apareceu e que paga 10% de faturamento" etc. Quer dizer, isso não está sendo discutido aqui. Obviamente, eu sei que precisamos de dinheiro para tudo neste mundo, mas, por outro lado, existe a segurança jurídica, que tem gerado alguns contratos. Eu tenho escutado: "Ah, mas o hangar lá em Congonhas é R\$300 mil por mês..."

"Ah, mas um hangar lá em Congonhas é 300 mil por mês." Ótimo. Um hangar lá em Tarauacá deve ser mais barato, acredito. Deve ser um pouco mais em conta, Uaupés também deve ser mais barato. O.k? Então, é isso que estamos vendo aqui, agora, é uma situação para garantia do investimento. Não estamos falando em inexigibilidade, que eu entendi que seria até uma ilegalidade, do meu ponto de vista. Então, basicamente, são esses os pontos que estamos debatendo aqui.

Thiago, vamos lá, rapidinho, porque temos mais um ponto importante e 5h o pessoal quer ir embora.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Perfeito, muito curto.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – E eu tenho a palavra, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor tem a palavra; depois do Thiago, garantirei a palavra ao senhor.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Só atacando um pouco a preocupação que o Ricardo Bernardi há pouco levantou, os §§2º e 3º do art. 40 já trazem uma preocupação de indenização para a empresa caso o contrato seja encerrado de antemão e de extensão, de prolongamento do contrato caso sejam realizados investimentos. Isso já acontece na prática, tanto nos *greenfields* como nos *brownfields*, como o Ronei disse, então, acredito que isso já está, de alguma maneira, pacificado, que já está regulamentado, que as empresas aéreas têm alguma previsibilidade, seja por meio de uma indenização, seja por meio de uma extensão do contrato em exercício.

E, em contrapartida, a portaria que a SAC tocou à época para tentar desenvolver alguns pensamentos diferentes que a Infraero tinha, à época, dessa política comercial dela, acho que trouxe muito do conceito que o Ivaldo está tentando trazer para esta lei, que é a distensão da dispensa para alguns outros setores, essenciais para a aviação mas nem sempre públicos, como o Ronei colocou. Só que precisa haver área disponível para todo mundo. Então, sempre a gente colocava: "Olha, está estendida para as exatas, ou para os abrigos ou para manutenção de aeronaves a dispensa, desde que não haja mais de um interessado pela mesma área." Não é isso que se encontra ali. Ali ela está dispensada da licitação, ou seja, qualquer operador público poderia, de alguma maneira, contratar um serviço por meio de dispensa.

Então, a gente acredita que isso pode ser um pouquinho preocupante porque ela não consegue escolher a melhor proposta. Infelizmente, no setor público, a maneira de você escolher a melhor proposta quando há mais de um interessado é a licitação. Assim como o senhor mesmo falou, em Goiânia, agora, a gente instituiu isso, a Infraero instituiu isso. Sempre quando aparece

uma nova área, ela faz um chamamento público. Ela estabelece um preço médio, ela faz um levantamento do preço médio naquele sítio e disponibiliza à sociedade a alocação daquela área, o chamamento para a busca de um interessado por aquela área. Se só aparece um, ela realiza aquele contrato por dispensa naquele momento; se aparece mais de um, como ela não tem como escolher aquela melhor proposta, ela precisa licitar, precisa botar esses dois para disputar por aquela área.

Porém, se houver alguma outra área disponível, ela também tem o condão de disponibilizar duas áreas para dois interessados por meio de dispensa. A gente acredita que isso já está, de alguma maneira, resolvido hoje e que talvez não fosse nem uma matéria de lei, trazer isso para um código, pensando num código mais principiológico.

Em muito curtas palavras, era isso, só complementando o que a gente colocou.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, nós vamos fazer o seguinte. Tercio, Ricardo, Ivaldo e... E aí, então, nós vamos dar por encerrado esse assunto, porque, senão, nós vamos até 6h da tarde e pessoas perderão voos.

Então, peço realmente que sejamos breves, porque se conseguirmos exaurir essa pauta, isso será importantíssimo para nós hoje.

Tercio.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Presidente, quero dizer o seguinte. O assunto é tão importante que, se não for resolvido hoje, talvez tenhamos que discuti-lo em outra reunião. Mas o que não podemos é, por questão de tempo, parar porque daqui a pouco são 17h e vamos ter que pegar o Uber para ir para o aeroporto. Por gentileza, eu gostaria que levasse...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Por sua conta e risco. Vai pegar o Uber por conta e risco. (Risos.)

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Ou o táxi. Com relação ao que o Ronei estava mencionando, hoje, realmente, a Infraero faz o chamamento público praticamente quando ela tem as suas áreas disponíveis, e quando ela tem uma única área ou duas áreas e há mais interessados, aí é que ela faz mesmo, porque ela estabelece o critério de que tem que ser atendido aquele que vai querer obter a concessão daquela área. E quando se fala em termos de prazo, em termos de amortização, essa amortização já está automaticamente incluída dentro do prazo. E eu quero dizer que, quando uma empresa recebe uma carta dizendo que ela tem dez, quinze, trinta dias para sair daquele local e desocupá-lo é porque esse tratamento vem sendo feito há mais de seis meses, de acordo com as normas da Infraero e de acordo com a regulamentação do TCU diretamente à Infraero, então, a empresa é provocada, é cobrada, só que ela não comparece para a reunião.

Então, chega-se a um ponto em que o responsável pela empresa perante o Tribunal de Contas praticamente se sente obrigado a mandar uma carta estabelecendo prazo, para que ele não seja punido, através de uma representação feita pelo Tribunal de Contas. Então, nesse caso, nós estamos acobertados. Quando se fala que tem dez dias, quinze dias, é porque estamos tentando negociar com esse concessionário e simplesmente o concessionário não dá atenção.

Eu gostaria, mas, por uma questão de ética, vou me suprimir de citar aqui empresas que eu conheço e que não estão muito longe daqui, cerca de 200km, por exemplo, em nossa terra, Goiânia. Em outros aeroportos, temos inúmeros casos como esses que eu acabei de mencionar.

Quando há uma empresa que oferece maior valor pelo arrendamento, pela concessão de área, eu gostaria de deixar um exemplo. Isso acontece tanto aspecto operacional, seja ele numa área *greenfield*, como disse o Ronei, como numa área *brownfield*, já uma área construída, mas também dentro do terminal de passageiros. Por exemplo, o McDonald's foi para o Aeroporto de Guarulhos em 1997, 1996, por aí. O McDonald's de Guarulhos é considerado a segunda loja, em termos de faturamento, do Brasil. Ele só perde para uma loja: a loja do Shopping Center Norte, lá em Santana. Ele só perde para essa loja. Quem é que não quer pagar caro para ter um ponto como aquele, que tem 30 milhões de passageiros/ano passando por ali, com o nome do McDonald's ? Então, ele vai lá e paga, e paga caro mesmo porque ele quer aquele local.

Outra coisa que eu queria mencionar, Sr. Presidente, é que a Infraero, realmente, tem a outorga do aeroporto, e nós operamos como outorgante do aeroporto como um síndico, e, como síndico, nós somos obrigados a manter a casa no seu melhor estilo, com suas melhores características. Nós temos que ter a infraestrutura adequada; nós temos que ter a pista funcionando; nós temos que ter a pista recuperada, o sistema de drenagem, os pátios; nós temos que ter o órgão de controle, seja ele no Decea, seja o nosso, funcionando em condições adequadas para atender essa demanda. Então, como síndico, eu quero dizer para o senhor que nós somos conscientes da responsabilidade que nós temos e o que nós fazemos.

Agora, precisaria definir, antes de mais nada, o seguinte: qual é o rol que vai ser incluído nesse artigo, para definir quais empresas terão direito a isso aí? Comissaria? Vão ser oficinas elétricas que só cuidam de radar? Oficina mecânica? Que tipo de empresas estarão afetas a essas áreas? Porque se nós não temos áreas para atender todo mundo nesse local, mas temos em Goiânia, em Campo grande, em Cuiabá, no interior de São Paulo, em Londrina, em vários outros aeroportos. Depende do mercado.

Quando se começa uma empresa aérea no Brasil, o primeiro ponto que ela quer passar é o aeroporto de Congonhas. Por quê? Porque o mercado está ali. É um mercado latente. A tendência dele não é de baixar o seu movimento, é de crescer. Para isso, temos a ajuda, a participação do Decea, que faz o controle do tráfego aéreo. Nós já tivemos ali quase 60 operações. Hoje nós estamos com 32 ou 33 operações por hora. Quer dizer, nós temos boas condições de operacionalidade.

Então, eu quero deixar bem claro que, com relação a essa parte sobre ampliação e discussão do rol das empresas, nós teremos que definir isso aqui. Se não hoje, numa futura reunião.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO BERNARDI – Está ligado o microfone?

Observação muito breve. Em relação à proteção que já estaria – e de fato está – no Código Brasileiro de Aeronáutica, de fato, há realmente o artigo que garante a indenização no caso de rescisão do contrato ou caso não respeitado o prazo do contrato, mas há uma certa dúvida se este artigo também beneficiaria empresa de transporte não regular ou não, porque o Código fala em empresas concessionárias ou permissionárias. Existe uma discussão sobre se o termo permissionário abrangeria também as empresas de táxi-aéreo ou não. Razão pela qual, quando fiz a observação da ausência de proteção, estava me referindo às empresa de táxi-aéreo, que elas podem não estar cobertas pela legislação hoje em vigor. Então, talvez seja o caso só de pensar em estender expressamente, se essa for a ideia, também para as empresas não regulares.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, pelo que eu entendi.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Ele suprimiu lá permissionários, empresas de transporte aéreo público regular e não regular. Então, o não regular são autorizatários, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Na nova redação, quando ele colocou o regular, que seriam as concessionárias, entre aspas, "nossas", não regular as autorizatórias e se suprimiu o termo permissionários, o que eu nunca conheci, não existe. Na aviação, não existe permissionário. Existe permissionário de uso de área dentro do aeroporto, mas não permissionário de serviço público na aviação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Falem no microfone, por favor, para fins de taquigrafia.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – A correção do Dorieldo está perfeita porque, desse termo permissionário, não temos nenhuma outorga por permissão prevista no CBA. Temos outorga por concessão dos aeroportos e hoje das empresas aéreas, o que será até discutido lá no Título VI, e temos outorga por autorização, também tanto de estrutura aeroportuária quanto de empresas aéreas, mas outorga por permissão não existe no Código. Acabou ficando um vazio e todo mundo se pergunta: Quem são esses tais permissionários? Acho que daí vem a dúvida.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Só complementando, então. Acho que, se eu entendi bem o que o colega quis dizer, é que, independentemente da discussão da dispensa ou não, é que talvez ficasse a preocupação de que a indenização também dissesse jus a todas as empresas que de lá participam, acho que essa foi a preocupação dele.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Exatamente isso. O.k.

Catanant, por favor, a última.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – É que essa discussão sobre o alcance disso vai ser atacada no momento oportuno, quando formos discutir justamente os mecanismo de outorga. Acho que vamos endereçar isso em momento apropriado, que é acabar com a figura da concessão para exploração do serviço de transporte aéreo regular, por exemplo.

Inclusive, sei que isso não vem ao caso, mas o fundamento da proposta trazida pelo Ivaldo, que traz o acórdão do TCU, uma decisão da Justiça, de algum tribunal, é equívoca. E é equívoca justamente porque invoca a necessidade de se fazer a dispensa para locação de uma área aeroportuária por ter havido anteriormente prévia concessão para exploração de uma linha aérea. Isso já não acontece há décadas. Inclusive, isso ficou claro com a lei de criação da agência. O próprio TCU já analisou isso no acórdão 346, de 2008, e já afastou, não é concessão para exploração do serviço de transporte aéreo.

Portanto, acho que é só uma breve correção do nome *nomen iuris*, Ricardo, mais à frente, lá no art. 180 isso fica afastado, mas essa correção também não deixa de ser oportuna.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Sr. Presidente, só para complementar aqui brevemente.

Com relação ao que foi mencionado sobre indenização quando o acordo é rompido por qualquer uma das partes, está previsto no contrato de arrendamento que caberá à Infraero indenizar o ocupante de área pelo prazo que lhe resta de contrato de acordo com o valor previsto pela amortização.

Então, isso é uma coisa pacífica para nós. Se, por uma questão de ordem operacional, precisarmos seja de uma área interna dentro do terminal de passageiros ou seja numa área externa dentro do aeroporto, se houver contrato o investimento ainda não tiver sido quitado, ele será devidamente recuperado pela empresa com o pagamento feito pela Infraero.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Às conclusões, Ivaldo.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Achei muito interessante o comentário do Glanzmann. Tendo em vista a análise que ele fez, acho que esse artigo xy pode ser apagado. Concordando com o debate aqui, achei muito interessante. Pode tirar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, senhores, em relação ao art. xy, ficaria suprimido na questão da redação. Em cima, em vez de inexigível, é dispensável, porque é uma faculdade, obviamente, não vejo tanto problema em relação.

Em relação aos demais assuntos...

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Ao art. xx, ali, que seria o equivalente do art. 40... Eu não botei número porque não sabia como ia ficar a numeração do Código.

Acho que, complementando a pergunta do Tércio, se for necessário, posso especificar mais quais seriam as empresas. Por exemplo, como ele comentou, uma empresa de radar não precisaria ter dispensa de licitação no aeroporto, tendo em vista que posso fazer isso numa área fora do aeroporto.

A minha preocupação, quando escrevi isso, era relacionada a empresas que faziam manutenção em aeronave, que precisam do aeroporto para sobreviver. Se não houver aeroporto, elas simplesmente não existem. É claro que, se for uma empresa de componente, de trem de pouso, de radar, de altímetro, não precisa ter dispensa de licitação para uma área aeroportuária, na minha opinião.

Comentando também o último ponto apresentado pelo Catanant, acho um assunto interessante a questão de autorização, concessão, permissão, como vamos definir isso no Código, até para clarear no nosso dia a dia, porque, vez por outra, temos discussões filosóficas sobre o

assunto se é permissão ou autorização; mas como é que é concessão, se não tem licitação. É uma confusão.

Então, realmente, acho que é um assunto muito importante para tratarmos num outro momento até.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, vamos assim aprimorar essa redação. Peço inclusive para que os senhores repassem isso para o grupo jurídico até mesmo para ver se chegamos a um consenso quanto a essa questão.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Posso apresentar na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor já pode apresentar o quanto antes. O senhor já pode, sim, fazer o encaminhamento.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – A ideia é receber as contribuições para apresentar o que houver de contribuição na próxima reunião. Estou pedindo para que seja na próxima, porque, na outra, infelizmente, não vou poder estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Inclusive, temos até uma situação importante, que vou deixar para discutir no final.

Continuando, questão da infraestrutura aeronáutica. Poderia, por favor, colocar no art. 26?

Ivaldo, triângule essas alterações com o Tércio, para ver se encaminha isso até 5ª feira, por favor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Ivaldo quer propor algumas alterações. Então, as alterações propostas, se for o caso, podem até ser trianguladas com o senhor, para mandar uma proposta para a Comissão até 5ª feira, para passar para o seu grupo. Tudo bem?

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Posso pedir para circular pra todo mundo, caso a gente possa contribuir também até a reunião de 2ª feira?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – A próxima reunião vai ser daqui a quinze dias?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, temos aqui a situação da reunião. Estamos com um ritmo de trabalho bom. Podemos marcar essa reunião para o próximo dia 24 ou para o dia 31.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – No dia 31, vou estar no FA, nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Alguém aqui gostaria que a reunião fosse no dia 24 para dar continuidade?

Então, senhores, vamos repassar esse material para a relatora e para todos do grupo, obviamente, até 4ª feira.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Ele pode passar até quarta-feira e a gente até quinta-feira? Seria uma contribuição em cima do material dele pelo menos. Só para que tenhamos mais um dia. Ele, até quarta; a gente, até quinta. No momento em que ele mandar, rapidamente, a gente manda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Está bem. Quinta-feira pela manhã.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM *(Fora do microfone.)* – Quinta, bem cedo.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Doriêdo Luiz dos Prazeres) – Pessoal, boa tarde.

É o último assunto do dia.

No último encontro, esse artigo deveria ter sido apresentado e não foi, então, agora foi colocado na pauta. Como é um tema mais de atualização...

Prosseguindo, esse artigo deveria ter sido apresentado no último encontro, mas não foi, por indisponibilidade de tempo, e ficou para agora, é um tema mais polêmico, basicamente atualização do texto.

Esse artigo trata de um tema que já está praticamente em desuso nas nossas normas de aviação, que são as facilidades aeroportuárias.

Hoje vou mostrar, na planilha de Excel, nas leis que examinamos de outros países latino-americanos, que já se adota o termo instalações e serviços aeroportuários no lugar de facilidades. As normas da Anac mais atuais, a exemplo do RBAC nº 153 usa a terminologia "instalações". Esse termo "facilidades" tem servido muito para confundir, é comum as pessoas confundirem "facilidades" com "facilidades ao passageiro". Então, ali, propusemos, em vez de utilizar "facilidades", utilizar o termo "instalações e serviços", que é basicamente o que existe em um aeroporto.

Quando se faz uma auditoria para fazer a categorização tarifária da infraestrutura, se consideram as instalações que existem ali, que são voltadas para prestar o serviço público e os serviços que são fornecidos. Daí a sugestão de atualizar esse termo, em vez de facilidades, instalações.

E, prosseguindo, temos um parágrafo único que contém termos exemplificativos do que vêm a ser essas instalações e serviços, alguns já se tornaram obsoletos como, por exemplo, escadas rolantes, orientação por circuito fechado de televisão, sistema semiautomático; e outros precisam ser revistos, como o caso de serviço contra incêndio por exemplo. O serviço contra incêndio hoje se fala de serviço de resposta à emergência, que é mais abrangente, que envolve uma gama maior de instalações e serviços.

Vocês veem ali, no parágrafo único, houve a primeira supressão de facilidades por instalações e serviços aeroportuários e, em seguida, temos uma troca, o serviço contra incêndio especializado passa a ser serviço de resposta à emergência aeroportuária, porque é um serviço mais abrangente.

Por que a importância desta substituição? Porque, hoje, quando se vai fazer a categorização tarifária do aeroporto, observa-se o serviço contra incêndio. E há outros serviços relacionados ali que compreendem o serviço de resposta à emergência, que não são quantificados e considerados quando se vai fazer essa categorização.

Então, ali, é basicamente uma questão de atualizar a redação para que ela fique mais refletiva do cotidiano dos aeroportos.

Quanto ao sistema de esteiras para despacho de bagagem, do outro lado, usamos "sistema de esteira de despacho de bagagem". Ficou a mesma coisa. Está riscado aqui, mas nós consideramos.

Quanto ao sistema sonoro, visual e informativo de voo, compreende sistema semiautomático, anunciador de mensagem, sistema de som. É tudo compreendido naquela outra expressão. Trata-se de uma expressão com maior significado semântico, inclusive com as atualizações tecnológicas.

Quanto ao serviço de salvamento aquático especializado, já está dentro, hoje, do serviço de resposta à emergência aeroportuária. Então, não precisa mantê-lo ali por extenso. Precisava quando era antes. Havia separação do serviço contra incêndio e desse serviço de salvamento aquático. Hoje, com a adoção de serviço de resposta à emergência, ele já está incluso ali.

Houve uma adição na última linha: serviços e instalações para a segurança da aviação civil quanto a atos de interferência ilícita. Esse serviço não constava do rol anterior, daqui do art. 26. Ele não consta do artigo sem alteração. Aí, foi proposta a adição dele, que foi mantida.

Aí, vocês têm a redação modificada, como se propõe, e aqui, em vermelho, com alterações: o que foi riscado e o que foi adicionado.

Por fim, em lugar de "autoridade aeronáutica de aviação civil", "autoridade de aviação civil", porque quem faz as auditorias para categorização tarifárias de aeroportos é a autoridade de aviação civil.

Resta só uma consulta aqui, para ver se o Comaer também faz alguma classificação tarifária.

(Pausa.)

Não? Não. Então, ali nós podemos deixar autoridade de aviação civil.

Bom, como chegamos a isso que está aí?

A tabela Excel, por favor.

Essa foi uma apresentação só da redação, a mudança e a redação proposta.

Então, aí temos o artigo como foi tratado, com os grifos propostos de mudança. Aqui, temos os códigos de outros países, as leis. Deixei ali grifado, para os senhores verem, que, nos países de língua hispânica, eles não usam esse termo "facilidades". Este termo foi uma tradução do termo *facilities*, do inglês, que não colocou na língua portuguesa, porque sempre que nos remetemos a isso, reportamo-nos a algo que está facilitando a vida. Ou seja, dificilmente entendemos "facilidade" como "instalação industrial" ou "instalação de um estabelecimento".

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Laboratorial.

O SR. PRESIDENTE (Doriêdo Luiz dos Prazeres) – Isso. Exatamente. Então, é necessária uma atualização semântica. Como um aeroporto, hoje, compreende um conjunto de instalações e serviços, que são os insumos que redundam no serviço aeroportuário, essa redação acaba mais condizente.

Aí, temos a lei da Espanha, a lei do Uruguai, que, apesar de ser um pouco antiga, não fizeram essa tradução da forma que fizemos, mas utilizaram a expressão "instalações e serviços", que continua atual.

Há a lei da Bolívia também. Olhem lá. Aeroporto: conjunto de instalações, terminais e serviços auxiliares.

Próxima, por favor.

Ali, a estrutura não abre, mas há outras leis que citei. Quem recebeu por *e-mail* pode examinar. Há outros países também que tem... Olhem lá, o Paraguai também adota essa nomenclatura *instalaciones, dimensiones y servicios*.

A lei desses países já está nessa direção. Aqui, falta adotarmos uma semântica mais parecida.

Também temos dois Documentos da OACI (Organização Aérea Civil Internacional), de nºs 7.100 e 9.082, que tratam da categorização tarifária de aeroportos.

E eles preveem as instalações e serviços de *security* também como necessárias para serem consideradas para a categorização. Isso não temos naquele art. 26 atual. Por isso, foi acrescentado, ou seja, aquele acréscimo tem respaldo nesses documentos da Oaci, também do Anexo 17, que trata desse assunto e, quanto àquela mudança do serviço contra incêndio para serviço de resposta à emergência, ela consta também do anexo 14, que trata de uma forma mais abrangente, o serviço de resposta à emergência e não só serviço contra incêndio.

No que tange à legislação, a nossa norma que trata disso é muito antiga: é uma portaria da Anac, a Portaria nº 1.592, de 1984. Ela ainda vem antes do Código Brasileiro de Aeronáutica. Com a mudança daquele art. 26, com a atualização dele, com o acréscimo de um item a mais a ser considerado, essa portaria também teria que ser revista de forma a considerar que essa atualização, que é uma norma muito antiga, veio antes do próprio Código.

E, por fim, o art. 26, com a redação, que é aquela mesma que apresentei lá para vocês, e a justificativa que encaminhei para todos vocês lerem, que basicamente é o que estou expondo aqui para o conhecimento de vocês.

Obrigado.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Eu tinha um comentário rápido só com relação aos exemplos. Sugeriria que incluíssemos nos exemplos também os serviços destinados a gerenciamento do pátio de estacionamento, porque entendo que é um serviço do aeroporto e que existe gente que como tem, às vezes, sistema de comunicação específico para o pátio de estacionamento, radar específico, às vezes também é algum tipo de sistema de posicionamento, se confunde com a função do DCA e, no nosso entendimento, esse tipo de serviço é do aeroporto e não do sistema de controle de tráfego aéreo.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS (*Fora do microfone.*) – Desculpa, Brigadeiro, você poderia mencionar de novo para eu anotar?

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Sistemas destinados a gerenciar o pátio de estacionamento ou pátio de manobras.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Doriello, vai dar continuidade com relação ao 28?

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Doriello, só acrescentando essa sugestão do Brigadeiro, há dois pátios: o pátio de estacionamento e há o pátio de aeronaves. O pátio de aeronaves é aquele que há movimentação; o pátio de estacionamento é onde ela fica parada, por exemplo, um pernoite, talvez fosse interessante colocar os dois.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES (*Fora do microfone.*) – Pátio de estacionamento. Qual é o outro?

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – De aeronaves, ou, se quiser melhor, de movimentação de aeronaves.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, temos aqui mais alguma recomendação?

Temos aqui o art. 28, que é um artigo que dá base para pouca discussão. Se os senhores puderem colocar na tabela o art. 28, tenho certeza de que todos vão querer exaurir esse assunto hoje, estou sentindo que será tranquilo.

Ou seja, isso é o que está na nossa pauta, a classificação de aeródromos e, dentro das propostas que foram encaminhadas.

O grupo que fez essa apresentação quer fazer alguma consideração?
Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – A minha sugestão inclusive seria esses aeródromos militares entrou ali depois, por volta de 1967, lá no AI-5, mudou um pouquinho o CBA e disse que os aeródromos no mundo inteiro são públicos e privados. No Brasil, a partir de 1967, virou civis e militares.

O art. 28 fala o seguinte: são classificados em civis e militares. Na verdade, a classificação que proponho e é mais adequada, consoante com o mundo, seria que os aeródromos são públicos e privados, o aeródromo militar é uma espécie do gênero público, então, essa foi uma discussão que, inclusive, estamos debatendo já há algum tempo com o pessoal que está fazendo a RBAC 90, na Anac, isso tem uns cinco anos já, para justamente esse artigo ser modernizados;

Então, quando você vai depois para o Regulamento de Tráfego Aéreo, você coloca que os aeródromos públicos são civis, militares, aeródromos privados. Aí, teríamos as outras classificações, pois não entendo bem de classificação de aeródromo civil, mas certamente não entendo ainda por que ainda a classificação de privado ou militar, sendo que a espécie do gênero militar é militar, a espécie do gênero público.

É só essa observação.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só aqui um pequeno debate.

Tudo bem. Tenho uma visão um pouco diferente. Não vou usar o termo aeródromo, porque pode haver mais de alguma coisa do aeródromo. Entendo que o aeródromo de uso militar seja mais privado do que público.

Veja bem. Ele não foi feito para o uso da sociedade em geral. Ele não foi feito para ter linhas aéreas regulares, para ter táxi aéreo. Ele pode até ser usado se houver consentimento do Comaer, mas, em princípio, ele foi criado para a defesa nacional.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Mas a natureza jurídica dele não é privada.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não. Ele é de propriedade estatal.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Natureza jurídica pública.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – No nosso Código?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – A espécie: natureza jurídica. A casa da Presidente é natureza jurídica pública.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Então, posso fazer um voo regular pra lá?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não. Não. Não. Isso aí é natureza jurídica.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Porque estamos tentando imprimir uma noção no Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que a questão de público e privado está relacionada ao uso. Se ele está aberto ao uso...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Mas não pode ser diferente...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Deixe-me concluir. Se o cidadão vai fazer algo para o uso da sociedade, para o uso aberto, aquele é o uso público. Se for algo de uso restrito, quem vai usar? O Comaer, que vai usar para as suas atividades. Ele não foi feito para ter voo regular. Pode até ter, se deixarem, mas não ele não foi criado para esse fim.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Volto a dizer. Estamos dentro de um sistema jurídico que trata de diferentes coisas. Não é questão de uso, mas do sistema, do que o sistema diz ser público e do que o sistema diz ser natureza jurídica privada.

As restrições existem do uso, mas só que, volto a dizer, ainda mais que o Vice-Presidente gosta de olhar as legislações do mundo, que, lá fora, também não é assim. Lá fora, existe o público e o privado, havendo também a espécie do gênero.

É só essa a minha colocação como membro. Volto a dizer. Acho que posso colocar as minhas ideias do jeito que achar interessante, cabe aos outros membros concordarem ou não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Brigadeiro, pois não.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Não conheço a legislação detalhada, com relação ao aeródromo militar, mas vemos que existem vários países que têm aeródromos classificados como militar. É só pegar qualquer carta de navegação aérea que vemos isso.

Com relação a isso, a minha posição é a seguinte: do jeito que está hoje no Código, há os civis e os militares. E os civis são classificados em públicos e privados.

Por que tenho problema com esta redação nova do art. 28, a questão da certificação do aeródromo militar, aberto a uso público? Se o aeródromo militar é público, ele tem a certificação diferente. As normas de certificação militar são diferentes, em que os níveis de riscos aceitáveis são mais elevados, outros daqueles que usamos para transporte de passageiro civil.

Então, justamente, quando se tem o uso compartilhado, procura-se justamente pegar o aeródromo militar e colocá-lo dentro das normas de uso civil, que tem um nível de segurança mais elevado. Não vejo muito problema em ter uma diferenciação entre aeródromo civil e militar, porque tipos de certificação diferentes.

Agora, quanto aos civis, posso dizer que eles são privados ou públicos, porque aí dá aquela ideia genérica que entendemos hoje de que posso ter uma pista na minha fazenda que só eu uso ou os amigos, para me visitar. Posso também ter uma pista na minha fazenda, em que peça autorização para uso público, por intermédio da SAC, aí vou ter uma certificação diferenciada e tudo mais.

Agora, tratar o privado e o militar no mesmo balaio acho complicado. Se formos fazer essa modificação, gostaria de poder escrever alguma coisa sobre aeródromo militar, que pudesse caber no novo artigo, um art. 28-A, que fale sobre o aeródromo militar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ronei.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Rapidamente, Presidente, eu acho que a discussão é importante. O Doriello levantou muito bem. Independente da propriedade, eu entendo o posicionamento do Kerlington sobre a questão da – qual foi o termo que ele usou? – da natureza jurídica, mas eu acho que aqui temos uma outra coisa importante: a prestação do serviço público. Então, o aeródromo público está vinculado à prestação de um serviço público, aquele aeródromo aberto ao público.

Vou citar alguns exemplos. Além do aeródromo militar, que é de uso privativo das Forças Armadas, seja do Comando da Aeronáutica, Marinha ou Exército, nós temos aeródromos de uso privativo da FUNAI, por exemplo, localizados em aldeias indígenas, que são vários; da SESAI, a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Temos aeródromos, por exemplo, na residência oficial do Governador de São Paulo, um aeródromo de uso privativo do Governador, da aeronave do

Governador. Então, nós temos vários aeródromos de propriedade pública, mas de uso privativo. Só se pode voar para aquele aeródromo... Imaginem um avião desavisado que pousa em uma aldeia indígena e é sequestrado pelos índios, por estar invadindo uma terra indígena. Assim, você tem restrições operacionais para voar.

Eu acho que nós deveríamos usar, no Código, a relação quanto ao uso do aeródromo. Aí, sim, o aeródromo militar é restrito. É de uso privativo das Forças Armadas, seja do Comando da Aeronáutica, da Marinha ou do Exército, que também têm aeródromos. O aeródromo de Taubaté é do BAvEx, do Exército.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Perdão?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só um detalhe aqui...

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Base aérea.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Base aérea.

Enfim, seriam de uso privativo. Agora, os aeródromos públicos, sim, seriam objeto de uma outorga da União, pelo art. 21 da Constituição.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só um detalhe. Aquele "ou" que foi colocado – "privados 'ou' militares" – não é 'ou' de equivalente; são espécies distintas. A gente só quis dizer o seguinte: os públicos são voltados para o serviço público, e os outros têm outra finalidade; um é para o uso privado, e o outro, militar. Mas a gente não equiparou ali. Privado não é não é sinônimo de militar, quando se colocou aquele 'ou' ali. Talvez fosse melhor ajustar a redação. Não é essa a intenção.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Mas do jeito que está ali, por exemplo, você... O aeródromo militar, para mim, está excluído do uso público, e não é verdade isso. Há aeródromos militares que são utilizados para...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E o aeroporto misto?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Pode haver, mas é o COMAER que dá permissão. Você está entendendo? O público, uma vez que é público, a pessoa já pode voar para lá, independente de permissão. Só está relacionado à capacidade que ele tem e à empresa ser uma delegada da Anac para fazer aquilo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Já são abertos por natureza, por ser público. Agora, o aeroporto do COMAER, se eu, por exemplo, quiser fazer um voo regular para lá, caso eu tenha uma empresa aérea, eu só faço se você me der anuência para fazer, se eu tiver sua permissão. Então, se você for compará-lo com aquela lógica do privado, ou seja, uma infraestrutura de uso privativo que só é usada com o consentimento do proprietário, com a permissão dele, a infraestrutura militar acaba sendo parecida, nesse sentido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Coronel, no microfone, por favor. Obrigado.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Talvez se colocasse: "e os demais são de uso privado ou de uso militar".

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Eu sugiro "uso privativo", para não misturar o privado com a propriedade, "uso privativo".

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Assim, deixa-se bem explícito o que a gente está falando, não causa...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, eu gostaria de chamar a ordem um momento.

Nós estipulamos um horário e praticamente debatemos quase todos os temas que tínhamos disponíveis para hoje. Eu coloco que nós estamos de parabéns, pois, realmente, caminhamos muito. Ficou pouca coisa, dentro desse último tópico, para nós debatermos. Então, eles serão marcados, serão repassados, e todos estão acompanhando as contribuições que foram feitas aqui. Obviamente, está dando cinco horas e não foi possível, até agora, o debate a respeito da Administração Pública municipal, dentre outras coisas, aeroportos, a responsabilidade dos entes administrados... Nós vamos aqui até as vinte horas. O meu voo sai às 8:50. Eu consigo chegar no aeroporto, mas acho que a maioria aqui, não. Certo?

Assim, senhores, hoje nós avançamos bastante. Nós, praticamente, resolvemos o sistema do Grupo 1 e deliberamos, praticamente, todo o sistema Sipaer. Nós já colocamos muitas questões voltadas ao uso de área aeroportuária, o que, obviamente, será esmerado. Nós encaminhamos a questão do capital público, do capital estrangeiro dentro das empresas aéreas, o que vai ser ampliado em debate, e entramos dentro do sistema da infraestrutura aeronáutica brasileira.

Continuando nesse ritmo, senhores, nós vimos que, até a data de ontem, tínhamos 20% da contribuição relativa ao Código já concedida, já disponibilizada para estudos, para debate. Hoje avançamos muito. Se nós prosseguirmos nesse ritmo, e se prosseguirmos com as contribuições dentro daquela tabela que foi feita – inclusive eu até gostaria que tivéssemos, semana que vem, uma atualização daquela tabela, junto aos grupos, dos objetivos que foram colocados –, tenho certeza de que poderemos ter uma surpresa em relação à conclusão desses trabalhos. A intenção é: se for necessário mais prazo para debater, para ampliar, o que seja, podemos pedir um período de igual prorrogação. Porém, se conseguirmos, nessa toada, fechar esse Código até novembro – a discussão, a atualização –, para que possamos passar pelo menos um mês debatendo e deliberando o seu conteúdo, para entrega dentro do prazo, isso será um serviço inestimável à Nação. Certo?

Sim, Kerlington?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Só uma questão de ordem, Sr. Presidente: como é que funciona, por exemplo, essa dinâmica aqui? Depois que tratou isso aqui, a gente pode mandar sugestão... Porque, veja, há um campo de três sugestões. Foram levantados dois pontos aqui: o do Brigadeiro, por exemplo, e o nosso ponto de vista. Como é que... Isso fica sobrestado, esperando o nosso envio ou isso aqui já vai ser concatenado no relatório final? Porque o campo para as três propostas... Por exemplo, eu gostaria de escrever o que falei aqui em relação ao art. 28. Ou isso aqui está colocado, já está fechado aqui? É isso aqui que vai? É isso que eu quero saber.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só para fazer um pequeno comentário: eu acho que o Kerlington tem razão. Eu acho que todos os assuntos divulgamos e demos o espaço para contribuições. Eu acho que talvez tenhamos que abrir para contribuições nesse assunto. Eu acho que, logo no início, já estamos vendo que está gerando algumas ideias novas, então seria interessante, da mesma forma como fizemos para os outros, termos uma opção B, uma opção C, e conversarmos.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É, nessa planilha, temos a outra proposta, a 2.1.2.3. Então, eu ficarei no aguardo das propostas e, à medida que eu for recebendo as propostas, vou inserindo. Então, por isso é que peço que vocês não insiram aqui no material, senão vai ficar muito difícil acompanhar. Vocês mandem por um *e-mail*, e faço material que recebo até quarta ou quinta. Depois, nós não teremos tempo de fazer a inserção nessa tabela. Eu estou pensando até em colocar em outra cor. Por exemplo, em azul agora as propostas de outras alterações ou consolidações de conceitos. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nós temos dois *e-mails* que nós estamos utilizando. Há o grupo do Yahoo, há o *e-mail* que eu estou oficializando, que é o cercba2015, que

eu acho que até mesmo fica mais fácil identificar, do que ficar recebendo o "Prof. Georges", às vezes não se sabe qual é o assunto... Também vou começar a institucionalizar isso daí... Mesmo dentro do cercba, mandando esse *e-mail*, o senhor já tem o *mailing list* dos demais membros. Se o senhor quiser passar para os demais membros também, o senhor fica facultado. Não há nenhum problema.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Perfeito. Então o *e-mail* seria...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Seria o grupo do Yahoo e cercba2015. E também existe o *e-mail* que é o *e-mail* da Secretaria.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – E o meu, pessoal?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vai receber, professora. Eu estou pedindo para ele copiar... Assim, o *e-mail* para ele enviar, o *e-mail* oficial, da Comissão, passa a ser o cercba2015. Agora, obviamente o envio vai ser feito aos demais, inclusive para a relatora, que tendo aquele *mailing list*...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É cercba, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É Charlie, eco, Romeo, Charlie, bravo, alfa, 2015, @gmail.com. O.k.?

Há o grupo do Yahoo... O senhor pode copiar todos. E também vai haver inclusive o *e-mail* da Maria Helena...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – ... mhrolim@terra.com.br. Pode encaminhar para ela.

Roberto.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – E a tabela mais atual, depois da consolidação da equipe jurídica, vai ser encaminhada por *e-mail*. É essa a sistemática, de a gente receber por *e-mail*. Depois da conclusão.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – ... tenho acesso a alguns colegas, mas nos finais de semana há alguns que somem.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, senhores, contando com a contribuição de todos, só quero fazer uma colocação. Gostaria de saber se os senhores estão agora vislumbrando o trabalho que está sendo feito, o andamento que está sendo dado, o avanço que estamos conseguindo.

Quero dizer aos senhores que, qualquer dúvida, insatisfação – mas também satisfação, tá? –, alguma reclamação, alguma pontuação, alguma coisa, eu estou 100% acessível, a Professora Maria Helena, nós estamos aqui também para receber essas críticas e eventuais elogios.

Temos vários membros em processo de substituição. Peço que esses membros que estão em processo de substituição agilizem, junto à secretaria, para que participem, porque eu tenho certeza que as contribuições serão bem-vindas.

Assim, senhores, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião, convidando-os para a próxima, a ser realizada no dia 24/08/15, às 10h da manhã.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 57 minutos.)

Georges de Moura Ferreira
Presidente

Edição de hoje: 178 páginas
(O.S. 13127/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

